

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

JEFFERSON FERREIRA ALVARENGA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O POPULISMO NA POLÍTICA DO
ESPÍRITO SANTO (1959-1966)**

**VITÓRIA
2012**

JEFFERSON FERREIRA ALVARENGA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O POPULISMO NA POLÍTICA DO
ESPÍRITO SANTO (1959-1966)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Valter Pires Pereira.

VITÓRIA
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

A473c Alvarenga, Jefferson Ferreira, 1981-
Considerações sobre o populismo na política do Espírito Santo
(1959-1966) / Jefferson Ferreira Alvarenga. – 2012.
271 f.

Orientador: Valter Pires Pereira.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. História. 2. Populismo. 3. Políticas. 4. Espírito Santo (Estado). I.
Pereira, Valter Pires. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro
de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

JEFFERSON FERREIRA ALVARENGA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O POPULISMO NA POLÍTICA DO
ESPÍRITO SANTO (1959-1966)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovado em ____, _____, de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Aloísio Krohling
Faculdade de Direito de Vitória

Prof. Dr. Antônio Carlos Amador Gil
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Izildo Corrêa Leite
Universidade Federal do Espírito Santo

*A minha mãe: Maria Ferreira Alvarenga
por ter me ensinado a viver.*

*Ao meu pai: Ademar Alvarenga por
sempre ter confiado em mim.*

*A minha irmã Tatiane Ferreira
Alvarenga pela compreensão dedicada a
mim.*

AGRADECIMENTOS

Um pesquisador jamais constrói um estudo sozinho. Inegavelmente, ele necessita das instituições, das contribuições de amigos, de colegas e professores da pós-graduação e, finalmente, de seu orientador. Nesta nota de agradecimento, apenas pontuarei as pessoas e instituições que estiveram diretamente relacionadas a meu estudo e, de certa forma, contribuíram muito para sua confecção.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Maria Ferreira Alvarenga e Ademar Alvarenga, que me prepararam para a vida e sempre acreditaram no meu potencial. À minha irmã, Tatiane Ferreira Alvarenga, pela compreensão dedicada a mim nos momentos decisivos de minha vida; ao meu sobrinho Deidson dos Santos Júnior, que nos ensinou uma lição de vida; e ao meu cunhado Paulo dos Santos, pela ajuda quando necessitei. Finalmente, a toda a minha família, que reside no estado de Minas Gerais, pela preocupação e carinho. Também a Ivo Izoton e Maria de Lurdes Santos Izoton, que foram influentes na minha formação pessoal e intelectual.

Não posso deixar de lembrar e de agradecer a Rita de Cácia de Martin Perim e Mariângela de Martin Gonçalves, que me serviram de inspiração de vida.

Devo também agradecer aos meus amigos, em especial a Sueni da Vitória Sobrinho e Hudson Valentim Vassoler, que me incentivaram a fazer o Mestrado de História Social das Relações Políticas, bem como a dois estudantes do curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo, Luciane Freitas da Silva e Hebert Silva Santos, que foram imprescindíveis para a realização da pesquisa documental, mesmo no período de férias.

Agradeço ao orientador, Professor Dr. Valter Pires Pereira, pela enorme contribuição a este estudo, como também a Ueber José de Oliveira por ter lido o original desta dissertação, incluindo críticas fundamentais ao aprimoramento da escrita.

Sou muito grato aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Izildo Corrêa Leite e Prof. Dr. Antônio Carlos Amador Gil, pelas contribuições feitas, já na qualificação, e pelas ricas sugestões que possibilitaram concluir este estudo. Agradeço, ainda, ao Prof. Dr. Aloísio Krohling, que atendeu prontamente ao meu convite. Sou grato também à imensa ajuda da Prof^a Dr^a Marta Zorzal e Silva, que sempre esteve disponível nos momentos em que precisei.

Agradeço aos professores do Mestrado de História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, sobretudo àqueles que ministraram disciplinas que possibilitaram maior entendimento acerca do meu objeto de estudo.

Agradeço às instituições públicas que facilitaram a busca por fontes primárias e secundárias, como o Arquivo Público Estadual. Nesse caso, principalmente a dois funcionários, que foram

fundamentais para a busca das fontes primárias: Michel Caldeira de Souza e Heitor de Almeida Couto. Também sou grato à Biblioteca Pública Estadual e à dedicação dos funcionários na procura de fontes que deram base à confecção desta dissertação. Por fim, agradeço à Assembleia Legislativa, por disponibilizar documentos oficiais aos pesquisadores. A todos esses citados, meu muito obrigado.

[...] Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história [...] (Carta-Testamento de Getúlio Vargas).

RESUMO

Este estudo procura entender a experiência populista na política do Espírito Santo, levando em consideração as mudanças estruturais do período compreendido entre 1959-1966, ou seja, os governos de Carlos Lindenberg (1959-1962) e Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966). Também, buscamos analisar o populismo, a partir do comportamento desempenhado por estas lideranças políticas e seus respectivos projetos políticos no processo da transformação da sociedade capixaba. Em outras palavras, perceber como essas lideranças políticas se comportaram diante da transformação da sociedade tradicional/agrária para uma sociedade urbano/industrial. Para comparar as ações políticas dos dois governadores, utilizamos fontes primárias e secundárias obtidas no Arquivo Público Estadual, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo e na Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo, desse modo, partimos da seguinte hipótese: o populismo no estado do Espírito Santo foi diferenciado do modelo comum recorrente na região sudeste, por causa das suas características peculiares que emergiram no processo de sua formação social e histórica. Neste processo observamos a hegemonia das elites vinculadas a exportação e a produção do café, tanto no campo econômico, quanto na estrutura política. Essa hegemonia dificultou a manifestação do populismo como experiência política, e também forçou os laços de compromissos entre as elites cafeeiras e os dirigentes políticos governamentais. Todavia, as transformações capitalistas industriais em curso no Brasil, a partir da década de 1950, como também a crise do café iniciada em 1955, bem como o processo de urbanização (migração campo-cidade), impuseram as lideranças políticas modificações de suas práticas políticas, por ser tratar de um novo ambiente sociopolítico e econômico que se afirmava. Esse novo ambiente heterogêneo socialmente proporcionou a Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar a modificar suas práticas políticas, e direcioná-las as massas populares rurais e urbanas, assim, o apoio dessas massas populares passou a ser fundamental, tanto quanto o das elites cafeeiras. Tais mudanças implicaram em vários benefícios materiais às massas populares, como a ampliação dos benefícios da saúde, educação, habitação, saneamento básico e etc. Entretanto, a experiência populista no estado do Espírito Santo entra em declínio com o movimento militar de 1964. Embora o governador Lacerda de Aguiar apoiasse tal movimento, as contradições entre a experiência populista no Espírito Santo e as práticas dos governos militares manifestaram-se em 1965, com as denúncias de corrupção, o resultado disto foi a renúncia do governador Francisco Lacerda de Aguiar. Portanto podemos concluir que o populismo no Espírito Santo, é resultado de uma transformação complexa, que envolve diversas variáveis como o campo social, o político e o econômico. Ainda mais, no populismo do Espírito Santo

encontramos a participação tanto dos segmentos populares urbanos e rurais, como também, das elites cafeeiras. Por causa dessa complexidade, as duas lideranças políticas analisadas tiveram que por várias vezes modificar suas práticas políticas com a finalidade de manter-se no poder, numa conjuntura de ambiguidades.

Palavras-Chaves: História. Populismo. Política. Espírito Santo.

ABSTRACT

This work tries to understand the populism aspects of politics in the state of Espírito Santo, taking in consideration the structure of the period of time between 1959 and 1966, which considers the governments of Carlos Lindenberg (1959-1962) and Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966). Here also, we analyse the aspects, of behavior of those political leaders and their own politics projects beyond of transformation of the local society. In other words, feeling how those leaders behave before the transformation of traditional/agrarian society to urban/industry society. To compare the action of those two governments, we used as primary and secondary sources, the Biblioteca Pública Estadual, in Assembleia Legislativa of Espírito Santo. So we start from the hypothesis: the populism, was different of ordinary model present in the southeast region, caused by its peculiarity that came out of its social and historical generation process. In that process we observed the domain of class linked to production and exportation coffee, in the economic field as well as the political structure. This supremacy generates difficulties to populism manifestation as a political experience, and forces the creation of link between the coffee Elite and government leaders. Nevertheless, that capitalist industry transformation in curse in the country, since the fifties, as well as the coffee crisis initiated in 1955, and the urbanization process imposed to the political leaders change their political praxis, because of the new and consolidated economical and sociopolitical environment. This new and heterogeneous social environment gives to those leaders, Carlos Lindenberg and Francisco Lacerda an opportunity to modify their political praxis and gives to them other direction, toward rural and urban population, making these support fundamental, like coffee elite support. Such changes resulted in many benefits to society, like better health assistance, education, sanitation, etc.

However, the populism experience in the Espírito Santo state decays with the Military movement of 1964. Although governor Lacerda gave support to the movement, the conflicts between the populism and the military practice became apparent in 1965 with corruption complaints, resulting his resignation. We can deduce that the populism in the state of Espírito Santo is a result of a complex transformation which involves many variables in the social, political and economical fields. Yet in that populism we can find that the urban and rural masses and the coffee class, work together. Because this complexities, these two leaders in many opportunities changed their strategies to keep their position power in, in the middle of that ambiguous conjuncture.

Key words: History. Populism. Politics. Espírito Santo.

LISTAS DE TABELAS

Tabela I - Números de estabelecimentos rurais e produção de café por município e regiões do Espírito Santo 1920-1927.....	204
Tabela II- Quantidades exportadas de café (médias quinquenais) Espírito Santo 1895-99/1925-29 (sacas de 60 kg).....	204
Tabela III- Receita total e receita gerada pelo café. Espírito Santo 1895-99/1929.....	205
Tabela IV- Número de cafeeiros plantados. Espírito Santo 1940-1987.....	205
Tabela V- População total, urbana e rural nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1960, segundo as regiões fisiográficas e as Unidades da Federação.....	205
Tabela VI- Produtos das principais culturas permanentes dos estabelecimentos, no ano de 1949 segundo as zonas fisiográficas e os municípios [café].....	210
Tabela VII- Máquinas e instrumentos agrários existentes nos estabelecimentos, segundo a modalidade de exploração em 1950.....	211
Tabela VIII- Pessoal ocupado nos estabelecimentos, com exclusão dos parceiros, distribuído por sexo e categoria, segundo as zonas fisiográficas e os municípios.....	214
Tabela IX- Participação relativa por estado no programa de erradicação dos cafezais.....	215
Tabela X- Censo industrial - Espírito Santo.....	215
Tabela XI- Censo industrial - Unidades da Federação.....	215
Tabela XII- Confronto dos resultados dos censos de 1950 e 1960, por Unidade da Federação.....	217
Tabela XIII- População presente, segundo as grandes regiões e unidades da federação - 1872-	

1970.....	218
Tabela XIV- População presente, segundo as grandes regiões e unidades da federação — 1872-1970; % sobre o total.....	219
Tabela XV- População total, urbana e rural nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1960, segundo as regiões fisiográficas e as unidades da federação.....	220
Tabela XVI- População total, urbana e rural nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1960, segundo as regiões fisiográficas e as unidades da federação, em porcentagem.....	221
Tabela XVII- População das unidades da Grande Vitória - 1940-1980.....	222
Tabela XVIII- Distribuição dos migrantes nas unidades urbanas da Grande Vitória – 1970.....	222
Tabela XIX- Migração decenal - 1960-1970- e total de migrantes até 1960 por unidades urbanas da Grande Vitória.....	222
Tabela XX- Resultados do censo industrial - 1º-IX-1960.....	223
Tabela XXI- Principais resultados dos censos de 1940 e 1950, segundo a classe e o gênero de indústria no Espírito Santo.....	223
Tabela XXII- Resultados eleitorais para governo do Estado em 1959.....	224
Tabela XXIII- Resultados das eleições de 1962.....	224
Tabela XXIV- Principais cidades votantes.....	224

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1- Partidos políticos do Espírito Santo pós-45.....	206
Quadro 2-Composição das instituições do governo Carlos Lindenberg (1947-1950).....	207
Quadro 3-Composição das instituições do governo Jones dos Santos Neves (1951-1954)....	207
Quadro 4-Espírito Santo: Despesas por poderes e órgãos administrativos – 1951/1954 em valores correntes e participação relativa na despesa total do Estado – Cr\$ 1.000,00.....	207
Quadro 5-Espírito Santo: Plano de Valorização Econômica do Estado em Cr\$ 1.000,000.....	208
Quadro 6-Espírito Santo: despesas por serviço – 1951/1954. Em valores correntes e participação relativa na despesa total do Estado – Cr\$ 1.000,00.....	209
Quadro 7-Espírito Santo: despesas por poderes e órgãos administrativos – 1955/ 58 em valores correntes e participação relativa na despesa total do Estado – Cr\$ 1.000,00.....	211
Quadro 8- Espírito Santo: despesas por serviço – 1955/1958. Em valores correntes e participação relativa na despesa total do estado – Cr\$ 1.000,00.....	212
Quadro 9- Espírito Santo: Administração Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958) composição dos quadros dirigentes do governo.....	213
Quadro 10 - Resultados do censo industrial—Espírito Santo.....	216
Quadro 11- Composição das instituições do governo Carlos Lindenberg (1959-1962).....	225
Quadro 12- Espírito Santo: Administração Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966) composição do quadro dirigentes do governo.....	226
Quadro 13- Espírito Santo: Plano de Industrialização Rural, programação dos investimentos e	

das fontes de recursos financeiros em valores correntes.....	228
Quadro14-Demonstrativo das obras autorizadas, em andamento e concluídas pela Secretaria de Viação e Obras Públicas (1959-1962).....	229
Quadro 15- Relações de obras iniciadas, em andamento e concluídas durante o exercício de 1963.....	233
Quadro 16- Plano de Educação de Emergência (1964-66). Programação dos investimentos e das fontes de recursos financeiros em valores correntes, em Cr\$1.000,000.....	238
Quadro 17- Quadro demonstrativo das obras autorizadas, em andamento e concluídas da divisão de obras públicas em 1965.....	239

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I.....	35
1. A FORMAÇÃO SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO.....	35
1.1. Questões preliminares de importância interpretativa.....	35
1.2. A formação social do Espírito Santo.....	41
1.2.1. A República e o Espírito Santo.....	42
CAPÍTULO II.....	59
1.ESPÍRITO SANTO: POPULISMO OU HEGEMONIA OLIGÁRQUICA?.....	59
1.1. A Revolução de 1930 e o Espírito Santo.....	59
1.2. Espírito Santo no pós-Vargas.....	70
CAPÍTULO III.....	92
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O POPULISMO NA POLÍTICA DO ESPÍRITO SANTO..	92
1.1. As lideranças políticas: Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar.....	93
1.2. O populismo no Espírito Santo: a crise como condição de emergência.....	96
1.2.1. As migrações campo-cidade.....	102
1.3. A experiência da participação como sustento da mobilização popular.....	105
1.4. O desenvolvimento da economia capitalista.....	112
1.5. A base social; a ampliação da cidadania; incorporação-exclusão.....	135
1.6. A liderança carismática.....	147
1.7. A queda da experiência populista no Espírito Santo.....	158
1.7.1. O golpe de 1964 e os reflexos para o Espírito Santo.....	158
1.7.2. A queda de Francisco Lacerda de Aguiar.....	163
CONCLUSÃO.....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	177

FONTES PRIMÁRIAS.....	181
FONTES SECUNDÁRIAS.....	189
ANEXOS.....	203

INTRODUÇÃO

Em geral, o populismo, como noção explicativa da política brasileira (1930-1964), tornou-se um conceito demasiadamente eficiente na imagem das ciências humanas. Dessa forma, o político populista ficou qualificado como um personagem que, de certa maneira, agiria de má fé, numa postura demagógica, ou seja, prometendo tudo, e nada cumprindo. Essa visão política passou a fazer parte do conhecimento comum, atingindo até mesmo os intelectuais e professores universitários. Contudo, o populismo como conceito tem uma função e uma história.

No Brasil, o termo populismo apareceu no jornal *Folha da Manhã*¹ em 2 de novembro de 1929. O “*populismo*”, consoante o mesmo jornal, seria um novo gênero literário francês que privilegiaria a participação dos personagens das “*classes baixas*”².

Mas, na edição de 3 de novembro de 1946, foi publicado, no mesmo jornal, um discurso de Plínio Salgado. Nele, o termo “*populismo*” ganhou um conteúdo político e pejorativo. Segundo Plínio Salgado, “[...] o populismo do Partido da Representação Popular representa um perigo [...]”³. Esse populismo mencionado por Salgado referia-se a um modelo de comunismo soviético.

Em algumas edições posteriores àquela data, há uma confusão no uso do termo populismo, e o vocábulo aparece como um gênero literário. Em outras, como sinônimo de comunismo; em outras, ainda, como sinônimo de revolução social conduzida pela igreja católica.

Na *Folha da Manhã* de 10 de maio 1949, o governador do estado de Minas Gerais, Milton Campos, afirma que populista é um rótulo dado aos políticos que propõem reformas sociais e econômicas. A edição do mesmo jornal, no dia 11 de maio de 1949, sugere que o líder populista é aquele indivíduo oriundo da classe média alta, que necessita conquistar o povo, prometendo realizações e benefícios materiais⁴. Nesse sentido, é possível que esse rótulo fosse atribuído a Getúlio Vargas, Adhemar de Barros, entre outros, por causa do pleito eleitoral de 1950. Para alguns políticos, o populismo levaria o Brasil ao *caos*, pois o líder populista seria sempre aquele dotado de demagogia e capaz de mobilizar multidões⁵. Em

¹Hoje é o Jornal *Folha de São Paulo*.

²“Um novo gênero literário, ‘o populismo’. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 07, 2 nov.1929”.

³“Plínio Salgado dirige-se ao povo. O sensacional discurso no teatro municipal do Rio de Janeiro, irradiado por 37 emissoras’. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 7, 3 nov.1946. Seção livre”.

⁴“A nação está ameaçada de submergir no caos. Pedro Aleixo denuncia manobras de forças antidemocráticas – necessidade de acordo entre os grandes partidos”. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 2, 11 mai. 1949, 1º caderno.

⁵“Minas Gerais não tem candidatos nem reivindica situações de hegemonia: O Governador Milton Campos expõe às ‘Folhas’ o ponto de vista oficial mineiro sobre a situação política nacional”. **Folha da Manhã**, São

geral, na visão do jornal Folha da Manhã, as lideranças populistas exploravam o povo por meio de gastos excessivos e por meio de aquisição de votos⁶.

O termo populismo divulgado pelos jornais é visto ora como a salvação do povo, ora como manifestação de uma política nefasta. O mesmo acontecerá quando esse debate adentrar para a discussão acadêmica.

Ao penetrar a academia, o termo populismo tornou-se um conceito problemático. Para alguns intelectuais, como Ernesto Laclau (1978) o conceito de *populismo* apresenta diversos problemas. Portanto, tornou-se um termo evasivo e recorrente (LACLAU, 1978, p.149). Nas interpretações clássicas do populismo, há quatro enfoques básicos. Três deles consideram o populismo como um movimento com ideologia; apenas o quarto o reduz a um fenômeno puramente ideológico (LACLAU, 1978, p. 150). Para o primeiro enfoque, o populismo é uma expressão típica de uma determinada classe social, a exemplo do *narodnichestvo* russo do século XIX, que consiste em um movimento de ideologia camponesa, de forma similar ao movimento dos *farmers* norte-americanos e de alguns movimentos latino-americanos (LACLAU, 1978, p. 151).

Já a segunda concepção, que poderíamos qualificar de Nihilismo teórico, refere-se ao populismo como um conceito destituído de conteúdo; por essa razão, deveria ser eliminado do vocábulo das ciências sociais. Dessa maneira, os movimentos populistas deveriam ser pensados em função de sua natureza de classe, para desvendar seus fundamentos, por contraste e, assim, possibilitar a percepção de limites. Isto é, o populismo não seria uma categoria analítica, mas um dado da experimentação, além de ser um traço comum entre diversas experiências do movimento social (LACLAU, 1978, p. 152).

Uma terceira concepção, que tenta superar tais dificuldades conceituais, considera o populismo como uma ideologia e não um movimento social. De acordo com esse entendimento, o populismo é definido como uma ideologia *anti-status quo*. Porém, tal análise apresenta certos limites. Primeiro, os traços característicos da ideologia populista são apresentados de uma forma puramente descritiva, ignorando-se o que constitui sua unidade peculiar. Segundo, essa concepção não explica, ao certo, qual o papel desempenhado pelo elemento populista em uma mobilização social determinada (LACLAU, 1978, p. 153).

Como foi observado, num primeiro momento o conceito *populismo* se referiu aos

Paulo, p. 4, 10 mai. 1949.

⁶“Góis Monteiro prevê a derrota do ‘populismo’. Afirma o senador alagoano que não teve caráter político o seu encontro com o gen. Dutra. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 2, 03 jun. 1949, 1º caderno”.

movimentos rurais radicais do oeste americano⁷, e também aos movimentos do socialismo utópico de intelectuais russos, o chamado Narodnichestvo⁸ (MACKINNON; PETRONE, 1998, p. 15). Ambos os movimentos rurais, ou manifestações de *populismos* agrários enfrentaram os desafios do industrialismo e urbanismo e, assim, se opuseram ao avanço do capitalismo, tornando-se vítimas desse processo, e também, por conseqüência, da perda da pequena propriedade rural. Em suma, o termo *populismo* entra nas literaturas americana e russa para fazer referência a movimentos de base rural e com forte conteúdo antielitista.

Na América Latina do século XX, o estudo sobre o conceito *populismo* foi implementado, primeiramente, pela concepção funcionalista. Os pioneiros dessa discussão são os estudiosos Gino Germani⁹ e Torcuato S. Di Tella¹⁰. O primeiro considera que o populismo constitui um tipo particular de movimento social e político, que é produto dos processos de transição da sociedade (DOMINGUES; MANEIRO, 2004, p. 648), isto é, é um processo de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial, enquanto o segundo entende o populismo como:

[...] um movimento político que goza do apoio da massa dos trabalhadores urbanos e/ou camponeses, mas que não resulta do poder de organização autônoma de qualquer um desses dois setores. É também apoiado pelos setores das classes não-operárias, partidárias de uma ideologia *anti-status quo* (DI TELLA, 1979, p. 335).

Sob essa argumentação, Di Tella entende que o populismo aparece em vários países da

⁷[...] Por la misma época pero en forma independiente, aparentemente sin siquiera saber que muy lejos otros grupos a los que se denominaría de populistas, en Estados Unidos los agricultores del Middle West unieron sus voces para protestar contra los políticos y los banqueros de la Costa Este. El apoyo del movimiento populista provino de los estados occidentales y de los sureños y en su enorme mayoría estaba integrado por farmers (granjeros) que demandaban intervenciones socializantes más amplias por parte del gobierno [...] (MACKINNON, María Moría; PETRONE, Mario Alberto. *Populismo y neopopulismo en América Latina*. El problema de la cenicienta. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p.17).

⁸[...] El uso correcto del término narodnichestvo y el tema de quiénes deben o no deben ser considerados populistas son cuestiones alrededor de las cuales ha girado bastante debate académico. Dicho en forma sintética, existe un uso más restringido y otro más amplio. En el primer caso, la *intelligentsia* [sic] rusa utilizaba el término narodniki o ‘populista’ para señalar una actitud en particular dentro del movimiento radical, una nueva actitud de humildad hacia el pueblo, que levó a los narodniki a sostener que los intelectuales no deberían conducir al pueblo en nombre de ideas abstractas extranjeras y sacadas de los libros sino adaptarse ellos al pueblo tal cual es, fomentando la resistencia al gobierno en nombre de las necesidades cotidianas reales. En segundo caso, el término populismo se utiliza para referirse a todo el movimiento revolucionario ruso no marxista desde los escritores pioneros hasta la década de 1890 y aun más allá; en otras palabras narodnichestvo denota un socialismo agrario de la segunda mitad del siglo diecinueve, que postula que Rusia podía evitarse la etapa capitalista de desarrollo y proceder a través del artel (cooperativa de obreros o artesanos) y la comuna campesina directamente al socialismo (Ibid., p. 15).

⁹Gino Germani foi influenciado, primeiramente, pela escola americana de sociologia e pela teoria da modernização. Fixou o marco teórico da análise do populismo na América Latina. Germani, imigrante italiano na Argentina, utilizou o funcional-estruturalismo para observar a estrutura social como um todo, isto é, como um conjunto “sociocultural”, cujos elementos apresentam uma relação de interdependência: vinculam-se entre si, apesar das contradições subjacentes. Sua principal obra é *Política y sociedad en una época de transición*, na qual analisa a estrutura social da Argentina (1945-1955).

¹⁰ Professor titular da Universidade de Buenos Aires.

América Latina e em outras regiões do mundo, geralmente em “*países subdesenvolvidos*”.

Apesar de a concepção funcionalista ser a mais coerente e desenvolvida, ela não escapa de certos limites. Como afirma Ernesto Laclau (1978), na visão dos funcionalistas, o populismo é uma manifestação de transição numa conjuntura de atualização histórica, e isso o simplifica a categoria de uma lógica etapista de desenvolvimento. Por outras palavras, as sociedades latino-americanas passariam por um processo de modernização conduzido pelo fenômeno do populismo. Outra crítica importante a Germani e Di Tella corresponde ao fato de que o populismo aparece mais nos países “*subdesenvolvidos*” do que nos países “*desenvolvidos*”. Isso implica concluir que quanto maior o desenvolvimento econômico, menor a probabilidade de o populismo aparecer.

De fato, como sugere Ernesto Laclau (1978), as teorias funcionalistas constituem uma polaridade entre sociedades modernas e sociedades tradicionais, isto é, uma dualidade confusa. Na verdade, não passa de resultante da adição meramente descritiva de seus traços característicos, indicando, desse modo, uma progressão da sociedade. Ainda mais: tais modelos teóricos indicam uma harmonia entre os diversos grupos sociais, enquanto o processo de transição da sociedade era constituído (LACLAU, 1978, p. 161).

Também podemos acrescentar uma crítica ao conceito de populismo verificado no trabalho de Di Tella (1979). De acordo com este autor, o populismo pode ser definido como um movimento político que tem o apoio da massa dos trabalhadores urbanos e camponeses, porém não resulta da organização autônoma dessa massa. Se aplicarmos o conceito, estaremos cometendo um grande equívoco, porque teríamos de entender que o populismo pode aparecer em qualquer movimento de massas. Além disso, tal conceituação não leva em consideração as características particulares das regiões onde surgem esses movimentos. Por causa do referido conceito, Di Tella observou modelos de populismo na China, Índia e outros países do mundo, sem considerar as peculiaridades dos movimentos.

Numa visão marxista, o próprio Ernesto Laclau (1978), em seu trabalho *Política e ideologia na teoria marxista: Capitalismo, fascismo e populismo*, propõe uma revisão teórica do conceito de populismo. Para tanto, ele considera que a característica do populismo é seu apelo ao povo, passando por cima das divisões classistas. Por isso, Laclau apresenta a seguinte tese:

[...] o populismo consiste na apresentação de interpelações popular-democráticas como um conjunto sintético-antagônico com relação à ideologia dominante [...]. [...] o populismo começa no ponto em que os elementos popular-democráticos se apresentam como opção antagônica face à ideologia do bloco dominante. Observe-se que isto não significa que o populismo seja sempre revolucionário. Basta que, para

assegurar sua hegemonia, uma classe ou uma fração de classe requeira uma transformação substancial do bloco de poder para que uma experiência populista se torne possível [...] (LACLAU, 1978, p. 179).

Consoante a essa linha de argumentação, o populismo surge historicamente ligado a uma crise do discurso ideológico dominante que, por sua vez, parte de uma crise social mais geral. Em síntese, Ernesto Laclau compreende as especificidades do populismo no plano do discurso político, embora ele também entenda que o populismo possa aparecer em diversas sociedades, como na Alemanha nazista, ou mesmo nos regimes de Mao¹¹ e Tito¹².

Na década de 1960, os estudos das ciências sociais receberam influências da teoria da dependência e do marxismo. A partir dessas novas orientações, o populismo passou a ser visto pelos cientistas sociais como uma capacidade convocatória, demagógica e emocional de um líder carismático, ou como manifestação da cegueira da massa. Esse conjunto de trabalhos foi denominado de histórico-sociológico, pois, nele, se consideravam as condições históricas para o surgimento do populismo. Com esse ponto de vista, destacam-se os estudos de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso (1970)¹³, e Octávio Ianni (1991)¹⁴. No primeiro estudo, Cardoso e Faletto compreendem o populismo na América Latina como consequência de uma fase de transição social, que propiciou a inserção de outros atores sociais, como a burguesia e a classe média, no sistema de dominação. Além do mais, o processo de urbanização possibilitou o aparecimento das massas no cenário sociopolítico. Isso, conjugado à expansão da economia industrial, caracterizou o período denominado de *desenvolvimento para dentro*, o qual ganhou plenitude entre os anos de 1950 e 1960, no aparecimento das chamadas políticas de *industrialização substitutivas*. Não obstante, essa industrialização representou um pacto entre as elites tradicionais e os setores urbano-industriais, ou mesmo populares. Nesse nível de condições econômicas e sociais, apareceu o que os autores denominam de *populismo desenvolvimentista*, no qual se expressavam interesses contraditórios, como consumo ampliado e investimentos acelerados; participação estatal no desenvolvimento e fortalecimento do setor urbano-industrial privado (MACKINNON; PETRONE, 1998, p. 26-27).

¹¹Mao Tsé-Tung, líder da China comunista. Sua estratégia revolucionária consistia, principalmente, na mobilização da população rural. A partir dessa revolução, a China passou à adoção do comunismo. (HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914 a 1991*. Companhia das letras: São Paulo, 2º edição, 1995, p.85).

¹²Marechal Tito, libertador e líder da Iugoslávia comunista (Ibid., p. 162).

¹³CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 4. Ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

¹⁴IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

No segundo estudo, Ianni aborda que um dos problemas da política latino-americana é a forma como as massas desaparecem do cenário político de cada país, ou, de outro modo, como passam a ocupar um segundo plano. Dessa maneira, o Estado assume a primazia do controle em relação às massas populares. No esboço dessa obra, o autor procura se concentrar na discussão de alguns aspectos da interpretação, sobretudo as dimensões da estrutura de poder das relações de classes e os encadeamentos entre as relações econômicas e as relações políticas. Dessa forma, o populismo revela-se como um antagonismo de classes, numa situação em que, precisamente, as relações antagônicas parecem estar apagadas. Por isso, para Ianni, o populismo também é o reflexo de uma nova combinação entre as tendências do sistema social e as imposições da dependência econômica, bem como uma etapa final do processo de dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção. Dessa maneira, o populismo é usado pelas elites burguesas e também pela classe média para manipular as manifestações e as possibilidades de consciência da classe trabalhadora, na mesma medida em que também pode servir para manifestações da própria massa revolucionária, isso no momento das contradições.

Ainda que inovadoras as análises de Cardoso, Faletto e Ianni, devemos evidenciar que elas se encontram limitadas pela teoria da dependência. De certo modo, o populismo é concebido, ainda, como mera estratégia de desenvolvimento econômico nacional, que está em plena dependência do capitalismo econômico internacional. Desse modo, os autores desviam-se do entendimento sobre a dinâmica da economia nacional.

Outras análises foram fundamentais para o entendimento sobre o populismo, como os estudos de Carlos Vilas (1998)¹⁵, Murmis e Portantiero (1998)¹⁶, Weffort (1998)¹⁷, Torre (1998)¹⁸ e

¹⁵C.f. MACKINNON, M; PETRONE, M. Op.cit., p.28, nota 7. De acordo com os autores: En un artículo de 1988, Carlos Vilas se centra en las condiciones materiales del populismo y desarrolla la tesis de que “el nivel de desarrollo alcanzado por la economía en una sociedad y del tipo dominante de relaciones de producción ofrecen la matriz de significado que explica la posibilidad y modalidades del populismo. Desde esta perspectiva, lo que se denomina populismo es una específica estrategia de acumulación de capital, una estrategia que hace de la ampliación del consumo personal – y eventualmente cierta distribución de ingresos – un componente esencial”. Es, por lo tanto, la estrategia de acumulación de una cierta fracción de la burguesía en la primera etapa del crecimiento de la industria nacional y la consolidación del mercado interno.

¹⁶Dentro de un contexto de revalorización del peronismo desde la izquierda, Murmis y Portantiero recuperaron la racionalidad del comportamiento de los obreros, fenómeno que estaba ocupado por las interpretaciones que hacían hincapié en la anomia y el caudillismo. Según Adelman, se propusieron explicar la permanencia del peronismo como fenómeno de masas centrándose en dos procesos subyacentes: la industrialización tardía y una crisis de hegemonía burguesa que permanecía irresuelta desde el quiebre institucional de 1930 (MACKINNON; PETRONE, op.cit., p.28, nota 7).

¹⁷Para Weffort, que aborda el fenómeno desde el proceso de crisis política y desarrollo económico que se abre con la revolución de 1930 en Brasil, el populismo fue a expresión del período de crisis de la oligarquía y liberalismo, del proceso de democratización del estado, y una de las manifestaciones de las debilidades políticas de los grupos dominantes urbanos al intentar sustituir a la oligarquía en las funciones de dominio político. Pero,

Alain Touraine (1998)¹⁹. Cada um deles tentava interpretar as variáveis do populismo latino-americano. Do ponto de vista de Mackinnon e Petrone (1998), a partir da década 1980, estudos revisionistas produziram questionamentos à versão clássica de suposta passividade e anomia dos trabalhadores. Esses estudos foram realizados por um grupo que pode ser denominado de conjunturista²⁰ (MACKINNON; PETRONE, 1998, p. 31).

No Brasil, o conceito *populismo* também se tornou imensamente plástico, tanto nas ciências sociais, quanto na história. Em meados da década de 1950, quando a academia vivia sua efervescência, os cientistas sociais procuraram construir análises sobre a estrutura do poder nacional. Para isso, o Ministério da Agricultura passou a patrocinar reuniões de intelectuais em Itatiaia. Posteriormente, os mesmos passaram a ser reconhecidos como o *Grupo de Itatiaia*²¹.

Em 1953, esse grupo criou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), e, no mesmo ano, publicou o *caderno de nosso tempo*. Essa publicação, cujo objetivo era formular uma interpretação para a crise nacional em curso, foi considerada o berço da ideologia nacional-desenvolvimentista. Entre as questões analisadas, estava o surgimento do populismo na política brasileira. A consequência desse debate foi a publicação de um ensaio, no primeiro semestre de 1954, intitulado *Que é o adhemarismo?*, no qual se buscou analisar a projeção do político paulista Adhemar de Barros como candidato à sucessão presidencial em

sobre todo, el populismo fue la expresión de la irrupción de las clases populares en el proceso de desarrollo urbano e industrial de esos decenios, única fuente social posible de poder personal autónomo para el gobernante y en cierto sentido, la única fuente de legitimidad posible para el propio Estado (MACKINNON; PETRONE, Op.cit., p.29, nota 7).

¹⁸ [...]Centrándose en el papel que jugó la vieja guardia sindical en el acercamiento de las masas a Perón. Torre se propone recuperar la problemática de la doble realidad de la acción de masas, ampliando el concepto de racionalidad en el comportamiento obrero ya avanzado por Murmis y Portantiero en el campo social, para incluir también en él análisis el campo de la política. Por un lado, desde la perspectiva del interés de clase, el criterio de racionalidad está basado en la maximización de los beneficios en el plano material; por otro, para comprender la identificación política con Perón es necesario, afirma, introducir otro criterio de racionalidad: el del reforzamiento de la cohesión y la solidaridad de las masas obreras [...] (MACKINNON; PETRONE, op.cit., p.29, nota 7).

¹⁹En su análisis, este autor parte del supuesto de que en América Latina existe una “confusión”- que se habría corregido con los regímenes actuales según artículos recientes – entre estado, sistema político y actores sociales en virtud del cual: 1) los actores sociales no pueden ser definidos por su función socioeconómica; 2) el sistema político no constituye un sistema de reglas de juego como la democracia, sino un espacio de fusión entre estado y actores sociales; y, 3) el estado no es príncipe soberano con esfera propia sino un actor complejo y múltiple permanentemente incorporado a fuerzas políticas y dividido por conflictos políticos. Esta conceptualización lleva a dos consecuencias: a) la sobredeterminación de las categorías políticas sobre las sociales, y, b) la ausencia de diferenciación entre el sistema político y el estado (Ibid., p.30).

²⁰Entre esses estudiosos podemos destacar: Doyon, Adelman, Horowitz, Daniel James, Matsushita, Tamarin, John French, Boris Fausto (Ibid., p.31).

²¹Faziam parte do Grupo de Itatiaia os intelectuais: Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe.

1955. No entanto, não há autor identificado nesse ensaio, embora seja a primeira versão da análise do populismo, situando-o como uma política de massas, fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade brasileira. Nesse ponto de vista, o populismo passou a ser considerado pelos estudiosos brasileiros como uma transição de uma sociedade agrária e tradicional para uma fase moderna de expansão urbano-industrial e, por conseguinte, a existência de massas passa a ser um elemento fundamental.

De acordo com Jorge Ferreira (2001), é possível dividir a discussão teórica a respeito do populismo em gerações, conforme faremos. Do ponto de vista do estudioso, a primeira geração de intelectuais produziu seus trabalhos entre os anos 1950/1960, e certamente foi influenciada, tanto pela teoria da modernização, quanto pela teoria funcionalista de Germani. Seguindo essas linhas de pensamento, os estudos acerca do populismo no Brasil o evidenciaram, em primeiro lugar, como uma política de massas, isto é, a teoria era de que se tratava de um fenômeno vinculado à modernização da sociedade e à manipulação pelos líderes carismáticos. Entre os intelectuais daquela geração, destacam-se os trabalhos de Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos²², Juarez Brandão Lopes²³, Luís Werneck Viana²⁴, Leôncio Martins Rodrigues²⁵, Aziz Simão²⁶ e José Albertino Rodrigues²⁷.

Nas décadas de 1960 e 1970, dois estudos de abordagem histórico-sociológica tornaram-se fundamentais para as explicações sobre o populismo no Brasil: os trabalhos de Octávio Ianni (1978) e Francisco Weffort (2003). O primeiro intelectual elaborou o livro *O colapso do populismo no Brasil*. Nele, se estabelece como marco fundamental o nacional-desenvolvimentismo na política brasileira. Ou seja, Ianni aborda o problema focalizando o populismo como uma estratégia política de desenvolvimento econômico. Para o autor, a economia brasileira estaria em inteira dependência da economia internacional. O resultado disso seriam as diversas crises econômicas mundiais que afetaram o Brasil a partir de 1929, o que possibilitou modificações estruturais. Dessa maneira, a política de massa (populismo) seria a consequência de um novo modelo de desenvolvimento econômico nacional e, também, das mudanças estruturais irreversíveis.

A dependência do capital externo, segundo Ianni, causou as contradições internas do

²²RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1961.

²³LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

²⁴VIANNA, Luis Werneck. *Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências*. Rio de Janeiro, Revista Dados, BIB, 1978.

²⁵RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

²⁶SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática, 1981.

²⁷RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

populismo, pois, na economia brasileira, passaram a coexistir quatro modelos de desenvolvimento: agro-exportador, substitutivo, associativo e socialista, todos eles buscando a primazia do desenvolvimento. Por causa das contradições, é possível perceber uma sucessão de crises políticas, resultando no crescente conflito com o nacional-desenvolvimentismo independente e na preservação de vínculos e compromissos com a sociedade tradicional e o sistema econômico internacional. Logo, o golpe de abril de 1964 assinalaria a transição efetiva para o modelo de desenvolvimento econômico associado, com uma relação de interdependência com os Estados Unidos da América.

De certa forma, o conceito de populismo desenvolvido por Ianni apresenta diversos problemas, já que o estudioso não leva em consideração a dinâmica interna da economia nacional, apenas a relação de dependência com o capital externo. Além disso, a política de massa, na interpretação do autor, supõe uma visão hegemônica, na qual o governo e as classes dominantes detêm total controle sobre essas massas. Finalmente, podemos acrescentar que o intelectual também abre uma proposta interessante: a possibilidade de uma política de massas no campo. Isso não foi inteiramente explicado, porém, gera uma perspectiva de novas análises.

Já no trabalho de Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira*, o populismo é compreendido como uma forma de emergência das massas populares na política. Em geral, ele conceitua o populismo como:

[...] um fenômeno das regiões atingidas pela intensificação de processo de urbanização. Estabelece suas raízes mais fortes em São Paulo, região de mais intenso desenvolvimento industrial no país. Deste modo, a relação líder-massa típica do populismo apenas formalmente se assemelha aos padrões tradicionais vigentes na velha sociedade agrária brasileira (WEFFORT, 2003, p. 28).

O estudioso entende que a derrota das oligarquias rurais resultou na emergência de líderes populistas e, por consequência, na formação de um *Estado de compromisso*; essa ideia remete a um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio estável, e abre espaço para a emergência do poder pessoal do líder, que passa a se confundir com o Estado como instituição, do que também deriva a lógica simbólica do compromisso entre o Estado e as classes populares, que passam a integrar o cenário nacional de forma subordinada (GOMES, 2001, p. 33). Assim, as massas mobilizadas, ao serem convidadas para a participação e para se aproximarem do governo, formam com o líder uma relação líder-massa, implicando um Estado de massas. Esse novo pacto, de certo modo, permitiu a ampliação dos direitos das classes operárias no campo político. É cabível destacar-se que a categoria

manipulação desenvolvida pelo autor é ambígua, pois o mesmo afirmou que a manipulação não foi absoluta, tendo vivido sua própria ambiguidade, ora manipulação, ora interlocução com o Estado.

Entretanto, o conceito *populismo* desenvolvido por Francisco Weffort não escapa à ideia de etapismo de transição. Outrossim, a ideia de *Estado de compromisso* desenvolvida pelo autor, sugere um equilíbrio entre os diversos setores da sociedade. Na verdade, isso é refutado por Sônia Draibe (1985) que considera a existência de uma heterogeneidade de interesses durante o processo de industrialização (DRAIBE, 1985, p. 23). No entanto, sua análise nos legou importantes termos, como *manipulação* e *demagogia*, além da ideia de ampliação da cidadania, pois, de certa forma, os direitos sociais são ampliados nos governos populistas. Por fim, o intelectual nos transmite a noção de *ambiguidades*. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que há uma repressão as massas, os canais de participação, os direitos trabalhistas e os benefícios sociais também são ampliados.

Como vimos, de modo geral, todos os estudiosos brasileiros das décadas de 1950 e 1960 estavam influenciados pela teoria da modernização, e a tipologia de Gino Germani (1979), ou mesmo pela teoria da dependência. Comumente, suas análises são limitadas, pois sempre remetem aos mesmos argumentos: a falta de consciência das massas populares, a despolitização e a situação de manipulação dos líderes carismáticos em relação a essas mesmas massas.

A segunda geração dos estudiosos sobre o populismo se formou entre os anos de 1970/1980 e centralizou seus estudos na relação Estado/sociedade/classe trabalhadora. Em geral, essa geração foi afetada, acima de tudo, pelo marxismo gramsciano, já que seus conceitos de *hegemonia*, *persuasão* e *repressão* foram aplicados ao varguismo. Ou seja, na visão da segunda geração, repressão e persuasão tornaram-se pontos centrais para a proeminência do governo Vargas sobre a classe trabalhadora. Todavia, essa atualização historiográfica não se distanciou das teses centrais do *populismo* erguidas nas décadas anteriores. O que podemos dizer é que houve uma atualização das tendências historiográficas.

Já na década de 1980, um grupo de estudiosos revisionistas começou a abandonar a noção de *populismo*. Evitando o uso desse conceito, passaram a ressaltar as políticas públicas de controle social implementadas pelo Estado varguista, precipuamente no controle do operariado. Esses intelectuais estavam influenciados por novas tendências historiográficas, que abriram espaço para outras problemáticas, tais como habitação, pedagogia, educação

física, saúde, medicina, sexualidade, direito, etc. Nesse sentido, a história cultural foi muito influente entre os historiadores brasileiros que buscavam revisar o conceito *populismo*. Ela ganhou espaço nas explicações, especialmente relacionadas à relação entre Estado e classe trabalhadora. Dentre outros estudiosos, destacamos três como principais: Angela Maria de Castro Gomes (1994), Maria Helena Rolim Capelato (2009) e Jorge Ferreira (2001).

O trabalho de Angela de Castro Gomes (1994) tornou-se um divisor de águas para os estudos revisionistas. Seu estudo *A invenção do trabalhismo* foi publicado em 1988, sendo recebido com inquietações pela academia. Nesse trabalho, a estudiosa se debruça sobre a formação e a identidade dos trabalhadores no Brasil. De maneira geral, sua pergunta principal é: *que tipo de cidadania existe no Brasil? Ou melhor, como este país definiu seu conceito de cidadania e sua experiência de democracia?*

Diferentemente dos estudos clássicos, que legaram ao trabalhador um papel apenas secundário, Angela de Castro Gomes procurou estudar o desenvolvimento dos direitos sociais no Brasil, como também a extensão da participação política. Nesse sentido, a direção do seu trabalho foi investigar como a classe trabalhadora se constituiu em ator político central da política brasileira. Dessa forma, a estudiosa concluiu que, no Brasil, diferentemente da Europa, vigorou o modelo de *cidadania regulada*²⁸, no qual o trabalhador é inserido no mundo do trabalho por meio de leis. Além do mais, essa inserção no campo do trabalho é feita e planejada pelo Estado, no que pode ser chamado de *trabalhismo* brasileiro. Então, a visão de uma classe trabalhadora cuja atuação estava reduzida à manipulação política das lideranças externas a ela, ou a apelos populistas visando apenas ganhos eleitorais, é contestada pela autora. Para isso, ela retoma o processo de construção da identidade coletiva da classe trabalhadora no Brasil. Acima de tudo, esse trabalho reinterpreta a relação entre Estado e classe operária, não apenas como benefícios e custos ligados à lógica material, mas como uma relação fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica que representa tais benefícios como alocações e, por consequência, amplia a experiência de luta dos próprios trabalhadores. Portanto, no que tange ao estudo de Castro Gomes, o processo de constituição

²⁸Esse conceito foi desenvolvido por Wanderley Guilherme dos Santos: [...] Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do esboço dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece (SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p.75).

da classe trabalhadora em ator coletivo é um fenômeno político-cultural capaz de articular valores, idéias, tradições e modelos de organização por meio de um discurso no qual o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto.

O estudo de Maria Helena Rolim Capelato (2009), *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*, se destaca também por relativizar o modelo clássico de populismo. Para a autora, a questão central do trabalho diz respeito à compreensão do caráter autoritário da propaganda veiculada pelos meios de comunicação, educação e produção cultural, com o objetivo de conquistar *corações e mentes* (CAPELATO, 2009, p. 21). A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas. É dessa forma que política e cultura se mesclam com ideais, imagens e símbolos, concretizando a ligação entre o líder carismático e a massa. Ainda mais: a autora destaca que as propagandas varguista e peronista se destinaram a criar imagens, símbolos e mitos capazes de mostrar a grandiosidade do regime político, além de propagar valores novos para a massa trabalhadora, por meio do controle dos meios de produção intelectual e artística. Assim, nesses regimes políticos, emerge uma nova cultura política, destinada, sobretudo, para a política de massas. Dessa nova cultura política, surge uma nova cidadania, construída no Estado varguista e peronista. Essa cidadania é forjada também pelo meio educacional, numa forma de identidade nacional coletiva. É a partir dessa construção da identidade nacional coletiva que os Estados varguista e peronista constroem a imagem de uma sociedade harmônica e unida.

Finalmente, podemos abordar o recente trabalho organizado por Jorge Ferreira (2001): *O populismo e sua história: debate e crítica*. Em seu novel estudo revisionista, Jorge Ferreira e outros autores procuram explicar o conceito *populismo*, reconstruindo a trajetória histórica do conceito utilizado por sociólogos, historiadores e cientistas políticos nas últimas décadas, bem como a influência desse conceito no âmbito acadêmico, e sua extensão para os meios populares, tornando-se um senso comum. Essa obra tem objetivos diversos e plurais, embora obedientes a um mesmo eixo: discutir criticamente a noção de *populismo* como categoria explicativa (FERREIRA, 2001, p.14). Desse modo, autores como Angela de Castro Gomes (2001), Maria Helena Rolim Capelato (2001), Elina Pessanha, Regina Morel (2001), Lucília de Almeida Neves (2001), Francisco Teixeira Silva e Hélio da Costa (2001), Daniel Arão Reis Filho (2001) propõem, numa perspectiva revisionista, colocar novas problemáticas acerca do populismo.

A partir da trajetória do conceito de populismo na produção acadêmica da história e das

ciências sociais no Brasil, esses autores relacionam as condições da produção desse conceito com a própria história política do país, salvo o artigo de Maria Helena Rolim Capelato (2001), que critica a utilização generalizada do conceito populismo na América Latina, porém valida a utilização de tal conceito nos fenômenos do peronismo e cardenismo. Os demais trabalhos se baseiam nas análises dos partidos políticos, do sindicalismo, e do trabalhismo. De modo geral, essa obra pretende rever e questionar interpretações aceitas como consensuais, recusar e criticar os modelos antigos e recentes, e alargar a discussão em abordagem alternativa.

Além do mais, nos últimos anos, diversos autores vêm contribuindo para revisar, uma a uma, as premissas do *populismo na política brasileira*. Assim, Lucília de Almeida Neves²⁹ e Maria Celina D' Araújo³⁰, cada uma à sua maneira, demonstraram que o trabalhismo não se reduziu a mera manipulação política, e que o PTB não se resume a um partido pelego. De outro ponto de vista, Argelina Cheiburb Figueiredo³¹ demonstra em seu trabalho a insustentabilidade da tese clássica que explicaria o *colapso do populismo no Brasil* pela mudança nos padrões de acumulação capitalista (FERREIRA, 2001, p. 109).

Recentemente, o trabalho desenvolvido por Michael L. Conniff (2006)³², *Política urbana no Brasil: A ascensão do populismo – 1925-1945*, ganhou certa importância no debate acerca do populismo no Brasil. Esse estudo foi elaborado na década de 1970, mas publicado há pouco tempo. Durante o período em que trabalhou na Universidade Católica do Rio de Janeiro, Conniff empreendeu uma pesquisa sobre o populismo na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1920 a 1940. De forma semelhante a outros autores da década de 1970, Conniff também foi influenciado pela corrente funcionalista americana, contudo de forma diferente. Ele define o populismo como:

[...] um movimento político que surgiu em resposta à revolução metropolitana e contra as políticas urbanas elitistas que a acompanharam. Prometendo restaurar a sociedade holística e a autogestão abandonadas no final do século XIX, o populismo defendia uma sociedade em que todas as pessoas tivessem um lugar, e na qual as classes fossem indistintas. Em vez de um competitivo sistema *laissez-faire* que podia ser explorado pelos ricos, o populismo pedia um Estado intervencionista (ou governo cidadão) que tomasse conta de todas as pessoas, regulasse as relações econômicas, promovesse o bem-estar dos oprimidos e trouxesse justiça social para todos. A força do populismo vinha do fato de reviver uma tradição ainda não esquecida do folclore e na memória popular (CONNIFF, 2006, p.27).

Na visão de Conniff, além do populismo ser uma forma de evolução da política urbana, também é uma forma de promoção de justiça social. Sua análise se limita a cidade do Rio de

²⁹NEVES. Lucília de Almeida. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

³⁰ARAÚJO. Maria Celina D'. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

³¹FIGUEIREDO. Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

³²Atualmente Michael L. Conniff leciona História na Universidade do Novo México.

Janeiro, que se urbanizou muito antes de São Paulo e apresentava todas as características urbanas importantes para o surgimento do populismo. Conforme Conniff (2006), em 1931, com a ascensão de Pedro Ernesto Baptista³³ à prefeitura do Rio de Janeiro, emerge também o populismo naquela cidade. Assim, Pedro Ernesto se configura como o primeiro líder populista do Brasil. Em geral, sua administração foi baseada exatamente no decréscimo das injustiças sociais, por meio de reforma da saúde, educação, habitação, etc. (CONNIFF, 2006, p.119).

Para compreender a experiência populista no estado do Espírito Santo, procuramos um conceito satisfatório para esta dissertação. Não queremos, de forma alguma, encerrar o debate acerca do conceito, mas abrir uma possibilidade de interpretação da realidade estudada. Para isso, baseamos nossa análise no trabalho organizado por Mário Alberto Petrone e María Moria Mackinnon (1998)³⁴. Ambos consideram o populismo como uma conjuntura complexa, que precisa de unidades analíticas mínimas para sua compreensão. Esse detalhamento será dado no capítulo 1 dessa dissertação.

Devemos destacar que, conforme entendemos, a experiência populista não apenas atingiu a zona urbano-industrial, mas também alcançou as regiões com pouco desenvolvimento capitalista-industrial, como no caso do Espírito Santo. É certo que esse fenômeno aparece de forma diferenciada, em virtude dos aspectos peculiares dessa localidade, que são aspectos econômicos, sociais e políticos estabelecidos ao longo da formação social e histórica desse estado.

O estudo de Marta Zorzal e Silva (1986)³⁵ demonstra, com muita propriedade, que, na formação social do estado do Espírito Santo, houve a predominância das estruturas agrárias cafeeiras, em contraposição ao desenvolvimento industrial, algo que dificultou o aparecimento do populismo nesse estado. Se, em nível federal, a revolução 1930 abriu espaço para a emergência do processo de industrialização, o mesmo não ocorreu no Espírito Santo. Segundo Marta Zorzal e Silva (1986), até 1966, a monocultura do café ainda permanecia como principal produto de exportação e arrecadação de renda para o Estado. Por causa da

³³[...] O médico Pedro Ernesto Baptista desempenhara papel importante na política de 1931 a 1937 [sic] como líder dos tenentes e mais proeminente ainda como chefe do primeiro movimento populista do Brasil. Embora a maioria do planejamento revolucionário ocorresse nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Pedro Ernesto tornara-se seu coordenador na capital (CONNIFF, Michael. L. *A política urbana no Brasil: A ascensão do populismo 1925-1945*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p. 119).

³⁴Cf. nota 7 desta introdução.

³⁵SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, Interesse e Poder*. 2 v. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

preferência dada a essa monocultura, houve, na sociedade espírito-santense, a hegemonia³⁶ das elites ligadas à produção e exportação do café.

Entretanto, a crise do café, iniciada em 1955, provocou uma redução da hegemonia das elites cafeeiras, permitindo a manifestação do populismo como fenômeno político, bem como a intensificação do processo de industrialização. Na verdade, se um dos traços do populismo é a ambiguidade, provavelmente, isso apareceu naquele momento, pois, ao mesmo tempo em que as elites cafeeiras eram hegemônicas, também havia um processo de intensa redução de sua própria hegemonia.

Esse processo de crise econômica, conjugado às migrações campo-cidade, permitiu o aumento do processo de urbanização, e também a ampliação da participação política de novos atores sociais no processo decisório. Por isso, as lideranças políticas passaram a modificar suas próprias práticas políticas, direcionando-as às massas populares. Mas devemos ressaltar que o populismo, no Espírito Santo, não esteve totalmente desligado dos setores agrários.

Em virtude desses problemas apresentados, o objeto de pesquisa deste trabalho é estudar a experiência populista na política do Espírito Santo, levando em consideração as mudanças estruturais do período compreendido entre 1959-1966, ou seja, nos governos de Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar. Na verdade, esse recorte histórico representou o momento ideal para a crise de hegemonia, bem como a manifestação e concretização da experiência populista no estado. Também buscamos analisar o populismo a partir do comportamento desempenhado pelas lideranças políticas e seus respectivos projetos políticos no processo de transformação da sociedade capixaba. Em outras palavras, objetiva-se perceber como essas lideranças políticas se comportaram diante da transformação da sociedade tradicional/agrária em uma sociedade urbano/industrial.

Para isso, fundamentamos nossa análise em alguns objetivos específicos. No primeiro objetivo, procuramos explicitar um conceito de populismo que seja aplicável ao objeto-problema em estudo. No segundo objetivo específico, propomo-nos a analisar as lideranças políticas enquanto atores políticos. Ademais, entender sua ação estratégica política para realizar o processo de modernização do Espírito Santo. No terceiro objetivo, nos dedicamos a avaliar o processo e a prática do populismo no Espírito Santo. No quarto objetivo, procuramos analisar os impactos das transformações capitalistas nacionais sobre a política e a sociedade

³⁶Entendemos o conceito de hegemonia como a capacidade econômica, política, moral e intelectual de estabelecer uma direção dominante (GRAMSCI apud SANTOS, Boaventura Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003).

local. Finalmente, no quinto objetivo, analisamos a estrutura administrativa do Estado.

Com o propósito de entender o populismo como uma experiência política, faz-se a seguinte pergunta: *Que tipo de populismo, ou práticas populistas surgiram no estado do Espírito Santo?*

Nossa hipótese é a de que o populismo no Espírito Santo foi diferenciado do da região sudeste, por causa das suas características peculiares, que emergiram no processo de sua formação social e histórica. Entendemos que o predomínio da monocultura de café resultou na hegemonia de elites vinculadas a exportação e produção daquele produto, tanto no campo econômico, quanto na estrutura política. Tal hegemonia dificultou o aparecimento do populismo como experiência política.

Não obstante, essa hegemonia das elites cafeeiras forçou os laços de compromissos entre elas e as lideranças políticas governamentais. Porém, as transformações capitalista-industriais em curso no Brasil, como também a crise do café, iniciada em 1955, bem como o processo de urbanização (migração campo-cidade) impuseram às lideranças políticas modificações de suas práticas, por ser tratar de um novo ambiente sociopolítico e econômico que se afirmava.

Utilizamos como referencial teórico os principais estudiosos que debateram o conceito de populismo, todos já mencionados nesta dissertação. Existem os estudiosos que desenvolveram o conceito clássico de populismo e aqueles que desenvolveram um modelo revisionista. A partir dos questionamentos e discussões produzidos por todos esses autores, criamos um conceito de populismo que seja aplicável à realidade estudada. Não deixamos de lado a análise sobre a influência do carisma da liderança política no populismo. Portanto, utilizamos como referenciais teóricos Max Weber (1999)³⁷ e Richard Sennett (1998)³⁸.

Em nossa visão, o populismo é um tipo ideal e procuramos construí-lo como tal. Max Weber entende um tipo ideal como uma construção de modelo teórico capaz de compreender a realidade. Para Weber, os modelos ideais só existem na própria elaboração ideal, pois, na realidade, tais modelos se misturam. Esses tipos ideais, em geral, estabelecem um fator de inteligibilidade dos fenômenos. Não obstante, se o pesquisador, em determinada sociedade, deseja estudar a legitimação da autoridade, poderá valer-se dos três tipos ideais definidos por Weber como recurso para a descrição da realidade empírica (GIL, 1989, p. 42).

³⁷WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4º Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 1 v.

³⁸SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

Do ponto de vista metodológico, Antônio Gil (1989) afirma que os métodos têm por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais. De modo geral, garantem a orientação necessária à realização da pesquisa social (GIL, 1989, p. 34). Assim, nesta dissertação, pretendemos utilizar o método comparativo, por meio do qual se procede à investigação de indivíduos, classe, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Além disso, o método comparativo possibilita a pesquisa de grandes agrupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo. Desse modo, podem ser realizados estudos comparando diferentes culturas, ou sistemas políticos. Por isso, além de buscar entender a possível manifestação do populismo na política do Espírito Santo, também pretendemos comparar as ações e lideranças de Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar à frente da direção do Estado, numa fase de transição da sociedade capixaba.

Para estudar essas mudanças macro-sociais, utilizamos uma série de fontes primárias e secundárias. As fontes primárias foram prospectadas no Arquivo Público Estadual. São arquivos da Secretaria de Governo do Estado do Espírito Santo, e da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado do Espírito Santo. Em outras palavras, fontes oficiais de ambos os governos. Tais documentos estão compilados em 54 caixas, com documentos oficiais entre os anos de 1959 a 1966. Outras fontes primárias foram as Mensagens enviadas à Assembleia Legislativa pelo executivo estadual, também entre os anos de 1959 a 1966. Esses documentos nos dão alicerce para entender quais as principais decisões tomadas por aquelas lideranças, suas políticas direcionadas ao povo, bem como os interesses em jogo no processo de modernização econômica do Espírito Santo.

Foram também utilizadas as fontes secundárias, como o jornal *A Gazeta*, entre os anos de 1958 a 1966, e a *Revista Espírito Santo Agora*, que contém entrevistas com as principais lideranças políticas da época. Ambas as fontes, além de nos darem a compreensão da conjuntura política, ainda nos possibilitam analisar os discursos e as práticas políticas realizadas por tais lideranças. Por fim, foram utilizadas as bibliografias locais que analisam esse período histórico: tais fontes nos dão um bom esclarecimento para entender o objeto em estudo.

Além dessa introdução, dividimos esse estudo em três capítulos. No primeiro, discutimos um conceito de *populismo* que seja adequado à realidade estudada, bem como estudamos a específica formação social e histórica do Espírito Santo. Compreendemos que a formação do Espírito Santo está ligada ao extenso domínio da monocultura do café. Antes da Primeira

República, o café foi base econômica do estado, o que possibilitou a formação de elites vinculadas a essa monocultura, com influência diretamente ligada ao executivo estadual. O predomínio dessas elites dificultou o aparecimento da experiência populista no Espírito Santo.

No segundo capítulo, procuramos aplicar o conceito desenvolvido no capítulo 1. A partir desse conceito, intentamos avaliar, de forma simples, a existência, ou não, da experiência populista no estado do Espírito Santo, entre os anos de 1930 a 1958. Por isso, avaliamos os governos de João Punaro Bley (1930-1943); Carlos Lindenberg (1947-1950); Jones dos Santos Neves (1951-1954) e Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958). Também objetivamos entender o dinamismo econômico e sociopolítico engendrado por tais governantes.

No terceiro capítulo, discutimos o populismo na política do Espírito Santo. Em geral, a manifestação desse fenômeno político inicia-se com a crise de hegemonia das elites cafeeiras, em 1955, ano da crise do café no mercado internacional. Essa crise, conjugada às migrações campo-cidade, abriu espaço para que novos atores sociais fossem inseridos no campo sociopolítico do Espírito Santo. Tal inserção implicou reivindicações de benefícios materiais e mudanças de práticas políticas dos governadores Carlos Lindenberg (1959-1962) e Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966).

Mesmo com um panorama desfavorável, os setores agrários ainda mantinham influência nas decisões da administração estadual. Porém, as transformações capitalistas implementadas pelo governo federal brasileiro, permitiram, também, o nascimento de novos segmentos sociais, identificados com o processo de industrialização. No caso do Espírito Santo, surgiu a Federação das Indústrias do Espírito Santo. Com esse novo campo socioeconômico e político que se afirmava, também se consolidava a experiência populista, no Espírito Santo, nas administrações estaduais (1959- 1962; 1963-1966), que tiveram que procurar alternativas para modernizar o estado, ao mesmo tempo em que precisaram apoiar a cafeicultura, que era a principal fonte de renda estadual, e impulsionar ações públicas direcionadas às massas populares urbanas e rurais.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO

1.1. QUESTÕES PRELIMINARES DE IMPORTÂNCIA INTERPRETATIVA

Antes de qualquer coisa, precisamos esclarecer qual conceito de *populismo* vamos adotar nesta dissertação. Esse conceito certamente foi construído para satisfazer a realidade estudada. Não queremos aqui encerrar o debate sobre o conceito, mas abrir uma possibilidade de interpretação.

O populismo é um tipo ideal, ou seja, uma construção tipológica. Qualquer cientista social, ao utilizar o tipo ideal como modelo teórico, corre o risco de simplificação da realidade. Ao contrário, também podemos dizer que esse modelo teórico tem uma grande utilidade para os cientistas sociais que desejam compreender a realidade analisada. Dessa maneira, iniciamos nossa construção a partir do conceito desenvolvido por María Moria Mackinnon e Mario Alberto Petrone (1998), no trabalho *Populismo y neopopulismo en América Latina. El problema de la cenicienta*. Nessa obra, os autores compreendem que se devem utilizar três unidades analíticas mínimas para o uso do conceito: a) a crise como condição de emergência; b) a experiência da participação como sustento da mobilização popular; c) o caráter ambíguo dos movimentos populistas.

A situação de crise e de mudança é uma condição para o desenvolvimento do populismo. Essas conjunturas de crise, ou os momentos de ruptura e de grandes transformações, parecem ser o campo propício para os populismos, pois em tais momentos aparecem os grandes articuladores, com seu estilo personalizado e plebiscitário de gestão do poder político, integrando as massas, introduzindo as mudanças que rearticulam o sistema político e o funcionamento do Estado, diminuindo as zonas de incertezas coletivas provocadas pela conjuntura de transformações (MACKINNON; PETRONE, 1998, p. 44).

Um segundo traço fundamental da natureza do populismo, apontado por Mackinnon e Petrone (1998), é a dimensão da participação popular. Indubitavelmente, os populismos são fenômenos que têm a ver com a ampliação da experiência de participação, mesmo que ela seja restrita apenas aos sindicatos, aos partidos políticos, ou às associações de moradores (MACKINNON; PETRONE, 1998, p. 44). O estudo de Angela de Castro Gomes (1994) é um bom exemplo de como o operariado participou dos canais políticos com o objetivo de obter os benefícios materiais, que ganhavam do governo. É notório que havia um sentido de troca material e também uma lógica simbólica. De certo modo, devemos encarar essa participação

popular levando em consideração a heterogeneidade do conjunto dos setores sociais.

Consoante Mackinnon e Petrone (1998), um terceiro traço característico do populismo ou populismos, é a ambiguidade histórica. Isso coloca o componente de mudança na sociedade, em que se vive esse processo político. Ainda encontramos experiências participativas, libertadoras e conflitos no seio da sociedade (MACKINNON; PETRONE, 1998, p.45). Assim, em conformidade com Weffort (2003), o populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, que não participaram de forma autônoma, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Por outras palavras, ora a classe é manipulada, ora o Estado torna-se um meio para participação popular.

Para ficar bem claro como esta dissertação vai delinear o conceito *populismo*, é necessário levar em consideração que as experiências populistas, em cada país, têm matrizes específicas, resultado de uma trajetória particular, de uma formação social diferente e de tradições políticas próprias. Dessa forma, devemos levar em consideração as características peculiares dos Estados populistas.

Ainda mais: quando falamos em populismo, também devermos entender a base social, como fazem Mackinnon e Petrone (1998). Isto é, quem são os sujeitos sociais que participam da experiência populista. Será ela uma base social heterogênea, vinculada a burguesia e trabalhadores, ou a classes médias urbanas e rurais, ou a camponeses e latifundiários? (MACKINNON; PETRONE, 1998, p. 46).

A partir dessas características específicas, não podemos esquecer que, em algumas experiências populistas, as relações de classe, as relações étnicas e as relações interétnicas existentes são fundamentais. Dessa maneira, o último traço evidenciado por Mackinnon e Petrone (1998) é a incorporação-exclusão. De acordo com esse conceito, nos vários países onde se desenvolveu o populismo, houve variações de incorporação de determinados segmentos sociais. Às vezes, não se incorporam, por exemplo, os analfabetos, indígenas, os setores rurais e as mulheres. Às vezes, incorporam-se todos esses segmentos sociais (MACKINNON; PETRONE, 1998, p. 47).

Inegavelmente, essas unidades analíticas mínimas ponderadas por Mackinnon e Petrone (1998) são fundamentais para se refletir sobre as experiências populistas, mas acreditamos que outras características podem ser interessantes na hora de qualificar um movimento como populista.

Dessa forma, estamos de acordo com Gino Germani (1979) quando afirma que o populismo é uma transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial. Mas enquanto

experiência histórica real, e não como um modelo teórico de modernização da sociedade latino-americana. O que devemos lembrar, quando analisamos aquelas experiências, é que existem características peculiares dessas sociedades ou Estados populistas. Assim, a transição social é uma característica peculiar e não geral.

Certamente, nem todas as sociedades estarão totalmente urbanizadas, ou deixarão de ser rurais por completo. Em contraste, o processo de urbanização é um elemento chave para entender as migrações do campo para cidade e o processo de construção das lideranças carismáticas. Indiscutivelmente, como afirma Octávio Ianni (1978), em certos casos, o populismo pode se estender ao mundo rural (IANNI, 1978, p. 87).

Ao abordarmos o próprio estudo de Octávio Ianni (1978), podemos entender que, no período populista, de fato, houve um desenvolvimento da economia capitalista, ou industrialista, mas esse desenvolvimento depende da realidade estudada, como também dos grupos de interesses que nela existem. Não devemos observar o populismo como uma harmonia interclassista, na qual a oligarquia e a massa estão em equilíbrio político. Afinal, o desenvolvimento industrial permitiu também a ampliação de uma heterogeneidade de interesses entre os grupos sociais.

Já Weffort (2003), além de contribuir com a conceituação de ambiguidade no populismo, também situa outra característica importante: a ampliação da cidadania. Em geral, nessas experiências políticas, há uma série de benefícios que são trocados entre a massa e o líder carismático, na forma de uma cidadania regulada. Nesse contexto, cabe salientarmos que a força de manipulação do Estado sobre a classe trabalhadora nunca foi total, como afirma Angela de Castro Gomes (1994).

Por último, é importante acrescentar uma unidade analítica pouco desenvolvida e extremamente essencial para compreensão das experiências populistas: a liderança carismática. O carisma, como unidade analítica, pode oferecer uma boa explicação para as experiências populistas, pois, na visão da massa, o líder é dotado de um poder extracotidiano, capaz de resolver os problemas mais gerais da nação. Ele se torna não somente pai de uma classe trabalhadora, mas de uma nação, que passa a cultuá-lo. Nesse sentido, esboça-se toda uma ideia de legitimidade do dominador sobre os dominados. Não somente numa forma de coação física, mas também sentimental.

Max Weber (1999) foi um dos intelectuais que melhor desenvolveu esse assunto, pois, para ele, o carisma é uma forma de dominação. Em seu conceito de dominação carismática, ele avalia que esta é concernente a pessoas com uma qualidade extracotidiana, ou qualidades

sobrenaturais. Portanto, o líder é um enviado de Deus. Em suas próprias palavras:

[...] Denominamos “carisma” uma qualidade pessoal considerada extracotidiana [sic] (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos [sic] específicos ou então se a toma como enviada por Deus, [sic] como exemplar e, portanto, como “líder”. O modo objetivamente “correto” como essa qualidade teria de ser avaliada, a partir de algum ponto de vista ético, estético ou outro qualquer, não tem importância alguma para nosso conceito: o que importa é como de fato ela é avaliada pelos carismaticamente dominados – os “adeptos” (WEBER, 1999, p. 158-159).

O carisma passa a ser reconhecido pelos dominados porque a eles são dadas as provas, em virtude de milagres e oriundos da entrega à revelação, da veneração de heróis, ou da confiança no líder. Esse reconhecimento é uma entrega crente e intimamente pessoal nascida da esperança. Entretanto, não se constitui o cerne da legitimidade. Ademais, se não há provas do carisma, ou se ele parece abandonado pelo seu *dom da graça*, se lhe falha o sucesso, ou se a sua liderança não traz nenhum bem-estar aos dominados, então há a probabilidade de desvanecer sua autoridade carismática. Esse é o caráter genuíno da dominação *pela graça de Deus*. Essa relação é puramente de caráter emocional entre o líder e os seus seguidores, ou a comunidade.

Outro autor que desenvolveu o conceito de carisma, no século XX, foi Richard Sennett (1998) em seu livro *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. Nessa obra, o autor trabalha a ideia segundo a qual o domínio público e o domínio privado não estão completamente separados, pelo contrário, ambos dependem um do outro. Em outras palavras, no domínio público, existe o privado, bem como no domínio privado, existe o público.

Por esse ponto de vista, o trabalho do político é tão importante quanto a sua personalidade, pois um político é um líder legítimo pelo tipo de homem que é, e não pelas ações ou programas que defende. De uma maneira ou outra, o sentimento é algo inerente à política moderna. Então, de certa forma, há uma confusão entre a vida pública e a vida privada. Assim, geralmente, as pessoas tratam com sentimentos pessoais os assuntos públicos, que deveriam ser tratados de modo impessoal. Além disso, uma qualidade definidora do líder político do século XX é ser visto como confiável, carismático, ou alguém em quem se possa confiar e acreditar. Além disso, ele deve ser capaz de atrair grupos cujos interesses são alheios às suas crenças pessoais, ou à sua ideologia. Segundo Sennett (1998), “[...] na política moderna é suicídio para um líder insistir em dizer: ‘esqueçam a minha vida privada, tudo o que precisam saber a meu respeito é se sou bom legislador, ou bom executivo e qual ação que pretendo desenvolver no cargo’[...]” (SENNETT, 1998, p.41).

Nessas circunstâncias, em algumas ocasiões o sistema de representação pública tornou-se um

sistema de representação pessoal. Dessa maneira, uma figura pública apresenta aos outros aquilo que sente, e é uma representação de seu sentimento que suscita a crença. Enfim, numa sociedade íntima, os conflitos políticos são interpretados como jogo das personalidades políticas. Ou seja, a liderança é interpretada em termos de “*credibilidade*”, mais do que em termos de proezas. Portanto, a própria classe deve ser produto da habilidade pessoal (SENNETT, 1998, p. 271).

Desse modo, o político, que é uma personalidade pública, concentra as atenções em si mesmo, sendo que ele desvia os interesses e as necessidades de seus ouvintes. Isso quer dizer que, na medida em que um político em público suscite a crença em si mesmo como pessoa, aqueles que são crédulos perdem, na mesma medida, o senso deles próprios. Assim, ao invés de julgá-lo, os seus ouvintes querem ser emocionados por ele, ou experimentá-lo. E mais, eles concentram-se em saber quem é ele, ao invés de saber em que ele poderia ajudá-los. Logo, alguns políticos do século XX, conforme Sennett, têm o poder de impor sua personalidade sobre os interesses de classes (SENNETT, 1998, p. 273-274).

Quando um líder controla uma multidão, ela só se submete ao líder, por causa dos próprios princípios de credibilidade que regem a sociedade, isto é, o líder controla a multidão na medida em que ele está de acordo com os preceitos sociais. Sendo assim, é a sociedade que aceita sua forma de falar, pensar e agir; na verdade, o líder aparece num ambiente propício a sua liderança. Caso a liderança apareça em um ambiente não propício às suas ideias, ele tende ao desaparecimento.

Em virtude disso, o político dá a seus ouvintes a fé na absoluta realidade do momento concreto e imediato; dessa forma, ele destrói os poderes que têm aqueles de se expressar, tanto nas suas cabeças, como em sua própria vontade. De certo ponto de vista, as pessoas se tornam espectadores passivos de uma personalidade política que lhes ofereça suas intenções, seus sentimentos, mais do que seus atos, para a consumação deles. Por isso, quanto mais as pessoas concebem o domínio político como a oportunidade para se revelarem umas às outras, compartilhando de uma personalidade comum e coletiva, tanto mais serão desviadas do uso de sua fraternidade para transformar as condições sociais (SENNETT, 1998, p. 319).

Não obstante, o líder carismático moderno destrói qualquer distanciamento entre seus próprios sentimentos e impulsos e aqueles de sua platéia. Assim sendo, concentra os seus seguidores nas motivações que são dele, desviando-os da possibilidade de que o avaliem por seus próprios atos. Esse controle de uma classe pelos líderes de outra classe começou no século XIX. Tal controle acaba por criar uma nova situação, em que o líder necessita proteger-

se do julgamento daqueles que está representando (SENNETT, 1998, p. 324-325).

Merecem destaque, nesse contexto, os meios de comunicação, que, hoje, desempenham um papel crucial nessa deflexão, superexpondo a vida pessoal do líder simultaneamente ao obscurecimento de seu trabalho em seu posto. Ademais, a figura carismática moderna intensifica-se em seus seguidores, os quais ficam encarregados de dar-lhe sentido como pessoa, a fim de entenderem o que estará fazendo, uma vez estando no poder. Em geral, o líder político é um sedutor. Isto é, as estruturas de dominação permanecem particularmente incontestadas quando as pessoas são levadas a eleger políticos que parecem coléricos, como se estivessem prontos a transformar as coisas (SENNETT, 1998, p. 324-325).

Inopinadamente, quando o carisma perdeu o seu sentido religioso, ele assumiu uma forma mistificadora utilizada por um líder vigoroso perante uma sociedade secular. Talvez, a pergunta fosse: o que faz com que uma personalidade poderosa seja poderosa? Possivelmente, a cultura da personalidade do século passado respondeu essa questão, concentrando-se muito mais naquilo que a pessoa sente, do que naquilo que faz. Com toda a certeza, os motivos, fossem bons ou maus, não eram julgados no século passado: as pessoas simplesmente deixaram de julgá-los. Assim, a forma como um líder político se revelava em público era o suficiente para empolgar as outras pessoas; dessa forma, estas sentiam que aquela pessoa era poderosa, sem ao menos saberem o porquê (SENNETT, 1998, p. 229-230). Consoante Sennett (1998), esse é o carisma secular, uma forma de strip-tease psíquico. Desse modo, o fato da revelação é o que incita as pessoas; dizendo de outra forma, nada de claro ou concreto é revelado. É certo que aqueles que caem sobre o encanto de uma personalidade poderosa tornam-se passivos, resultando numa passividade por aqueles que o ouvem, esquecendo de suas próprias necessidades quando são empolgados; é desse modo que o líder carismático consegue controlar a sua plateia (SENNETT, 1998, p.330).

Sob o ponto de vista de Sennett (1998), quem observasse os anos da década de 1930, como também os políticos da ala esquerda e da ala fascista, poderia também observar a atuação daquelas personalidades carismáticas. É inegável que o líder precisava de não ter qualquer qualidade titânica ou satânica a fim de ser carismático; ele poderia ser caloroso, familiar, doce, poderia ser sofisticado e afável, sendo que isso implicaria uma aglutinação e cegueira das pessoas que o seguiam, de modo tão seguro quanto a uma figura demoníaca. Se ele pudesse centralizar a atenção das pessoas na questão de seus gostos, daquilo que sua mulher vestisse em público, do seu amor pelos cães, ou o jantar com sua família comum, sustentaria um enorme interesse público. No dia seguinte promulgaria uma lei que devastaria os

trabalhadores do país e essa notícia passaria despercebida, diante da empolgação causada pelo jantar (SENNETT, 1998, p.330).

Outrossim, devemos observar que o carisma é suscetível de se esvaír, porque sua imagem é apenas uma ilusão. Os seguidores do líder carismático esperam que ele lhes proporcione *bem-estar*, entretanto, se o líder não traduzir plenamente a intenção dos seguidores, ou seja, não propiciar o *bem-estar*, ele deve cair e acabar sendo descartado como impostor. Quando isso ocorre, não quer dizer que o carisma desaparece, ele se torna rotinizado e, enquanto o líder estiver vivo, a força do carisma também estará (SENNETT, 1998, p. 334).

Então, podemos entender que o carisma moderno é uma arma defensiva contra o julgamento impessoal do Estado, que poderia implicar exigências de transformações. Essa defesa funciona por meio de disfarce, projetando as motivações dos líderes; dessa maneira, as funções rotineiras do Estado se mantêm. Quando o líder carismático morre, sua memória pode ainda ser cultivada, com a intenção de se levar adiante por meio de lideranças atraentes, mesmo que não se concorde plenamente com suas proposições políticas subsequentes.

1.2. A FORMAÇÃO SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO³⁹

Antes de qualquer coisa, para reconhecemos a ocorrência da experiência populista no Espírito Santo, é necessário que se entenda que, em cada país ou localidade, a experiência populista tem matrizes específicas, resultado de uma trajetória particular, de uma formação social diferente e de tradições políticas próprias. Dessa forma, devemos levar em consideração as características peculiares da formação social e histórica do Espírito Santo, a fim de entendermos a ocorrência, ou não, de populismo nesse estado.

Não podemos esquecer que *o populismo* é um conjunto de mudanças políticas, sociais e econômicas. Por essa razão, consideramos as transformações socioeconômicas e políticas ocorridas no Espírito Santo.

Além disso, compreendemos que o monopólio econômico da cafeicultura dificultou o aparecimento do capitalismo industrial, e, conseqüentemente, a formação de uma heterogeneidade social. Na Primeira República, a hegemonia das elites cafeeiras era clara,

³⁹Segundo Nicos Poulantzas, no estudo do Estado capitalista, deve-se levar em consideração a sua formação social, ou seja, devem-se levar em consideração as transformações históricas, os lugares das lutas de classe e os estágios e fases do capitalismo que atingiram determinado Estado capitalista. [...] As formações sociais são o lugar real de existência e de reprodução, portanto, do Estado em suas formas diversas, as quais não podem ser deduzidas do modelo capitalista de Estado que designa um objeto abstrato formal [...]. [...] Uma teoria do Estado capitalista só pode ser elaborada ao se relacionar este Estado com a história das lutas políticas dentro do capitalismo (POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p.29-30).

tanto no aspecto econômico, quanto no político. Essas elites usavam o coronelismo, o patrimonialismo e o clientelismo como formas de manterem-se na direção do Estado. Mesmo com a Revolução de 1930, não houve modificações substanciais em relação à hegemonia econômica e política daquelas elites. Pelo contrário, suas forças foram revitalizadas. Nem mesmo as migrações campo-cidade, que se intensificaram a partir da primeira metade da década de 1950, modificaram a situação hegemônica das elites cafeeiras. Somente a partir de 1955, com o início da crise do café, a hegemonia das oligarquias entrou em declínio, mas estas ainda continuaram influentes. Isso possibilitou o surgimento de lideranças ligadas a novas práticas políticas identificadas como *populismo*. Também essa crise permitiu que o estado do Espírito Santo, que dependia quase exclusivamente da exportação do café, passasse por um processo de incorporação ao desenvolvimento capitalista. Dessa forma, a administração pública passou por um processo de racionalização burocrática.

Podemos aqui levantar uma hipótese. Apesar da força da transformação socioeconômica e política no Espírito Santo, as elites cafeeiras permaneciam com certo controle administrativo do Estado, mesmo porque 60% da renda estadual ainda advinham da cafeicultura. Por isso, as lideranças populistas estabeleceram um compromisso com as elites cafeeiras, isto é, um pacto de governabilidade. Assim, percebemos a ambiguidade dessa experiência populista, pois, ao mesmo tempo em que essas lideranças políticas tentavam levar o estado ao desenvolvimento capitalista-industrial, elas também saíram em defesa da economia cafeeira.

Com as mudanças capitalistas, apareceram, no campo político, as massas populares urbanas e rurais, as quais também passaram a reivindicar benefícios públicos. Todas essas transformações implicavam o fato de as lideranças populistas se movimentarem em direção das novas formas de fazer política, pois a sua base de sustentação de poder se modificara.

1.2.1- A REPÚBLICA E O ESPÍRITO SANTO

O fim da República das Espadas criou bases para que as oligarquias cafeeiras disputassem em nível federal a administração do Estado. Para isso, as principais oligarquias estaduais empreenderam um pacto de governança do Brasil. Esse pacto seria entrelaçado pelas instâncias municipais, estaduais e federal. O efeito da consolidação desses interesses será a *Política dos Governadores*, as eleições a *bico-de-pena*, e o *coronelismo*⁴⁰. Por meio dessas

⁴⁰Conforme Victor Nunes Leal, o coronelismo pode ser definido: [...] como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência de poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do

formas compensatórias e de controle da sociedade, as oligarquias começaram a sustentar seu poder político.

Victor Nunes Leal (1997) afirma que a supremacia das oligarquias estaduais dependia do apoio dos coronéis, que sustentavam seu poder mediante o *coronelismo*. Esse fenômeno político tornou-se tão logo a base de apoio e controle das elites políticas, bem como um sistema eficaz no meio eleitoral.

Dessa maneira, as relações verticais eram sempre manipuladas por um chefe local e, na maioria das vezes, esse chefe estabelecia o seu controle no meio rural, onde se concentrava a maior parte do eleitorado. As oligarquias hegemônicas em nível federal tendiam a se solidarizar com as oligarquias hegemônicas estaduais, a fim de obter os votos do interior dos estados. Mas, nem sempre o coronel estava na zona rural, ele poderia ser um médico, advogado, ou um burocrata especializado que, como chefe local, obtinha somas consideráveis de votos de cabresto (LEAL, 1997, p. 41).

De acordo com Raymundo Faoro (1997), o coronelismo é um fenômeno político que participa da estrutura patrimonial, que aproveita das ligações pessoais formadas por uma rede de clientela, com a finalidade de obter as benesses públicas (FAORO, 1997, p. 631). Ademais, o coronel utilizava seus poderes públicos para fins particulares, misturava a organização do Estado a seus próprios bens pessoais, fazendo emergir, assim, o filhotismo⁴¹ e deste, o mandonismo⁴², o qual compreendia favores pessoais que aumentavam o poder pessoal do coronel e ampliavam também sua clientela. Esse controle do coronel levava a oligarquia estadual a depender do poder aliciador do coronel, que se apropriava das oportunidades econômicas do município e do controle dos cargos públicos, cargos esses que geralmente eram entregues às principais famílias locais.

Por outro lado, a política dos governadores, segundo Faoro (1997) compreendia um sistema de relações entre o governo federal e o governo estadual. Nesse sistema, o governo federal entregava cada um dos estados a uma facção política. Por meio do coronelismo, tanto o governo federal quanto o estadual mantinham-se na direção administrativa do Estado. Quando

nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo [sic] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 40).

⁴¹Para Leal, o filhotismo são favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios. Geralmente, esses favores são destinados aos amigos do *Coronel*, ou aos seus eleitores (Ibid., p.60).

⁴²Para Leal, o mandonismo se manifesta na perseguição aos adversários: “*para os amigos pão, para os inimigos pau*”. As relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais (Ibid., p.61).

o poder da oligarquia estadual encontrava-se em decadência, o governo federal intervinha na política estadual, mantendo o controle da oligarquia hegemônica (FAORO, 1997, p. 564).

No Espírito Santo, a política local não esteve alijada do modelo político brasileiro existente na Primeira República. Nas regiões norte e sul, predominaram as formas clássicas do coronelismo, isto é, um padrão de fraudes e violência, e de relações pessoais, enquanto na região central predominou o poder político dos vendeiros (os donos das vendas localizadas na região de imigração estrangeira), que era semelhante ao poder político do coronel⁴³.

Como testemunha que participou do processo político da Primeira República, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg⁴⁴ explica como era o *coronelismo* no Espírito Santo. Sobre a eleição de bico-de-pena, há o seguinte comentário: “[...] Não havia abstenção. Não havia nada. Faziam o resultado como queriam. Não havia protesto, porque a mesa era toda do governo. A própria mesa apurava [...]” (LINDENBERG, 1989, p. 28-29). Ainda acerca do coronelismo no Espírito Santo, há outro depoimento esclarecedor:

[...] Mas eu já estava envolvido na vida política desde 9 ou 10 anos. Na época de fazer inscrição eleitoral, nós éramos chamados pelos candidatos para fazer o Constitui. Era o seguinte: o sujeito passava uma procuração, que dizia: constituo meu procurador o coronel Antônio de Souza Monteiro, para fim de me alistar como eleitor e assinava. Fazíamos isso com a letra de meninos de 9 ou 10 anos, justamente porque a letra ruim, confundia-se com letras dos colonos que, geralmente, não era boa [sic]. Assim [sic] esse processo passou a chamar-se Constitui [sic], uma procuração que a gente fazia ao Coronel Antônio Souza Monteiro, meu tio, para o alistamento de eleitores. A eleição, também, naquela época, era a bico de pena [sic]. O voto secreto veio mais tarde, após 1930. Por isso, naquela época, somente ganhavam candidatos do governo, porque as eleições eram feitas nas vésperas ou nas antevésperas. E nós fazíamos as procurações para meu tio alistar pessoas [...] (SILVA, 1986, p. 84).

O depoimento abaixo elucidava como eram feitas as eleições no interior, já que o depoente foi candidato a prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, onde havia o confronto entre os irmãos Monteiro. Lindenberg era candidato da oposição, ligado a Jerônimo Monteiro, enfrentando o candidato da situação, ligado a Bernardino Monteiro, Seabra Muniz:

[...] nas vésperas da eleição, na fazenda Monte Líbano – eu tomava conta da fazenda nessa época – chega o tabelião de Pindoba, município de Castelo. Eu me espantei e perguntei: “Seu Augustinho”, o senhor por aqui hoje? E as eleições? Ele respondeu:

⁴³Consoante Nara Saletto: [...] o vendeiro gozava de um verdadeiro monopólio sobre os fregueses, que frequentemente incluía toda uma localidade e até, em certos casos, “municípios inteiros”, como denunciava um contemporâneo. A dependência econômica era reforçada pela influência social e política; o vendeiro era conselheiro, protetor, padrinho e, muitas vezes, “coronel”. Era esta [sic] a forma pela qual o capital comercial apropriava-se do excedente produzido pelo trabalho familiar (SALETTI, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888 - 1930)*. Vitória: EDUFES, 1996, p.42).

⁴⁴Carlos Fernando Monteiro Lindenberg é descendente da família mais influente da Primeira República e tornou-se uma liderança política importante do estado do Espírito Santo. Acerca dele essa dissertação voltará a fazer referência mais detalhada, a fim de explicar suas ações políticas à frente da direção do Estado.

“Já está aí na garupa da mula”. Na véspera da eleição [sic] ele já vinha com o resultado preso na garupa da mula. Ele vinha pegar pousada lá em casa. Então [sic] eu perguntei: “Quantos votos eu tive?”. Ele disse: “Só uns cinco ou seis” (LINDENBERG, 1989, p. 28).

Segundo Marta Zorzal e Silva (1986), a disputa pelo controle administrativo do Estado, durante o período republicano, esteve polarizada entre duas elites. A saber: a elite dos grandes proprietários rurais e a elite mercantil. Ainda mais: no seio das elites produtoras e exportadoras de café vigorou o poder de uma família, os Souza Monteiro. Apesar da existência de outros governantes⁴⁵, a atuação de três dirigentes estaduais merece destaque, a saber: José de Melo Carvalho Moniz Freire, Jerônimo de Souza Monteiro e Florentino Avidos.

O primeiro governo de José de Melo Carvalho Moniz Freire (1892-1896) foi caracterizado como uma fase de arrojadas realizações no estado do Espírito Santo. As linhas mestras de seu programa eram a construção de linhas férreas e o povoamento do solo por meio da imigração europeia. Para isso, ele procurou atrair o capital estrangeiro, a fim de construir a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Além disso, Moniz Freire dedicou-se a resolver o problema das condições higiênicas da cidade de Vitória, que ainda permanecia com aspectos coloniais. Essa inovação do presidente estadual permitiu à cidade de Vitória tornar-se pólo dinamizador da exportação cafeeira. Aos poucos, a cidade de Vitória concentrou toda a exportação de café do estado, principalmente por conta de um processo de modernização da cidade, sobretudo no que se refere à infra-estrutura. O raciocínio daquele governante sugere que, para Vitória constituir-se como centro exportador do café capixaba, era preciso criar as condições de surgimento e reprodução de capital mercantil-exportador local, o que seria suficiente para o desenvolvimento econômico (ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 13).

Paralelamente, a criação de infra-estrutura na cidade, Moniz Freire implementou o projeto *Novo Arrabalde*. Esse projeto foi idealizado pelo engenheiro Saturnino de Brito, que objetivava a construção de um novo arrabalde, ou seja, um novo bairro na cidade de Vitória, embelezado e urbanizado nos padrões europeus. Esse novo bairro compreendia o que seria hoje as áreas: Barro Vermelho, Praia do Canto, Santa Lúcia, Santa Helena, parte de Suá e

⁴⁵Afonso Cláudio de Freitas Rosa (1889); José Horácio Costa (Substituto) (1890); Constante Gomes Sodré (1890); Cel. Henrique da Silva Coutinho (1890); Antônio Gomes Aguirre (1891); Cel. Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida (1891); Antônio Gomes Aguirre (1891); José de Melo Carvalho Moniz Freire (1892-1896); Graciano dos Santos Neves (1896-1897); Constante Gomes Sodré (1897-1898); José Marcelino Pessoa de Vasconcelos (1898-1900); José de Melo Carvalho Moniz Freire (1900-1904); Argeu Hortêncio Monjardim (1904); Cel. Henrique da Silva Coutinho (1904-1908); Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912); Marcondes Alves de Souza (1912-1916); Bernardinho de Souza Monteiro (1916-1920); Nestor Gomes (1920-1924); Florentino Avidos (1924-1928); Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930) (OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. Ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008, p. 546).

Jucutuquara⁴⁶.

No quadriênio de 1908-1912, a administração do Estado do Espírito Santo foi presidida por Jerônimo de Souza Monteiro. Nessa administração, iniciou-se o predomínio da família Souza Monteiro na política do estado do Espírito Santo. Durante o governo de Jerônimo Monteiro, houve a abertura de estradas, fomento da produção agrícola, melhorias dos rebanhos bovinos, desenvolvimento do ensino público e melhoria do aparelho administrativo.

De certa maneira, Vitória se modernizou, ganhando serviços de água, esgoto, luz e bondes elétricos. Também foram feitas novas ruas, surgiu a Vila do Moscoso, e, por conseguinte, o parque. Também foram implantadas a Usina Paineiras, a Fábrica de tecidos de Cachoeiro de Itapemirim, a Fábrica de Cimento, a Serraria Industrial, a Usina Hidrelétrica de Fruteiras, a Fábrica de Óleo, e a Fábrica de Papel. Porém, esses empreendimentos não foram suficientes para o surgimento do capitalismo industrial.

Florentino Avidos (1924-1928), sucessor de Nestor Gomes, estabeleceu uma política de abertura de estradas pela região do estado do Espírito Santo, o que se constituiu em importantes ligações da capital com o interior, por meio de pontes, estradas (de rodagem e férreas); promoveu a construção de edifícios públicos, executou saneamento básico (água e esgoto), serviço de telefonia e eletricidade (HEES; FRANCO, 2003, p. 63).

Devemos ainda ressaltar que a Proclamação da República conferiu maior autonomia ao aparelho administrativo do Estado do Espírito Santo. Assim, foi possível buscar empréstimos no exterior e adotar uma política para a atividade econômica. Por causa disso, foram construídas estradas de ferro; constituídas indústrias; formaram-se bancos e finalmente implantou-se uma infra-estrutura urbana. No setor ferroviário, foram construídos 330 km de estradas, isto é, cinco trechos ferroviários foram feitos e, a partir da existência deles, o Espírito Santo ficou ligado a Minas Gerais por duas vias férreas e ao Rio de Janeiro por uma, todas elas dando acesso ao porto de Vitória. Desse modo, todas as regiões produtoras ficaram atendidas por vias férreas e ligadas ao porto de Vitória. São elas: Estrada de Ferro Caravelas (ligava Cachoeiro-Alegre); Estrada de Ferro Santo Eduardo a Cachoeiro; Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo (Vitória-Matilde); Estrada de Ferro Vitória-Minas; Estrada de Ferro Alegre e Esperança Feliz. Vale lembrar que as construções das ferrovias tiveram a participação do capital do Estado, aliado ao capital estrangeiro, e não dos capitais privados locais; o mesmo

⁴⁶CAMPOS JR., Carlos Teixeira de. *O novo arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996, p. 27.

aconteceu com a formação dos bancos e o surto de industrialização ocorrido na Primeira República.

No período republicano, a economia do Espírito Santo dependia quase que exclusivamente do café. Em termos gerais, o café encontrou no sudeste do país um ambiente favorável ao seu desenvolvimento, seja no clima, seja no solo e terras. No Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e, com menor produção, no Espírito Santo, localizou-se a riqueza cafeeira do Brasil.

Segundo José Teixeira de Oliveira (2008), o café foi introduzido no Espírito Santo no início do século XIX. Por volta de 1811, na cidade de Vitória, se negociavam produtos da terra: açúcar, aguardente, café, milho, feijão, arroz e algodão – tudo em pequena escala, pois a agricultura estava como que esquecida (OLIVEIRA, 2008, p. 272).

Consoante Haroldo Corrêa Rocha, Maria da Penha Cossetti (1983) e Marta Zorzal e Silva (1986), desenvolveram-se, a partir de 1850, três regiões socioeconômicas baseadas na estrutura cafeeira: a região sul, a região norte e a região central.

A região sul foi a principal produtora e exportadora de café. Situada próxima ao Vale do Paraíba, era natural que o café se expandisse primeiro por essa região, pois nela ainda havia terras devolutas e virgens para possíveis plantios de produtos agrícolas. O café produzido na região era exportado pelo porto do Rio de Janeiro, porque as vias de escoamento do produto entre as duas regiões estavam em melhores condições de uso. Não apenas: a proximidade com o Vale do Paraíba possibilitou que os fazendeiros fluminenses migrassem para a província do Espírito Santo. A partir da expansão do plantio de café, a região sul começou a ser ocupada pelo processo de transmigração de fluminenses e mineiros.

De acordo com Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti (1983), na região sul do Espírito Santo, desenvolveu-se uma economia de modo de produção escravista, organizada na forma de grandes propriedades monocultoras, voltada para o mercado externo. Apesar da existência do porto de Itapemirim, havia ainda problemas, como a inexistência de infraestrutura adequada, a saber: ferrovias, estradas, armazéns, portos, etc. Para aqueles estudiosos, foi isso que impossibilitou a acumulação de capital e, por consequência, o desenvolvimento capitalista. Na realidade, a praça comercial do Rio de Janeiro exportava o café produzido no sul do Espírito Santo e o resultado disso foi a apropriação, pelo grande capital mercantil fluminense, de parte do excedente gerado no Espírito Santo.

A situação de dependência do sul do Espírito Santo em relação ao Rio de Janeiro manter-se-ia até a primeira metade do século XX, quando foi construída a primeira estrada de ferro ligando a região sul a Vitória (Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo). O trecho de Vitória a Maltide,

com 85 km, foi construído, na década de 1890, pelo governo estadual, sendo vendido, no início do século XX, à Leopoldina Railway, que concluiu sua ligação com Cachoeiro de Itapemirim, em 1910. A partir desse empreendimento, foi intensificado o transporte que levava a produção da região sul em direção à capital⁴⁷.

Em termos gerais, a formação social da região sul implicou a hegemonia (socioeconômica e política) da elite dos grandes proprietários rurais⁴⁸. Entre as razões que explicam tal hegemonia, podemos destacar que as empresas exportadoras de café ali localizadas não tinham sede na província do Espírito Santo, mas sim no Rio de Janeiro. Logo, pela pouca presença de elites comerciantes de café, houve uma hegemonia das elites que produziam o produto. Após a abolição da escravatura, o quadro hegemônico não se modificou, apesar de alguns fazendeiros terem dividido as terras com imigrantes europeus.

Embora aquela elite fosse hegemônica, apenas, na região sul da província, ainda havia a presença dela, em menor quantidade, na região central e na região norte. Além do mais, existiam, no interior da elite dos grandes proprietários rurais, interesses múltiplos e uma segmentação de frações. Porém, essa elite funcionava como um grupo coeso em relação aos seus interesses mais gerais. Todo e qualquer grande proprietário rural (fazendeiro produtor de café e açúcar, escravista ou não-escravista, e o latifundiário) se interessava em defender a lavoura escravista, bem como a produção de café. Nesse grupo, destaca-se a fração de fazendeiros do café da região sul.

Mesmo com o desenvolvimento da lavoura cafeeira, a região sul não conseguiu, tal como ocorrera em São Paulo, desenvolver uma estrutura de mercado capitalista. Isso porque havia pouca rentabilidade do café, e poucos reinvestimentos feitos na lavoura, ainda mais que a

⁴⁷Cf. SILVA, M.Z. Op.cit., p. 54-55, nota 35. A estudiosa resume o processo de configuração socioeconômica da região sul. Em linhas gerais, a região sul distingue-se por três fases, as quais definem os modos distintos de estruturação. [...] A primeira abrangeu o período de 1856 a 1872; caracterizou a primeira migração de fazendeiros mineiros e cariocas para o Espírito Santo e a formação de fazendas de grandes dimensões, superiores mesmo às encontradas nas demais regiões cafeeiras (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). A segunda, de 1872 a 1888, marcou o período de esgotamento das regiões cafeeiras pioneiras e um novo surto migratório para o Espírito Santo, nas mesmas bases anteriores. Coincidiu com o período da imigração estrangeira, ocasião em que alguns latifundiários dessa região resolveram fundar colônias, ao invés de investir na produção. Finalmente, a terceira, a partir de 1888, portanto, da Abolição da Escravatura, cujos efeitos, no Espírito Santo, foram a desagregação e fracionamento de muitas fazendas. Isso, em virtude da não existência de um esquema supridor de mão-de-obra, como existia em São Paulo, por exemplo, que desde o início da imigração havia instituído o sistema de colonato [sic] e, posteriormente, passou a adotar o assalariamento como forma de remuneração da mão-de-obra. Coincidiria, também, esse momento, com a segunda fase da imigração estrangeira que trouxe novos contingentes populacionais e fundaria colônias tanto na região central como na região sul, bem como ampliaria os contingentes das já existentes, principalmente a de Santa Leopoldina.

⁴⁸Cf. SILVA, M.Z. Op.cit., p. 41-84, passim, nota 35. Nesta obra, a autora classifica esse grupo como Agrofundiários.

mentalidade dos colonizadores da região sul não era a reprodução da capitalização da lavoura, diferentemente do que ocorria em São Paulo. Portanto, os poucos investimentos na lavoura da região sul podem ser explicados, também, pela seguinte razão: o capital cafeeiro destinava-se às casas comerciais do Rio de Janeiro.

Vale observar que as fazendas capixabas da região sul eram constituídas de latifúndios pouco significativos produtivamente. Logo, os grandes proprietários rurais eram muito mais senhores de terras, do que propriamente grandes produtores de café. Às vezes, um fazendeiro possuía várias propriedades rurais. A mentalidade desses produtores do sul visava tornar a fazenda apenas uma fonte de “*status senhorial*”, o que produzia poder local e não riqueza capitalista. Então, o grande proprietário rural nada tinha a ver com *o lucro* propriamente dito. Ele estava se afirmando historicamente como participante da aristocracia agrária. A vida desses indivíduos desenrolava-se em um ambiente modesto, não sendo grande a sua riqueza. Logo, os verdadeiros “*bens*” dos fazendeiros consistiam em terras e escravos⁴⁹.

Além de tudo isso, os grandes proprietários rurais viviam no sistema escravista, afirmando seu *status* a partir da violência, da coação e das relações extra-econômicas. A lógica do próprio sistema escravista era tirar o máximo de excedente. No entanto, esse excedente não se transformava exatamente em lucro. Mesmo a venda do produto tropical, o excedente gerado pelo café, constituía-se numa forma de remuneração (em dinheiro, créditos, ou em outros valores, mas não na capitalização). Se esse excedente não se tornava investimento na expansão da lavoura, a economia só poderia se reproduzir lentamente. Ao contrário do que ocorria no complexo cafeeiro paulista, no qual os lucros do café se metamorfoseavam em investimentos na própria expansão da lavoura ou na indústria.

Com a abolição da escravatura e a introdução do imigrante no mundo rural, as relações sociais de produção estabelecidas entre os fazendeiros e os imigrantes também não propiciaram o

⁴⁹Sobre esse aspecto, Vilma de Almada afirma: [...] O conforto a que se davam esses grandes fazendeiros, isolados no meio do sertão, restringia-se às “casas de vivenda assobradas”, a alguns objetos de luxo, como o piano de cauda – existentes nas fazendas do Centro e na Monte Líbano – mobílias de jacarandá, jóias e objetos de ouro e prata. Nem mesmo nessas bem equipadas fazendas, porém, as residências e pertences passavam de 6,4% e 9,4% do total dos bens, o que confirma as observações de Stanley, de que o número total de objetos de luxo, mesmo nas mais requintadas moradias, não era grande, e que a vida do fazendeiro evoluía num ambiente assaz modesto. Os animais de carga e tração, presentes em todas as fazendas pesquisadas, é [sic] indispensáveis numa época em que as estradas eram precárias ou inexistentes, atingiam excepcionalmente a 8,6% do total na fazenda Primavera, pois nas demais essa percentagem variava de 1,5 a 3,7%. Destas observações comprova-se no Espírito Santo que os verdadeiros bens dos fazendeiros consistiam em terras e escravos, conforme já fora observado a partir da análise dos testamentos dos proprietários de Vassouras. Em algumas fazendas, como Boa Esperança, Fim de Mundo, Centro e Duas Barras, a soma desses bens chegou a concentrar respectivamente 86,6%, 82,3%, 87,1% do total dessas propriedades (ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 94-96).

desenvolvimento capitalista. Nas grandes propriedades rurais, utilizava-se o sistema de parceria, na forma de *meia*. O parceiro trabalhava junto a toda família, assumindo uma parcela do cafezal correspondente à força de trabalho familiar. Ademais, ele dividia ao meio o café colhido, geralmente comercializado pelo fazendeiro, que lhe pagava um preço inferior ao do mercado (SALETTTO, 1996, p. 100).

Nesse tipo de relação, o parceiro é dono de sua força de trabalho, podendo romper o contrato com o fazendeiro de café. Contudo, há forte subordinação do imigrante ao fazendeiro, uma vez que o primeiro só pode vender o produto ao dono da propriedade. Tal relação não desenvolveu uma ordem social competitiva, já que o parceiro, subordinado ao fazendeiro, não tinha a liberdade de buscar melhores vantagens para vender o café. O fazendeiro, quando obtinha o produto, vendia-o a um comissário ou negociava diretamente com as casas exportadoras. No entanto, eram essas casas comerciais que detinham o conhecimento da cotação do produto no mercado internacional. Consequentemente, tais casas compravam o café abaixo do preço de mercado. Portanto, as relações de trabalho que se estabeleceram na região sul, não geravam lucros nem para o grande proprietário, nem para o parceiro. Em suma, a parceria era praticamente um tipo de trabalho compulsório e não um trabalho assalariado propriamente dito.

A região central do Espírito Santo, por outro lado, foi um centro populacional desde a colonização portuguesa. Entretanto, a densidade demográfica era pequena e, por isso, a população regional não era capaz de fornecer mão-de-obra para as fazendas cafeicultoras. Logo, quando o café tornou-se o principal produto na pauta de exportações, foi necessária uma política de favorecimento à imigração estrangeira. Contudo, essa política teve contornos distintos daqueles adotados por São Paulo. Os objetivos de trazer os imigrantes europeus para o Espírito Santo tinham dois motivos: em primeiro lugar, elevar o contingente populacional (ocupação territorial) e, em segundo lugar, expandir as potencialidades produtivas capixabas. O processo de imigração foi patrocinado pelo Estado, por particulares (os latifundiários) e, mesmo, por empresas colonizadoras, que viam a imigração como uma possibilidade de obter lucros⁵⁰.

⁵⁰Conforme Cavati, entre 1879 e 1914, a firma Duarte Beiriz foi responsável pelo estabelecimento de mais de seiscentas famílias de imigrantes europeus nas redondezas de Iconha, através de sistema de venda, a prazo, de lotes rurais. E, para o espanto do próprio autor, ele mesmo indaga: que interesse tinha uma entidade comercial com fins lucrativos em vender lotes em condições tão vantajosas para os compradores? Respondendo a pergunta, Cavati nos dá a chave da questão quando afirma que "... o colono ficava na obrigação de vender o café à firma, que auferia outro lucro na venda do produto". E, ainda mais, referindo-se à lucratividade da empresa, sentencia irônico: "O certo é que a generosidade da firma não impediu que ela viesse a ser uma das mais ricas do Estado"

Com o incentivo do governo estadual, os imigrantes foram assentados em pequenas propriedades, que correspondiam a quase 98% das áreas legitimadas na região central. Apesar de o café ser o principal produto de exportação, também foram cultivados produtos de subsistência, como a mandioca e o feijão, além de haver a criação de animais. Portanto, a forma de produção que se instalou na região central é bem diferente daquela observada na região sul, pois ali predominava a pequena propriedade familiar com caráter de subsistência. Essa característica dificultou o aparecimento de um capitalismo, pois as pequenas propriedades em expansão exigiam financiamento apenas para a subsistência familiar, logo o capital investido na produção era pequeno.

Os núcleos coloniais, por outro lado, tiveram um papel importante no aumento populacional, e mesmo na produção de café. Porém, esses núcleos também contavam com o problema da inexistência de vias de transporte. Logo, as colônias que mais se desenvolveram foram aquelas situadas às margens dos rios de melhor navegabilidade, como a colônia de Santa Leopoldina, que estava à margem do Rio Santa Maria, navegável em seus 52 km até a capital (ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 52).

A produção de café da região central polarizou-se no porto de Vitória. Todavia, na segunda metade do século XIX, predominava um baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, registrando-se também a inexistência de infra-estrutura em dois sentidos: por um lado, aquela que dizia respeito a ferrovias, portos, armazéns, entre outras estruturas; por outro lado, aquela ligada ao comércio, bancos e comunicações. Para ser ter uma ideia da dificuldade do transporte, a produção de café ainda era transportada por muares. Isso causava um baixo nível de desenvolvimento da economia cafeeira no Espírito Santo.

Porém, ao longo de algumas décadas, a cidade de Vitória passaria a canalizar a exportação de café. Primeiro, por ter um porto natural, permitindo o atracamento de navios de grande porte e, portanto, oferecendo melhores condições às empresas exportadoras. Segundo, pela forma de assentamento e de produção dos imigrantes realizada na região central. Essa forma de produção deu origem ao encadeamento da subordinação da produção cafeeira capixaba ao capital mercantil-exportador/importador⁵¹. Dessa maneira, a região central ampliou a

(ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850/1930*. Vitória: UFES/ CCJE/ Dep. Economia/ NEP, 1983, p. 57).

⁵¹Cf. SALETTO, N. Op.cit., p.42-43, nota 43. A autora mostra como era esse circuito comercial: [...] a comercialização do café nas pequenas propriedades seguia um sistema diferente. O pequeno produtor ligava-se ao mercado mundial através da “venda” que comprava o café e o abastecia dos artigos que não produzia. A venda estabelecia uma relação permanente com seus “fregueses”, que tinham contas correntes, nas quais eram registradas as mercadorias que eles retiravam ao longo do ano e que seriam pagas com o café que entregariam na

produção de café, mas, diferentemente da região sul, o domínio da exportação de café foi feito por um grande número de casas comerciais, como relata Campos Júnior (1996):

[...] Paralelamente ao que ocorre no sul, vai se ampliando a produção cafeeira da região central do Estado quando as terras das colônias começam a produzir. Dessa maneira, surge, espontaneamente, tanto na capital como na própria região produtora, um grande número de casas comerciais que irão gradativamente controlar o comércio de café da região produtiva de Vitória (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 83).

Toda a produção cafeeira de exportação da região central era levada para a cidade de Santa Leopoldina. Dali, era transportada até Vitória, de onde se direcionava a exportação, diretamente para o exterior, ou para o Rio de Janeiro. Utilizando-se do mesmo circuito comercial, as importações seguiam esse trajeto no sentido inverso. Desse modo, na região central começou a configurar-se um tipo de circuito mercantil, do qual vários atores sociais participavam: do colono às casas comerciais de exportação/importação, e das casas comerciais de exportação/importação ao colono, como demonstra Silva (1986):

[...] A produção cafeeira oriunda das colônias estrangeiras, em geral, percorria o seguinte circuito comercial: colono → Vendeiro ou comerciante de segunda classe ou médio → Grandes Casas comerciais exportadoras e importadoras → mercado externo (SILVA, 1986, p. 56).

No sentido comercial colono → casas exportadoras/importadoras, o produto comercializado era o café, enquanto que, no sentido comercial casas exportadoras/importadoras → colonos, os produtos comercializados eram os básicos: manufatura, sal, querosene, enxada, machado, foice e etc.⁵²

Portanto, é simples entender que o vendeiro e o comerciante de segunda classe não ficavam com a maior parte do capital mercantil. Isso tampouco acontecia com os fazendeiros da região

época da colheita [...]. [...] Quando, ao contrário, tinha um saldo, este ficava geralmente “encostado” nas mãos do vendeiro, sem render juros. Com poucos recursos, sem acesso ao crédito bancário, o pequeno produtor era envolvido numa relação que o colocava na dependência do comerciante [...]. [...] As maiores vendas tinham relações diretas com os importadores e exportadores, porém a maioria ligava-se a comerciantes dos centros mais importantes do interior, que eram simultaneamente varejistas e atacadistas e se relacionavam, por sua vez, com as grandes casas exportadoras e importadoras de Vitória ou do Rio de Janeiro. Esse sistema permitiu a acumulação de um capital mercantil local, que se apresentava em vários níveis: da pequena venda com algumas dezenas de clientes, passando pelas casas comerciais de porte médio dos centros mais importantes do interior e de Vitória, chegando até à constituição de casas exportadoras e importadoras que, nos anos 20, chegaram a exportar a maior parte do café embarcado no porto de Vitória, concorrendo com exportadores estrangeiros ou do Rio de Janeiro, que tinham agentes ou filiais no Espírito Santo.

⁵²Cf. CAMPOS JÚNIOR, C.T. Op.cit., p. 110-111, nota 46. O autor descreve: [...] O vendeiro e o comerciante de segunda classe têm a função de fazer a concentração do café produzido nas pequenas propriedades, para depois vendê-los às casas comerciais exportadoras em Vitória. Esta seqüência concentradora também desempenha certo papel, se observamos o caminho inverso do comércio. As casas comerciais, controlando as importações, dispõem desta rede de distribuição montada — comerciante de segunda classe e vendeiro —, para espalhar suas importações nos locais mais distantes do Estado.

central. As casas comerciais⁵³ é que eram capazes de reter o grande capital mercantil, uma vez que a elas era entregue uma grande quantidade de mercadoria (o café) proveniente de uma quantidade considerável de comerciantes de segunda classe, e vendeiros. Eram essas casas que vendiam o café para o mercado externo. Ainda mais: devemos levar em consideração que as mesmas eram estrangeiras, tendo elas conhecimento dos preços do produto (café) no mercado internacional. Assim, ficava fácil, para as firmas de exportação, comprar o café a preços abaixo da cotação do mercado internacional. Mas, também, devemos ressaltar, aquelas casas comerciais não detinham o controle sobre a produção do café, embora a subordinassem. O controle sobre a produção era exercido apenas pelas famílias de imigrantes. Dessa forma, toda exportação dependia do trabalho familiar, que visava apenas à subsistência. Assim sendo, a queda dos preços do café simplesmente obrigava o colono a restringir o consumo dos bens importados, ao passo que, para o comerciante, a crise nos preços representava uma retração em seus negócios, tanto de exportação quanto de importação. Consequentemente, isso afetava seus lucros (ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 75).

Por volta de 1920, o número de casas comerciais de origem nacional aumentaria, sendo algumas dessas pertencentes a capixabas. Apesar de uma relativa perda de poder político do setor comercial, nos primeiros anos da República ele não deixou de tornar-se hegemônico na região central. Mesmo porque a elite mercantil assumiu a direção administrativa do Estado durante maior parte do período republicano⁵⁴.

Além de tudo o que foi exposto, ainda vale destacar que Vitória, desde o período colonial, concentrava-se como sede administrativa burocrática. Os principais administradores eram descendentes dos colonizadores portugueses, o mesmo acontecendo com o contingente militar

⁵³Cf. CAMPO JÚNIOR, C.T. Op.cit., p. 132-133, nota 46. Quanto às casas comerciais, o estudioso afirma: [...] De maneira geral, os comerciantes, além de desenvolverem as atividades próprias das suas lojas, eram concessionários de alguma empresa de navegação do seu país e também exerciam a atividade consular. Os exemplos concretos dessa prática encontramos nas figuras de: Augusto Arens - Cônsul da Alemanha, à frente da Arens Langen; João Zinzen – Cônsul dos EUA, representante da Casa Zinzen; W. Prado – Cônsul da Espanha, gerente da A. Prado; e Manoel Evaristo Pessoa – Cônsul de Portugal e proprietário da casa comercial de mesmo nome. Todas estas firmas instalaram seu comércio na Capital, atraídas pelos altos preços alcançados pelo café [...]. [...] No tocante ao ambiente construído, o momento de prosperidade proporcionado pelo café ficou registrado no padrão da organização espacial da Capital. A cidade, que antes ocupava a parte alta próxima do Palácio do Governo e das igrejas, desce a elevação e vai aterrando as partes baixas junto à baía. Nestas áreas vão sendo construídas as casas de comércio, reforçando, assim, o caráter comercial emergente da cidade.

⁵⁴Cf. CAMPO JÚNIOR, C.T. Op.cit., p. 187, nota 46. Expõe o autor: [...] Desapareceram de Vitória entre 1913 e a década de 20, importantes casas comerciais de origem estrangeira. Em seu lugar surgiram firmas de comércio nacionais; algumas pertenciam a capixabas. Evidencia-se, com isso, a perda do poder político do setor comercial até então estabelecido em Vitória. A recuperação desse setor só ocorreu nos anos 20, mas com outras características, admite-se, constituído por firmas que fundiram no Estado certos interesses do comércio e da produção [...].

que se situou nessa região para a defesa do território e também da região do rio Doce, bem como da estrada ligando Ouro Preto ao Espírito Santo. Essa dominação estamental que compunha o cenário de Vitória manteve-se até as transformações decorrentes da abolição da escravatura e da Proclamação da República. Como resultado, a estruturação política da região central se configurou por frações das elites ligadas ao capital mercantil (exportador/importador), por frações de elites remanescentes da colonização portuguesa (elite política e militar) e, ainda, por aquelas decorrentes da imigração açoriana, que se constituíam de fazendeiros escravistas e não-escravistas (SILVA, 1986, p. 59).

A elite mercantil⁵⁵ constituía-se como hegemônica, primordialmente, na região central do Espírito Santo. Mas, no seio dessa elite, havia frações sociais que formavam múltiplos interesses. Todavia, em geral, os interesses políticos e sociais da elite mercantil (empresários das casas comerciais, empresários portuários, os vendeiros, os comerciantes de segunda classe, pequenos proprietários de terras nas quais não se fazia uso do trabalho escravo, os ensacadores, os banqueiros⁵⁶, etc.) tendiam a se equacionar na defesa do grande comércio exportador e do lucro obtido com a exportação. Vale lembrar que aquela elite era formada por indivíduos que participavam do circuito comercial exportador/importador.

Ao compararmos o Espírito Santo com os centros mais capitalistas do Brasil (São Paulo, Minas Gerais e Rio Janeiro), poderíamos afirmar que aqui existia, no máximo, um circuito mercantil, no qual se desenvolvia um capital mercantil, precipuamente na região central. No Espírito Santo, formar-se-á um comércio exportador pouco desenvolvido, valorizando o mercado de trabalho livre. Entretanto, dependente da exportação feita no início pelas firmas estrangeiras.

Por outro lado, a elite mercantil que surgiu desse comércio cafeeiro produziu novas identificações de ordem econômica, social e cultural. Do movimento do comércio, emergiram, em pequenos passos, os “*homens de negócios*”, geralmente ligados ao capital mercantil, mas não desligados da mentalidade do privatismo, do patrimonialismo e do clientelismo.

Outrossim, é dessa nova elite que surgiu um novo estilo de padrão civilizatório, o novo estilo de *vida moderna*: a vida urbana. O novo padrão de vida cultural e social era uma exigência

⁵⁵Cf. SILVA, M. Z. Op.cit., p. 41-84, passim, nota 35. Nesta obra, a autora classifica esse grupo como Mercantis-exportadores.

⁵⁶Nos estudos de Décio Saes: o banqueiro aparece como participante da classe mercantil, uma vez que financiava a produção agrícola (SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985). Além disso, nos estudos de Carlos Teixeira de Campos Júnior é citada a vinda da agência do Banco Inglês para Vitória, em 1910, atendendo a uma solicitação do comércio.

para a formação de uma futura sociedade moderna. Dessa maneira, a cidade se converteria em pólo dinâmico do crescimento do comércio cafeeiro, constituindo-se no reduto das frações da elite mercantil-exportadora. A partir do governo Moniz Freire, a cidade de Vitória concentrou a maior parte da exportação de café do Espírito Santo, por causa dos investimentos na infraestrutura estadual.

De imediato, esse pólo dinâmico seria o espaço para o surgimento de atividades urbanas, as quais ainda dependiam da exportação de café. Dentre tais atividades urbanas, poder-se-iam citar aquelas exercidas por artesãos, profissionais liberais, professores, operários urbanos, militares, vendedores ambulantes etc.

A estruturação das cidades contribuiu para a dinamização do capital mercantil, já que se tornou propícia às inovações que abririam espaço para um novo estilo de vida, caracterizado por elementos tais como o advento da energia elétrica, o bonde, as ferrovias, serviços de saneamento básico, construção de residências e a comunicação em massa. Dessa forma, o novo padrão civilizatório, então em construção, passa a classificar os homens pela ordem do mercado, para fins de estratificação social, ao contrário do que acontecia na sociedade escravista.

Por todas essas razões, a elite mercantil não se limitava apenas ao prestígio social, como ocorria na sociedade escravista. A principal fonte de renda não era a terra, tampouco o escravo, mas o capital que advinha do circuito comercial. Em termos gerais, a lógica central da elite mercantil ligava-se à busca de riqueza material, prestígio e poder. Era essa riqueza que estratificava e situava a elite mercantil na sociedade moderna que se formava.

Para alguns autores locais, como Haroldo Corrêa Rocha, Maria Cossetti (1983) e Marta Zorzal e Silva (1986), o comércio cafeeiro teria nascido da formação e do excedente produzido pelas pequenas propriedades rurais doadas aos imigrantes estrangeiros. Isso teria estruturado o poder dos setores ligados ao comércio exportador. No entanto, essa interpretação não é suficiente para explicar o dinamismo do comércio exportador de café.

Por isso, é necessário observar a participação do imigrante como agente econômico do processo de formação do setor comercial. Como participante do circuito, o imigrante rompia com a tradição senhorial imposta desde a dominação portuguesa. Em outras palavras, ele trazia, de seu país de origem, as práticas e técnicas capitalistas que conhecia. Logo, o trabalho próprio e não o do escravo era sua fonte de renda e prosperidade. Essa mentalidade favorável ao capitalismo transformava o imigrante em agente econômico do capital comercial, passando

a absorver a ideia do *lucro*, mesmo que a pequenos passos, uma vez que se tratava de uma economia periférica. Apesar de o imigrante não participar por completo do circuito comercial, ele ainda era um agente econômico, porque se constituía como agente original de trabalho livre. Por ser livre, ele adquiria uma mentalidade valorizadora da prosperidade e da renda. Isso favorecia o desenvolvimento de relações sociais de trabalho livre, além de beneficiar o desenvolvimento do capital mercantil na região central.

Tal mentalidade valorizadora do obter *lucro* era muito presente na região central. Por exemplo, quando o pequeno produtor retinha algum lucro, ou algum excedente, primeiro ele investia na reprodução da pequena propriedade rural, para depois investir em outras atividades comerciais. Assim, esse excedente deixava a produção agrícola e logo se transformava em capital comercial⁵⁷.

É inegável que o imigrante encarnava, e de modo completo, a mentalidade da prosperidade capitalista, sendo ele o agente original do trabalho livre no Espírito Santo. Entretanto, a adoção dessa mentalidade não encontrou espaço propício para o desenvolvimento de um capitalismo moderno, ou mesmo industrial. No máximo, possibilitou a formação de um

⁵⁷Cf. SALETTO, N. Op.cit., p. 115-121, nota 43. Esclarece a autora: [...] Há dois casos em que o proprietário não é um sitiante, mas sim um comerciante, para quem a terra é efetivamente mercadoria, e fonte de renda. Ele negocia, e especula com a terra e, quando a explora, o faz com trabalho alheio. Um de nossos casos é de um comerciante italiano, intitulado Coronel, que aparece em seis processos de Santa Tereza legitimando propriedades, quase todas incultas, e uma trabalhada por parceiros. Outro é de uma viúva pertencente a família de negociantes suíços, que aparecem em alguns processos negociando com terras. Nos casos de propriedades com fins especulativos, o comum era instalar nelas um agregado, e encontramos o “coronel” italiano entre os que mantinham agregados, ao lado de outro negociante que legitimou quatro propriedades [...]. [...] Não vejo como a estagnação promoveria a difusão da parceria, que me parece, ao contrário, ser estimulada pela expansão dos cafezais e o enriquecimento. Embora a estagnação pudesse provocar proletarização, não criaria mercado de trabalho para os proletarizados. O enriquecimento, ao contrário, permite ao sitiante abandonar o trabalho agrícola e passar a viver como rentista da terra, empregando parceiros. Quanto à emigração, ela constitui, como bem mostra o autor, uma maneira de garantir a reprodução da pequena propriedade, evitando sua divisão [...]. [...] O primeiro negócio era geralmente uma pequena venda, de estoque reduzido e pouco diversificado, que não comercializava café, e atendia aos sitiantes das redondezas. Localizava-se no próprio sítio, e quando este ficava em ponto favorável podia explorar um “racho”, com pasto, para pernoite de tropas. Devia possuir sua própria tropa, que também transportava carga para outros. Um moinho de fubá permitia moer o milho de seus fregueses e preparar o fubá que vendia. Mais raramente possuía um moinho de arroz ou equipamento para beneficiar café. Prestava serviço de bar e até restaurante, preparando refeições por encomenda dos clientes [...]. [...] Essas vendas eram integradas às unidades de produção familiares. Sítio e vendas partilhavam as instalações, os equipamentos e a força de trabalho da família que era, em parte, deslocada para múltiplas atividades que constituíam o negócio. Quando progrediam, passavam a comercializar café, o que exigia um capital de maior porte. Nos relatos de Venda Nova, cuja colonização teve início no final do século XIX, acompanhamos a multiplicação das vendas, a entrada no comércio do café e a falência da maioria na crise de 29. Quando enriquecia, o comerciante não se afastava da terra, negociava com ela, especulava, mas também a explorava como rentista, usando a parceria. Seu lucro, porém, era investido nos negócios, não na exploração agrícola [...]. [...] Nos anos 20 [sic] alguns sitiantes começaram a mandar um ou outro filho estudar fora. Estas famílias tinham um nível de consumo um pouco mais elevado, boas casas, algumas levavam os filhos em viagens a Castelo e Vitória, mandavam doentes graves se tratarem na capital. Mas todos continuaram a praticar a pequena produção familiar, às vezes completada com a parceria e o trabalho a jornal. E no momento da sucessão tudo era dividido, permitindo apenas que os novos proprietários comessem num nível um pouco mais elevado que a maioria.

capital mercantil, dependente e periférico. Desse movimento, surge a diferença entre o imigrante paulista e o imigrante do Espírito Santo. O segundo estava subordinado à cadeia comercial que ajudou a criar. Em outras palavras, o imigrante tinha como único recurso vender seu trabalho materializado ao vendeiro, o que não lhe permitia a acumulação de capital, somente a subordinação. Ademais, o baixo nível de técnicas da exploração, isto é, das forças produtivas, exigia maior quantidade de trabalho e de esforço, assim impedindo a acumulação de capital.

No caso da região norte, desde a colonização portuguesa, esteve ligada ao mercado externo, especialmente São Mateus. No início, o principal produto era a farinha de mandioca, que também era usada para subsistência. Também predominou, nessa região, a grande fazenda escravista, sob o comando de grandes latifundiários e fazendeiros descendentes dos antigos colonizadores portugueses. Na medida em que o café adentrava as regiões do Espírito Santo, a região norte também ia sendo contemplada por aquela agricultura.

Apesar de a região norte ser polarizada no porto de São Mateus, este porto não tinha grande influência nas exportações. De modo geral, a produção cafeeira era levada em pequenos navios para o Rio de Janeiro, significando pouca ligação econômica com a região central, de modo semelhante ao sul. Entretanto, a partir da Proclamação da República, a produção de café oriunda de São Mateus e Santa Cruz, situados na região norte do Espírito Santo, passou a ser escoada pelo porto de Vitória, intensificando a economia desta última localidade.

Durante a vigência da Primeira República, a estruturação do poder político da região norte se daria pela influência de fazendeiros escravistas ligados à produção de café e mandioca, e latifundiários improdutivos, bem como de proprietários de casas comerciais de base estrangeira. Consequentemente, as lutas sociais e políticas se configurariam em torno da elite dos grandes proprietários rurais e da elite mercantil. Nessa região, originou-se uma nobreza do café representada pelo Barão de Timbuí.

Em resumo, a economia do Espírito Santo foi caracterizada por uma forma não-capitalista de produção, predominando três principais regiões econômicas: a região sul, central e norte. Na primeira, destacou-se uma forma de exploração da monocultura do café, tendo como base a grande propriedade agrícola e escravista; o grupo social hegemônico eram os grandes proprietários rurais. Na segunda região, destacaram-se as pequenas propriedades rurais, baseadas na mão-de-obra familiar; o grupo social hegemônico eram as elites identificadas com a exportação de café, e a burocracia estamental. Na terceira região destacou-se a

produção e exportação de café e mandioca. Havia grandes propriedades rurais escravistas, mas também surgiu uma elite identificada com a exportação daqueles produtos, portanto a hegemonia dividiu-se entre ambos os grupos.

CAPÍTULO II

ESPÍRITO SANTO: POPULISMO OU HEGEMONIA OLIGÁRQUICA?

1.1. A REVOLUÇÃO DE 1930 E O ESPÍRITO SANTO

Este capítulo objetiva delinear os principais acontecimentos históricos no estado do Espírito Santo, entre 1930 a 1958, visando, sobretudo, esclarecer acerca da presença ou não do populismo na política local. Para isso, contamos com o referencial teórico apresentado na introdução, bem como com a explanação do capítulo 1. Portanto, vamos nos fundamentar nas unidades analíticas e, a partir de uma memória historiográfica, perceber a ocorrência ou não de atitudes populistas no Espírito Santo.

Como já foi estudado por Raymundo Faoro⁵⁸, no Brasil, emergiu uma dominação patrimonialista⁵⁹, desde a colonização. O público e o privado sempre estiveram em uma relação tão próxima que, às vezes, é difícil fazer a distinção entre o público e o privado no Brasil. Essa indistinção chega ao ponto de, na cultura política brasileira, ser ato comum a utilização privada dos recursos públicos.

No processo da formação social e/ou formação sociocultural do Brasil, a administração pública se baseou exatamente nas relações patrimoniais, que adentraram os espaços burocráticos de poder nos períodos monárquico e republicano. Esse modelo de administração patrimonial se expressou também nos municípios e nas províncias.

De certo modo, a administração pública brasileira passou por uma racionalização após a Revolução de 1930, diminuindo as relações privadas, mas não as extinguindo. Além disso, segundo autores como Octávio Ianni (1978) e Francisco Weffort (2003), os acontecimentos de 1930 representaram a ascensão do populismo na política brasileira. O mesmo não aconteceu no estado do Espírito Santo, por várias razões, das quais duas tornam-se importantes. Primeiro, a peculiar formação social e histórica do estado do Espírito Santo, que implicou a hegemonia de duas elites ligadas ao setor cafeeiro. Segundo, a revolução de 1930 não modificou a estrutura política, tampouco as condições econômicas (SILVA, 1986, p. 106). Na

⁵⁸FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 ed. - São Paulo: Editora Globo, 1997. 2 v.

⁵⁹Cf. WEBER, M. op.cit., p. 155, nota 37. Para Max Weber, as dominações patrimonial e a patrimonial-estamental são poderes de mando, direitos senhoriais econômicos e oportunidades econômicas privadas apropriadas, bem como apropriação de poderes senhoriais judiciais ou militares. Dessa forma, o fundamento jurídico é estamentalmente apropriado por uma camada estamentalmente privilegiada, na forma de apropriação privada. Dizendo de outra forma, a senhoria judicial, os direitos econômicos e outros direitos de origem política são tratados como direitos privados.

verdade, a revolução foi uma verdadeira *guerra de coronéis*. Além disso, configurou-se como um novo panorama de rearranjos das forças políticas estaduais. A maioria dos políticos locais aderiu ao situacionismo federal e estadual, enquanto uns poucos líderes estaduais reuniram-se numa facção oposicionista conjugada à Aliança Liberal (ACHIAMÉ, 2010, p. 101).

De modo geral, a Revolução de 1930, na política do Espírito Santo, representou o choque, entre as elites políticas cafeeiras, pelo controle da administração pública, portanto não criou uma crise de hegemonia capaz de originar bases para a emergência do populismo. Além do mais, as forças revolucionárias (Aliança Liberal e Tenentes) propunham, em nível federal, o direito burguês como forma de mediação entre Estado e sociedade (voto secreto, direto e universal; regularização do alistamento de votantes, reconhecimento dos resultados pelo poder judiciário), o que se alinhava aos interesses das elites agrárias, uma vez que os tenentes optaram pelo caminho de exclusão das classes populares dos instrumentos formais de democracia. Segundo Boris Fausto (1995), o argumento dos tenentes era que as massas, sendo atrasadas, votavam mal. Assim, se fazia necessário cortar-lhes os direitos políticos para que a ordem pudesse reinar (FAUSTO, 1995, p. 66).

Se a revolução de 1930 não pode ser vista como a instauradora do populismo, podemos afirmar que Bley não sustentava seu poder na participação popular, mesmo com a existência de uma pequena classe urbana. Na verdade, ele fundamentou seu poder administrativo no controle das elites cafeeiras. Conforme Marta Zorzal e Silva (1986), Bley, na sua primeira interventoria (1930/1935), se articulou com as forças jeronimistas. Assim, o secretariado e também o estamento burocrático foram organizados com aquelas forças políticas (SILVA, 1986, p. 115). Não só: essas nomeações lhe valeram o controle sobre a elite política, por meio dos cargos públicos que estavam vinculados às antigas elites hegemônicas no Espírito Santo.

No dizer do próprio Bley:

[...] Nomeado interventor e tomando posse na primeira interventoria de 1930 a 1935, meu secretariado inicial foi o seguinte: Secretário do Interior – Afonso Correa Lyrio; Secretário de Educação- João Manoel de Carvalho; Secretário da Fazenda- João de Albuquerque Tovar; Secretário de Agricultura- José Sinval Monteiro Lindenberg; prefeito da capital- Asdrúbal Soares (SILVA, 1986, p. 115-116).

Sobre isso, Waldemar Mendes de Andrade relata:

[...] O Punaro Bley, de repente, se viu na incumbência de interventor do Estado. Este aspecto é relevante. Ele chega em 1930, e não era daqui, não conhecia a política local, e teve de valer-se dos elementos que eram revolucionários, os contra Washington Luís. Aqui em Vitória eram: João Manoel de Carvalho, Afonso Correa Lyrio, Fernando de Abreu, etc. Ele era manobrado, ora para um lado, ora para outro, porque, além da mocidade e da inexperiência política, ele tinha o desconhecimento específico da política do Espírito Santo. Até que ele tomou pé, já tinha criado uma incompatibilidade com grande parte da

população. E além do mais, encontrou uma situação econômica e financeira, difícilíssima.

Cachoeiro de Itapemirim teve uma influência muito grande no segundo governo Bley (1935/43). Porque a permanência de elementos do velho PSD [sic] como Lúcio Mesquita, Fernando de Abreu, Armando Braga, que eram adversários antes da revolução de 30, e foram depois secretários do seu governo, amorteceram [sic] aqueles choques políticos. Cachoeiro de Itapemirim transmitiu, até certo ponto, ao governo Bley, aquele espírito de tolerância que foi a base do governo Fernando de Abreu (Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim) (SILVA, 1986, p. 116).

Mas, ao longo da administração, Bley passou a incluir também as forças ligadas à elite mercantil na direção administrativa do Estado. De modo geral, João Punaro Bley foi um dos poucos interventores federais a conseguir permanecer na gerência do Estado até a redemocratização. Sua administração foi marcada pela reordenação da economia capixaba, que vivia uma precariedade na situação financeira, procurando um amplo controle das despesas públicas⁶⁰. Na primeira interventoria, Bley também se preocupou com a centralização político-administrativa dos municípios e, para dirimi-la, criou a Inspeção dos Municípios, órgão diretamente subordinado ao interventor federal⁶¹.

As elites políticas instauradas desde a Primeira República não tiveram outra opção, a não ser aderir à nova forma de administração. Caso não concordassem, corriam o risco de ostracismo. Por um lado, Bley escolheu para administrar as prefeituras aqueles em quem poderia confiar, da mesma forma que o fez para os cargos públicos do governo do Estado. Por outro lado, soube isolar possíveis inimigos políticos, utilizando ora o ostracismo, ora a coerção.

De uma maneira ou de outra, as mudanças administrativas empreendidas pelo interventor seguiram o objetivo da centralização político-administrativa do Estado. Desse modo, as facções municipais não puderam mais exercer o controle político no âmbito municipal; o controle agora pertencia à administração estadual e federal. Toda e qualquer oligarquia deveria, no mínimo, seguir as diretrizes instaladas pelo novo modelo de Estado, pois do contrário poderia ocorrer o ostracismo político.

⁶⁰De conformidade a Achiamé, o discurso do novo governo era salvar o Espírito Santo da situação caótica em que se encontrava. Entre as principais medidas de controle financeiro, destacam-se a redução dos vencimentos dos servidores em 10%; reorganização do quadro de professores; revisão dos proventos dos aposentados, supressão dos cargos considerados inúteis, contenção de verbas orçamentárias. Portanto, a lógica desenvolvida por Bley foi a de reorganizar e racionalizar as atividades administrativas (ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)*: Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 114-144 passim).

⁶¹De acordo com Achiamé, posteriormente esta Inspeção tornou-se Departamentos das Municipalidades. Muitos interventores municipais, escolhidos pela Junta Governativa, foram mantidos em seus cargos, por possuírem bons padrinhos junto aos revolucionários. Em outras palavras, aqueles que mantinham relações e lealdades pessoais com os dirigentes da administração estatal. Apesar disso, todos os interventores municipais, sem exceção, deveriam aceitar a nova condição administrativa imposta pela Revolução de 1930. De certo modo, o novo modelo político privilegiava o interesse da interventoria, ainda que existissem interesses pessoais, e fortes vínculos patrimonialistas (Ibid., p. 147-162 passim).

Segundo Eli Diniz (1978); e Sônia Draibe (1985), no período de 1930 a 1945, houve uma intensa racionalização da administração pública federal, bem como se formou uma nova burocratização (tecnocracia) (DINIZ, 1978, p. 91; DRAIBE, 1985, p. 20), diferentemente da ideia de reforma autoritária, colocada por Fernando Achiamé⁶². Acreditamos que o Estado do Espírito Santo seguiu as diretrizes da racionalização burocrática derivada do governo Vargas. Ou seja, uma racionalização imposta pelo governo federal aos governos estaduais. De toda e qualquer forma, Vargas implementou, nos estados brasileiros, um modelo de racionalização que, por conseguinte, foi adotado pelos interventores federais nesses estados.

Com a intensa centralização administrativa, ficaram muito precárias as mobilizações para a participação popular. Mesmo o surgimento de sindicatos no Espírito Santo⁶³, atendia o interesse governamental de criar um corporativismo inclusivo⁶⁴.

Bley, em certa medida, se dedicou à implantação das políticas públicas, que beneficiaram um contingente da população. Dentre as ações, podemos mencionar: política educacional, serviço de rádio e cinema, serviços de inspeção médica e educação sanitária escolar. Nessa primeira interventoria, Bley ainda tratou de adquirir o Teatro Carlos Gomes (1933); emprestou à Santa Casa de Misericórdia quatrocentas apólices, a fim de que mantivesse a Casa de Saúde São Lucas, na capital; auxiliou com cem apólices a construção do Orfanato Cristo-Rei; e realizou outros empreendimentos como o Leprosário de Itanhenga; o Quartel da Polícia, em Maruípe; o Cais de Minério, no Morro Atalaia; a fundação do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, instalada a 15 de outubro de 1937 (NOVAES, SD, p. 427-428). Em suma, Bley não ampliou o acesso das classes populares ao aparelho administrativo do Estado, apenas seguiu as diretrizes de políticas públicas que Vargas fazia em nível federal.

No governo constitucional (1935/1937), Bley procurou promover ações que beneficiassem a classe média urbana nascente – que recebeu o apoio do governo estadual – nos campos da educação e saúde, na formação e treinamento de trabalhadores, no aumento da diversificação de empregos burocráticos, na promoção do esporte e do lazer, etc. Não apenas: o estado do Espírito Santo foi o pioneiro na implantação de cursos para a formação de professores de educação física. Também se construiu um estádio de futebol batizado de Governador Bley.

Quanto ao aspecto social, por exemplo, os habitantes do estado das camadas mais pobres que contraíam a doença hanseníase eram deslocados para a colônia agrícola de Itanhenga

⁶²C.f. ACHIAMÉ, F. A, nota 60 deste capítulo.

⁶³C.f. ACHIAMÉ, F.A. Op.cit., p. 207, nota 60. Segundo o autor, surgiram os Sindicatos dos Bancários, Sindicatos dos Construtores, Sindicatos dos Estivadores, Sindicatos dos Ferroviários.

⁶⁴Ibid., p. 207.

(município de Cariacica), que tinha anexo o preventório Alzira Bley, onde se acolhiam os filhos saudáveis dos doentes. Além disso, se construiu o Hospital da Associação dos Funcionários Públicos na Cidade Alta, a penitenciária de Pedra d' Água, o Asilo Monte Belo; o novo Hospital Infantil na Praia do Canto. Por outro lado, buscaram-se maneiras de diversificar a agricultura, por meio da ampliação e produção de cacau na região de Linhares; da produção algodoeira de Baixo Guandú e da produção de seda em Vargem Alta (ACHIAMÉ, 2010, p. 292).

Ademais, o governo criou as faculdades de Direito do Espírito Santo, de Farmácia e de Odontologia. Posteriormente, foram criadas novas escolas primárias. Portanto, o número de matrículas e o número de professores tiveram um considerável aumento. Para facilitar o escoamento do café, foi realizada a construção de pontes e a abertura de estradas.

Esse conjunto de medidas realizadas por Bley não tinha como objetivo incorporar as classes médias urbanas ao campo político. Somente, como já foi observado, o governador seguia as diretrizes de Vargas em nível federal. Na verdade, o dirigente não incluiu esses setores sociais. Além disso, vale destacar que esse conjunto de medidas atingia uma pequena parcela da população, já que a maior parte do povo se encontrava no meio rural e não urbano.

Por outro lado, as medidas programadas por Bley, de certo modo, ampliaram a cidadania para os grupos que residiam nas áreas mais urbanizadas. Alguns benefícios materiais foram obtidos, mas, por contraste, os canais de participação não foram ampliados, eles ficaram restritos às elites cafejeiras. Desse modo, a experiência de participação foi pouco ampliada.

Os principais canais de participação política eram os partidos políticos, que foram criados ainda na primeira interventoria, uma vez que Getúlio Vargas proporcionou a recriação dos partidos políticos estaduais, desde que estes agissem em apoio aos interventores federais.

Entre os partidos criados no Espírito Santo, estavam: o Partido Social Democrático (PSD); o Partido da Lavoura (PL); e o Partido Proletário (PP). A ampliação da participação partidária na política não implicou a participação popular, uma vez que somente foi criado um partido operário. Na realidade, esse partido não tinha força para disputar a hegemonia política; por outro lado, se a maior parte da população do estado do Espírito Santo encontrava-se na área rural, isso certamente dificultava o acesso aos canais de participação popular; por causa disso, as principais forças partidárias se agregavam em torno do PSD e PL.

O PSD foi criado para dar apoio ao governo federal e à interventoria. No partido agrupavam-se políticos ligados à Revolução de 1930 e outros indivíduos de maior projeção na vida social do estado. Antes da fundação do PSD, Carlos Lindenberg, que se solidarizava com o partido,

foi encarregado de convidar Jerônimo Monteiro a unir-se a este grupo político. No entanto, aquele recebeu uma resposta negativa, por causa da desconfiança que Jerônimo Monteiro mantinha em relação a Getúlio Vargas⁶⁵. A partir deste acontecimento, Lindenberg e outras lideranças políticas locais de maior prestígio no Espírito Santo fundaram o PSD, todavia esse partido seria controlado pelo interventor federal. A comissão diretora do partido, à época, constituía-se por Fernando Rabelo, Josias Soares, José Espíndula Batalha Ribeiro, Carlos Lindenberg, Josué Prado, Jones dos Santos Neves, Fernando de Abreu, Genaro Pinheiro, Ademar Távora, Martinho Barbosa, João Dutra Barroso e Wolmar Carneiro Cunha (ACHIAMÉ, 2010, p. 222). Esse partido mantinha compromissos tanto com as elites mercantis do café quanto com as elites latifundiárias. Assim, integrava pessoas das áreas urbanas e das áreas rurais.

O PL, por sua vez, reunia antigos políticos ligados a Jerônimo Monteiro que não aderiram ao PSD. Aliás, Jerônimo Monteiro foi seu principal líder. O partido fazia oposição ao interventor federal e a Getúlio Vargas e incorporava nomes como: Jerônimo Monteiro, Etienne Dessaune, João Manoel de Carvalho e o Coronel Terra Lima, Nelson Monteiro, Jerônimo Monteiro Filho, Abner Mourão e Geraldo Viana (ACHIAMÉ, 2010, p. 225). Na verdade, o PL era muito pequeno em relação ao PSD. Segundo o depoimento de Punaro Bley, o Partido da Lavoura “foi uma iniciativa de um grupo que tentava empolgar os agricultores”⁶⁶, mas foi logo absorvido pelos políticos do Espírito Santo.

A esquerda congregava partidos e movimentos tais como: Partido Comunista do Brasil (PCB); Partido Proletário (PP), e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em geral, esses movimentos e partidos foram reprimidos, tanto no plano federal, quanto no estadual. Já a Ação Integralista Brasileira (AIB) teve grande presença na região sul do Espírito Santo e também na política estadual.

Podemos entender que a participação política, em geral, ficou restrita ao grupo político hegemônico. As oligarquias ainda permaneciam no controle da administração pública, enquanto, para as camadas populares, foram realizados apenas projetos sociais de caráter urbanizador. Os principais canais de participação, como os partidos políticos, estavam ao restrito controle das oligarquias e do chefe do governo, salvo a presença de um Partido

⁶⁵Resposta de Jerônimo Monteiro a Carlos Lindenberg acerca da implantação do PSD: - Não aceito porque não acredito em Getúlio. Conheço muito bem esses gaúchos. Getúlio está fazendo isto de pantomina [sic]. Ele só sai do Governo [sic] morto ou quando suas barbas estiverem brancas e pela barriga. Assim mesmo, pela mão dos outros. Além disso, não quero ser candidato a coisa nenhuma. Você pode ir (GURGEL, Antônio de Paula. *Dr. Carlos: Um homem do campo e sua relação com o poder*. Vitória: Contexto e Jornalismo & Assessoria, 2000, p. 71).

⁶⁶LINDENBERG, Carlos. *De viva voz: Depoimento de Carlos Lindenberg*. Vitória: Cultural-es, 1989, p. 31.

Proletário, sem grande representatividade. Então, não houve qualquer experiência efetiva de participação popular.

Exatamente pela pouca participação popular, o interventor federal manteve um controle autoritário durante sua administração. As eleições para governador do Estado, em 1934, serviram para mostrar como a administração pública estava restrita apenas às oligarquias, sob o controle de Bley.

A disputa eleitoral de 1934 acirrou o embate entre os dois partidos principais: o PL e o PSD, que se preocuparam, acima de tudo, em manter ou conquistar a direção do Estado, ao invés de realmente transformar a instituição. Permanecer no governo ou tornar-se governo continuava a ser a forma de conduta política. De outro lado, os partidos de ideologia comunista e fascista buscavam derrubar o governo, com o propósito de instalar um Estado de acordo com aquelas ideologias. Porém, as disputas políticas que ocorreram pela direção administrativa do Estado não deixaram de estar fortemente caracterizadas pelos vínculos pessoais, ou privados, ou mesmo pelo patrimonialismo.

O PSD escolheu, por unanimidade, o nome de João Punaro Bley para o cargo de governador. Ele, de fato, não era mais um corpo estranho à política estadual: ao contrário, tinha grande prestígio entre a massa eleitoral do interior, o que correspondia à maior parcela dos votantes do Espírito Santo. Na convenção do PSD também foram escolhidos os nomes de Carlos Lindenberg e Fernando de Abreu para as duas vagas no senado, todavia as conjunturas políticas posteriores impedirão que essas duas lideranças alcancem tais objetivos. Nas eleições de outubro de 1934, o PSD conseguiu 16 dos 25 deputados da Assembleia Constituinte. Assim, a princípio, o partido estava numa situação levemente confortável para escolher o futuro governador. Em contraste, no mesmo ano, o PP e o PL formaram uma frente política coligada e denominada Oposições Coligadas do Espírito Santo, com o objetivo de fazer frente ao PSD na constituinte. Tal frente reunia oito deputados do Partido da Lavoura e um único deputado do Partido Proletário e, certamente, almejava viabilizar a candidatura ao governo do Estado.

Dentro do PSD, ocorreu, em janeiro de 1935, uma dissidência, liderada por Asdrúbal Soares. Esta dissidência se deu em virtude do pedido de Asdrúbal a Bley para que este desistisse da candidatura em seu favor, o que Bley recusou, alegando já ter compromisso com o partido. Por causa de Asdrúbal, o PSD ficou em minoria na Assembleia Constituinte, já que ele levou consigo seis deputados estaduais pessedistas. Desse momento em diante, um episódio curioso marcou essa conjuntura política: a presença de Getúlio Vargas nos rumos das decisões

políticas do Espírito Santo. Carlos Lindenberg foi encarregado de conversar com Getúlio acerca da oposição de Asdrúbal. É o que aparece no seguinte relato:

[...] a eleição de Bley – depõe Carlos Lindenberg – foi outra tragédia. Porque, quando se esboçou a sucessão de governo, houve uma cisão no partido. O Asdrúbal Soares se candidatou, [sic] também a governador. Ele que tinha sido eleito pelo PSD (do Espírito Santo), como Deputado Federal, nós tínhamos, creio, 16 deputados, e a oposição tinha 9. Mas com o rompimento de Asdrúbal Soares com o Bley, também foram repartidos esses 16 deputados. Mas, depois ele conseguiu mais adesões, ficando com 14 deputados. E, nesta ocasião, eu fui incumbido, pelo Bley, de ir conversar com o Getúlio. Cheguei lá, relatei a situação, e ele me disse: - Mas o senhor tem muita coisa para fazer. O Asdrúbal não é deputado? Ele é um homem muito acessível. O Geraldo Vianna também é um grande amigo e muito acessível, vocês conversem com eles. Eu acredito que, por aí, vocês podem conseguir mais adesões. Mas uma coisa eu recomendo: “os senhores não se fixem em nomes, porque o essencial é que o partido ganhe, com qualquer um nome do partido” [...] (SILVA, 1986, p. 122).

Assim, o acordo com outras facções opostas deveria ser feito em nome do centralismo getulista. No entanto, Bley procurou de imediato outra forma de dividir o Partido da Lavoura. Ele lançou mão do expediente das antigas brigas políticas da Primeira República. Esse expediente seria enviar à viúva de Jerônimo Monteiro a cópia de um violento discurso contra ele, proferido no senado federal por Moniz Freire, em 1912, com assinatura de Josias Soares, pai de Asdrúbal, agora aliado de Jerônimo Monteiro Filho. Tal gesto alcançou o objetivo: dividiu o partido e abriu um caminho para negociações com o PL.

O PSD preferiu procurar a adesão de Gilbert Gabeira, único representante do Partido Proletário (PP) de vertente esquerdista. De fato, o PSD resolveu comprar a adesão de Gabeira, que não gozava de boa reputação. O partido tinha dois objetivos com aquela suposta compra de adesão: conquistar a maioria na Assembleia Constituinte e promover a liquidação daquela tendência oposicionista, utilizando um mecanismo desmoralizador. Posteriormente àquela compra de voto, os jornais O Globo e A Noite publicaram notícias acerca da infâmia do Partido Proletário. Talvez, o caso de Gabeira tenha despertado em Vargas mais atenção em relação ao Espírito Santo, por isso o presidente recebeu, em dias sucessivos, três candidatos ao governo do Espírito Santo⁶⁷, numa tentativa conciliatória, embora ele desejasse que o vencedor lhe devesse sempre favores políticos. Os conselhos de Getúlio Vargas levaram Bley a renunciar à candidatura e lançar apoio ao Partido da Lavoura. Isso resultou, para o PSD e para o PL, na maioria dos votos dos deputados estaduais na Assembleia Constituinte. Entretanto, um dos integrantes do PSD, Carlos Marciano de Medeiros, se negou a votar em Jerônimo Monteiro Filho. Essa indefinição do PSD e o confronto estabelecido entre Jerônimo Filho e Asdrúbal Soares beneficiou Punaro Bley, que foi apresentado como uma alternativa

⁶⁷Os três candidatos a governador que conversaram com Vargas foram Jerônimo Monteiro Filho, Asdrúbal Soares e João Punaro Bley.

para as indefinições dos jogos políticos.

Desse modo, um novo acordo foi feito: Jerônimo Filho sairia candidato ao senado, e Bley ao governo do Estado. Segundo Achiamé (2010), pelo pacto de honra, 11 dos deputados constituintes comprometiam-se a votar em Jerônimo Monteiro Filho no primeiro escrutínio, enquanto o próprio Jerônimo e Carlos Medeiros votariam em Bley; isso para que seu nome tivesse o direito a figurar em novo escrutínio, pois não deveria valer a regra de apenas os dois nomes mais sufragados participarem da segunda votação. No segundo escrutínio, todos os 13 deputados apoiaram o nome de Bley (ACHIAMÉ, 2010, p. 266). Dessa forma, em 15 de abril de 1935, João Punaro Bley tomava posse como governador constitucional do Estado, perante a Assembleia Constituinte, onde somente se encontravam os 13 deputados que nele votaram. Enfim, o depoimento de Bley sobre as eleições parece relevante, tendo a finalidade de esclarecer aquele episódio:

[...] Quando se pediu a eleição, nós (Partido Social Democrático do Espírito Santo) tínhamos 16 deputados, a eleição era indireta, e a oposição (Partido da Lavoura) tinha 9 deputados, a minha eleição era tranquila. Porém, algum tempo depois o Dr. Asdrúbal Soares surgiu desejando ser governador. Com isso ele (que era deputado eleito pelo PSD-ES) arrastou 6 deputados estaduais para o lado oposicionista. Assim, nós que tínhamos 16 deputados, ficamos reduzidos a 10, e a oposição ficou com 15. Estava perdida a situação, quando me lembrei de fazer acordo com o Jerônimo Monteiro Filho. Eu sabia que ele tinha 3 deputados e estava apoiando Asdrúbal Soares. Então propus ao Presidente da República, como solução, que eu saísse do páreo e que o Jerônimo Monteiro Filho fosse eleito governador no meu lugar. Ele (Getúlio Vargas) concordou e aceitou, ficou combinado, o Jerônimo Monteiro Filho veio para meu lado. Com isso, restabelecemos a maioria de 1 voto, 13 contra 12 votos.

Entretanto, quando chegou a ocasião da eleição o deputado Carlos Marciano de Medeiros (PSD-ES) discordou da candidatura do Jerônimo M. Filho, dizendo que só votaria em mim. Ficou uma situação difícil para resolver. Houve então um pacto de honra no meu gabinete, que se constituiu no seguinte: 'Como o Jerônimo tinha esperança de trazer 3 deputados a mais da oposição e se eger, ficou combinado que ele iria ser eleito no primeiro turno e o Carlos M. de Medeiros votaria nele próprio'. Eu concordei, mas achava que não daria certo. Quando saiu o resultado da eleição do primeiro turno, a situação era a seguinte: Jerônimo Monteiro Filho = 12 votos; Asdrúbal Soares = 12 votos; Carlos M. de Medeiros = 1 voto, não houve maioria. No segundo turno eu fui eleito por um voto (SILVA, 1986, p. 122-123).

Como governador eleito pela constituinte (1935/1937), Bley reformulou o secretariado, com o objetivo de contemplar a facção política ligada ao senador Jerônimo Monteiro Filho. Sendo assim, foram nomeados secretários Carlos Gomes Sá (Secretaria do Interior e Justiça) e Jorge Kafuri (Secretaria da Agricultura). Posteriormente, o governador rompeu com o senador Jerônimo Monteiro Filho, exonerando os integrantes de seu partido dos cargos públicos. Ainda mais, Bley continuou com o modelo autoritário e de repressão policial, sobretudo contra os comunistas.

No campo econômico, houve uma busca por incentivar e revitalizar a lavoura cafeeira. Para tanto, em outubro de 1937, foi criado o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, o que

estava de acordo com os interesses das elites exportadoras de café, além de terem se iniciado as obras de construção do porto de Vitória.

Na segunda interventoria (1937-1943), Bley novamente foi indicado por Vargas na condição de interventor, em 25 de novembro de 1937. Daquele momento em diante, Bley ampliou as políticas sociais⁶⁸. Todavia, isso não significou a emergência de políticas de massas, visto que, no período, houve a permanência dos interesses agrários e não um processo de participação das massas no processo decisório.

A base social de sustentação política de Punaro Bley, como já observado, não eram as massas populares, mas as elites cafeeiras. Em outras palavras, latifundiários produtores de café e exportadores de café. A partir do governo constitucional Bley, ampliar-se-ia a participação das elites mercantis no campo político, bem como se ampliaria o atendimento das demandas de uma pequena massa popular que emergia no campo social. O governador encontraria no Estado de compromisso uma das soluções para a disputa entre as elites cafeeiras.

Diferentemente de São Paulo e Rio de Janeiro, o Espírito Santo não tinha uma base social tão heterogênea. A composição das forças sociopolíticas estava aglomerada, principalmente, em torno das elites cafeeiras. Em geral, o período Bley não alterou o *status quo*, pelo contrário, ele revitalizou as funções da grande lavoura cafeeira, apesar de haver políticas públicas, no sentido assistencialista. Esse assistencialismo não significou privilegiar as camadas populares como o fez Vargas. De outro lado, a política industrial seguida por Vargas nem sequer foi cogitada em sua gestão. Apesar da racionalização do Estado, esta instituição ainda permanecia ligada aos laços de solidariedade pessoal, sobretudo na forma de patrimonialismo e de clientelismo. Nesse contexto, o que predominava era um compromisso entre as oligarquias, enquanto os setores médios urbanos raramente participavam da política.

Conforme se discutiu nesta dissertação, a experiência populista tem como uma de suas condições a modificação das estruturas agrárias pelas capitalistas; o governador Bley seguiu o caminho inverso, privilegiando as funções da lavoura. Dessa maneira, não havia, por parte do governo estadual, nem por parte das elites dirigentes, um projeto de mudanças sociais e

⁶⁸Hees e Franco comentam: [...] Dentre outras realizações do governo Bley, pode-se ainda apontar a aquisição, em 1933, do Teatro Carlos Gomes; a construção do leprosário Itanhenga e preventório Alzira Bley, para abrigar os filhos dos leprosos, do Hospital dos Servidores Públicos e do Asilo dos velhos, na Ilha de Santa Maria; o auxílio para a construção do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, de iniciativa particular; o auxílio para a Santa Casa de Misericórdia, inclusive para a aquisição da Casa de Saúde São Lucas; a construção do quartel da Polícia, em Maruípe; reforma e ampliação da penitenciária de Pedra d' Água (atual Instituto de Readaptação Social Jair Dessaune); a construção do cais de minério, no morro do Atalaia; a oficialização das faculdades de Odontologia, Farmácia e Direito de Vitória; a construção e reforma de edifícios escolares e a abertura de estradas (HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. *A república no Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2003, p.94-95).

estruturais.

Portanto, as transformações ocorridas a partir do ano de 1930 não mudaram em substancial a economia espírito-santense. Pelo contrário, a economia cafeeira foi revigorada, pois a maior parte da renda do Estado ainda advinha da cafeicultura. A única diferença foi o fortalecimento da diversificação da agricultura. Mesmo o governo federal tendo criado a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e implantado no Espírito Santo um complexo exportador de minério, e mesmo com a formação de pequenas e médias indústrias⁶⁹, isso não propiciou o desenvolvimento capitalista, tampouco a emergência de uma heterogeneidade social (Ver anexo 1: Tabela I. Números de estabelecimentos rurais e produção de café por município e regiões do Espírito Santo 1920-1927; Tabela II. Quantidades exportadas de café (médias quinquenais) Espírito Santo 1895-99/1925-29 (sacas de 60 kg); Tabela III. Receita total e receita gerada pelo café Espírito Santo 1895-99/1929; Tabela IV. Número de cafeeiros plantados. Espírito Santo 1940-1987; Tabela V. População total, urbana e rural nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1960, segundo as regiões fisiográficas e as unidades da federação).

De outro lado, devemos entender que o estado do Espírito Santo não passava por uma transição social de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, uma vez que a maior parte da população ainda permanecia na zona rural, e havia pouca mobilização de massas. De acordo com a Tabela V (anexo 1), o Espírito Santo ainda permanecia uma sociedade eminentemente rural, e não havia grande fluxo de migrações para área urbana. Outras regiões do Brasil também permaneciam com sua maior parte da população na área rural, como no caso do Rio de Janeiro e São Paulo, porém a dinâmica das migrações campo-cidade era bem maior.

A personalidade política dos líderes populistas se baseia exatamente no carisma como qualidade extracotidiana, ou extraordinária. Enquanto Getúlio Vargas era uma liderança que conquistava as massas por meio dessa qualidade, João Punaro Bley pouco desenvolveu uma imagem carismática, ou uma ligação sentimental com as massas populares. Na verdade, Bley tinha uma personalidade autoritária, pouco ligada aos anseios populares.

Em conclusão, podemos dizer que o populismo não emergiu durante o governo de Punaro Bley. A personalidade política dessa liderança, bem como sua herança política refletiam contornos autoritários, legados do tenentismo. João Punaro Bley se comportava muito mais como um soldado que obedecia ao seu líder Getúlio Vargas. Certamente, ele era uma liderança sem ambição política, diferentemente de tenentes como Juarez Távora, que ambicionavam o cargo de presidente da República. O interventor apenas seguia as diretrizes propostas por

⁶⁹Indústrias criadas nesse período: Moinho Vitória, Chocolates Garoto, a Companhia Ferro e Aço de Vitória.

Vargas.

1.2. ESPÍRITO SANTO NO PÓS-VARGAS

Em 1943, ocorreu a exoneração do então interventor federal no estado do Espírito Santo, João Punaro Bley. Desse ano em diante, a administração do Estado foi dirigida por interventores de origem local. Mesmo assim, ainda eles eram indicados pelo presidente Getúlio Vargas. Passaram pela direção do executivo estadual como interventores: Jones dos Santos Neves⁷⁰ (21-1-1943 a 27-10-1945); José Rodrigues Sette (27-10-1945 a 3-11-1945); desembargador Otávio Carvalho Lengruher (6-11-1945 a 20-2-1946); Aristides Alexandre Campos (20-2-1946 a 7-10-1946) e Moacir Ubirajara da Silva (7-10-1946 a 29-3-1947) (OLIVEIRA, 2008, p. 461).

As transformações sociopolíticas, durante as décadas de 1930 e 1940, não somente forçaram a reorientação política das elites tradicionais no Brasil, mas também permitiram o desenvolvimento de outras forças sociais no âmbito sociopolítico⁷¹.

O surgimento dos novos grupos no campo social brasileiro marcou, sem dúvida, o fim do domínio das forças agrárias e a passagem para o domínio das forças urbanas. Isso ocorreu no Brasil durante as décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960. Essas transformações necessitavam de uma nova relação Estado-sociedade, como assinala Ianni (1978):

[...] A época de transição para uma economia industrial no Brasil, assinalando essa etapa crucial do desenvolvimento, pode ser simbolizada pela política de massas, como padrão de organização política e sustentação de novo estilo de poder. A política de massas – portanto, diferente da política de partidos – é o fundamental da democracia populista, que se organizou paulatinamente nas décadas que antecederam a mudança repentina ocorrida a partir do golpe de Estado de 1º de abril de 1964 [...] (IANNI, 1978, p. 9).

Por esse ponto de vista, o populismo surge como uma nova forma de mediação entre o Estado

⁷⁰Segundo Lindenberg, como Bley já estava no governo desde 1930, “naturalmente Getúlio quis fazer uma renovação e o nomeou para diretor da Companhia Vale do Rio Doce, escolhendo três candidatos para o governo. Bley, quando foi fazer a sua substituição, levou daqui [sic] três nomes: Jones, Américo Monjardim e Mário Freire. Como Getúlio não conhecia nenhum dos três, escolheu o mais moço, que era Jones. Nessa ocasião, Celso Calmon Nogueira da Gama esperava também ser candidato e, como não foi indicado, brigou com o Bley” (ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg: Um Estadista de seu tempo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 199).

⁷¹Dessa maneira, explica Octávio Ianni: [...] Até 1945, os acontecimentos políticos estão abertamente vinculados à necessidade de reduzir o poder político e econômico dos setores agrário-exportadores e importadores. Na base desses interesses está a cafeeira, como atividade econômica preponderante. Assim, por um lado, estabeleceu-se o conflito entre as oligarquias tradicionais e os setores urbanos nascentes, tais como a classe média, a burocracia civil e militar, os incipientes grupos de empresários industriais e o proletariado nascente. Por outro lado, as lutas políticas estão relacionadas com o confronto entre os diferentes projetos de modernização, democratização e desenvolvimento econômico. Na base desses confrontos estão, no entanto, as contradições entre a economia agrário-exportadora e a economia industrial em formação. Esses confrontos são o fulcro dos acontecimentos até 1945 (IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 70, 4ª edição, 1978, p. 16).

e a sociedade. Conforme Ianni (1978), isso ocorreu principalmente nos grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Na opinião de Marta Zorzal e Silva (1986), no estado do Espírito Santo, a composição das forças sociopolíticas estava dividida entre as elites cafeeiras e os segmentos sociais ligados à pequena produção rural e urbana, que emergiram no cenário sociopolítico (SILVA, 1986, p. 162-163). Portanto, a configuração do novo cenário no Espírito Santo estava assim constituída:

Elite dos grandes proprietários rurais	Conseguiu manter um espaço na direção política do aparelho do Estado, após a Revolução de 1930.
Elite mercantil	Reagrupou-se no aparelho regional do Estado após a revolução de 1930.
Pequenos proprietários rurais	Representavam a grande maioria da população do Espírito Santo e estavam no interior do estado.
Setor urbano	Setor terciário, que se localiza nos pólos de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina.

FONTE: SILVA, 1986, p. 162-163.

Provavelmente, o efeito da inserção de novos atores no campo social capixaba seria o surgimento de uma nova experiência política, bem como o nascimento de novas estratégias e práticas políticas. Contudo, isso não ocorreu em nível estadual. As formas de articulação política seguiram as diretrizes ainda vigentes da Primeira República. Marta Zorzal e Silva (1986) também entende que, no caso específico do Espírito Santo, as mediações políticas, ocorridas no regime pós-Vargas, não se diferenciaram daquelas formas de estratégia política vigentes na Primeira República, uma vez que as elites cafeeiras tenderam a utilizar as lealdades pessoais e coronelísticas como vias de acesso à direção estadual (SILVA, 1986, p.164).

Exceções a serem consideradas são os governos de Carlos Lindenberg (1959-1962) e o governo de Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966). Durante essas duas gestões, houve a ampliação da heterogeneidade social no Espírito Santo, em virtude das migrações campo-cidade, o que permitiu maior autonomia em relação às elites cafeeiras, apesar de a maior parcela da população ainda se concentrar na área rural e não na área urbana. As gestões anteriores foram frutos das relações coronelísticas, patrimonialistas, e de vínculos de lealdades pessoais com as elites cafeeiras. As gestões afetadas por aquelas relações são: Carlos Lindenberg (1947-1950); Jones dos Santos Neves (1951-1954); Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958).

Quanto ao governo de Jones dos Santos Neves, devemos fazer uma ressalva, pois, mesmo sua

administração tendo sido apoiada por grupos ligados ao setor agrário, no seu governo houve um intenso movimento pró-industrialização, que não foi à frente por conta da resistência dos mesmos setores agrários, os quais estavam alojados nos espaços de poder, tendo, dessa forma, prejudicado o projeto jonista de desenvolvimento. Também podemos fazer uma observação sobre o primeiro governo Lacerda de Aguiar (1955-1958). Apesar de ele, de certa forma, ter introduzido as práticas populistas no Espírito Santo, sua base de sustentação de poder estava nas elites cafeeiras. Por isso, sua política pública foi direcionada para o campo. A consolidação da experiência populista só viria no segundo governo Carlos Lindenberg (1959-1962) e na segunda gestão Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966).

O pós-45 também reordenou as forças político-partidárias que, no caso do Espírito Santo, eram extremamente fragmentadas, ou mesmo frágeis. Somente o Partido Social Democrático (PSD)⁷² conseguiu permanecer por maior tempo no controle da administração do Estado. Sob o ponto de vista de Marta Zorzal e Silva, a forma coronelística de articulação política renasceu revertida e transmutada na figura de pluripartidarismo (**Ver no anexo 1: Quadro 1. Partidos Políticos do Espírito Santo pós-45**).

De modo geral, o processo de abertura política iniciado em 1945 ampliou o espaço para que as elites cafeeiras disputassem a direção administrativa do Estado. Entretanto, os segmentos populares urbanos, que foram surgindo ao longo das décadas de 1930 e 1940, a princípio, ficaram com uma participação política de menor importância.

As primeiras eleições estaduais pós-1945 foram realizadas em 1947. Dois partidos políticos despontaram como importantes nesse pleito, a saber: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Republicano (PR). Inicialmente, o candidato do PSD foi o general Tristão de Alencar Araripe, enquanto o PR lançou a candidatura de Atílio Vivácqua. Este tinha o apoio do interventor do Estado, o seu cunhado Aristides Campos. Conforme Carlos Lindenberg (1989): “[...] queria muito favorecer ao cunhado de modo que andou fazendo muito benefício com o dinheiro do governo, favorecendo demais aos funcionários [...]. [...] Mas o fato é que foi um governo muito populista demais [...]” (LINDENBERG, 1989, p. 20).

⁷²Cf. ALMEIDA, A. Op.cit., p. 200, nota 70: o autor descreve que Jones reunira em torno do PSD (Partido Social Democrático) o maior número possível de lideranças políticas e suas respectivas correntes e facções, formando uma frente única em torno do nome de Eurico Dutra como candidato à presidência, enfatizando a necessidade de construir partidos nacionais que facilitassem a unidade e a integridade nacional. Contou com a ajuda de Fernando de Abreu, prefeito de Cachoeiro e líder do sul do estado, para essa articulação. O PSD foi um partido constituído pelos antigos interventores nos estados e pelos prefeitos nos municípios que aglutinaram em torno de si os políticos locais e até os adversários derrubados pela Revolução de 1930. Toda a estrutura política de cada estado brasileiro, sedimentada por oito anos de regime estado-novista, alistou-se nas fileiras do PSD, que tinha Vargas como “presidente de honra”.

Por insistentes protestos de Carlos Lindenberg e Eurico Salles de Aguiar ao presidente Eurico Dutra, Aristides Campos foi exonerado do cargo, sendo substituído por Moacir da Silva. Por outro lado, Alencar Araripe não obteve um apoio consensual de todos integrantes do partido. Por isso, em dezembro de 1946, o próprio general chamou Carlos Lindenberg para uma conversa no salão nobre do ministério. De acordo com relato do próprio Lindenberg, ele disse com naturalidade:

[...]

- Olha, Carlos; mandei chamá-lo aqui porque não sou mais candidato.
- Mas a viagem já está marcada, estão todos esperando o senhor no Espírito Santo. A convenção é no dia 31.
- Nesta altura da vida, não vou arriscar o meu nome a uma derrota. Como não consegui apoio do Bley nem do Atílio, vocês arranjem outro candidato.
- O senhor vai ganhar isso com os pés nas costas, não tenha dúvida nenhuma. Só está dependendo agora de sua presença lá para a gente dar uma volta pelo Estado.
- Pode colocar outro porque eu não quero mais. Você é o candidato.
- Eu? Deus me livre. Não senhor.

Naquele exato momento, Carlos teve a impressão de que o chão estava desaparecendo. Teve uma estranha sensação de horror.

Seguiu atônito para a Câmara dos Deputados, onde reuniu-se [sic] com integrantes da bancada capixaba do PSD.

- A notícia é péssima. O general acabou de me dizer que não é mais candidato de forma alguma. Eu insisti, argumentei que nós estamos com a campanha feita, que só dependia da presença dele lá para liquidarmos o assunto. Mas ele disse que não é mais candidato.

Fernando de Abreu foi enfático:

- Não tem importância. Agora o candidato é você.
- Eu não estou preparado para isso.
- Você é candidato e está resolvido.

Os outros integrantes do PSD apenas concordaram. Carlos era o novo candidato do PSD (GURGEL, 2000, p. 133-134).

Depois disto, Lindenberg começou a sua campanha por regiões próximas, como Viana e Domingos Martins. Obteve apoio do Partido da Representação Popular (PRP), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e da maioria da União Democrática Nacional (UDN), enquanto Vivácqua obteve apoio do Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Republicano Democrático (PRD), de uma ala da UDN e do Partido Comunista do Brasil (PCB). O apoio do Partido Comunista a Vivácqua não lhe rendeu bons frutos, porque Carlos Lindenberg mandou confeccionar 30 mil exemplares de uma nota, publicada pelo jornal A Tribuna, em que o Partido Comunista manifestava apoio a Vivácqua. Posteriormente, distribuiu aquela nota gratuitamente em Colatina, reduto eleitoral do opositor. O saldo da estratégia de relacionar a

imagem de Vivácqua ao comunismo foi bom, uma vez que Carlos Lindenberg, ao fazer um comício naquela cidade, foi recebido por uma grande multidão, enquanto ninguém recebeu Vivácqua.

Conforme Almeida (2010):

[...] Lindenberg fazia a campanha sem faixas e sem cartazes: não dava tempo (“só sei que a gente viajava por este estado todo e não encontrava uma faixa com o nome de Carlos Lindenberg”). Ele fazia discursos: ao todo 210, com um único teor: o cancelamento de todos os impostos sobre a lavoura, porque “o lavrador não pode e não deve pagar imposto algum, já paga grande tributo à natureza e deve ser tratado pelo governo em primeiro plano” [...]. [...] No dia 1º de janeiro, a campanha começou em Campinho e Viana. No dia 2, em São Mateus. “Nós aproveitamos todos os dias e noites. A gente não comia, não dormia, só andando e fazendo discurso”. Contra seu feitiço, Carlos aceitou tomar o remédio Peritio Casset, um estimulante, para poder dar conta de visitar pelo menos as sedes dos municípios mais importantes [...] (ALMEIDA, 2010, p. 206-207).

Consoante Gurgel (2000), na noite de 17 de janeiro, a chegada a Vitória foi triunfal, tendo a população levado Carlos Lindenberg até a casa de sua mãe, onde ele pouco ficou. Na Avenida Jerônimo Monteiro, os populares arrancaram o candidato do carro e o levaram nos ombros até o Teatro Carlos Gomes, onde foi realizado o último comício da campanha eleitoral, do qual participaram vários membros, como Jarbas Athayde Guimarães, Christiano Dias Lopes Filho, Orlando Cariello, Antenor de Carvalho e Rômulo Salles de Sá. O resultado das eleições foi a vitória de Lindenberg, com 59.008 votos contra 31.968 de Atilio Vivácqua (GURGEL, 2000, p. 139). Em 1949, o jornal A Gazeta foi adquirido por Carlos Lindenberg, com o objetivo de que se tornasse um recurso para apoio político⁷³.

No momento da redemocratização, não houve, no Espírito Santo, qualquer crise política, ou econômica, que justificasse a emergência da experiência populista. Em outras palavras, as relações sociopolíticas vigentes não se alteraram, ao contrário, houve uma reordenação dos atores políticos ao novo campo social que se afirmava.

De acordo com Marta Zorzal e Silva (1986), o grupo social que sustentou o pleito de 1947 para governo do Estado foi o formado pelas antigas elites cafejeiras, precipuamente a antiga corrente jeronimista da região sul do estado. Portanto, naquele governo predominaram as

⁷³O jornal A Gazeta foi fundado em 1928. Em 1945 foi adquirido pelo fazendeiro Eleosipo Cunha, colocando o jornal a serviço da União Democrática Nacional. Em 1949, Eleosipo Cunha resolve vender o jornal, porém, impõe a condição de que só não venderia para os membros do PSD. O jornal foi vendido a um grupo que se fez passar por empresários. Mais tarde descobriu-se que os supostos compradores eram integrantes do PSD, tendo a frente o então Governador do Estado Carlos Lindenberg. A partir de então, o jornal passou a ter a família Lindenberg como acionista majoritário, passando a ser o veículo de comunicação oficial do PSD até 1964 (OLIVEIRA, Ueber José de. Desenvolvimento Urbano-Industrial e transformação político eleitorais no Brasil e no Espírito Santo. In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo (org.). *Desenvolvimento brasileiro: Alternativas e contradições*. Vitória: Grafitusa editora, 2010).

relações de solidariedade coronelísticas e de lealdades pessoais (SILVA, 1986, p. 222). Isto é, manteve-se o mesmo mecanismo utilizado durante a Primeira República. Em suma, a relação estabelecida entre o Estado e a sociedade no período ora considerado foi fundamentalmente oligárquica e patrimonialista, não havendo mobilização de massas populares, como no caso de São Paulo e Rio de Janeiro. Os benefícios trocados em tal relação se situavam nas lealdades pessoais e coronelísticas.

Lindenberg, da mesma forma que seus antecessores, não promoveu a participação popular por meio dos canais políticos. Os sindicatos ainda eram pequenos, devido aos fatos de o Espírito Santo ser um estado com características agrárias e de os partidos políticos mais representativos pertencerem às antigas elites tradicionais. Por outro lado, devemos ressaltar que a migração campo-cidade ainda era pequena, o que propiciou pouca ampliação da heterogeneidade social e impediu a criação de uma base social de apoio político. Embora existissem partidos que representavam esses novos atores do meio urbano, eles eram pouco significativos para disputar as eleições. Desse modo, as lideranças políticas não incorporaram os setores populares aos canais políticos mais importantes do estado.

No período compreendido entre 29 de março de 1947 e 31 de janeiro de 1950, como mencionado, o Espírito Santo foi governado por Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, que instituiu cinco secretarias, as quais tinham apenas a função básica de manter o equilíbrio das contas públicas. Essas indicações do secretariado foram fundamentadas em ligações de laços de solidariedade pessoal, patrimonialista e clientelística. Na composição das secretarias havia: 1) Secretaria de Governo, 2) Secretaria do Interior e Justiça, 3) Secretaria da Fazenda, 4) Departamento de Serviços Públicos, 5) Secretaria de Educação e Cultura e 6) Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Lindenberg pleiteou tanto o apoio da UDN, como o apoio do PRP e cada qual recebeu uma secretaria da administração estadual. As demais foram entregues ao comando do PSD (SILVA, 1986, p. 216) (**Ver no anexo 1: Quadro 2. Composição das Instituições do Governo Carlos Lindenberg [1947-1950]**).

Segundo o depoimento de Carlos Lindenberg:

[...] - Encontrei o estado em uma situação de pré-falência e tivemos que tomar medidas drásticas para botar em ordem as finanças e fazer alguma coisa. Não houve demissões, mantivemos o pessoal todo, mas tomamos medidas de contenção de despesas e organizamos as despesas de tal forma que pudéssemos fazer alguma coisinha e ordenar a administração (ALMEIDA, 2010, p. 334).

No decorrer do tempo, Carlos Lindenberg procurou aumentar o espaço político para as forças políticas ligadas as elites cafeeiras. A presença dessas forças políticas no domínio da burocracia nos explica que a forma de fazer política e dominar a administração do Estado

ainda era semelhante àquela da Primeira República. Sob o ponto de vista de Marta Zorzal e Silva (1986), Carlos Lindenberg montou uma administração pública no estilo liberal clássico, no qual o Estado deveria atuar apenas para manter suas funções tradicionais, e não para ser indutor das transformações capitalistas via intervenção econômica (SILVA, 1986, p. 222). Por esse ponto de vista, as forças políticas ligadas às elites cafeeiras conseguiram impor o sentido ao desenvolvimento econômico, tanto que Lindenberg, no discurso de posse, enfocou seu programa de governo, no qual dizia: “[...] a necessidade que se impõe ao governo de orientar seus esforços pelo progresso e desenvolvimento das zonas rurais, donde provêm os recursos de toda espécie, indispensáveis à vida nacional [...]” (SILVA, 1986, p. 222). As ações governamentais, nesse período, estiveram ligadas a dois pilares: por um lado, a arrumação e agilização dos aparelhos financeiros e administrativos do Estado e, por outro, a criação de condições capazes de dinamizar, primeiro, a produção rural (agricultura e pecuária) e, depois, a industrial. Assim, podemos destacar algumas diretrizes do governo Lindenberg:

[...] A aprovação da lei nº. 135, em 30/11/48, por sua vez, ao introduzir alterações significativas no Código Tributário Estadual, forneceu-lhe o necessário respaldo fiscal para execução de suas metas dentro da referida diretriz. Em essência essa lei extinguiu os impostos sobre transações e inversões de capitais, sobre exploração agrícola e industrial e o imposto territorial; criou o imposto sobre exportação e a taxa de fomento da produção agrícola e industrial; e elevou a taxa sobre impostos de vendas e consignações, atual ICMS, e a taxa de defesa do café. Enfim, redistribuiu a carga tributária direta entre a produção e o comércio [...] (SILVA, 1986, p. 224).

[...] Ainda no campo das medidas fiscais, visando a aparelhar o Estado com mecanismos incentivadores da produção, o bloco PSD/UDN, enquanto esteve junto, formulou e aprovou leis cujo conteúdo marcou os primeiros passos rumo à industrialização. Entre elas cabe destaque às oriundas do próprio executivo, e aprovadas [sic] em 1947, tais como: a Lei nº 67 de 31/12/47, que dispunha sobre a isenção de impostos para todas as indústrias novas que se instalassem no Espírito Santo e a Lei nº 48 de 23/12/47, que concedia isenção de impostos para a Companhia Ferro e Aço de Vitória. Todavia, mesmo após o rompimento da aliança, o Executivo formulou e aprovou leis visando a conceder facilidades para a industrialização. Entre essas, aprovou, em 1950, a lei congelando por 10 anos os impostos que recaíssem sobre indústrias com capital não inferior a Cr\$ 500.000.000. (lei nº. 376 de 19/12/50). A vertente complementar dessa política foi a criação da infra-estrutura básica (estradas, energia, etc.) capaz de dar o necessário suporte à almejada expansão e diversificação econômica. Entretanto, a questão da diversificação incluía, agora, também, a industrialização como possibilidade de livrar: “o café do pesado ônus de ser quase que exclusivo responsável pelo bem estar de nossas populações e pela posição das finanças e dos orçamentos do estado” (SILVA, 1986, p. 225).

As obras públicas do governo se direcionaram para atender às demandas da população rural, especialmente os coronéis do interior do Estado. Para tanto, foi construída a rodovia que ligava São Domingos (município de Colatina) à cidade de São Francisco. Ademais, se empreendeu a conclusão da estrada Vitória-Rio de Janeiro e, por fim, construiu-se a Rodovia Vitória-Vila Velha (Avenida Carlos Lindenberg). Também se construíram bases para a

industrialização, como é o caso de usinas hidrelétricas. Todavia, essa industrialização era orientada pelas elites tradicionais, e se deu de forma moderada e gradual.

Conforme Lindenberg:

[...] - Fizemos muitas estradas principalmente onde havia muita produção e muitas vezes com a colaboração de pessoas do local onde a estrada passava. Fizemos uma assim em Santa Leopoldina. Lá existia uma zona muito boa chamada Mata Fria onde se produzia muito feijão e agora é grande produtora de alho. Tudo era transportado em lombo de burro e lá tinha um amigo nosso chamado Antônio Gonçalves, que era um homenzarrão enorme, forte, e vivia pedindo uma estrada ali. Então eu combinei com Napoleão Fontenelle, Secretário da Agricultura, que nós dávamos dez contos de réis por quilômetro e eles ajudavam a construir. E assim conseguimos uns quarenta quilômetros de estrada, desde Santa Leopoldina até Mata Fria. E inauguramos a estrada num automóvel, tinha gente que nunca tinha visto um automóvel, aqueles alemães vinham e passavam a mão para ver como era, outros se entusiasmavam com aquilo, e assim foi inaugurada a estrada. Três ou quatro meses depois já tinha 23 caminhões transportando feijão, farinha e outros produtos e até hoje a estrada é importante (ALMEIDA, 2010, p. 334-335).

Inegavelmente, a industrialização permitiu a diversificação econômica, mas as elites cafejeiras apenas apoiavam em larga medida o desenvolvimento da cafeicultura. Quanto à educação⁷⁴, Lindenberg reabriu a Faculdade de Odontologia, foi criada a Faculdade de Medicina, hoje incorporada a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e construída a Escola Normal Rural de Colatina. No âmbito da saúde⁷⁵, o governador iniciou a construção do Hospital Adauto Botelho, em Cariacica, e reformou e reconstruiu o sanatório Getúlio Vargas em Maruípe. Finalmente, construiu o Parque Infantil “Maria Queiroz Lindenberg” na Praia do Canto.

Segundo Almeida (2010):

[...] Carlos pretendia livrar “o café do pesado ônus de ser quase exclusivo responsável pelo bem-estar de nossas populações e pela posição das finanças e dos orçamentos do estado”. Assim, ele percebeu que a saída estaria na integração do estado à política de desenvolvimento do capitalismo industrial que o país então experimentava; o que era permitido devido ao relativo isolamento do Brasil e à crise do sistema capitalista ocorrida entre as duas guerras mundiais. Mas o desenvolvimento industrial que ocorria em algumas regiões brasileiras (Dutra incentivava a eletrificação e os transportes e apoiava a industrialização, concedendo

⁷⁴Cf. ALMEIDA, A. Op.cit., p.335, nota 70. Depoimento de Carlos Lindenberg: — Construimos muitas escolas, colocamos luz em várias cidades. Ajudei a construir a usina de Muniz Freire, a usina de Barra de São Francisco (usinas pequenas, para iluminação das cidades, apenas), colocamos motor a óleo em Anchieta.

⁷⁵Depoimento de Carlos Lindenberg: - Fizemos muitos postos de saúde, mandei vários sanitaristas fazerem cursos e aí nós tínhamos na saúde pública vários sanitaristas, hoje não existem mais. Eles iam para o interior, onde existiam postos de saúde para atender a toda a população. Eram médicos sanitaristas. Nessa ocasião é que nós fizemos a campanha de combate ao impaludismo. Aqui no Espírito Santo existiam muitos focos de impaludismo: em Linhares, Viana, em quase todo o estado. Então pedi ao doutor Mário Pinotti, do Ministério da Saúde, que era muito meu amigo, para fazermos uma campanha contra o impaludismo e ele concordou. Fizemos então um convênio e o primeiro município a ser dedetizado foi Linhares. O Ministério da Agricultura e a Secretaria do Ministério da Indústria e Saúde fizeram um mapa completo do município com todos os caminhos, todas as estradas, localizando todas as casas, para depois dedetizarem. A primeira dedetização matou rato, percevejo, barata, acabou com tudo. Passamos depois para outros municípios e assim pelo estado inteiro. Pinotti queria erradicar o impaludismo do Espírito Santo e só não conseguiu porque deixou o ministério, mas mesmo assim o impaludismo diminuiu bastante aqui (Ibid., p. 336).

cem por cento de isenção de impostos às novas indústrias) encontrava limitações no estado pela impossibilidade de realizar investimentos na infra-estrutura básica que assegurassem à iniciativa privada as disponibilidades necessárias de transportes, energia e comunicações. Carlos conseguiu financiamentos com Dutra para obras rodoviárias e melhorias tanto em Cachoeiro como na Barra do Itapemirim e negociou com a Companhia Vale do Rio Doce para que assumisse os encargos com o pagamento do pessoal ligado à administração do porto de Vitória (ALMEIDA, 2010, p. 336).

Finalmente, Carlos Lindenberg sintetiza seu governo:

[...] - Não foi um governo de grandes realizações a não ser na parte da agricultura, porque nós renovamos o nosso programa de governo e continuamos com a assistência à lavoura. Auxílio mesmo nós não dávamos. Porque dar a semente ou o boi de presente, isso não trazia resultado nenhum, o lavrador é como outro qualquer; tudo que é dado não tem valor. Fizemos uma visita a uma fazenda de algodão para a qual tínhamos dado as sementes e quando lá chegamos havia sementes por todo o caminho. Assim, passamos a vender. Barato, mas vendíamos. Daí em diante nunca mais permiti que se desse nada de presente (ALMEIDA, 2010, p. 335).

Do outro lado, Marta Zorzal e Silva (1986) resume que o primeiro governo Carlos Lindenberg foi baseado nas relações pessoais de solidariedade coronelística. As forças sociais urbanas emergentes da década de 1930 e 1940 não se articularam a fim de disputarem a administração do Estado, elas se diluíram em vários partidos. Por outro lado, forças políticas existentes no interior mantinham as relações verticais, já que a maior parcela da população do Espírito Santo, naquele momento, se encontrava concentrada na área rural.

Por causa disso, Marta Zorzal e Silva (1986) enfatiza que, na ocasião, o populismo não poderia ascender no estado do Espírito Santo. Contudo, a mesma pesquisadora relata que o Partido da Representação Popular engrenou as classes populares, embora não fique claro se da população rural ou da urbana. Em contraste, a estudiosa sustenta que a ampliação da participação dos atores sociais no campo político foi realizada de forma subordinada às elites cafeiras (SILVA, 1986, p. 232). Para nós, isso é uma grande dúvida, pois implica a falta de consciência dos atores políticos, tanto os oriundos das massas populares rurais como os das urbanas. Assim, Marta Zorzal e Silva (1986), conclui que Lindenberg orientou suas ações para o desenvolvimento da zona rural, em virtude das ligações estabelecidas com as elites tradicionais.

Em nossa visão, a experiência populista não surgiu no governo Carlos Lindenberg, apesar de o Espírito Santo iniciar um momento de transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana e de haver uma concentração de populares urbanos na região da Grande Vitória, porque isso não foi suficiente para mobilizar mudanças, tanto no sentido da experiência de participação, como no da ampliação da cidadania. Assim, a base social do governo Carlos Lindenberg se restringia às elites tradicionais; seu governo nem sequer ampliou os canais de participação, tampouco as políticas públicas para as massas urbanas e

rurais.

Por outro lado, devemos considerar que, diferentemente de outras lideranças políticas, Lindenberg via na industrialização um modo de escapar da monocultura cafeeira, mas não conseguiu empreender um modelo de desenvolvimento capitalista, por causa da aliança sociopolítica com as elites cafeeiras.

Por último, podemos afirmar que Carlos Lindenberg pouco se preocupou em divulgar sua própria imagem política, como fizera Vargas, e outros políticos da época. A propaganda política eleitoral não criou símbolos que o identificassem com o povo. Lindenberg não criou sobre si a imagem de possuidor do *dom da graça*, ou mesmo de um indivíduo extracotidiano, ou extraordinário. Sua imagem, divulgada durante as eleições, era ligada apenas à do homem honesto do campo.

Na sequência, o governo de Jones dos Santos Neves⁷⁶, que ocorreu entre 31 de janeiro de 1951 e 31 de janeiro de 1955, não se distinguiu daquele modelo administrativo deixado por Lindenberg. Durante o governo jonista, também se confirma a forma oligárquica e elitista de articulação de interesses na relação entre o Estado e a sociedade (SILVA, 1986, p. 251). Como se deu no primeiro governo de Carlos Lindenberg, a base social de sustentação de poder eram, inegavelmente, as elites cafeeiras.

Todavia, de acordo com Marta Zorzal e Silva (1986) as ações políticas do Estado estavam influenciadas pela concepção autoritária, sob a forma do chamado Estado social⁷⁷. Dito de outra maneira, essa mediação coronelística revestiu-se de ideologias intervencionistas, numa tentativa de que administração estatal pudesse intervir na economia, de modo que dinamizasse a estrutura industrial, que era contrária à economia cafeeira de caráter primário-exportador (SILVA, 1986, p. 253).

A distribuição dos cargos públicos seguiu os compromissos assumidos com o PTB, que havia apoiado Jones dos Santos Neves nas eleições (**Ver no anexo 1: Quadro 3. Composição das Instituições do Governo Jones dos Santos Neves [1951-1954]; Quadro 4. Espírito Santo: Despesas por**

⁷⁶Cf. ALMEIDA, A. Op.cit., p. 198, nota: 70. De acordo com o autor: Jones dos Santos Neves nasceu em 29 de dezembro de 1901. “Era filho do Dr. João dos Santos Neves e de D. Albina da Silva Neves. Casou-se com D. Alda Hithchings Magalhães Neves, com quem teve dois filhos: Jones Filho e Joel (ambos engenheiros), e uma filha: Terezinha Neves Leal. [...] Fez o primário na Escola Modelo e Liceu Filomático, em Vitória; o curso médio, no Ginásio São Vicente de Paulo e Ginásio do Espírito Santo; e o superior, na Faculdade de Medicina e Farmácia da Universidade do Rio de Janeiro.” Foi interventor federal no Espírito Santo (1943-45), senador da república (1947-50) e governador do estado (1951-55). Faleceu em Vitória em 20 de dezembro de 1973.

⁷⁷O Estado do bem-estar (*Welfare state*), ou Estado assistencial, pode ser definido, à primeira análise, como Estado que garante “tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade, mas como direito político” (H. L. Wilensky, apud BOBBIO. N; MATTEUCCI. N; PASQUINO, G; *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p.416).

Poderes e Órgãos Administrativos – 1951/1954. Em valores correntes e participação relativa na despesa total do estado – Cr\$ 1.000,00).

A estruturação das instituições públicas feita por Santos Neves implicou uma visão da valorização do desenvolvimento econômico (modernização). Para isso, realizou uma racionalização da administração pública, e formou os quadros de funcionários a partir de tecnocratas, porém, ainda, a maior parte das forças políticas presentes na direção do Estado pertencia às elites cafeeiras. Certos cargos públicos, e até estratégicos, como a Secretaria de Educação, ficaram sob a responsabilidade de técnicos, como Rafael Grisi, que era educador paulista. Entretanto, mesmo com a maior racionalização do Estado, não houve independência em relação às forças políticas conservadoras e à burocracia estamental patrimonialista.

Conforme Marta Zorzal e Silva (1986) no governo Jones dos Santos Neves, houve uma incontestável presença das elites cafeeiras na administração pública. No entanto, Santos Neves, como discípulo de Getúlio Vargas, conseguiu impor o direcionamento do desenvolvimento socioeconômico (SILVA, 1986, p. 253). Na realidade, a volta de Vargas à presidência da República (1951-1954) resultou na imposição de uma industrialização acelerada ao Brasil. Isso proporcionou a Santos Neves um respaldo para implantar o mesmo projeto no Espírito Santo.

Para tanto, ele viabilizou o Plano de Valorização Econômica do Estado, que exigia um suporte tecnocrático, o que era raro na burocracia estatal. Por isso, Jones dos Santos Neves valeu-se dos técnicos existentes na região do Espírito Santo e fora dela⁷⁸. Além do mais, para resolver o problema da falta de mão-de-obra qualificada, o governador criou a Universidade do Espírito Santo.

O Plano de Valorização Econômica priorizou os investimentos no setor urbano, industrial e educacional. Todas essas mudanças atingiram as elites cafeeiras, tanto na base da sustentação da política coronelística, como nas distribuições de cargos públicos, que passaram por uma elevação do padrão qualitativo. Em discurso, o governador enfatiza seu modelo de desenvolvimento:

[...] Os novos tempos nos ensinam que o Estado é função das condições econômicas que predominam em sua organização social. Daí a necessidade imperiosa de fortalecer as suas forças econômicas e racionalizar a sua administração. Impõe-se o abandono das fórmulas românticas de uma direção sem objetivos nem bússola, pelo

⁷⁸Cf. SILVA, M.Z. Op.cit., p. 260, nota 35. Esclarece a estudiosa: Na verdade, o Espírito Santo de então, ao contrário dos demais estados da região sudeste, era extremamente carente de mão-de-obra técnica. Essa carência era resultante da vigência das relações de produção pré-capitalista e da concomitante base econômica do Espírito Santo, ainda, predominantemente, primário-exportadora. Na medida em que tal conformação socioeconômica não demandava especialização da força de trabalho nem tão pouco uma ação empreendedora do Estado no domínio econômico, a questão do conhecimento técnico não se colocava como problema, para os governos que até então haviam gerenciado a ação estatal.

roteiro seguro da planificação realista (SILVA, 1986, p. 254).

Talvez, haja contradição no fato de que Jones dos Santos Neves tentou implantar uma ação estatal de desenvolvimento econômico capitalista numa região que ainda apresentava uma forte sociedade tradicional e uma economia primário-exportadora. Tais mudanças, implementadas pelo executivo estadual, não chegaram a abalar, de forma concreta, a hegemonia das elites cafeeiras, seja no âmbito político, seja no econômico (ver no anexo 1: **Quadro 5. Espírito Santo: Plano de Valorização Econômica do Estado em Cr\$ 1.000,000; Quadro 6. Espírito Santo: Despesas por serviço – 1951/1954. Em valores correntes e participação relativa na despesa total do estado – Cr\$ 1.000,00).**

Além disso, o executivo estadual fundamentou sua política social na educação e habitação. Conforme Marta Zorzal e Silva (1986), a ação do governo Jones dos Santos Neves interveio na educação, com o propósito de livrar o setor educacional das interferências do coronelismo político. Por causa disso, ele reduziu o número de docentes de emergência, promovendo, assim maior racionalização daquela secretaria (SILVA, 1986, p. 269). Ainda no setor da educação, o governo promoveu reformas nas escolas públicas; e empreendeu a criação das faculdades de Direito, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras, a Escola politécnica, Escola de Belas-Artes, Escola Auxiliares de Enfermagem e o Instituto de Música, ligados a Universidade do Espírito Santo (OLIVEIRA, 2008, p. 478); (HEES; FRANCO, 2003, p. 127).

No campo da habitação, foi criado o Instituto de Bem Estar-Social do Espírito Santo (IBES)⁷⁹, que era responsável por construir residências populares, o que respondia aos anseios da classe trabalhadora emergente. Santos Neves entendia que o IBES era para “[...] dotar as classes sociais menos favorecidas de habitações condizentes com a dignidade humana [...]” (ALMEIDA, 2010, p. 370).

Também podemos destacar outras obras do governo Jones dos Santos Neves: a construção do cais do carvão, a dragagem do canal da baía de Vitória, o aparelhamento do porto de Vitória, a construção de barcos, o aterro de manguezais, a expansão territorial da cidade de Vitória, a construção de setecentos e cinquenta quilômetros de vias rodoviárias, além de quinhentos metros de pontes de concreto, das quais sobressai a do rio Doce, em Linhares, com quase um quilômetro de extensão. No setor da energia, a administração Santos Neves planejou a criação da hidrelétrica no rio Santa Maria. No setor industrial, beneficiou a instalação dos

⁷⁹Cf. SILVA, M.Z. Op.cit., p. 266, nota 35. Segundo a autora: O projeto inicial previa a construção, pelo IBES, de um “núcleo proletário padrão, dotado de todos os serviços públicos indispensáveis a sua independência. Esse conjunto residencial constituía-se de 886 casas, 2 edifícios para 40 lojas comerciais, um cinema, um ambulatório médico, posto de puericultura, igreja, escolas, clube social e esportivo, 5 campos para recreio de crianças e 5 parques e jardins, o qual seria construído no bairro de Aribiri, no município de Vila Velha.

empreendimentos: o moinho de trigo e a Companhia Ferro e Aço de Vitória.

Na área da Saúde, o governo estadual construiu o Centro de Saúde de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim e mais de 30 postos de saúde. Com auxílio do governo federal, construiu e pôs em funcionamento o Hospital de Doenças Mentais, iniciou a construção do Hospital das Clínicas, e concluiu o Hospital-colônia Adauto Botelho. Por meio de cursos financiados pelo Estado, preparou sanitaristas, enfermeiras, assistentes sociais, nutricionistas, bacteriologistas, venerologistas, psiquiatras e pediatras.

Essas realizações implementadas por Jones dos Santos Neves não tinham como objetivo mobilizar a participação popular, ou mesmo a experiência de participação. Pelo contrário, as políticas públicas direcionadas aos trabalhadores tinham o caráter de criar uma massa capaz de trabalhar nas indústrias. Para isso, era necessário criar bases para a fixação do trabalhador próximo a essas áreas. O IBES não era apenas um projeto de construção de casas populares, mas um complexo de serviços públicos direcionados aos trabalhadores. Apesar de não ser uma das finalidades de Santos Neves, esse programa ampliou a cidadania, ou seja, o direito aos benefícios públicos. O governador não tinha uma ampla classe trabalhadora como Vargas, porém seus projetos sociais atingiram uma importante camada popular que cresceria com o tempo.

O governo Santos Neves não viveu uma crise política, ou econômica, ainda que seu projeto de industrialização fosse inibido pelo predomínio da economia cafeeira, que era a principal produtora de renda para o Estado. Não houve grandes conflitos entre as elites cafeeiras e a liderança política, possivelmente, pela personalidade autoritária assumida pelo governador. Assim, foi possível para o executivo estadual desenvolver as bases para a implantação da economia industrial-capitalista, o que posteriormente permitiu a ampliação da heterogeneidade social e, por consequência, dos grupos de interesses.

O café, embora relevante na economia regional, não foi capaz de gerar movimentos dinâmicos para possibilitar a formação de capitais privados com a condição de enfrentar o desafio da realização dos grandes investimentos na economia. Além do mais, a agricultura cafeeira local, ainda, era marcada pela ausência de técnicas modernas de cultivo. Rareavam, inclusive, a utilização de curvas de nível, provocando um esgotamento precoce da fertilidade do solo⁸⁰.

Conforme a tabela VI (anexo1), a produção de café, em 1950, era de 230. 210 toneladas em

⁸⁰GOMES, H. *Potenciais e limites às políticas regionais de desenvolvimento no estado do Espírito Santo: O apego às formas tradicionais de intermediação de interesses*. 1998. 147 f. Dissertação de mestrado em Economia – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

todo o estado, isto é, a maior parte da renda da administração pública provinha do café. Essa produção era liderada pela região sul, que, somada, produzia 115.407 toneladas, enquanto a região central somada produzia 109.703 toneladas e, por último, se encontrava a região norte que, somada, produzia 5.100 toneladas. O maior município produtor da região sul era Alegre, com 20.738 toneladas. Na região central, destacava-se como maior produtor o município de Colatina, com 42.357 toneladas, e por fim, na região norte, destacava-se o município de São Mateus, com a produção de 5.048 toneladas de café. Os municípios de Cariacica, Vitória, Serra e Vila Velha, juntos, somavam a produção de 1.554 toneladas de café. Isso nos permite observar que o café não era produzido em grande escala nessas regiões, muito provavelmente por causa dos efeitos da urbanização (**Ver anexo 1: Tabela VI. Produtos das principais culturas permanentes dos estabelecimentos, no ano de 1949, segundo as zonas fisiográficas e os municípios [café]**). Mesmo com dificuldades, o governo Jones dos Santos Neves resolveu alguns problemas cruciais de infra-estrutura urbana, como já foi citado acima, porém essas inovações não modificaram de forma fundamental a estrutura socioeconômica do estado. Até 1955, ainda predominavam, na economia cafeeira, as relações de trabalho não-capitalistas. Em outras palavras, a produção de café era feita predominantemente em pequenas propriedades, com mão-de-obra familiar. Isso contribuía para a reprodução da hegemonia das elites instaladas no poder desde a Primeira República.

A tabela VII (anexo 1) demonstra como que, na agricultura do Espírito Santo, ainda predominava a forma não capitalista de exploração. Vemos que o número de máquinas capazes de dinamizar a economia agrícola ainda era muito reduzido. Isto é, dos 44.170 estabelecimentos pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), apenas 1.888 tinham alguma espécie de máquina agrícola (**Ver anexo 1. Tabela VII. Máquinas e Instrumentos Agrários Existentes nos Estabelecimentos, segundo a Modalidade de Exploração em 1950**). Em síntese, a forma de gerência estatal sob um aspecto mais autoritário implicou a formulação de um projeto basilar para a expansão do capitalismo no Espírito Santo. O governo lançou alguns alicerces do desenvolvimento industrial, a partir do Plano de Valorização Econômica, contrariando as elites que o apoiavam, em nome de um modelo econômico industrial. Contudo, Jones dos Santos Neves nunca foi capaz de mobilizar as massas para o sustento de seu poder, diferentemente de Vargas. Ele pouco produziu políticas públicas para as camadas mais empobrecidas, não chegando a incorporar esses segmentos da população ao processo decisório.

Sua personalidade política é inegavelmente autoritária⁸¹ e ambígua, pois, além de impor sentido às bases para a expansão industrial, manteve uma relação próxima tanto com grupos industriais, quanto com os setores agrários. Além disso, Santos Neves jamais criou sobre si uma imagem que o re-significasse como um possuidor do *dom da graça*, em relação aos diversos setores sociais que o apoiavam.

Carlos Lindenberg, em depoimento, afirma que:

[...] Jones, “apesar de não gozar de grande simpatia do povo e sempre ter se mantido distanciado do convívio com a população, conseguiu grande prestígio”; governou pouco tempo e não chegou a enfrentar muitos atritos com as forças políticas, transitando livremente entre lideranças situacionistas, oposicionistas ou rivais (ALMEIDA, 2010, p. 199).

É certo que Santos Neves nunca foi ligado às massas populares urbanas, nem às massas rurais. Em outro depoimento, Lindenberg explicita: “[...] Para irritação do pessoal do interior, Jones dos Santos Neves só os recebia em pé: não havia intimidade [...]” (ALMEIDA, 2010, p. 370). Embora tenha ampliado a cidadania para os setores mais empobrecidos, essa liderança não compartilhava dos mesmos interesses que as massas. Em suma, Santos Neves, enquanto liderança política, não era um típico líder populista, até mesmo porque não se interessou pelos novos rumos da política nacional. De acordo com Lindenberg, em Almeida (2010):

[...] Mesmo assim, Carlos afirma ter conseguido muita coisa para o Espírito Santo, porque “trabalhava de acordo com Jones”, embora, na época, o país estivesse “assolado por uma onda de populismo, na qual Jones não quis embarcar, o que contribuiu para o declínio de seu prestígio político. Não conseguiu fazer seu sucessor e pela primeira vez a UDN – então coligada com o PTB e outros partidos menores – chegou [sic] ao poder no estado [...]” (ALMEIDA, 2010, p. 337).

Por essa resistência a aderir a uma nova prática política, Jones, no final de seu governo, criou um problema de governabilidade, conforme Marta Zorzal e Silva (1986) explica:

[...] Ao final do Governo Jones, a aliança PSD/PTB estava rompida e no seio do PSD verificava-se uma certa dispersão de suas forças políticas básicas. As razões que geraram tal conformação no comando pessedista podem ser atribuídas às inovações introduzidas por Jones, mas também muito se deve ser tributado à forma personalística e autoritária com que ele conduziu as ações políticas e administrativas de seu governo [...] (SILVA, 1986, p. 276).

Finalmente, devemos considerar que os primeiros anos da década de 1950 ainda não foram responsáveis por um grande fluxo de migrantes para a área urbana. Conforme os dados do

⁸¹Relata Carlos Lindenberg: [...] – Parece que Jones dos Santos Neves não tinha a mesma facilidade de comunicação com a gente do interior, que Chiquinho tinha. Ele costumava muito receber o pessoal de pé, talvez por causa de Getúlio, que só recebia de pé. E aqueles que eram recebidos de pé saíam meios zangados, principalmente, o pessoal do interior, achando que aquilo era uma desconsideração, maneira de despedir-se rapidamente. [...] - Tinha outros fatos: a ponte de Linhares ficou pronta, mas deixaram um barraco na cabeça da ponte para não deixar ninguém passar, porque Jones queria que a ponte fosse inaugurada por Getúlio, que demorou muito para inaugura - lá. Os motoristas, obrigados a passar de balsa pela ponte, faziam política contrária ao governo, saíam falando em todo canto [...](As confissões de Carlos Lindenberg. **Espírito Santo Agora**. Vitória, nº 5, p. 54-60, mar. 1973).

IBGE, predominava a população da zona rural. Portanto, o Espírito Santo ainda passava a passos lentos para uma sociedade urbanizada.

Já a disputa eleitoral ocorrida em 1954, trouxe modificações relevantes ao cenário sociopolítico estadual. Em termos gerais, essa disputa foi caracterizada pela introdução dos segmentos populares urbanos e rurais no campo sociopolítico do Espírito Santo, por meio do populismo, como forma de mediação político-eleitoral. Desse modo, Francisco Lacerda de Aguiar introduziu uma forma mais paternalista e carismática de convencimento das massas, bem como uma forma de integrar o povo ao Estado. No entanto, aquele líder político ainda estava subordinado aos interesses das elites cafeeiras (SILVA, 1986, p. 285).

Francisco Lacerda de Aguiar foi candidato ao governo do Estado com uma imagem de homem simples do interior de Guaçuí; ele introduziu um modelo diferenciado de campanha política. Embora pertencesse inicialmente aos quadros do PSD, em 1954, ele se decidiu por uma candidatura contra seu antigo partido, que era liderado por Jones Santos Neves e Carlos Lindenberg. Lacerda de Aguiar se candidatou tendo Adwalter Ribeiro Soares como vice na Coligação Democrática⁸².

Segundo Gurgel (2000), seis meses antes da eleição, em uma reunião marcada, no Palácio Anchieta, entre Carlos Lindenberg, Jones dos Santos Neves e Waldemar Mendes de Andrade, foi discutida a disputa eleitoral de 1954, como também uma suposta carta em que Lacerda de Aguiar se propunha como candidato único do PSD, mas isso não foi aceito (GURGEL, 2000, p. 174). Diante dessas circunstâncias, o PSD propôs o nome de Eurico Salles de Aguiar, contudo Waldemar Mendes de Andrade fez uma ressalva: “[...] - A saída que vejo é Eurico Salles. Homem de bem, que muito poderá ajudar se vencer, embora na situação atual eu o veja como um boi que vai para o matadouro. Chiquinho vencerá [...]” (GURGEL, 2000, p. 175). Essa advertência de Waldemar era real, Chiquinho venceu as eleições.

Joaquim Leite de Almeida explica que a candidatura de Lacerda de Aguiar⁸³ foi uma estratégia da Coligação Democrática para abrir uma brecha no PSD:

[...] Nós bolamos um expediente. Fizemos uma carta à direção do PSD dizendo que nós estávamos dispostos a fazer uma coligação com eles dizendo que o Estado não suportava mais esta política desgastante e que nós estávamos nos oferecendo para

⁸²A Coligação Democrática era formada pelos partidos: PSP, PTB, PR, PRP, e parte da UDN.

⁸³Depõe Francisco Lacerda de Aguiar: [...] - A coligação me chamou para dividir e enfraquecer o PSD. Acho que nem eles acreditavam na minha vitória. A princípio o PSD aceitara minha candidatura pelo partido, mas depois mudaram. Não sei o que houve. Aí, das duas uma: ou eu saía da política, ou aceitava a proposta da oposição. Aceitei a segunda hipótese e enfrentei Eurico Sales, do PSD, um rapaz muito distinto. Ganhei (Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. *Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972).

uma coligação desde que o candidato ao Governo fosse o Deputado Federal Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho, que era do PSD. O PSD já havia lançado, embora não oficialmente, a candidatura de Eurico de Aguiar Sales. Então o PSD comeu a isca e respondeu que não aceitava, que o candidato deles era Eurico Sales. Chiquinho, aí, ficou violentado nos seus bríos, por ter sido recusado pelo seu próprio partido, onde era Deputado Federal. Chiquinho rompeu com PSD, abrindo uma dissidência, e passou a ser candidato da coligação, com apoio do PTB, PRP, PSP, PR, (...), e parte da UDN. A parte da UDN comandada por Eurico Rezende, (...) ficou com o PSD e parte da UDN de Emílio Zanotti, ficou com a Coligação (...) (SILVA, 1986, p. 288).

A estratégia da Coligação Democrática era vencer o PSD, que era formado pelos homens mais ricos do estado. Lacerda de Aguiar, além de possuir renda, representava muito bem a figura de pai protetor e amigo: seu modo de fazer política diferenciou-se do modo do PSD. “*Chiquinho*”, como era conhecido, se identificava ao mesmo tempo com o povo do interior, por ser ele mesmo dessa origem, e também com as massas populares urbanas. Joaquim Leite de Almeida, um dos articuladores da campanha de Chiquinho, explica:

[...] Nós sabíamos que Chiquinho era muito rico, e que, infelizmente, como era e é até hoje, quem não tinha dinheiro não podia fazer política. E precisávamos de um homem que tivesse dinheiro e estrutura para enfrentar a máquina da oposição (aos partidos coligados). Pois, no PSD estavam os homens mais ricos do estado. (...) Primeiro nós começamos a namorar o Chiquinho e vimos que ele era um homem bom e simples, e que sua imagem poderia ser levada ao povo como candidato popular. Depois nós precisávamos cindir o PSD, criar uma brecha no PSD (SILVA, 1986, p. 287-288).

Carlos Lindenberg relata sobre a personalidade política de Chiquinho:

[...] - Como deputado federal, Chiquinho começou bem, mas depois apareceram em Guaçuí folhetos com o nome dele como candidato a governador do estado. Ele me negou que tivesse mandado fazer aquilo. Ele era do PSD (fez uma dissidência depois) e os outros partidos todos acharam que era a ocasião de se livrarem de nós, de derrubar o PSD, e então lançaram Chiquinho. Eles fizeram uma campanha muito populista. Chiquinho andava com os bolsos cheios de balas para serem distribuídas às crianças (ALMEIDA, 2010, p. 372).

Francisco Lacerda de Aguiar venceu as eleições pela Coligação Democrática e assumiu a direção administrativa do Estado. Por contraste, a crise do café, iniciada em 1955, abriu espaço para a crise de hegemonia das elites cafeeiras, e possibilitou àquela liderança renovar o campo sociopolítico com uma nova experiência política. Também passou a aumentar seu poder pessoal. Desse modo, o populismo no Espírito Santo também emergiu numa situação de crise, ainda que o governador estivesse em solidariedade política com as elites cafeeiras.

Lacerda de Aguiar possibilitou a inclusão de novos atores sociais no espaço político, por meio das propagandas políticas, que vinculavam sua imagem como um homem do povo, fosse da área rural, fosse da urbana. Sua forma paternalista de administrar o Estado criou um símbolo de um *Estado do povo*. As audiências públicas, ou o que se denominava de *o povo no palácio do governo*, aproximavam o líder carismático dessas massas populares.

O primeiro governo de Francisco Lacerda de Aguiar, que ocorreu entre 25 de fevereiro de

1955 e 31 de janeiro de 1959, traduziu uma nova dinâmica na relação Estado-sociedade, principalmente para os setores populares. No ponto de vista de Marta Zorzal e Silva (1986, p. 298), Lacerda de Aguiar era um *candidato do povo*. Quando esteve à frente da direção do Estado, ele não procurou modificar as estruturas institucionais, porém sua administração modificou as relações com as camadas populares, porque houve mais flexibilidade e acesso delas à administração pública.

Sob o ponto de vista de Marta Zorzal e Silva (1986), as ações de políticas públicas seguidas por Francisco Lacerda de Aguiar expressaram, sem dúvida, um favorecimento aos produtores de café. Certamente havia uma solidariedade com os interesses das elites cafeeiras, sobretudo, no que diz respeito a que a produção de café continuasse se reproduzindo nos moldes da pequena propriedade familiar. Por outro lado, o executivo estadual também abriu espaço para a maior participação política das massas populares, por meio de canais sob a liderança do governador. Um exemplo de canal de participação popular foram as audiências semanais concedidas pelo governador à população: nelas, em nível simbólico, cristalizava-se a imagem de *Estado do povo* (SILVA, 1986, p. 304).

No entanto, o preenchimento dos cargos públicos evidenciou-se por um conflito entre as diversas forças heterogêneas da Coligação Democrática (PSP, PTB, PR, PRP, e parte da UDN). Em suma, o referido governo ficou dividido em várias correntes políticas e cada qual colocará em prática sua ação política no espaço que deteve. Em geral, o governo Lacerda de Aguiar manteve sua ação estatal direcionado especialmente para a manutenção da monocultura cafeeira (SILVA, 1986, p. 301).

O quadro de dirigentes do governo variará, pois ele será alvo de disputa entre as elites cafeeiras. Conseqüentemente, as forças burocráticas formadas pela heterogeneidade das forças políticas procuraram realizar ações isoladas, dificultando um projeto político comum. Nesse sentido, os interesses privados dos partidos e dos dirigentes estiveram durante todo o governo acima dos interesses públicos. Na verdade, a administração de Francisco Lacerda de Aguiar esteve num momento de ambigüidades, pois foi uma experiência populista que teve solidariedade com os elementos da dominação tradicional⁸⁴, ao mesmo tempo em que abriu

⁸⁴Cf. WEBER, M. Op.cit., p.148, nota 37. O autor define a Dominação tradicional como: [...] Denominamos uma dominação tradicional quando sua legitimidade repousa na crença na santidade de ordens e poderes [sic] senhoriais tradicionais (“existentes desde sempre”). Determina-se o senhor (ou vários senhores) em virtude de regras tradicionais. A ele se obedece em virtude da dignidade pessoal que lhe atribui a tradição. A associação dominada é, no caso mais simples, em primeiro lugar uma associação de piedade caracterizada por princípios comuns de educação. O dominador não é um “superior”, mas senhor pessoal. Se quadro administrativo, não se compõe primariamente de “funcionários”, mas de “servidores” pessoais, e os dominados não são “membros” da associação, mas “companheiros tradicionais”, ou “súditos”. Não são os deveres objetivos do cargo que

canais para a participação popular. Assim, Lacerda de Aguiar procurou estabelecer fortes vínculos com os coronéis do interior do estado, por meio de políticas públicas, como também buscou uma pequena sustentação nas massas populares, permitindo a elas acesso à administração pública. Dessa maneira, os migrantes vindos do interior para os morros da Grande Vitória receberam terrenos para permanecer na capital, embora o governador não tivesse qualquer projeto político de habitação. Os migrantes o viam como aquele que os protegia da miséria, apesar de a cidadania, como forma de acesso aos benefícios materiais, não ter sido planejada.

Por outro lado, Lacerda de Aguiar, em sua liderança política, tinha habilidade de negociação com as diversas forças sociopolíticas presentes na administração do Estado. Ao mesmo tempo, essas forças não conseguiam se unir com as forças sociopolíticas burocráticas, a fim de assumir a direção do desenvolvimento socioeconômico, o que possibilitou a projeção do governador estadual.

Em termos gerais, Francisco Lacerda de Aguiar materializava de modo mais completo uma liderança carismática. *Chiquinho*, como era conhecido, era um homem do interior simples, amável, e pai. Sua personalidade política se concentrou no protetor e amigo dos mais necessitados, tanto na área rural, como na urbana. As massas populares se identificavam com ele, e o viam como uma pessoa do povo; além disso, seu carisma era incrementado pelas audiências populares que o aproximavam das massas. Dessa forma, o Estado passava a ser confundido com a própria liderança.

De certo modo, Lacerda de Aguiar ampliou sua base social de apoio político, porque ele direcionou seu governo tanto para os segmentos populares rurais como para os urbanos. Todavia ele se preocupou mais com a área rural, onde estava a maior parcela do eleitorado. Suas ações governamentais consistiram em responder às várias demandas socioeconômicas presentes no campo social do Espírito Santo. Dentre as medidas, destacaram-se: o melhoramento do padrão técnico da agricultura capixaba; o estímulo à agroindústria (laticínios); a expansão da ocupação territorial do estado, mediante o melhoramento do acesso

determinam as relações entre o quadro administrativo e o senhor: decisiva é a fidelidade pessoal de servidor. Não se obedece a estatutos, mas à pessoa indicada pela tradição ou pelo senhor tradicionalmente determinado. As ordens são legítimas de dois modos:

- a) Em parte, em virtude da tradição que determina inequivocamente o conteúdo das ordens, e da crença no sentido e alcance destas, cujo abalo por transgressão dos limites tradicionais poderia pôr em perigo tradicional do próprio senhor;
- b) Em virtude do livre arbítrio do senhor, ao qual a tradição deixa espaço correspondente. Esse arbítrio tradicional baseia-se primordialmente na ausência de limitações, que por princípio caracteriza a obediência em virtude do dever de piedade. Existe, portanto, o duplo reino:
 - a) Da ação do senhor materialmente vinculada à tradição e
 - b) Da ação do senhor materialmente independente da tradição.

da região noroeste do Espírito Santo para o interior do estado (alargamento da ponte sobre o rio Doce, em Colatina, permitindo, assim a expansão da fronteira agrícola estadual) (SILVA, 1986, p. 307).

Sobre suas ações governamentais, assim declara o governador estadual:

[...] Homem do interior, acostumado a ver o sofrimento da gente simples do “hinterland”, revoltado com o abandono votado ao homem da lavoura, e, acima de tudo, compreendendo que na hinterlândia se concentrava a maior parte da riqueza que impulsionava o progresso da civilização, deliberei disputar a suprema honra de governar o Estado para imprimir novos rumos à administração, fazendo-a caminhar do interior para a capital. Daí porque, no planejamento de meu governo, assume caráter de importância a atenção que dispensei aos transportes e às vias de comunicação, à saúde, à educação, à energia, e à agricultura. Nestes [sic] pontos, sobretudo estará concentrada a máxima atenção do meu governo (SILVA, 1986, p. 307).

Ainda podemos mencionar outras ações do governo Lacerda de Aguiar, entre elas: concluiu a estação de tratamento de água de Cobi; continuou a construção da hidrelétrica de Rio Bonito e fez a estrada de Guaçuí a Alegre e Cachoeiro do Itapemirim. No setor da educação, o executivo estadual contratou professores (docentes de emergência). Por último, permitiu que as populações carentes ocupassem terrenos devolutos da periferia da capital e morros como o de Gurigica, Itararé, Romão, etc. (Ver no anexo 1: **Quadro 7. Espírito Santo: Despesas por poderes e órgãos administrativos – 1955/ 58 em valores correntes e participação relativa na despesa total do estado – CR\$ 1.000,00; Quadro 8. Espírito Santo: Despesas por Serviço – 1955/1958. Em Valores Correntes e Participação relativa na despesa total do Estado – Cr\$ 1.000,00; Quadro 9. Espírito Santo: Administração Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958). Composição dos quadros dirigentes do Governo).**

Por outro lado, o ritmo de desenvolvimento capitalista dado pelo governo Lacerda de Aguiar seria diferente daquele adotado por Jones dos Santos Neves. Em termos de prioridades, a gestão Lacerda de Aguiar seria fundamentalmente voltada à agropecuária, enquanto a indústria seria apenas uma atividade complementar. Em razão disso, foram investidos recursos na agroindústria (SILVA, 1986, p. 309). No entanto, na esfera federal os rumos do desenvolvimento estavam direcionados para a industrialização (governo Juscelino Kubitschek). Essas mudanças forçaram a gestão Lacerda de Aguiar a investir nas indústrias de base, como siderúrgicas e cimento, cujos alicerces já se encontravam instalados no estado do Espírito Santo. Entretanto, o governo estadual ampliou os investimentos de modo gradual.

Como vimos, a base social do estado estava cada vez mais heterogênea, devido às migrações campo-cidade. A Grande Vitória era um foco de atração, especialmente pelas implementações industriais do governo Jones dos Santos Neves. Esses problemas trazidos pelas migrações evidenciam que o Espírito Santo fazia sua transição de uma sociedade agrária para uma

sociedade urbano-industrial. De fato, como as elites cafeeiras tentaram impor sentido ao desenvolvimento capitalista, o populismo só apareceria no momento em que a crise se evidenciasse para tais elites, o que ocorreu em 1955.

O governador Lacerda de Aguiar define seu período de governo:

[...] - Acho que fiz uma boa administração. Na primeira, fiz mais de 50 escolas, estradas, as estatísticas estão aí para comprovar. Quando assumi vi que o funcionalismo recebia salário de fome. Isso me preocupou. Equiparei a tabela do servidor ativo e do inativo, o servidor inativo recebia cota fixa, sem levar em conta a inflação. Acho que isso foi a coisa mais importante que fiz. Na Polícia Militar, quando visitei a corporação pela primeira vez notei, [sic] até pelos uniformes, que a coisa não estava boa. Procurei saber dos detalhes e descobri que [sic] além de ganharem mal [sic] precisavam de recursos para a compra material e uniformes. Aumentei os salários e até hoje ninguém me superou nisso [...] ⁸⁵.

As migrações campo-cidade foram um dos fatores centrais nas modificações políticas que ocorreram no estado. Desde o período colonial, a distribuição populacional do Espírito Santo não fora homogênea, dadas as diferenças espaciais e econômicas do estado. Mesmo com a forte presença da economia cafeeira, esta não foi responsável pelo desenvolvimento de uma urbanização ou de industrialização de maior vulto⁸⁶ como em São Paulo. Apesar disso, podemos afirmar que a economia cafeeira foi responsável pela formação de núcleos urbanos importantes: Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina.

Segundo José Buffon (1992), no final da década de 1950 havia um baixo grau de urbanização. Uma urbanização fraca, com núcleos disseminados por todo o território, mas com uma população urbana concentrando-se, principalmente, em Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. As outras regiões praticamente eram semi-rurais, ou núcleos populacionais muito pequenos. Os dados da tabela VIII (anexo 1) ajudam a entender os números, e a ocupação da população rural e urbana do Espírito Santo. Esses dados evidenciam que a maioria da população ocupada do Espírito Santo se encontrava na área rural (**Ver anexo 1: Tabela VIII. Pessoal ocupado nos estabelecimentos, com exclusão dos parceiros, distribuído por sexo e categoria, segundo as zonas fisiográficas e os municípios**).

Segundo Maria da Penha Smarzaró Siqueira (2001), entre as décadas de 1940-1980, Vitória era o maior agrupamento urbano, seguido de Cachoeiro de Itapemirim, que também tinha um grande agrupamento urbano entre 1940-1950, justamente por estar localizado próximo à rede de transporte⁸⁷. Conforme José Buffon (1992), a economia cafeeira, a partir das décadas de

⁸⁵Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

⁸⁶BUFFON, José Antônio. *Café e urbanização no Espírito Santo: Aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. 1992.395 f. Dissertação (mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

⁸⁷BUFFON, 1992, p. 269-340 passim.

1940 e 1950, produziu pequenos núcleos urbanos, em várias regiões do Espírito Santo, se bem que esses núcleos apresentavam um baixo grau populacional. Nas décadas seguintes a 1950, Vila Velha e Vitória se tornaram os dois maiores aglomerados urbanos do estado, juntamente com o município de Cariacica, que alargou seu espaço urbano, mas já nos anos de 1980.

De acordo com os estudos de José Buffon (1992) e Maria da Penha Smarzaró Siqueira (2001), o crescimento populacional está interligado com a modernização econômica, e a decadência do modelo primário-exportador. Na década de 1950, as regiões de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim passaram a atrair migrantes. Na verdade, essa década foi caracterizada por um aumento da urbanização. Isso resultou em um desequilíbrio social e econômico nessas cidades, sendo que algumas delas foram atrativas em virtude dos investimentos no setor industrial, sobretudo a CVRD, além de haver grandes áreas comerciais em municípios da Grande Vitória.

Do ponto de vista econômico, a monocultura cafeeira ainda predominava como forma de renda no estado. As relações de trabalho, na área rural, ainda eram não-capitalistas, isto é, a produção de café era feita predominantemente em pequenas propriedades com mão-de-obra familiar. Isso contribuía para a reprodução da hegemonia das elites cafeeiras, ao contrário do que ocorria em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que já viviam uma transformação industrial- capitalista.

As novas modificações estruturais no sentido capitalista se dariam por duas razões: primeiro, a crise do café, iniciada em 1955, na qual a fonte de renda do Estado sofreu baixa, causando períodos de recessão e implicando o redirecionamento da economia regional. Segundo, a implantação do Plano de Metas (1956) do governo Juscelino Kubitschek, que objetivava aumentar a estrutura industrial no Brasil.

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES SOBRE O POPULISMO NA POLÍTICA DO ESPÍRITO SANTO (1959-1966)

Nesta parte final da dissertação, procuramos entender as transformações políticas no estado do Espírito Santo, levando em consideração as modificações das estruturas socioeconômicas e políticas que emergiram em dois governos, a saber: Carlos Lindenberg (1959-1962) e Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966). Ambas as lideranças políticas enfrentaram os desafios de uma mesma época. Em outras palavras, o desenvolvimento capitalista, as migrações campo-cidade, a crise cafeeira e as crises políticas. Naquele momento histórico, tanto Lindenberg como Lacerda de Aguiar modificaram suas ações de governo para conciliar o desenvolvimento industrial, a defesa do café e os problemas sociais.

Em ocasiões de grandes mudanças, as lideranças políticas desempenham um papel fundamental para as orientações do destino de um país, ou mesmo de um estado. Por isso, nos predispomos a compreender como as duas lideranças políticas citadas acima se comportaram diante de tais transformações. Ou seja, neste capítulo, procuramos entender como Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar se comportaram diante da transformação da sociedade tradicional/agrária para uma sociedade urbano/industrial. Como sabemos, essas transformações trouxeram uma série de problemas de ordem social, econômica e política num estado que até então era agrário e dominado pelas elites cafeeiras.

Quando sugerimos a existência de populismo no Espírito Santo, fazemos menção não somente à participação popular, mas também a uma complexa estrutura em transformação. Estrutura esta composta por conjunturas políticas, sociais e econômicas. Exatamente por essas mudanças serem tão complexas, preferimos nos pontuar nas lideranças políticas, uma vez que elas nortearam o sentido das transformações.

Consideramos que a experiência populista foi introduzida por Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958), embora a consolidação de tal experiência tenha se dado nos dois últimos governos do período democrático, entre 1959-1966.

Em virtude disso, neste trabalho, colocamos a seguinte hipótese: o populismo no Espírito Santo foi diferenciado da região sudeste, por causa de sua formação social e história própria. Esta formação implicou no predomínio da economia agrária baseada no café, bem como na ascensão de elites vinculadas à exportação e produção desse produto. Devemos ressaltar que

essas elites permaneceram hegemônicas na estrutura política do Espírito Santo, desde o início da Primeira República. Com efeito, essa hegemonia dificultou o aparecimento do populismo como experiência histórica. Também devemos destacar que a hegemonia das elites cafeeiras resultou em compromissos estabelecidos entre a liderança política e tais elites. Isto é, para ascender à direção administrativa do Estado, era necessário que as lideranças criassem um pacto de governabilidade com as elites tradicionais.

Contudo, as transformações capitalistas (industrialização), em curso no Brasil a partir de 1955, e, também, o processo urbanização (migração campo-cidade) impuseram às lideranças políticas modificações de suas práticas, por ser tratar de um novo ambiente sociopolítico e econômico que se afirmava.

Para entendermos e aplicarmos o conceito *populismo* no Espírito Santo, foi necessário buscar uma nova forma de compreensão do próprio conceito. Por isso, partimos de algumas unidades mínimas analíticas como fazem Mário Petrone e Maria Moria Mackinnon. Esses autores consideram que, para se caracterizar uma experiência como populista, são necessárias as seguintes condições: a crise como condição de emergência; a experiência da participação como sustento da mobilização popular; o caráter ambíguo dos movimentos populistas; a base social do movimento populista; a incorporação-exclusão dos segmentos sociais; além disso, devemos levar em consideração a formação social e histórica particular dos Estados populistas.

Em acréscimo ao que esses estudiosos expõem, achamos imprescindível ampliar as unidades analíticas, pois aquelas ainda não dão conta da complexidade da realidade estudada por esta dissertação. Desse modo, incluímos também, como condição para emergência da experiência populista: a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, isso enquanto experiência histórica concreta, e não como uma etapa de transição como faz Gino Germani (1979), a ampliação da cidadania, e a emergência de um líder carismático, capaz de agregar os setores populares, e finalmente o desenvolvimento capitalista.

A partir dessa nova visão sobre o conceito *populismo*, procuramos, numa perspectiva comparativa, entender as ações governamentais de Carlos Lindenberg (1959-1962) e de Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966).

1.1. AS LIDERANÇAS POLÍTICAS: CARLOS LINDENBERG E FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR

Não poderíamos deixar de mencionar a biografia dessas lideranças políticas. A vida de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg se confunde com a própria história republicana do estado do Espírito Santo. Ele viveu os contornos da política da Primeira República, participou da Revolução de 1930 e do governo de João Punaro Bley (1930-1943), também participou ativamente da redemocratização, sendo senador da República e, por duas vezes, governador do estado do Espírito Santo. Por último, viu o golpe de 1964, tornando-se senador da ARENA até 1974, quando se aposentou da política.

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg nasceu na Fazenda Monte Líbano, em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, em 13 de janeiro de 1899, filho do engenheiro Carlos Adolfo Lindenberg e de Bárbara Monteiro Lindenberg. A origem de seu pai é pomerana⁸⁸, daí a gênese de seu sobrenome Lindenberg, mas, essa família não tinha qualquer expressão política no estado. Porém, a origem de sua mãe, a família Souza Monteiro, constituiu um verdadeiro poder coronelístico na direção administrativa do Estado.

Carlos Lindenberg estudou as primeiras letras na escola municipal da Fazenda Monte Líbano e o curso preliminar no Colégio do Verbo Divino em Cachoeiro. Nesse educandário, iniciou o curso ginásial, prosseguido no ginásio espírito-santense em Vitória e, como interno, no Colégio Salesiano Santa Rosa de Niterói, tendo completado os estudos mediante exames supletivos. Em 1920, perdeu as eleições para prefeito de Cachoeiro de Itapemirim. Foi diplomado advogado pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1921 (ALMEIDA, 2010, p.5).

Lindenberg administrou a Fazenda Monte Líbano, da família, durante alguns anos, na década de 1920. Posteriormente, com mais dois amigos, abriu a firma Duarte, Fundão & Cia., em Vitória, loja que vendia ferragens, tintas e materiais de construção. Casou-se, em setembro de 1926, com Antonietta Pacheco de Queiroz, no Rio de Janeiro, e vieram morar em Vitória, à Rua 13 de Maio. O casal teve duas filhas, Maria Henriqueta (Quetinha) e Maria de Lourdes (Lurdica), que eram bem pequenas quando Nietta faleceu de complicações da terceira gravidez, em março de 1931. Lindenberg foi membro atuante da Associação Comercial de Vitória nos anos de 1920 e 1930. Na época, essa instituição se distinguia por representar a classe empresarial capixaba (ALMEIDA, 2010, p.5).

Em 1933, ajudou a organizar o Partido Social Democrático – PSD –, de âmbito estadual, agremiação pela qual se elegeu deputado federal constituinte. Em 10 de dezembro de 1934,

⁸⁸Para mais esclarecimentos ver ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg: Um Estadista de seu tempo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

casou-se no Rio de Janeiro, em segundas núpcias, com Maria Antonietta Pacheco de Queiroz, e dessa união nasceu Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho (Cariê). Carlos Fernando Monteiro Lindenberg participou da administração da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, onde exerceu o cargo de tesoureiro. No final dos anos 1930, adquiriu terras em Linhares, onde plantou cacau e criou gado. Essa propriedade foi posteriormente denominada Fazenda Três Marias (ALMEIDA, 2010, p.5).

Carlos Lindenberg renunciou ao mandato de deputado federal, em 1935, para ser nomeado Secretário Estadual da Fazenda. No ano seguinte, acumulou, por alguns meses, esse cargo com a pasta da Agricultura, da qual será exonerado em novembro de 1939. Em 1940, trabalhou como advogado no escritório do irmão, Fernando Lindenberg. De 1941 a 1945, presidiu a Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, integrante da Justiça do Trabalho. Participou da fundação do diretório estadual do Partido Social Democrático – PSD – em maio de 1945, e no final do ano foi eleito deputado federal constituinte. Em 19 de janeiro de 1947, teve seu nome sufragado pelos capixabas como primeiro governador constitucional do estado do Espírito Santo, tomando posse a 29 de março seguinte (ALMEIDA, 2010, p.6).

Em 1949, adquiriu o jornal A Gazeta, núcleo do futuro conglomerado de comunicações, a Rede Gazeta. Sempre pelo PSD, foi eleito senador em 1950, cumprindo o mandato de 1951 a 1958. Neste último ano, ganhou as eleições para governador do estado, cargo em que tomou posse em janeiro de 1959, exercendo o mandato até julho de 1962. Renunciou ao cargo para se candidatar a senador, mas perdeu as eleições. Em 1966, se candidatou a senador pela Arena e venceu o pleito; cumpriu o mandato até o final de 1974, quando se despediu da vida político-partidária (ALMEIDA, 2010, p.6).

Francisco Lacerda de Aguiar nasceu em 31 de outubro de 1903, na cidade de São José do Calçado, filho de latifundiário, Virgílio de Aguiar, e de Zuraide Lacerda de Aguiar. Ingressou, em 1915, no Ginásio Carangolense, em Minas Gerais. Em 1916, passou pelo Colégio Alfredo Gomes; de 1919 a 1920, pelo Colégio Militar de Barcelona e pelo Colégio Paula Freitas, ambos no Rio de Janeiro. Concluiu o curso de Engenharia Elétrica na Escola Livre de Engenharia do Rio de Janeiro, em 1925. No mesmo ano, voltou para o Espírito Santo e passou a dedicar-se a suas fazendas em Guaçuí e a ocupar cargo de informante do Ministério da Agricultura, em 1928. Entre 1935-1940 foi representante da lavoura espírito-santense no Instituto Brasileiro do Café (IBC) (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p. 33).

Seu ingresso na vida política ocorreu em meados da década de 20, quando atuou junto com sua família na emancipação do município de Guaçuí. Em 1936, foi eleito vereador do referido município pelo antigo PSD. Com a redemocratização, em 1945, ele retornou às atividades políticas, ingressando no PSD liderado por Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves (SILVA, 1986, p. 289).

Lacerda de Aguiar foi indicado para ser interventor no município de Guaçuí em 1946, no Governo Dutra. Nas eleições de 1947, foi eleito prefeito por voto direto e, em 1950, foi eleito deputado federal. Em ambas as eleições ele era candidato pelo PSD⁸⁹.

Descendente de uma aristocracia, Lacerda de Aguiar pouco conhecia o Espírito Santo, sua ligação estava plenamente no sul do estado e no Rio de Janeiro. Pouco se interessou pela região norte, onde estiveram apenas umas *quatro vezes* (SILVA, 1986, p. 290).

As relações familiares foram fundamentais para a sua formação política, pois, apesar de uma origem aristocrática, Lacerda de Aguiar casou-se com Zélia Vianna, filha do político Geraldo Vianna, que o iniciou no pensamento liberal. Também conviveu com o pensamento de esquerda, justamente pela militância política de uma das tias de sua esposa⁹⁰.

As várias posições políticas na família levaram Lacerda de Aguiar a ser mais flexível politicamente. Além disso, é preciso notar que a vivência no Rio de Janeiro, como deputado federal, no momento em que o populismo getulista e adhemarista estavam em ascensão, também influenciou aquele político. Isso o transformará em um líder diferente dos demais na vida política espírito-santense (SILVA, 1986, p. 290).

1.2. O POPULISMO NO ESPÍRITO SANTO: A CRISE COMO CONDIÇÃO DE EMERGÊNCIA

As transformações capitalistas, impulsionadas pelo governo Juscelino Kubistchek (1955-1960), implicaram, no Espírito Santo, mudanças irreversíveis. Assim, este estado iniciaria sua transição de uma economia mercantil-exportadora para uma economia industrial.

A crise do café, iniciada em 1955, obrigou o governo federal a criar, na década de 1960, o

⁸⁹Cf. ALMEIDA, A. Op.cit., p. 367, nota 70. O autor esclarece: [...] Carlos foi o responsável pela entrada de Francisco Lacerda de Aguiar nas eleições partidárias. Em 1945, Aguiar foi prefeito de Guaçuí, indicado por João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores do governo Dutra. Nas eleições de 1947, foi eleito prefeito e, em 1950, deputado federal pelo PSD, a convite de Carlos, que evoca o fato: “Ele era fazendeiro em Guaçuí, muito bem apessoado, com muito boa conversa. Então achei que ele seria um bom deputado federal, como realmente foi [...]”.

⁹⁰Cf. SILVA, M.Z. Op.cit., 290, nota 35. D. Emiliana e D. Émile. A primeira era ligada às correntes liberais e a segunda às correntes de esquerda. D. Émile fora fundadora da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, e, posteriormente, do Partido Comunista em Guaçuí.

Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura (GERCA). Em seu plano diretor, estavam três diretrizes básicas: promoção da erradicação dos cafezais antieconômicos, diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e a renovação de parcela dos cafezais. A erradicação tornou-se o eixo de todo o plano diretor. Na verdade, segundo os documentos da Secretaria de Governo do Espírito Santo, o governo de Carlos Lindenberg criou uma parceria com o grupo. Aliás, a parceria era entre a Associação de Créditos e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES), o GERCA e a Secretaria da Agricultura. Cada um se responsabilizou por uma parte do programa de erradicação e diversificação da lavoura, objetivando seu êxito:

A ACARES ficou responsável por:

[...]

- a) colocar 20 agrônomos atuando exclusivamente no plano de erradicação e diversificação;
- b) auxiliar o GERCA em estudos, projetos de diversificação;
- c) fornecer todas as informações disponíveis ao GERCA;
- d) fazer a mais ampla divulgação do Plano Diretor do GERCA no meio rural;
- e) prestar contas de todas as atividades realizadas.

A Secretaria da Agricultura ficou responsável por:

- a) revenda de todo o material de consumo na lavoura aos participantes do plano de erradicação e diversificação;
- b) auxiliar na divulgação do Plano Diretor do GERCA;
- c) auxiliar o GERCA em estudos e projetos de diversificação;
- d) prestar contas de todas as atividades realizadas;

O GERCA ficou responsável por:

- a) fornecimento de recursos às demais partes contratantes, sob forma de complementação de modo a facultar o cumprimento de suas obrigações;
- b) cooperar com as demais partes – contratantes na programação de suas atividades⁹¹.

As consequências dessa política no território capixaba foram drásticas, pois o Espírito Santo tinha um café de baixa qualidade e de menores preços e, além disso, predominava aqui a estrutura de pequenas propriedades familiares de produção da cafeicultura. Essa forma não-capitalista de produção implicou que muitas famílias não tivessem capital para conter os prejuízos provenientes da crise. Dessa maneira, o Espírito Santo foi especialmente atingido pelo programa de erradicação.

A princípio, a economia capixaba foi estritamente resistente ao programa de erradicação, porque o café rerepresentava para os agricultores a única fonte de renda. Entre junho de 1962 e maio de 1967, o programa atingiu 53,8% do cafezal capixaba, que ocupava 71% da área total cultivada com café. Nos demais estados cafeeiros — Minas Gerais, São Paulo e Paraná —,

⁹¹ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1962, caixa 647.

essas proporções foram, respectivamente, de 33,0%, 26,0% e 28,4% dos cafeeiros e 41,2%, 26,5% e 19,8% das áreas cultivadas (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 52).

Outro efeito dessa política de erradicação foi a liberação de grandes massas de trabalhadores rurais desempregados, que migraram do campo em direção às cidades, nas quais futuramente serviriam de mão-de-obra para as indústrias. Estima-se que o desemprego chegou aproximadamente a 60 mil pessoas, o que, se considerarmos uma taxa média de dependência de 3 por 1, mostra ter sido afetado um total aproximado de 240 mil pessoas, sendo que boa parte migrou para as cidades (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 57).

Simultaneamente ao processo de erradicação da monocultura cafeeira, foi executado um programa de estímulo à diversificação agrícola. Esse programa visava, principalmente, ocupar a força de trabalho desempregada e aumentar a produção de alimentos. Todavia, a solução foi pouco significativa, e a área liberada pelo café acabou sendo ocupada pela pecuária. Por volta de 1967/69, o IBC-GERCA mudou de estratégia, adotando o programa de diversificação econômica das regiões cafeeiras, cujo objetivo principal destinava-se a financiar a implantação e ampliação de agroindústrias para diversificar a economia.

Consoante Haroldo Corrêa Rocha e Angela Morandi (1991), os recursos advindos da indenização do GERCA possibilitaram investimentos em pequenos negócios comerciais e industriais. Vale ressaltar que o processo de erradicação do café intensificou o processo de urbanização (Ver anexo 1. Tabela IX. Participação relativa por estado no programa de erradicação dos cafezais).

Quanto ao contexto do Brasil, Octávio Ianni (1978), ao abordar as fases da industrialização no país, distinguiu três etapas. A primeira etapa correspondeu à formação do setor industrial no Brasil, e se desenvolveu no interior de uma economia primário-exportadora. A segunda etapa do desenvolvimento industrial do Brasil fundamentou-se na substituição de importações e, ao mesmo tempo, contou com forte intervenção do Estado na economia. A terceira etapa deve ser identificada com o modelo de *desenvolvimento associado*, ou de *internacionalização* da economia brasileira (IANNI, 1978, p. 26-28).

Ao aplicar essa análise ao campo social do Espírito Santo, este estado parece ser demarcado por duas etapas da industrialização. Em outras palavras, por ser industrializado tardiamente, o Espírito Santo manteve, por muito tempo, uma economia nos moldes primário-exportadora, ao mesmo tempo em que essa economia viria a sofrer intervenção do Estado com objetivo de industrializar-se. Além disso, a industrialização no Espírito Santo, de 1930 até 1970, era pouco desenvolvida e ainda era muito dependente da atividade agrícola, não apresentando

participação significativa na economia nacional.

Em 1949, a indústria local tinha reduzidas proporções e era pouco diversificada, apresentando quatro principais gêneros: produtos alimentares, têxtil, madeira e minerais não-metálicos. Como relatam Rocha e Morandi (1991):

[...] Em 1949, o parque industrial capixaba tinha reduzidas proporções e era muito pouco diversificado. Os quatro principais gêneros – produtos alimentares, madeira, têxtil e minerais não-metálicos – representavam 92,2% do valor da produção da indústria de transformação. Além disso, o gênero de produtos alimentares, isoladamente, era responsável, por 76,7% do valor da produção da indústria. O subgênero beneficiamento, torrefação e moagem de cereais, no qual se destacava o beneficiamento do café, contribuía com 60,9% para a formação do valor da produção do setor industrial (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 78).

Essas indústrias caracterizavam-se pela predominância de pequenos estabelecimentos, que foram atingidos pela crise dos preços do café, a partir de 1955. Apesar dessa crise, o Espírito Santo recebeu incentivos positivos, sob orientação do Plano de Metas. Tal política desenvolvimentista objetivava a consolidação da base produtiva da indústria nacional e acabou tendo repercussões positivas sobre o parque industrial capixaba. No entanto, seus reais reflexos somente fizeram efeitos na década de 1960, com a reestruturação da Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) e a inauguração do Itabira Agro-industrial S.A (fábrica de cimentos). Por outro lado, o Plano de Metas não ampliou expressivamente o parque industrial capixaba, em relação a São Paulo, Minas Gerais, e Rio de Janeiro. Em relação a esses estados, nosso parque industrial ainda permanecia modesto, havendo poucas empresas industriais.

Em geral, as indústrias que existiam no Espírito Santo, em sua maioria, estavam ligadas à agricultura ou ao extrativismo, como as madeireiras, alimentares (beneficiamento de café, cereais, açúcar, abate de animais e laticínios); alguns gêneros tradicionais, como bebidas, têxtil, mobiliário, vestuários e calçados; alguns gêneros não tradicionais, como o material de transporte e a química.

Mesmo com poucas indústrias durante as décadas de 1950 e início de 1960, foi construída uma infra-estrutura para a expansão do setor. Os investimentos foram tanto do governo federal, quanto do governo estadual, principalmente nos setores de transporte, energia e comunicações. Para tanto, foram construídas as usinas hidrelétricas de Rio Bonito e Suíça; também foi criada a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A (ESCELSA) e foram iniciadas as construções da BR-101, BR-262 e a BR-259. Junto com as rodovias federais, foram construídas algumas rodovias estaduais. Com essas construções viárias, o Espírito Santo passava a ter comunicação com as regiões mais importantes economicamente do país. A partir

de 1967, tivemos importantes construções de portos. Antes dessa data, apenas o porto de Vitória e posteriormente o porto de Tubarão (1966) escoavam a produção econômica (Ver anexo 1. Tabela X. Censo industrial - Espírito Santo; Tabela XI. Censo industrial - Unidades da Federação).

Para que se possa entender com mais propriedade as transformações em curso, basta analisarmos os discursos políticos desse período. O então governador Jones dos Santos Neves advertia que “*os galhos dos cafezais eram frágeis demais para sustentar nossos sonhos de progresso*”. Já o governador Dias Lopes afirmava que “*O Espírito Santo é o nordeste sem SUDENE*” (RIOS apud ANJOS, ét al, 1987, p. 18). Certamente, tais visões eram assinaladas pela ideologia que buscava suplantar o atraso e o subdesenvolvimento em face do progresso tecnológico dos países mais industrializados. Isso estava presente no Brasil e na América Latina, num contexto influenciado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), entre os anos 1940 e 1950 (ANJOS, ét al, 1987, p. 18). A CEPAL, nesse contexto, fazia uma discussão, no plano econômico, a respeito de como uma região poderia suplantar a pobreza via industrialização autônoma. Outra ideia da CEPAL era que, mediante a intervenção do Estado (Governo Federal), por meio de políticas econômicas específicas, seria possível promover o desenvolvimento das regiões atrasadas (NEP apud ANJOS, ét al, 1987, p. 18).

A política do GERCA afetou o Espírito Santo num duplo sentido. Primeiro, criou uma crise social de grandes proporções. Segundo, liberou o capital numa forma de indenização financeira. Tais recursos, inicialmente, estavam pulverizados nas mãos de milhares de pequenos proprietários. Porém, posteriormente, devem ter se concentrado em poder de poucos capitalistas, que eram favorecidos por diversos mecanismos de centralização do capital (estruturas de comércio, sistema bancário etc.) existentes na economia. De qualquer maneira, esses recursos certamente foram aplicados em atividades alternativas, tanto na agricultura como nos demais setores da economia, sobretudo em pequenos negócios comerciais e industriais⁹².

⁹²Em conformidade com Haroldo Corrêa Rocha e Ângela Maria Morandi: [...] Esses recursos, inicialmente, devem ter sido distribuídos de forma pulverizada entre milhares de pequenos proprietários, que procederam à erradicação de seus cafezais. Porém, posteriormente, devem ter se concentrado em poder de poucos capitalistas, que eram favorecidos pelos diversos mecanismos de centralização do capital (estruturas de comércio, sistema bancário, etc.) existentes na economia. De qualquer forma, estando os recursos em mãos de pequenos ex-agricultores ou de capitalistas, certamente foram aplicados em atividades alternativas, tanto na agricultura como nos demais setores da economia, principalmente em pequenos negócios comerciais e industriais. Assim, a política de erradicação veio possibilitar a expansão de atividades alternativas à cafeicultura, tanto porque forneceu uma parcela de capital necessário como também porque forneceu o crescimento do mercado

Em geral, o processo de industrialização redefiniu o espaço urbano de Vitória, porque a cidade constituiu-se em *locus* da atividade produtiva. Maria da Penha Smarzaró Siqueira (2001) afirma que:

[...] Para Castells, a localização espacial faz parte da política empresarial, e essa política é determinada, fundamentalmente, pela inserção da empresa no sistema de produção. No caso, produção e espaço se constituem na lógica social de implantação industrial. Assim, é evidente que a política de localização de um complexo industrial capitalista se direciona para regiões com grandes viabilidades entre produção/comercialização. E a cidade de Vitória, considerada um centro urbano de intercâmbio comercial (principalmente em função das vantagens portuárias), definiu-se, então, como a organização espacial dos pontos-chaves em que envolveram as fases do processo de intercâmbio entre produção/ comercialização, sobretudo para projetos voltados para o mercado externo. O processo de industrialização veio redefinir o espaço urbano, na medida em que, somando-se ao papel de sede da burocracia e do capital comercial, a cidade também se constitui no “locus” da atividade produtiva [...] (SIQUEIRA, 2001, p. 92-93).

Concluimos que as indústrias que existiam estavam, em sua maioria, voltadas para a agricultura, ou seja, as agroindústrias, que foram instaladas com a finalidade de modernizar a agricultura (frigoríficos, indústrias de torrefação e alimentos).

Além do apoio do IBC-GERCA e do governo estadual, que financiaram as agroindústrias, em 1967, foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES), cujos recursos, que se somaram aos da indenização da erradicação do café, foram injetados na economia capixaba pelo IBC-GERCA, possibilitando uma acumulação de capital e, desse modo, viabilizando investimentos na indústria. A CODES financiou um total de 37 projetos industriais, sendo que 26 deles eram de ampliação de fábricas já existentes e 11 eram de instalação de novas plantas industriais. Dentre estes últimos, destacaram-se, pelo elevado valor dos investimentos, os projetos da Real Café Solúvel do Brasil S.A. e do Frigorífico Rio Doce S.A. – Frisa (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 83-84).

Entre 1967 e 1969, os gêneros industriais mais beneficiados com financiamento da CODES foram exatamente os tradicionais: produtos alimentares, madeira e mobiliário. A metalúrgica repetiu a elevada taxa de crescimento da década anterior, tornando-se o segundo mais importante gênero, com participação de 17,4% no valor do produto industrial. Sua grande expansão deveu-se, basicamente, à instalação e operação de algumas pequenas usinas siderúrgicas produtoras de ferro-gusa, de várias serralharias e da Aciaria I da COFAVI (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 84).

O grande crescimento urbano fomentou a expansão da construção civil, e a consolidação do

mercado e da indústria de mármore, possibilitando a manutenção de elevadas taxas do crescimento de gêneros minerais não-metálicos.

Ainda há que se ressaltar o dinamismo da indústria extrativa no período 1959/1975, que cresceu à taxa anual de 26,3%. O crescimento deveu-se, em especial, à atividade de extração de mármore, além da implantação de duas usinas de pelotização de minério de ferro da CVRD (CVRD I e CVRD II). Essas usinas, com capacidade nominal de produção de 2 e 3 milhões de toneladas de *pellets*, foram inauguradas, respectivamente, em 1969 e 1973, tendo representado investimentos globais de 70 milhões de dólares (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 87).

Finalmente, podemos destacar que a indústria de transformação, que apresentou taxa negativa de crescimento na década de 50, alterou seu desempenho no período de 1959 a 1975. Essa taxa foi então superior a 15%. Dentre os fatores que podemos destacar para esse desempenho, estão as políticas de incentivos fiscais, que viriam a se constituir em importante mecanismo de apoio ao desenvolvimento de indústrias de pequeno e médio porte, predominantemente comandadas pelos pequenos capitais locais, os quais se utilizaram largamente dos benefícios da política oficial de apoio ao setor.

Por outro lado, essa expansão do setor industrial também se deu por um enorme volume de investimentos em infra-estrutura. Tanto o Governo Federal como o estadual fizeram grandes investimentos em energia elétrica e na construção do sistema de transportes, como o trecho da BR-101, entre o estado do Rio de Janeiro e a capital do Espírito Santo, e a BR-262, ligando Vitória à capital de Minas Gerais (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 89-90) (Ver anexo 1: **Quadro 10. Resultados do censo industrial — Espírito Santo; Tabela XII. Confronto dos resultados dos censos de 1950 e 1960, por unidade de federação**).

1.2.1. AS MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE

Indubitavelmente, as migrações campo-cidade constituíram-se naquilo que Gino Germani entendia como a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial. Como experiência histórica real, essas migrações trouxeram, para as áreas urbanas, um contingente populacional imbuído de novas demandas sociais, como habitação, saneamento básico, infra-estrutura, etc. Também proporcionaram às lideranças políticas modificarem suas políticas públicas, não mais voltadas apenas para a demanda cafeeira, mas também para as demandas da crescente sociedade urbana. Isso não quer dizer que essa urbanização foi imediata. Na verdade, houve uma transição lenta e gradual, uma vez que, até meados de 1960, a população ainda permanecia em maior quantidade no mundo rural.

De modo geral, a década 1960 caracterizou-se pelo processo de esvaziamento do campo e, por consequência, pelo contínuo aumento da população urbana. Isso, por causa da instabilidade econômica gerada pela crise cafeeira, iniciada em 1955, e também pela realização dos programas de erradicação dos cafezais, executados pelo IBC. Segundo a Secretaria do Planejamento do Estado do Espírito Santo, tal programa liberou, de uma só vez, 50.000 trabalhadores rurais, isto é, aproximadamente 150 mil pessoas. Essa atração teve como consequência o esvaziamento do interior do Estado e no processo de inchamento da região da Grande Vitória.

Junto ao despontamento do setor industrial, houve, na região da Grande Vitória, um inchaço populacional, resultado das migrações campo-cidade. Dessa forma, entendemos que os empregos urbanos surgidos por causa do processo de modernização econômica foram insuficientes para atender a população rural migrante (**Ver anexo 1: Tabela XIII. População presente, segundo as grandes regiões e Unidades da Federação — 1872-1970; Tabela XIV. População presente, segundo as grandes regiões e Unidades da Federação — 1872-1970; % sobre o total**).

Por outro lado, conforme as tabelas XIII e XIV inseridas no anexo 1, o crescimento populacional do Espírito Santo era pequeno, em relação aos demais estados da região sudeste. Isso, somado a uma industrialização pouco desenvolvida, resultou em retardamento do desenvolvimento industrial (**Ver anexo 1: Tabela XV. População total, urbana e rural nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1960, segundo as regiões fisiográficas e as unidades da federação; Tabela XVI. População total, urbana e rural nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1960, segundo as regiões fisiográficas e as unidades da federação, em porcentagem**).

Segundo as tabelas XV e XVI inseridas no anexo 1, a população rural do Espírito Santo era superior à população urbana, em meados da década de 1960. Comparando os estados que hoje compõem a região sudeste, encontramos os seguintes dados: o Espírito Santo apresentava 69,75% da população rural, enquanto São Paulo apresentava 37,19%, Rio de Janeiro apresentava 38,95%, e Minas Gerais apresentava 59,79%. Portanto, a urbanização atingiu principalmente São Paulo, com 62,81% e Rio de Janeiro, com 61,05% de população urbana, enquanto Minas Gerais apresentava 40,21% e Espírito Santo apresentava 30,25%. Isso quer dizer que o crescimento urbano de 1960 não foi tão significativo para o estado do Espírito Santo. Apesar disso, essa lenta transição social foi importantíssima para os novos rumos da política estadual.

Posteriormente, na década de 1970, as transformações estruturais levariam ao crescimento demográfico da população do Espírito Santo, que começaria a se concentrar na região da

Grande Vitória. Esse movimento migratório rural-urbano é semelhante às correntes migratórias brasileiras, como um todo. Portanto, em geral, no Brasil, as populações rurais serviram como mão-de-obra para as regiões urbanas. Então, o caminho seguido pela população do Espírito Santo não estava fora do modelo modernizador que atingiu a sociedade brasileira (Ver anexo 1: Tabela XVII. População das unidades da Grande Vitória - 1940-1980).

Como já observado, o motivo das migrações campo-cidade foi o crescimento industrial ocorrido na região da Grande Vitória, bem como a decadência da cafeicultura. Essa migração resultou na disponibilidade de mão-de-obra para os grandes centros urbanos do estado. Ainda sobre as migrações, Maria da Penha Smarzaró Siqueira levanta a seguinte hipótese:

[...] Admite-se a hipótese de que o crescimento populacional nesse período (1950-1960) esteja relacionado à intensificação das atividades agrárias do Estado (café, principalmente), à expansão das atividades portuárias, e à comercialização do café na capital.

Entretanto, se até 1960 a distribuição rural-urbana da população manteve-se estável, sem grandes alterações, apesar do crescimento equilibrado, na década de 50 começava a consolidação de um quadro urbano no Espírito Santo.

Esse quadro urbano, a despontar na década 50, considerou-se até meados de 1960, sendo ainda tributário do modelo agrário-exportador. É por isso que verificamos, até essa época, a existência de uma rede urbana equilibrada com o sistema de comercialização do café, com a pequena indústria e com o lado administrativo da cidade. Essas características não se mantêm na década seguinte. O crescimento demográfico acelerado da Grande Vitória e a expansão urbana vão refletir o impacto das profundas modificações ocorridas na estrutura econômica local.

O declínio do setor primário liberou um elevado número de trabalhadores rurais que reforçaram o êxodo rural em direção à capital do Estado.

Assim, a população da Grande Vitória cresce a uma taxa de 7,0 a.a nos anos 70, intensificando consideravelmente as desigualdades regionais dentro do Estado, passando a concentrar, em 1980, 34,9% da população total do Espírito Santo (SIQUEIRA, 2001, p. 137-138).

Não temos objetivo, nesta dissertação, de responder a, ou provar, tal hipótese colocada por Siqueira, mesmo porque estamos de acordo com a visão da pesquisadora (Ver anexo 1: Tabela XVIII. Distribuição dos migrantes nas unidades urbanas da Grande Vitória – 1970).

Em geral, o total de migrantes existentes na área urbana, até 1960, não era muito elevado, em relação às cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A maioria desses migrantes concentrava-se na Grande Vitória, onde havia melhor infra-estrutura urbana, oportunidade de trabalho e moradia. Em virtude disso, em Vitória, existiam inúmeras favelas antigas e outras estavam em formação. Aquelas mais antigas ofereciam mais oportunidades para moradia e proximidade ao local de trabalho, como o Morro da Fonte Grande, o Morro do Martelo, o Forte São João, o Icaré, o Bairro da Penha e o Gurigica. Tal quadro de migrações se agravou nos anos 1970, duplicando a migração decenal, conforme a tabela XIX (Ver anexo 1: Tabela

XIX. Migração decenal - 1960-1970- e total de migrantes até 1960 por unidades urbanas da Grande Vitória).

Em termos gerais, o crescimento urbano da Grande Vitória, no período 1960-1980, foi acompanhado pela desigualdade social e também pela absorção de trabalhadores pela indústria. Essa é uma questão importante, pois o elo empregatício é fundamental para garantir aos trabalhadores acesso aos bens de consumo, além de qualidade de vida. Outro aspecto destacável é que os baixos salários e a falta de assistência social não davam garantias de qualidade de vida aos trabalhadores (Ver anexo 1. Tabela XX. Resultados do censo industrial - 1º-IX-1960; Tabela XXI. Principais resultados dos censos de 1940 e 1950, segundo a classe e o gênero de indústria no Espírito Santo).

Em síntese, as migrações campo-cidade tiveram a Grande Vitória como centro de atração de migrantes, por causa da industrialização e da crise cafeeira. Na década de 1960, a maior parte da população do estado ainda permanecia na área rural. Os migrantes que vieram para a Grande Vitória depararam-se com o problema da infra-estrutura urbana, cuja consequência, de fato, será o empobrecimento dessa população, que ficará obrigada a residir em favelas.

1.3. A EXPERIÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO COMO SUSTENTO DA MOBILIZAÇÃO POPULAR

As mudanças ocorridas no seio da sociedade espírito-santense levaram o PSD a repensar suas atitudes políticas para as eleições de 1958. Assim, buscou incorporar a massa popular em sua campanha política, como uma forma de participação popular. Dessa forma, o partido, que tinha perdido as eleições de 1954, articulou-se em torno de uma reestruturação da Direção Executiva Estadual. Uma das consequências dessa articulação foi a decisão pelo apoio da candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência, especialmente por causa da promessa do candidato de solucionar a questão dos limites com Minas Gerais. Acerca da reestruturação do PSD, Almeida (2010) descreve:

[...] Na convenção do PSD, em março de 1955, Carlos foi eleito presidente do diretório regional e a direção executiva também foi totalmente renovada. Decidiu-se que o partido apoiaria a candidatura de Juscelino Kubitschek, candidato do PSD à presidência da República na eleição daquele ano (ele prometera solucionar a questão dos limites entre Minas e Espírito Santo, ainda pendente). Em 1956, o partido elaborou um programa de ação, aprovado na reunião de maio, tendo como metas a “reorganização e reestruturação de todos os diretórios regionais e subdistritais, criando-se departamentos (feminino, estudantil, de assistência social e trabalhista); regime de concentrações municipais com a presença de elementos mais destacados do partido, debatendo-se e apreciando-se os problemas na localidade ou zona onde se efetuar a concentração; apoio integral e decidido aos verdadeiros líderes partidários, numa tarefa de colaboração partidária, moral e humana para que defendam e estabeleçam os legítimos postulados do Partido Social Democrático [...] (ALMEIDA, 2010, p. 373).

Essa reestruturação partidária do PSD nos leva a entender que o partido visava modificar suas práticas políticas. Suas lideranças políticas percebiam as mudanças sociais que o Brasil e o Espírito Santo sofriam, isto é, percebiam um aumento da pluralidade de segmentos sociais. Assim, foi decidida, pelo partido, a criação dos subdiretórios partidários, na Grande Vitória e nos municípios do interior do estado. Tais subdiretórios colocavam frente a frente os líderes políticos e as massas populares. Vale ainda destacar que, na maioria das formações desses subdiretórios, havia a presença de Carlos Lindenberg.

Os subdiretórios não só foram criados nas áreas rurais, mas também nos principais bairros da Grande Vitória. Consoante o jornal *A Gazeta*, os locais principais onde o PSD formou os subdiretórios foram Santo Antônio, Inhanguetá, Ilha do Príncipe, Maruípe⁹³, Gurigica, IBES⁹⁴, Caratoíra, Mulembá, Paul, Bonfim, Forte de São João, Jucutuquara, Bairro de Lourdes, Santa Lúcia, Goiabeiras, Alto Lage, Vila Rubim, Aribiri, Ataíde e Itaquari. Também foram fundados subdiretórios no interior do estado, como os de Linhares, Guaçuí, e o Distrito de Marilândia (Colatina).

Segundo o *Jornal A Gazeta*, a criação desses subdiretórios era realizada com a participação de numeroso grupo de moradores locais, que não só ajudavam a criá-los, mas também a mantê-los. Nesses locais, o povo das regiões periféricas da capital e as populações do interior do estado eram convidados a participar da política e do partido. Em muitos casos, o próprio PSD, liderado por Carlos Lindenberg, oferecia condução para moradores de outros bairros, a fim de assistirem à fundação de um subdiretório num bairro mais distante⁹⁵. Segundo Almeida (2010), desde o início do ano de 1957, Lindenberg fazia a trajetória de ajudar a fundar subdiretórios nos bairros de Vitória (ALMEIDA, 2010, p. 373).

⁹³Maruípe era considerado um bairro populoso e operário. “PSD amanhã em Maruípe. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 10 jan. 1957.”

⁹⁴Populoso bairro. “PSD leva (hoje) ao IBES seu programa de trabalho. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 19 jan. 1957.”

⁹⁵Programa Dia 18 - Reestruturação do sub-diretório [sic] do Forte de São João com cerimônia que se realizará na sede da Associação Atlética São João; Dia 19- Reestruturação do sub-diretório [sic] do bairro do Senhor do Bonfim, na residência do Sr. Aristóbulo Bezerra; Dia 23 - Às 9 horas, missa na Igreja Matriz de Vila Velha em ação de graças pelo transcurso da data consagrada ao povoamento do solo capixaba; Nota: haverá condução, com saída às 8 horas, partindo da porta do partido; Comício monstro em Santo Antônio: No dia 25, às 20 horas, será realizado o comício monstro no bairro de Santo Antônio, com a presença dos representantes pessedistas no Senado Federal [sic], Câmara Federal [sic], Assembléia Estadual e Câmara de Vereadores [sic], além de líderes nacionais que virão abrilhantar a festividade. Nota: Haverá ônibus com destino a Santo Antônio, sendo 2 de Vila Velha e IBES, 2 partindo da sede e 2 partindo da zona norte, compreendendo Maruípe, Gurigica, Mulembá, etc. Os ônibus têm sua saída marcada para as 19 horas. Dia 26 - Sessão de encerramento: No dia 26, às 20 horas, ocorrerá a sessão de encerramento no Teatro Glória, presidida pelo senador Carlos Lindenberg, em presença de convidados especiais e, para seu maior brilhantismo, facilitando o comparecimento de todos, serão colocados ônibus especiais, partindo dois veículos de Santo Antônio, 2 de Vila Velha e IBES e 8 da zona norte, a fim de fazer a concentração na praça Costa Pereira. Os diretórios interessados em condução para seus membros deverão comunicar-se com a direção do partido, a fim de estabelecer horários e outros pormenores (“Semana pessedista a Convenção estadual. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 14 mai. 1957”).

A caravana da Vitória⁹⁶ do PSD foi responsável por vários comícios no interior do Estado e nos municípios da Grande Vitória. A campanha foi organizada, ao contrário das eleições de 1947. Sendo assim, nenhum município ficou sem comício, começando por Alfredo Chaves.

A propaganda política veiculada por Carlos Lindenberg era que a administração pública precisava ser salva do *caos administrativo*. Lindenberg colocava-se como o único capaz de salvar a administração pública, por meio de trabalho e honestidade. O jornal A Gazeta de 25 de maio de 1958 evidencia esse fato. Na entrevista, Carlos Lindenberg destaca que:

[...] “Não prometemos o impossível, não fazemos milagres, nem oferecemos aquilo que uma boa administração não possa ou não deva realizar: Prometemos uma administração digna, capaz e consciente, sem favoritismos nem conveniências pessoais, mas tendo como fundamento ordem aos negócios públicos e a disciplina no governo e, não como base, interesse coletivo” [...] ⁹⁷.

Na manchete do jornal de 15 de julho de 1958 é ressaltado que Lindenberg: “[...] É o único capaz de consertar isto”. ‘A opinião pública já encontrou o melhor slogan publicitário para Carlos Lindenberg - Um programa de trabalho, trabalho e trabalho’ [...]” ⁹⁸.

Na convenção ordinária de 28 de janeiro de 1958, em Vitória, Carlos Lindenberg foi lançado como candidato do partido para disputar a sucessão estadual. A candidatura seria homologada em convenção posterior e os demais cargos da chapa também preenchidos na ocasião, porque o partido acreditava na necessidade de formar alianças (ALMEIDA, 2010, p. 373).

Do lado situacionista, a Coligação Democrática (PSP, PTB, PRP, PR, UDN) vivia um clima de tensões e conflitos por causa de heterogeneidade de interesses existentes entre os partidos.

O saldo desses conflitos foi o rompimento do governador Francisco Lacerda de Aguiar com a Coligação, que seria diluída, não conseguindo unir forças para enfrentar o PSD. Dessa maneira, os partidos da Coligação Democrática, que estavam fragmentados, lançaram candidaturas próprias, enquanto o PSD lançou Carlos Lindenberg como candidato e uniu-se ao PSP, tendo Raul Gilberti como candidato a vice-governador na chapa.

Lacerda de Aguiar⁹⁹, que havia rompido com a Coligação Democrática, ficou indiferente aos rumos das eleições de 1958. Mesmo assim, o jornal A Gazeta continuava a fazer várias críticas ao seu governo, sobretudo sobre o *caos administrativo*. Conforme Almeida (2010):

⁹⁶“Amanhã à noite na Ilha do Príncipe a Caravana da Vitória. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 5 jul. 1958.”

⁹⁷“Não prometemos o impossível, não fazemos milagres, nem oferecemos aquilo que u ma boa administração não possa ou não deva realizar. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 25 mai. 1958.”

⁹⁸“É o único capaz de consertar isto. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 15 jul. 1958.”

⁹⁹Cf. ALMEIDA. A. Op.cit., p.374, nota 62: Waldemar de Andrade relata que houve um encontro na tarde de 28 de junho de 1958, data em que o Brasil conquistou a Copa do Mundo, em sua casa, em Cachoeiro, entre Lindenberg, em campanha para o governo, e o governador Lacerda de Aguiar. Este propôs não se afastar do governo para ser candidato ao Senado, impedindo a ascensão do vice-governador Adwalter Ribeiro Soares que favoreceria a candidatura de Floriano Rubim a governador, conforme declarações destes em comício em Baixo Guandu, e que foram gravadas. Na visão de Waldemar, a proposta de Chiquinho facilitaria a eleição de Carlos ao

[...] Em 29 de junho de 1958, na festa de Cachoeiro de Itapemirim, Carlos Lindenberg e Waldemar de Andrade foram visitar o Grupo Escolar Bernardino Monteiro, que apresentava uma exposição de trabalhos dos alunos. Chiquinho estava presente. Apesar dos ataques no Senado, Chiquinho nunca deixara de falar com Carlos. Waldemar propôs: “Carlos, vamos conversar com Chiquinho? Coitado, ele está tão sozinho, um governador tão só. Vamos?”

Os três ficaram conversando até 23h30m, quando se encerrou a exposição. À saída, Waldemar tocou na questão da sucessão: “Chiquinho, como é que você está arrumando a eleição, hein?” Ele respondeu: “Doutor Waldemar, já tenho os meus planos feitos. Se eu perder essa eleição, deixo este estado ingovernável. Ninguém vai poder governar depois de mim.” “Chiquinho, não diz isso. Você não pode fazer uma coisa desta.” “Pode escrever. Vou fazer, se perder” (ALMEIDA, 2010, p. 373).

Do ponto de vista de Marta Zorzal e Silva (1986), o quadro político-eleitoral esteve polarizado em três blocos políticos: A aliança PSD/PSP: Carlos Lindenberg (candidato a Governador) e Raul Gilberti (vice-governador); a aliança UDN/PRP: Eurico Rezende (Governador) e Atilio Vivácqua (vice-governador); PTB: Floriano Lopes Rubim (governador) e Arnaldo Pinto de Andrade (vice-governador) (SILVA, 1986, p. 342).

A plataforma de governo dos candidatos foi também diferenciada. Carlos Lindenberg defendia que o PSD deveria salvar o Estado do caos administrativo em que fora colocado pelo governo Lacerda de Aguiar (1955-1958). Lindenberg se colocava como o único governante capaz de equilibrar as contas públicas e recuperar a administração pública do caos em que se encontrava. Floriano Lopes Rubim levou para os palanques o discurso trabalhista do PTB. Por isso, centrou seu discurso principalmente nos aspectos nacionalistas da política econômica. O partido defendia, também, a criação de condições para industrialização no estado, e prometia livrá-lo da cafeicultura. Por fim, Eurico Resende pautou sua plataforma no discurso contra o caos administrativo em que se encontrava a administração pública (SILVA, 1986, p. 343-346) (ver anexo 1: Tabela XXII. Resultados eleitorais para governo do Estado em 1959).

Nas eleições de 1962, o quadro eleitoral seria muito semelhante ao das eleições de 1954. O PSD enfrentou a Coligação Democrática (UDN, PRP, PTB, PDC, PRT, PTN e PSB). Segundo Marta Zorzal e Silva (1986), a novidade desse pleito foi uma grande quantidade de migrantes das áreas rurais que se instalaram na Grande Vitória, como efeito da crise do café (SILVA, 1986, p. 391). No interior do PSD, era muito clara a divisão entre elites cafeeiras e elites industriais, que ganharam força com a emergência da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES). Conforme Marta Zorzal e Silva (1986), as elites industriais se solidarizaram com Jones dos Santos Neves, enquanto as elites cafeeiras se solidarizaram com

governo e de Eurico Sales ao Senado pelo PSD. Em troca, Chiquinho queria ser nomeado conselheiro do Tribunal de Contas da União, “pois iria se dar uma vaga segundo estava certo”. Carlos repeliu tal acordo por ser ético e por Eurico, então ministro da Justiça, não estar presente à reunião. Waldemar telefona então a Eurico no Rio, e este consegue do presidente Kubitschek a promessa do cargo no TCU para Chiquinho, que não se afasta do governo. Mas Eurico não se interessou pela candidatura ao Senado, e “parece-me que a vaga no Tribunal não se deu, e a promessa do presidente ficou sem sentido”.

Carlos Lindenberg¹⁰⁰ (SILVA, 1986, p. 392). A princípio, a afirmação da autora parece coerente, mas, como veremos, Carlos Lindenberg tinha a concepção, como liderança política, de que o estado deveria tomar rumos diferentes dos da monocultura do café.

Na reunião da comissão executiva do PSD, realizada em janeiro de 1962, Jones dos Santos Neves¹⁰¹ foi indicado para candidato ao governo do Estado. Porém, a contragosto de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg¹⁰², que desejava que seu sobrinho, Carlos Lindenberg Von Schilgen concorresse ao pleito.

Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg fizeram diversos comícios pelo interior do estado, bem como pela região da Grande Vitória. Santos Neves era muito enfático quanto ao destino de ser governador do estado. Em publicação do jornal *A Gazeta*, ele afirmava: "[...] Vim para vencer com o Espírito Santo ou para com ele perder [...]"¹⁰³. De outro lado, Carlos Lindenberg renunciou ao governo para se candidatar ao senado, o que de acordo com ele foi um erro¹⁰⁴.

¹⁰⁰Relata Carlos Lindenberg: [...] “Antes de deixar o governo fui a Colatina conversar com Raul Gilberti, vice-governador. Disse-lhe que o partido queria meu nome como candidato a senador; desde que ele permanecesse como governador. Raul respondeu que iria cumprir as obrigações de vice-governador, estava no cargo para isso. Daí a alguns dias, ele afirmou que assumiria o governo. Confessei meu remorso em deixar o governo e ele ficar sem cargo político durante quatro anos. Raul afirmou que eu poderia ficar tranqüilo quanto ao futuro dele. No dia 27 de fevereiro, o partido se reuniu para escolher o candidato e eu fui escolhido. Raul me disse que o Sr. Asdrúbal Soares, interventor do PSD, havia ido a São Paulo pegar credenciais. Se isso não acontecesse, ele ficaria comigo. Fiquei aguardando a resposta do PSD. No dia 25 telefonei de novo para Colatina, e ele me disse que viria a Vitória no dia 27, com a resposta. Apareceu às 9 horas no palácio, afirmando que não iria assumir o governo porque era candidato a governador. ‘como, Dr. Raul?’, eu perguntei, ‘o Sr. não assumiu o compromisso de assumir o governo, eu renunciando?’ ‘É’, ele respondeu, ‘mas agora sou candidato. O Sr. é culpado porque disse em Colatina ao Sr. Piccim que eu era seu candidato e lá em Colatina lançaram minha candidatura. Agora eu sou candidato’. Afirmo que realmente eu havia dito aquilo ao Sr. Piccim” [...] (As confissões de Carlos Lindenberg. **Espírito Santo Agora**. Vitória, n° 5, p. 54-60, mar. 1973).

¹⁰¹“Juscelino congratula-se com o PSD pela homologação da candidatura de Jones. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 12 mai. 1962”.

¹⁰²Cf. ALMEIDA, A. Op.cit., p. 432, nota 70. Relata o autor: Logo depois, Cristiano Dias Lopes Filho e Parente Frota comunicaram a Carlos que iam apoiar o nome de Jones dos Santos Neves (então diretor, no Rio de Janeiro, do Banco Operador) como candidato. Carlos lhes disse: — Eu acho que ele não é o candidato ideal. Gosto muito de Jones, é meu amigo, sempre foi muito correto comigo. Mas eu acho que da maneira como ele deixou o estado, perdendo as eleições para Chiquinho e passando todo esse tempo fora, não é conveniente ele ser candidato; — Não, doutor Carlos, nós estamos trabalhando para ver isso; — Vai ser uma eleição muito difícil; — Não vai ser não, doutor Carlos. Cf. SILVA, M.Z. Op.cit., 397, nota 35. Depoimento de Carlos Lindenberg: [...] “Os amigos dele (Jones dos Santos Neves) vinham tentando desde muito tempo. E eu dizia que não era possível. Vamos acabar com esse negócio de Carlos e Jones, Jones e Carlos. Chega. Vamos colocar outro candidato. Os dois que conversavam comigo, Cristiano (Cristiano Dias Lopes Filho) e Frota (Cel. José Parente Frota), e levaram o nome de Jones outra vez para o partido. Eu os aconselhei a não fazer isso, porque eles estavam criando um problema para Jones e para o partido.

¹⁰³“Jones: ‘Vim para vencer com o Espírito Santo ou para com ele perder’. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 28 fev. 1962”.

¹⁰⁴Relata Carlos Lindenberg: — De toda essa minha vida de político, só me arrependi de um ato político, que foi a renúncia. Até hoje tenho arrependimento daquele ato porque acho que cometi quase um crime com o povo do Espírito Santo. Porque entreguei o estado a alguém que não merecia esse cargo. Me dá até hoje um aperto no coração quando lembro que cometi esse ato contra os interesses do Espírito Santo, eu achava que o estado nunca me perdoaria por ter cometido aquele ato. Muitos amigos insistiram para que eu continuasse. Mas gente do

As principais regiões visitadas por Jones dos Santos Neves foram: Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Nova Venécia, Santa Maria de Jetibá, Castelo, Vitória, Guaçuí, Muqui, Anchieta, Alfredo Chaves, Mantenópolis, Ecoporanga, Barra de São Francisco, Domingos Martins, São Roque e Afonso Cláudio.

A campanha eleitoral de Jones dos Santos Neves não fugiu da proposta de seu primeiro governo, o discurso sobre o progresso era inevitável num Brasil que a cada dia se tornava mais industrial. Dessa forma, Santos Neves propunha a recuperação de sua antiga proposta de se criarem condições de infra-estrutura para instalação de indústrias no estado (SILVA, 1986, p. 402).

Do lado oposicionista, a Coligação Democrática (PSP, PTB, PR, PRP, e parte da UDN) ganhou o reforço da ampliação da experiência populista pelo Brasil. Naquele momento, o Espírito Santo configurava-se como um estado que continha um número maior de pessoas nas cidades, diferente dos pleitos anteriores a 1958. Além disso, a coligação contava com seu candidato Francisco Lacerda de Aguiar¹⁰⁵, que introduzira a prática populista no Espírito Santo. No pleito de 1962, ele manteve os mesmos parâmetros que haviam direcionado a vitória eleitoral em 1954.

Mais uma vez, *Chiquinho* usou a propaganda política como forma de acesso à direção administrativa do Estado. Na verdade criou-se um “*mito Chiquinho*”¹⁰⁶ diante das classes populares. Sua personalidade era ligada a bondade, a uma pessoa amiga dos desprotegidos da “*raia miúda*”¹⁰⁷. Ele se colocou como homem humilde, homem rural e amigo, e isso encontraria recepção e identificação no seu próprio meio. Sobre a campanha, Lacerda de Aguiar explica como era sua forma de fazer política, bem como relata que seguia a instrução de um amigo da câmara federal:

[...] olha – Chiquinho, se o comício tiver muito bêbado e muita gente no palanque, é vitória certa. Uma vez em Colatina queriam tirar um bêbado do palanque. Quando não tinha bêbado nos meus comícios mandava pegar no botequim da esquina. A minha campanha era simples, não atacava ninguém. Conversava com a multidão. Tinha boa equipe de oradores: Oswaldo Zanello, Setembrino Pelissari, Floriano Rubim, Moreira Camargo, Joaquim Leite, José Cupertino, Élcio Cordeiro. Uma vez

partido queria que eu renunciasse e acabei cometendo essa asneira (As confissões de Carlos Lindenberg. **Espírito Santo Agora**. Vitória, nº 5, p. 54-60, mar. 1973).

¹⁰⁵Entrevista de Setembrino Pelissari: - Na véspera do casamento do filho Renato, foi marcado um ato em que foram buscá-lo no aeroporto com um carro conversível emprestado, seguido pela população. Foi feito um comício na Praça Oito. Chiquinho atravessou a Avenida Jerônimo Monteiro carregado nos braços do povo. A campanha para seu retorno começa aí (LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; GURGEL, Antônio de Pádua. *Francisco Lacerda de Aguiar*. Vitória: Contexto, 2007, p.50).

¹⁰⁶Cf. SILVA, M. Op. cit., p. 400, nota 35.

¹⁰⁷Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

o Adhemar de Barros assistiu um comício meu, e ficou impressionado¹⁰⁸.

Setembrino Pelissari relata que: “[...] Chiquinho nunca atacava, mas sempre se dizia vítima de ataques. Isso sensibilizava o povo que tende a se colocar do lado das vítimas por solidariedade. Além de tudo, afirmava que perdoava todos os seus inimigos [...]”¹⁰⁹.

Como as demais lideranças populistas do Rio de Janeiro e São Paulo, ele elaborou *slogans* que aproximavam sua imagem das massas populares. Então, sua imagem começou a ser associada ao homem do povo, com frases como “*Chiquinho vem aí*”, no pleito de 1954, ou “*Sem ódio, sem rancor, Chiquinho para governador*”, no pleito de 1962. Essa ligação fez com que o povo se aproximasse do líder carismático, como relata o próprio Lacerda de Aguiar: “[...] Mas quando cheguei a Vitória foi uma apoteose. No dia do comício, os governistas encheram de água a Praça Oito, mas o povo foi lá e surgiu um slogan: ‘*Chiquinho até debaixo d’água*’ [...]”¹¹⁰.

Chiquinho ficou em evidência justamente pelo fato de o jornal A Gazeta publicar reportagens depreciativas sobre seu primeiro governo (1955-1958). Dessa maneira, o povo observava a ação do PSD como uma forma revanchismo, o que possibilitou a Lacerda de Aguiar colocar-se como vítima da perseguição do jornal. Por outro lado, isso também criou uma empatia do povo com o candidato, por isso a Coligação Democrática criou o slogan: “*Sem ódio, sem rancor, Chiquinho para Governador*”.

A campanha de Francisco Lacerda de Aguiar também foi semelhante àquela de seu primeiro pleito. Em geral, suas metas estavam direcionadas às classes populares urbanas e ao pequeno produtor rural. Numa imagem patriarcal, Lacerda de Aguiar transferia ao eleitorado uma representação de um Estado de *amor e tranquilidade*, ou mesmo um Estado assistencial, protetor, sem os impedimentos da burocracia racional e impessoal (SILVA, 1986, p. 403). Assim, a propaganda política da Coligação Democrática foi mais eficaz diante do eleitorado, já que propunha a participação dos mais humildes na política. Chiquinho conhecia cada um, cumprimentava todos indistintamente, visitava domicílios do eleitorado. Sua imagem popular confundia-se com a de um amigo, pessoa do povo que poderia suprir as carências e insatisfações individuais dos desprotegidos¹¹¹ (SILVA, 1986, p. 405). O próprio Lacerda de

¹⁰⁸Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

¹⁰⁹Ibid.,

¹¹⁰Ibid.,

¹¹¹Cf. SILVA, M.Z. Op.cit., p. 405, nota 35: Joaquim de Almeida depõe: [...] As campanhas do Chiquinho foram feitas em cima dos chamados comícios relâmpagos (eu fui o introdutor dessa forma aqui em Vitória) realizados por correligionários em vários pontos da cidade em torno da estratégia pessoal de Chiquinho. O Chiquinho, por exemplo, se ele viesse fazer um comício em Vitória, e o comício estava marcado para depois de amanhã, ele passava três dias em Vitória. Durante esses dias, prévios ao comício, ele passava visitando todos os bairros de Vitória, casa por casa, convidando para o comício no dia “X”, na Praça Oito. Com essa visitação, ele levava um

Aguiar, em depoimento, afirma:

[...]- Eu ia lá todos os sábado (morros), era o meu quartel general. Saía do carro particular e ia conversar com o povo. Saber das coisas. Quando chegava abria o porta-malas do carro e dava balas e cadernos, comprados com meu próprio dinheiro. Às vezes a coisa ficava difícil e eu tinha de tomar café com todo mundo. Tomei tanto café nos meus anos de governo que hoje não tomo de jeito nenhum¹¹².

Setembrino Pelissari também depõe:

[...] em Vitória, os principais redutos políticos dele (Lacerda de Aguiar) eram os bairros de Maruípe e Santo Antônio onde o ex-governador era carregado freqüentemente pelo povo. “A idéia de nos prejudicar dizendo que Chiquinho era da raia miúda (massa popular) só nos deu vantagens¹¹³.”

Nas campanhas de 1954 e 1962, Lacerda de Aguiar usava o jingle como forma de convidar as massas para a participação política, mas também para vincular a sua imagem a de um homem popular:

[...] Chiquinho vem aí/Chiquinho já ganhou/Pra governador. Chiquinho andou a pé, Andou de Bonde, andou de trem. Apertou a mão do preto, de branco apertou também. Chiquinho é amigo do povo trabalhador. O povo quer Chiquinho/Para seu governador (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p. 25).

[...] ô, ô, ô, ô/ Chiquinho vai ser governador!/ Chiquinho é bom, trabalhador e popular,/ E vem disposto a trabalhar!/ Chiquinho Aguiar (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p.35).

[...] Chiquinho outra vez/ Ganha eleição/ O povo quer Chiquinho/ Bem no coração. Chiquinho, se sai às ruas/ Sorrindo e a cumprimentar,/ O povo, respondendo, vai dizendo: Chiquinho!/ Chiquinho vai voltar (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p.51).

[...] O povo pediu, tanto,/ que ele voltou./ O Dr. Chiquinho será governador! Viu!/ É popular!/ Cem por cento sim senhor!/ sempre foi um grande amigo do lavrador. O povo pediu, tanto,/ Que ele voltou!/ O Dr. Chiquinho será governador!(LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p.61).

Os resultados eleitorais do pleito de 1962 apontaram a vitória do candidato Francisco Lacerda de Aguiar (Ver no anexo 1: Tabela XXIII. Resultados das eleições de 1962; Tabela XXIV. Principais cidades votantes).

1.4. O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAPITALISTA

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg governou novamente o estado do Espírito Santo entre os anos de 1959 e 1962. Na visão de José Teixeira de Oliveira (2008), “[...] Como no quadriênio anterior (1947-51), Carlos Lindenberg governou com os olhos voltados para os problemas do campo [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 479).

papo com o pessoal, tornava-se próximo, amigo. E convidava, pessoalmente, cada um, dizendo: - Oh! hoje à noite quero ver você lá no comício! A mesma estratégia era utilizada no interior [...]. Também Setembrino Pelissari expressa: [...] A campanha de 1962, praticamente, realizou-se com a mesma estratégia utilizada em 1954. A diferença era que, agora, os meios de comunicação de massa já estavam atuando. Já existia a televisão, a TV Vitória, do João Calmon, que era do PSD. Ela abrangia só a Grande Vitória, mas era onde o eleitorado estava mais concentrado. A televisão estava a favor do Jones, que era candidato contra Chiquinho. Essa televisão castigava muito o Chiquinho. Nós então, nos comícios, colocávamos que Chiquinho, mais uma vez perdoava os adversários. Sem ódio e sem rancores o Chiquinho ia voltar, não ia perseguir ninguém. O funcionário podia ficar despreocupado, podia votar em quem quisesse, não tinha problema [...].

¹¹²Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. *Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

¹¹³Ibid.,

Para Marta Zorzal e Silva (1986), Carlos Lindenberg, ao assumir o segundo mandato como governador, encontrou a estrutura institucional inalterada desde o governo Jones dos Santos Neves (SILVA, 1986, p. 349). De certo modo, Francisco Lacerda de Aguiar não alterou a administração pública, apenas introduziu uma forma flexível de gestão. Do ponto de vista de Lindenberg, o governo Lacerda de Aguiar gerou o *caos administrativo e financeiro*¹¹⁴ (SILVA, 1986, p. 349). Segundo Almeida (2010): “[...] Quando Carlos assumiu, encontrou ‘o caos absoluto, a administração completamente desordenada’. Chiquinho cumprira realmente a promessa [...]” (ALMEIDA, 2010, p. 385).

Quanto à estruturação política, o quadro de dirigentes de seu governo será, em maior parte, de pessoas ligadas ao PSD, dessa maneira sobrando pouco espaço ao partido coligado, no caso, o PSP, que ficou apenas com a Secretaria de Viação e Obras Públicas (SILVA, 1986, p. 350), enquanto as outras secretarias ficaram divididas entre os integrantes do próprio PSD (**Ver anexo 1: Quadro 11. Composição das instituições do governo Carlos Lindenberg [1959-1962]**).

O quadro 11 (anexo 1) demonstra que todos os indicados pelo governador eleito já haviam estado na direção do Estado na gestão primeira de Carlos Lindenberg, porém ocupando outros cargos. Talvez esse seja um dos fatores que explicam a pouca mobilidade e os poucos atritos entre os dirigentes do governo.

Na visão de Marta Zorzal e Silva (1986), Lindenberg teve novamente uma postura de manter o equilíbrio orçamentário, porque, para ele, a principal obrigação do Estado era manter suas funções tradicionais, e não ser indutor das transformações capitalistas (SILVA, 1986, p. 351).

¹¹⁴Cf. ALMEIDA, A. Op.cit., p. 397, nota 70. Carlos Lindenberg relata: As usinas de laticínios registravam total descaso, como a de Mimoso do Sul, que desabara e estava sendo reconstruída; a de Guaraná teve suas máquinas transferidas para quatro municípios; a de Ibiracú não fora colocada em funcionamento; na Secretaria de Viação e Obras Públicas havia excesso de pessoal: trezentos empregados desnecessários na Administração do Porto de Vitória, sessenta no Departamento de Estradas de Rodagem (quase todos os tratores estavam em mãos de particulares “e muitas unidades desses equipamentos, sobretudo caminhões, ainda hoje não foram encontradas”). Na Secretaria de Educação haviam sido admitidos, sem a existência de recursos orçamentários próprios, 236 diaristas. Para atender ao pagamento de 1.167 docentes de emergência admitidos em 1958 foi também necessário lançar mão de recursos extraorçamentários. No mesmo ano, 450 professores foram colocados à disposição, trazendo, em consequência, acúmulo de professores em estabelecimentos de zonas privilegiadas, incluindo a capital e cidades prósperas, em flagrante prejuízo para a zona rural. Por isso, o governo anterior lançara mão dos docentes de emergência, aproveitados sem nenhum critério de seleção. As condições higiênicas da Escola Normal Pedro II exigiam da Secretaria “providências enérgicas quanto ao material didático, reparação de móveis e carteiras, pintura geral, instalação de nova rede elétrica e reforma completa das instalações sanitárias, já que as privadas não tinham água para o seu funcionamento”. Registrava-se que 60% das escolas no interior estavam vagas, além de altíssimas taxas de analfabetismo. Nas escolas superiores, professores eram nomeados sem apreciação e aprovação do respectivo currículo pelo Ministério da Educação e Cultura. Em outro relato, Carlos Lindenberg afirma: “[...] - Quando assumi, só professoras substitutas eram 663- muitas substitutas das substitutas e todas ganhando a mesma coisa que as efetivas. Os procuradores do Estado eram doze, mas seis estavam fora, com seis substitutos ganhando, todos colocados a disposição e ganhando. Professores que estavam no Rio ganhavam por aqui. Funcionários a disposição, fora de seus lugares, eram mais de mil (...) Eu não podia manter esse pessoal substituto de substituto, com o Estado sem dinheiro para pagar. Era 104 por cento de despesas do Estado com funcionalismo, que já estava seis meses atrasado [...]” (As confissões de Carlos Lindenberg. **Espírito Santo Agora**. Vitória, nº 5, p. 54-60, mar. 1973).

No entanto, o governador voltou ao modelo de desenvolvimento¹¹⁵ iniciado por Santos Neves, mas numa forma bem distinta. Lindenberg entendia que a mudança capitalista deveria ser feita de modo lento e gradual, sem grandes rupturas (SILVA, 1986, p. 355). Por isso, o executivo estadual direcionou seu programa econômico para lavouras cafeeiras, tentando diminuir os efeitos da erradicação, e também procurou intensificar a produção de energia elétrica no estado, com a finalidade de subsidiar a indústria.

Provavelmente, Lindenberg apoiava a cafeicultura, porque era a principal fonte de renda do Estado e, de certo modo, o governador imaginava que a renda advinda do café poderia gerar subsídios para a instalação de indústrias, como aconteceu em São Paulo. A economia industrial era vista por Lindenberg como o caminho para as soluções dos problemas do estado. Diferentemente do que pensa José Teixeira de Oliveira, Carlos Lindenberg não governou apenas para o campo, mas tentou montar uma estrutura que permitisse o desenvolvimento econômico-industrial.

Enquanto liderança política, Lindenberg diferenciava-se de Jones dos Santos Neves por causa da postura carismática. E, de certo modo, ele pensava diferente das outras lideranças do PSD em relação ao desenvolvimento industrial, salvo o próprio Santos Neves. Dois motivos dificultaram o processo de instalações de indústrias em seu segundo governo: o caos administrativo deixado por Lacerda de Aguiar e os compromissos assumidos entre o governador do Estado e as elites cafeeiras, no que tange à direção da administração estadual.

Carlos Lindenberg, já em 1947, previa o esgotamento da cafeicultura, portanto o Espírito Santo, como outros estados, deveria se pautar no desenvolvimento industrial:

[...] Na Mensagem à Assembléia Legislativa, em 1947, já antevendo a exaustão da monocultura cafeeira, Carlos pretendia livrar “o café do pesado ônus de ser quase exclusivo responsável pelo bem-estar de nossas populações e pela posição das finanças e dos orçamentos do estado”. Assim, ele percebeu que a saída estaria na integração do estado à política de desenvolvimento do capitalismo industrial que o país então experimentava; o que era permitido devido ao relativo isolamento do Brasil e à crise do sistema capitalista ocorrida entre as duas guerras mundiais [...] (ALMEIDA, 2010, p. 336).

Carlos Lindenberg, após seu primeiro governo, foi eleito senador da República e, como senador, manteve contato político em nível federal, com outras lideranças políticas brasileiras.

¹¹⁵Discurso de Carlos Lindenberg: [...] Nos tempo quem correm impõe-se nos [sic] ir ao encontro dos investimentos para atraí-los, ainda que numa luta por vezes desigual com as demais unidades da federação, luta que se acentua, a cada dia, ora no cotejo dos interesses políticos regionais, ora na inversão dos valores econômicos [...]. [...] Por esta razão mesma é que constituímos um grupo de trabalho de que participaram as classes conservadoras, além de componentes da administração e ao qual atribuímos a missão precípua de rever o programa que o governo pretendia lançar no sentido de intensificar as atividades criadoras e aceleradoras de propriedade e desenvolvimento [...] (ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1961 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória, [s.n], 1961, p.5).

Naquele momento histórico, passaram pela presidência da República figuras políticas como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. E foi nesses governos que houve a aceleração do desenvolvimento capitalista brasileiro. Inegavelmente, Lindenberg manteve relações com essas personalidades políticas, como também com seus respectivos projetos políticos de desenvolvimento capitalista para o Brasil. Por isso, em uma entrevista dada ao *Jornal A Gazeta*, em 10 de janeiro de 1957, Carlos Lindenberg fala sobre a necessidade do desenvolvimento:

[...] Após esta apreciação ligeira sobre o problema nacional, conduzimos o Senador Lindenberg à análise e apreciação dos fatos locais, principalmente aqueles relacionados com a nossa administração política. Com evidente habilidade (...) Esclareceu-nos o entrevistado. Acho que já é chegada a hora de os verdadeiros e bons capixabas prepararem uma aglutinação sadia de suas bases patrióticas nos seus objetivos a fim de conduzir o Estado do Espírito Santo aos destinos verdadeiros, que são os destinos de progresso, paz social e bem estar. Há graves e sérios problemas que nos afrontam e para os quais não se tem volvido a atenção máxima dos governantes, a lavoura (...) está carecendo de maiores incentivos e urge estabelecer um plantio de intensivo favorecimento (...) capacidade produtora. Temos que lutar contra esse (...) determinismo das estatísticas infundadas. **O Espírito Santo é um Estado que, pela sua predestinação histórica e geográfica, está fadado a uma atuação ímpar e invulgar para o progresso e para o desenvolvimento. É responsabilidade das maiores e que compete aos homens públicos e aos partidos não agüentar mais estas tendências ao (...). Foi este, sempre e sempre, o objetivo que nos orientou em nossa vida, pública e administrativamente. Sem falsas modéstias, quando em nosso governo iniciamos a ponte de Linhares e o Frigorífico, quando intensificamos o fomento no amparo a lavoura, e quando adotamos a política financeira restrita nos seus gastos, porém acumulativa nos seus propósitos, tínhamos em mente, como sempre temos tido, o acolhimento a estas tendências de nosso progresso.** E por isso acrescentamos - Senador Lindenberg - é preciso respeito por esta nossa linha de conduta que tem sido a conduta genuinamente pessedista de todos os nossos companheiros que o povo, nesta fase da vida espírito-santense procura a nossa agremiação (...). A reestruturação do que iniciamos agora, nos subúrbios de Vitória significam mais do que a simples organização interna de um Partido, traduzem um estado de espírito e nossa gente que alheando se aquele extremismo prejudicial da política sem objetivos, [sic] coloca em plano maiores o bem estar social e a paz da população e a restauração da confiança e da satisfação nas medidas governamentais [...] ¹¹⁶ (grifo nosso).

Como compromisso de campanha para o pleito de 1958, Carlos Lindenberg propunha: 1- Recuperação do crédito em favor do Estado; 2- Arrecadar mais, sem novos aumentos de impostos; 3- Industrialização e lavoura: paralelismo; 4- Transporte, armazéns, silos e apoio ao lavrador; 5- Prestígio da autoridade e retorno da disciplina; 6-Colaboração integral e firme da coletividade¹¹⁷.

Quando venceu as eleições de 1958, Lindenberg se preocupou com a modernização

¹¹⁶“O líder pessedista Carlos Lindenberg: Aglutinação imediata dos bons capixabas para conduzir o Estado ao seu verdadeiro destino. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 10 jan. 1957.”

¹¹⁷“Roteiro do candidato Carlos Lindenberg: 1- Recuperação do crédito em favor do Estado; 2- Arrecadar mais sem novos aumentos de impostos; 3- Industrialização e lavoura: paralelismo; 4- Transporte, armazéns, silos e apoio ao lavrador; 5- Prestígio da autoridade e retorno da disciplina; 6-Colaboração integral e firme da coletividade. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 19 mar. 1958.”

econômica do estado do Espírito Santo. Segundo o Jornal A Gazeta:

[...] Começaram com boa antecedência as preocupações do novo governador: Aceleração no ritmo construtivo de usinas hidro-elétricas [sic] e meios imediatos para equilíbrio das finanças públicas, juntaram-se as convocações com grupos industriais a se localizar no Estado - Carlos Lindenberg pondo à margem as canseiras de uma campanha árdua e (...) estabelece pontos de contato de seu futuro governo¹¹⁸.

O principal desafio para resolver o problema do desenvolvimento capitalista¹¹⁹ era a eletrificação. Para isso, Carlos Lindenberg passou todo o seu governo procurando terminar a construção das Usinas Suíça e Rio Bonito¹²⁰.

Por consequência das mudanças capitalistas, houve uma perda de espaço das forças políticas tradicionais para as forças industriais emergentes. Mesmo assim, conforme Marta Zorzal e Silva (1986), essas forças tradicionais conseguiram assumir os cargos políticos mais importantes da administração do Estado, e impor um ritmo lento e gradual à modernização econômica estadual. Além disso, as transformações capitalistas impuseram modificações estruturais ao Estado. Dessa forma, houve o re-aparelhamento da burocracia governamental, num sentido técnico e racional.

Por outro lado, essas mudanças trouxeram uma nova organização sindical de atores sociais identificados com a industrialização. Essas forças estavam nucleadas, sobretudo, em torno da Federação das Indústrias do Espírito Santo¹²¹ (FINDES). Sua fundação data de fins dos anos

¹¹⁸ “Começaram com boa antecedência as preocupações do novo governador. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 26 out. 1958”.

¹¹⁹Cf. ALMEIDA. A. Op.cit., p.417, nota 70. Carlos resume algumas realizações do seu governo: [...] — Além da conservação das estradas de terra, tratamos também da construção de estradas asfaltadas. Começamos com a estrada de Cachoeiro a Alegre, que deixamos quase concluída; a estrada de Colatina a Barra de São Francisco, que deixamos quase na metade, e ainda outros trechos. Já havíamos construído a estrada de Vila Velha no primeiro governo, o que deu grande desenvolvimento àquele município; construímos a estrada para Cariacica, que antes era um lamaçal enorme e com a estrada nova dava para ir de Cariacica a Vitória em apenas onze minutos. Espalhamos a eletrificação rural por 23 municípios, justamente para possibilitar a criação de indústrias e melhorar a vida desse povo. Araram-se terras, fizeram-se terreiros, sanearam-se brejos e melhorou-se a vida do pessoal da lavoura.

¹²⁰Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo, Dr. Américo Buaid, em telegrama enviado ao governador Carlos Lindenberg, em nome da classe que integra aquele organismo sindical de grau superior, manifestou a satisfação dos industriais capixabas pela abertura da concorrência para construção da Usina Suíça [sic]. O pronunciamento da Federação das Indústrias é dos mais significativos, porque, partindo dos homens que, através da industrialização, têm selado para o nosso Estado condições de prosperidade e desenvolvimento. É o seguinte o teor do telegrama congratulatório firmado pelo presidente Américo Buaid: "No momento em que são anunciadas as primeiras providências para seleção dos interessados na concorrência da Usina Suíça [sic], (...) em manifestar a Vossa Excelência, em nome das Indústrias Capixabas, nosso mais caloroso aplauso a tal iniciativa, que representa, sem dúvida, um caminho aberto para o progresso de nossa terra. Ampliando nosso potencial de energia. Vossa Excelência está dando curso a um imperativo (...) exigência econômica (...) novos para que o Espírito Santo, dentro em breve, alcance posições destacada [sic] como elemento dinamizador da riqueza nacional" ("Suíça é um caminho aberto para o progresso do Estado. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 28 jul. 1960").

¹²¹A FINDES foi reconhecida por carta sindical assinada pelo Ministro dos Negócios do Trabalho, da Indústria e do Comércio, Fernando Nóbrega, em 29 de junho de 1958. Américo Buaid foi seu primeiro presidente (FINDES [Brasil]. *A Federação das Indústrias e o desenvolvimento*, 1ª edição. Vitória, 1998, p. 22).

50 — para sermos mais exatos, de 12 de fevereiro de 1958. Anteriormente, a estrutura familiar predominava na gerência dos pequenos negócios, e a classe empresarial se aglomerava em torno da Associação Comercial de Vitória, sendo que, mais tarde, foi criada, em outubro de 1954, a Federação do Comércio.

As rápidas transformações capitalistas das décadas de 1950/1960 e a criação da FINDES favoreceram o empresariado, que, junto com o governo do estado, promoveu debates sobre a modernização industrial do Espírito Santo, debates esses que se tornaram mais frequentes. Apesar de o executivo estadual ter interesse numa modernização sem rupturas, a classe empresarial saiu bem na frente da própria administração estadual e, em maio de 1959, a FINDES formou seu Conselho Técnico, com a finalidade de fornecer dados sobre a realidade capixaba.

O governo estadual, aliado à FINDES, promoveu a formação do Conselho Técnico, que seria um órgão para auxiliar o Estado nas questões da industrialização. Esse conselho reunia tanto os representantes da indústria, quanto os representantes do governo estadual. O Conselho Técnico tinha os seguintes objetivos:

[...]

- 1- Siderurgia (posição do estado em relação à produção nacional; diretrizes a serem tomadas em função da posição geográfica do estado);
- 2-Geografia industrial (levantamento de uma carta geoeconômica estadual);
- 3-Agricultura industrial (tipos de cereais e grãos a serem produzidos com vistas à industrialização);
- 4-Levantamento da realidade econômico-social do Espírito Santo (ALMEIDA, 2010, p. 404).

O Conselho Técnico¹²² produziu um mapeamento da realidade socioeconômica do estado. Por causa disso, a FINDES, articulada à Confederação Nacional das Indústrias¹²³ (CNI) e também ao governo estadual, propôs o seminário pró-desenvolvimento,¹²⁴ que ocorreria em fevereiro de 1960. Do seminário, derivou a criação do Grupo de Trabalho do seminário pró-

¹²²C.f. GURGEL, A. Op.cit., p. 193, nota 65. Segundo o autor: Numa das reuniões, o governador informou que a administração estadual trabalhava para expandir a planta industrial do Estado, visando a facilitar a instalação de novos empreendimentos. O esforço maior era voltado para empresas de capital estrangeiro, ou fundadas por imigrantes, que já estavam se espalhando por todo o País.

¹²³Manchete do jornal A Gazeta: Conselho técnico da Federação das Indústrias com a presença de (Jacy Magalhães e outros técnicos) reunir-se-á amanhã para importantes debates: Técnicos Pedro Pedrini e Cláudio Gaspar falarão sobre levantamento socioeconômico Estado (“Conselho Técnico da Federação das Indústrias na presença de Jacy Magalhães e outros técnicos reunir-se-á amanhã para importantes debates. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 1set. 1959”).

¹²⁴C.f. ALMEIDA, A. Op.cit., p. 405, nota 70. Conforme o autor: Em fevereiro de 1960, foi realizado o Seminário Pró-Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, contando com a participação da Federação do Comércio (fundada em 1954) e da Federação das Indústrias (fundada em 1958), bem como do Serviço Social Rural (criado em 1951 para atender aos projetos sociais do governo federal na área rural).

desenvolvimento econômico do Espírito Santo,¹²⁵ assinada, no dia 19 de outubro de 1960, pelo governador Carlos Lindenberg. Essa criação procedeu de uma ação conjunta do Estado e dos empresários locais. O mencionado Grupo de Trabalho tinha por objetivos promover estudos para ativar o desenvolvimento econômico do estado. Também era sua finalidade examinar e oferecer sugestões aos projetos governamentais a serem enviados ao legislativo, visando, principalmente, à concessão de vantagens às indústrias. Os membros do Grupo de Trabalho foram divididos em subgrupos para estudar, entre outros assuntos: a criação de um conselho de desenvolvimento econômico; a criação de uma caixa econômica estadual; e a formação de uma carteira agrícola com vistas a incentivar, pelo crédito, atividades econômicas que criassem e acelerassem o desenvolvimento¹²⁶.

De outro lado, as forças políticas passaram a perceber o descompasso do desenvolvimento estadual com o do centro-sul. As lideranças políticas, coligadas às forças empresariais, lutaram pela modernização capitalista como forma de *estratégia de sobrevivência* do estado. No discurso feito por Carlos Lindenberg: “[...] Para ‘acelerar o desenvolvimento do estado’, já que ‘a luta é de sobrevivência e estagnar não significa, hoje, estacionar, senão mesmo perecer, cumpre-nos desenvolver para sobreviver’ (ALMEIDA, 2010, p. 404). Outro discurso seria proferido com a mesma tonalidade:

[...] ‘O subdesenvolvimento gera o subdesenvolvimento, em espiral descendente, enquanto o desenvolvimento gera o desenvolvimento, e em espiral ascendente’. Estagnar, portanto, não significa, nos dias que correm, estacionar, senão, mesmo, parecer. Cumpre-nos, assim ‘desenvolver para sobreviver’¹²⁷.

O resultado do Grupo de Trabalho foi a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico¹²⁸ (CODEC), que teve grande movimentação política da FINDES. O objetivo do CODEC era ser um órgão consultivo e orientador do poder executivo para as questões relativas à economia estadual. Era diretamente vinculado ao governador do Estado, mas com autonomia administrativa, financeira e personalidade jurídica. Eram de competência do

¹²⁵Grupo de Trabalho do Seminário Pró-Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo foi criado em outubro de 1960. Essa criação resultou de uma ação conjunta do Estado e dos empresários locais para estudar os assuntos ligados ao desenvolvimento do estado do Espírito Santo.

¹²⁶FINDES (Brasil). *A Federação das Indústrias e o desenvolvimento*, 1ª edição. Vitória, 1998, p. 37.

¹²⁷ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960, caixa 628.

¹²⁸Jânio Quadros felicitou Lindenberg pela instalação do CODEC: O presidente da República enviou telegrama ao governador do Estado felicitando-o pela criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, considerando a iniciativa como "inspiradora nos princípios que visam ao engrandecimento da Pátria comum". "Agradeço o telegrama - diz o despacho referente à instalação Conselho de Desenvolvimento Econômico, congratulando-me vossência [sic] pela iniciativa, inspirada nos princípios que visam ao engrandecimento da Pátria comum. Cordiais Saudações Jânio Quadros - Presidente da República" ("Jânio felicita Lindenberg pela instalação do CODEC. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 2 ago. 1961").

Conselho:

[...] os estudos e providências necessários à coordenação da política econômica do Estado, particularmente no tocante ao seu desenvolvimento econômico, a elaboração de planos e programas tendentes a aumentar a eficiência das atividades governamentais e fomento das mais convenientes ao desenvolvimento do Estado. E também formular sugestões ao governador sobre oportunidade de adoção de medidas legislativas sobre a economia e finanças [...] ¹²⁹.

Vale lembrar que havia projetos do governo Carlos Lindenberg para incentivar a industrialização, como a lei nº 1681, que visava à isenção de impostos para as indústrias que viessem a se instalar, ou que já estivessem instaladas no estado Espírito Santo ¹³⁰.

A mudança de postura das elites do estado do Espírito Santo ficaria em evidência na luta em torno da transferência da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para Vitória. O saldo desse conflito foi a decisão de Jânio Quadros pela transferência da sede da CVRD para Vitória, e a indicação de Eliezer Batista para a presidência da companhia ¹³¹.

As ações de Carlos Lindenberg ¹³² para organizar o desenvolvimento capitalista no Espírito Santo também foram manifestadas por visitas, como:

[...] O presidente Kubitschek esteve no Espírito Santo para a inauguração da Escola de Aprendizes Marinheiros em Vila Velha, da estrada asfaltada Vitória a Guarapari e para uma visita às usinas de Rio Bonito e Suíça. Em visita ao estado, o embaixador do Japão, Yoshiro Ando, propôs um convênio com a Pacific Consultants do Brasil

¹²⁹FINDES (Brasil). *A Federação das Indústrias e o desenvolvimento*, 1ª edição. Vitória, 1998, p. 40.

¹³⁰ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1962, caixa 649.

¹³¹Lindenberg agradece a Jânio mudança da CVRD: Exmo. Sr Dr. Jânio Quadros, digníssimo presidente da República - Brasília - DF- Meu próprio nome e também o nome povo do Espírito Santo congratulo-me Vossa Excelência acertada decisão localizar sede Cia Vale do Rio Doce nesta capital pt Esse até confirmou mais uma vez elevado propósito anima vossa Excelência satisfazer problemas nacionais acima quaisquer outros interesses. pt inegavelmente deliberação vossa excelência exprime manifestação grande maioria técnicos vg autoridade e estudiosos se têm ocupado tão relevante assunto pt. Atenciosas saudações Carlos Lindenberg, Governador do Estado (“Lindenberg agradece a Jânio mudança da CVRD. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 7 abr. 1961”).

¹³²C.f. ALMEIDA, A. Op.cit., p.405-406, nota 70. Vários projetos foram examinados em Punta del Este, no Uruguai, durante a conferência da Aliança para o progresso, programa do governo norte-americano lançado pelo presidente John Kennedy. O Espírito Santo foi o primeiro estado brasileiro a receber recursos internacionais – no caso, Cr\$ 600 milhões para criação da Carteira de Crédito Agrícola no Banco do Espírito Santo e Cr\$ 2 bilhões e 300 milhões para construção da Usina Hidrelétrica de Suíça. Carlos rememora: — Pedro Merçon, na Secretaria da Agricultura, fomentou várias culturas, como cereais e essas coisas todas, e depois eu mandei que ele estudasse a fundação da Carteira de Crédito Agrícola do Espírito Santo, e a Comissão da Codec apresentou o projeto na conferência de Punta del Este. Com isso injetamos os recursos recebidos na Carteira, recursos que, aliás, foram pagos em parcelas. O crédito agrícola é muito interessante. Nós o tínhamos aqui desde 1937, mas um lavrador que queria um empréstimo tinha que preencher promissórias endossadas, arranjar dois ou três avalistas. Quer dizer, era um crédito comercial como outro qualquer; nunca tinham feito crédito agrícola nenhum. E eu estava com aquilo na cabeça, não gostava daquela história. Queria fazer uma carteira de crédito agrícola mesmo, arranjar empréstimo de juros menores e de prazo maior. E insistia sempre com os diretores do banco, mas, quando eu falava nisso, José Valls ia logo metendo a mão no bolso, tirava um lenço e começava a chorar, mas chorava lágrimas mesmo, com medo de quebrar o banco. Até que afinal veio essa oportunidade e eu consegui. No final do ano perguntei a Valls, que achava que o agricultor não tinha responsabilidade para cumprir suas obrigações com o banco: Me diga [sic] uma coisa, quantos lavradores deixaram de pagar?. Ele respondeu: Doutor Carlos, nenhum. Alguns até pagaram adiantado.

para a promoção da rizicultura nos vales úmidos capixabas, entre eles o vale do Orobó. O embaixador dos Estados Unidos, John Moors Cabot¹³³, também visitou Vitória, assim como o embaixador da República Federal Alemã, Herbert Dittmann, elogiando as condições que o estado oferecia ao incremento de atividades industriais. Dittmann visitou, a seguir, os municípios de colonização alemã (ALMEIDA, 2010, p. 408).

O Plano de Metas implantado pelo governo Juscelino Kubistchek (1955-1960) complementou o processo de desenvolvimento do Espírito Santo. O financiamento obtido por Carlos Lindenberg foi direcionado ao projeto de expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória, o que aumentaria a produção anual da empresa. Também houve investimentos na área de transporte rodoviário e de aparelhamento portuário. Por outro lado, investiu-se no setor agrícola, isto é, em assistência técnica voltada para cacauicultura (SILVA, 1986, p. 366-367). Não é difícil entender que os novos investimentos afetavam diretamente as elites cafeeiras, precipuamente por causa da crise do café. Mesmo com a união entre essas elites e as elites cafeeiras de outros estados, elas não conseguiram impor mudanças do impacto da crise sobre o café (SILVA, 1986, p. 368).

Juscelino Kubistchek, em visita ao Espírito Santo, inaugurou diversas obras, dentre elas: a Usina Hidrelétrica de Rio Bonito e a BR-5, ou seja, mais 2.000 quilômetros de estradas asfaltadas. Em discurso, Lindenberg afirmou a Juscelino Kubistchek: “[...] V. Exa. deu ao Brasil o impulso de que ele necessitava [...]”¹³⁴. Por fim, o governador lutou pela federalização da Universidade do Espírito Santo. Outro importante projeto de Carlos Lindenberg foi a construção das rodovias Cachoeiro-Alegre-Guaçu e Barra de São Francisco-Colatina¹³⁵. A abertura dessas estradas era vista como uma forma de desenvolvimento econômico, uma vez que o escoamento da produção, sobretudo a das áreas rurais, tinha como destino as rodovias estaduais.

¹³³“Moors Cabot exorta brasileiros à comunhão desenvolvimentista. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 17 set. 1960”.

¹³⁴“V. Exa. deu ao Brasil o impulso de que ele necessitava: Lindenberg ao Presidente Kubitscheck. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 30 nov. 1960”.

¹³⁵A pavimentação dos trechos Cachoeiro - Guaçu e Colatina- Barra de São Francisco constitui empreendimento de alta expressão para zonas importantíssimas de nosso Estado e dará ao espinhaço rodoviário do Espírito Santo, uma estrutura moderna. Essa declaração foi prestada pelo Sr. Américo Buaiz, presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo ao responder a uma série de perguntas em torno da política econômica. Sobre o questionamento da política econômica do Governador Carlos Lindenberg, disse: - Forçoso é reconhecer que a preocupação primeira do atual governo foi efetuar uma política de saneamento financeiro, ajustando a máquina administrativa a um relativo equilíbrio entre sua despesa e receita. Para tanto, e no intuito de restaurar e normalizar seu crédito, cerceou, forçadamente, as despesas, adotando medidas de compressão nos gastos públicos, mesmo com a supressão de um programa administrativo à base de realizações e obras. Buscou, ainda, na revisão dos índices de tributação e coberturas julgada imprescindível para o estabelecimento daquele equilíbrio. Ocorreu, conseqüentemente, um equacionamento de ordem financeira atuando, digamos assim, como medida preparatória para a adoção de uma política econômica mais objetiva. (“Opina o Presidente da Federação das Indústrias: Pavimentação a ser feita por Lindenberg é empreendimento da mais alta importância. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 15 jan. 1961”).

O governo de Lindenberg também tentou trazer auxílio financeiro de grandes capitais estrangeiros, por meio dos órgãos internacionais, como Banco Interamericano de Desenvolvimento. Chegou a solicitar quase oito bilhões de cruzeiros para aplicar na energia elétrica, pavimentação de rodovia, estradas pioneiras, abastecimento de água, crédito agrícola, construção de prédios escolares rurais, construção de casas populares e armazéns e silos¹³⁶.

As ações do governo Carlos Lindenberg também se dirigiram para o setor agrícola, por causa da erradicação do café, iniciada pelo governo federal. Essa erradicação provocou uma grave crise socioeconômica no campo, porque implicou a migração das populações rurais para a cidade, e, por conseguinte, o empobrecimento daquelas populações.

Em 4 de setembro de 1959, Lindenberg enviou à Assembleia Legislativa uma proposta de aplicação da taxa de defesa e assistência à cafeicultura. Dessa maneira, a Secretaria da Agricultura desempenharia as seguintes atividades: 1- trabalhos de pesquisa e experimentação em café; 2- multiplicação e distribuição de variedades selecionadas; 3- trabalhos de conservação do solo, desmatamento e destoca e construção de cerreiros¹³⁷. O governo estadual, para melhorar a situação da agricultura, implantou as patrulhas mecanizadas, que obedeciam a um programa racional, elaborado pela Secretaria de Agricultura. A própria secretaria passou a treinar o pessoal que atuaria nessas patrulhas mecanizadas¹³⁸.

A situação da cafeicultura¹³⁹ era gravíssima. Segundo o jornal *A Gazeta*, ela não recebia a devida assistência do governo federal, mesmo sendo o sustentáculo da economia estadual. O programa de renovação das lavouras, elaborado pelo IBC, ao que parece, desfavorecia o estado do Espírito Santo. Além disso, o jornal relatava que a situação de pobreza da população rural era consequência da crise do café. Portanto, aquela população ainda não tinha sido contemplada com os benefícios do progresso e da civilização, permanecendo em más condições de habitação, alimentação e saúde¹⁴⁰.

Por várias vezes, Lindenberg enviou ofícios ao IBC e ao executivo federal, relatando a forma

¹³⁶“Para desenvolvimento e combate ao pauperismo Governo do Estado solicita auxílio financeiro. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 21 jun. 1961”.

¹³⁷“Governo propõe medida de alto interesse da lavoura. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 4 set. 1959”.

¹³⁸“Prontas para funcionamento as patrulhas mecanizadas. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 16 set. 1959”.

¹³⁹Em mensagem enviada a Assembleia Legislativa, Carlos Lindenberg relata: “[...] Acreditamos que prevalecendo os preços atuais e considerando o baixo rendimento das lavouras do Estado, a maioria dos cafeicultores tenderá para o empobrecimento gradativo com as conseqüências inevitáveis do deslocamento da mão-de-obra e diminuição do valor da produção do meio rural, ainda sustentáculo da economia [...]”. **ESPÍRITO SANTO. (Estado) Governador (1959-1962: Lindenberg). Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1959 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória, [s.n] 1959, p. 43.

¹⁴⁰“O governo e a situação da cafeicultura. *A Gazeta*, Vitória, p.01. 11 set. 1959”.

desfavorável como o Espírito Santo era tratado por causa da qualidade de seus pés de café, como segue abaixo:

[...] Infelizmente, o critério diferente foi seguido pelo IBC, não distribuir, entre os Estados brasileiros cafeicultores, o sacrifício aceito pelo nosso País através do acordo internacional firmado. Foi estabelecida, pelo regulamento de embarques, uma quota de 40%, para retirada do mercado, do café produzido no território nacional, deixando o IBC, de levar em conta a desigualdade gritante da contribuição de cada Estado para o excesso da produção brasileira.

Com esse tratamento indiscriminado e injusto não constituísse castigo suficiente para aqueles Estados de produção estável ou onde ela fosse de crescimento lento – como é o caso do Espírito Santo – vieram os mesmos a ser, ainda sacrificados com a diferente de preços de compra [sic] estabelecido pelo IBC, para a cota destinada ao consumo interno. Assim é que Estados como Paraná e São Paulo tiveram o preço de saca fixado em Cr\$ 1.600,00, enquanto o Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco pouca ou quase nenhuma responsabilidade no aumento da produção brasileira, o tiveram fixado em Cr\$ 1.200,00.

As rendas públicas do Estado do Espírito Santo têm no café sua maior fonte de recursos orçamentários estando as crises do erário estadual estreitamente vinculadas às oscilações das safras e à política cafeeira estabelecida pelo Instituto Brasileiro do Café [...] ¹⁴¹.

O governo do Estado agiu de outra forma para conter os problemas do campo: além da assistência à agricultura visando à modernização da área rural, a administração pública também buscou diversificar a produção por meio do cacau. A fim de implementar tal projeto, foi necessário um programa de créditos. Para isso, o governo utilizou-se da CEPLAC e do Projeto 21 ¹⁴². O crédito foi financiado pelo IBC ¹⁴³ e pelo Banco do Brasil ¹⁴⁴. O resultado foi a compra de 38 máquinas agrícolas (tratores, guinchos, Enleiradeiras, Allins Chalmers lâminas, caçambas, e retroscavadeiras) ¹⁴⁵.

Com o propósito de melhorar a situação da área rural no Espírito Santo, o governador Carlos Lindenberg requereu estudos sociológicos ¹⁴⁶ para a área. Esses estudos tiveram a parceria do Serviço Social Rural (Conselho Regional do Espírito Santo) e da Sociedade de Pesquisa e

¹⁴¹ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa 624.

¹⁴²C.f. SILVA, M.Z. Op.cit., p. 367, nota 35. A autora relata: O projeto 21, inteiramente voltado para a cacauicultura, atuou na área de assistência técnica e de concessão de crédito orientado. Sua execução efetivou-se em cooperação com o Escritório Técnico da Agricultura – ETA (Ministério da Agricultura) e a CEPLAC que forneceu recursos financeiros.

¹⁴³“IBC financiará os cafeicultores para renovação de suas lavouras. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 8 dez. 1959”.

¹⁴⁴“Agricultura inicia movimento para inscrição de agricultores no BB (renovação das lavouras). *A Gazeta*, Vitória, p.01, 10 dez. 1959”.

¹⁴⁵ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1960 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, [s.n] 1960, p. 137.

¹⁴⁶Estavam à frente desse estudo os sociólogos: Paulo César Botelha Junqueira, Alexis Stepaneko e José Arthur Rios (“Sociólogos realizam estudos do nosso meio rural com a colaboração do Governo. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 11 jan. 1961”).

Planejamento (SPLAN), em colaboração com o governo do Estado, tendo como objetivo fornecer elementos indispensáveis ao planejamento de programas especiais de trabalho na zona rural espírito-santense. Os estudos prosseguiram, abrangendo elementos socioeconômicos, como os aspectos: doméstico, residencial, escolar, familiar, sanitário, cultural, social, municipal e cívico. Conforme o Jornal A Gazeta, de 11 de janeiro de 1961, além de o estudo fornecer os elementos necessários para o Serviço Social Rural (SSR), contribuía para melhor atuação e planejamento do governo estadual e outras instituições. Inegavelmente, Carlos Lindenberg procurava ampliar a racionalização dos investimentos públicos no setor rural¹⁴⁷. Por outro lado, em um discurso na assinatura do convênio entre a SUPLAN e o SSR, Lindenberg aponta que o estudo tem também por finalidade atrair os investimentos privados:

[...] Ação que representa antes de mais nada, uma conjunção ordenada de esforços, recursos e atividades, oriundas dos poderes públicos estaduais e federais, no sentido de eliminar os fatores de estrangulamento da economia impeditivos do desenvolvimento, possibilitando a fixação dos capitais privados e atraindo novos¹⁴⁸.

O governo Carlos Lindenberg procurou melhorar a situação da crise do café que se abatia sobre o Espírito Santo. Por essa razão, houve diversos encontros entre o governo estadual e o governo federal, em especial nas administrações dos presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Entre os pedidos do chefe do executivo estadual, estavam: ampliação do crédito agrícola; assistência aos agricultores; e a proposta da participação de um representante do estado do Espírito Santo na diretoria do IBC. Por fim, para sanar os efeitos da erradicação dos pés de café de baixa qualidade, o governo estadual entrou em negociação com o IBC, propondo diversas saídas para a crise, como segue um ofício enviado a Sérgio Frazão, presidente do IBC, pelo governador Carlos Lindenberg:

[...] Senhor presidente,
De início, devo informar a Vossa Excelência que o meu governo tem se empenhado, na medida do possível, no sentido de ser melhorada a qualidade do café produzido no Estado.
Somente no ano de 1960, com recursos do Estado, mais de 200 cafeicultores obtiveram financiamento para racionalização de suas lavouras e foram distribuídos 250 despoldadores pelos postos de revenda da Secretaria de Agricultura.
Há algum tempo, chegou ao meu conhecimento que o Instituto Brasileiro do Café teria autorizado a aquisição, por sua conta, de cafés despoldados de todos os Estados produtores, exceto o Espírito Santo.
Diante do real propósito do meu governo em contribuir para a melhoria da qualidade do café produzido neste Estado, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos a

¹⁴⁷“Sociólogos realizam estudos do nosso meio rural com a colaboração do governo. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 11 jan. 1961”.

¹⁴⁸ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expeditas pelo governado do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa 626.

respeito dessa notícia e, na hipótese de sua veracidade, para que não se consuma tão iníqua medida, já que não se justifica tal exclusão.

A divulgação dessa desagradável notícia, com justas razões, provocou generalizado desânimo no seio dos cafeicultores capixabas; produtores de café despulpado, pois não estão eles encontrando preço compensador para o produto [...] ¹⁴⁹.

Outro ofício importante foi enviado, pelo governador, ao presidente João Goulart, em 16 de maio de 1962, no qual havia explicação sobre a situação do Espírito Santo diante da crise:

[...] Senhor presidente;

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência visando obter a solução adequada para a grave situação que se vislumbra para a lavoura cafeeira do Espírito Santo e, conseqüentemente, para a economia espírito-santense, se não for dada a devida atenção ao dramático apelo que formulam as classes rurais de nosso estado.

Nesta difícil conjuntura, Senhor Presidente, quando, a despeito dos ingentes esforços que empreendemos somos surpreendidos, a cada instante, com o crescimento, e a agravação de problemas administrativos – que evoluem no sentido da desagregação social, com implicações as mais imprevisas, parece-me azado ir ao encontro de Vossa Excelência para pleitear, em consonância com os cafeicultores, todo o apoio do primeiro magistrado para que sejam atendidas as suas reivindicações constantes do memorial, anexo, já que constituem elas pontos de interesse vital para a vida social do Espírito Santo [...] ¹⁵⁰.

Os recursos trazidos pelo *Programa Aliança para o Progresso* ¹⁵¹ foram fundamentais para a agricultura. Foram trazidos em torno de 600 milhões de cruzeiros para toda a agricultura capixaba ¹⁵². Mesmo assim, a previsão do governo federal era erradicar em torno de um bilhão de pés de café, em 1962, dos quais a metade estava no estado. Dessa forma, os recursos apenas ajudaram a amenizar temporariamente o problema.

Por outro lado, o retorno de Lacerda de Aguiar ao governo do Estado (1963-1966), implicou ações políticas mais flexíveis de articulação do poder executivo em relação às massas populares. As negociações para a formação do quadro de dirigentes acarretou que cada partido indicasse pelo menos um secretário. Apesar de o Estado manter as características patrimoniais, podemos afirmar que ele não era o mesmo na composição dos órgãos, porque os seus antecessores, Carlos Lindenberg e Asdrúbal Soares, criaram o CODEC, e as Secretarias da Indústria e Comércio, e a Saúde e Assistência. Tais órgãos eram resultantes das lutas das forças industriais ligadas a FINDES (SILVA, 1986, p. 408).

¹⁴⁹ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governado do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa 644.

¹⁵⁰ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: ofícios expedidos pelo Governado do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1962, caixa: 645.

¹⁵¹A filosofia do BID pode ser resumida na seguinte citação do discurso do Sr. Felipe Herrera, seu presidente, em Punta del Este: “Esta é uma época de revolução popular e nacional. A Aliança para o progresso só teria sentido na América Latina se obtiver o apoio das grandes massas operárias e camponesas, a confiança das classes média e empresárias e o apoio dos intelectuais e dos técnicos (ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governado do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa 642).

¹⁵²“Atendida a solicitação do governador Lindenberg: BID proporcionará mais 600 milhões de cruzeiros para agricultura capixaba. *A Gazeta*, Vitória, p.09, 26 jan. 1962”.

O PSD, que fora derrotado nas eleições de 1962, reuniu-se a fim de modificar seus métodos políticos. O partido decidiu manter-se em uma postura de uma “*oposição vigilante e severa ao governo, sem que represente oposição ao Espírito Santo*”¹⁵³. As lideranças do PSD, como Carlos Lindenberg, defendiam ideais reformadores em termos de programa para o Espírito Santo, dizendo que o PSD deveria dinamizar, no âmbito nacional, seus ideais de progresso social, e estabelecer outras diretrizes, paralelas às que já defende, em prol de novas conquistas no campo social¹⁵⁴.

Lacerda de Aguiar conviveu com uma conjuntura política na qual João Goulart reorientava a política brasileira no sentido de beneficiar as massas populares. Apesar de o governador não se identificar com as correntes de pensamento presentes no governo João Goulart¹⁵⁵, conviveu habilmente com elas. Também aquelas correntes eram parte das forças representadas pelo PTB, que havia ajudado a elegê-lo. Por causa disso, o governador direcionou suas diretrizes governamentais¹⁵⁶ para a área rural, principalmente para os pequenos proprietários rurais, que sofriam com a crise do café, dando um alcance social a esse problema (SILVA, 1986, p. 415).

As políticas formuladas em plano estadual no governo Lacerda de Aguiar, de certa forma, beneficiaram tanto os interesses das massas populares, quanto os interesses das elites tradicionais. Entretanto, ressaltamos que as elites estavam presentes no corpo burocrático da administração pública, por isso o governo decidiu também minimizar os efeitos da crise da cafeicultura, iniciada em 1955.

Em discurso, o executivo estadual definiu algumas diretrizes de seu governo: 1 – Industrializar o Estado, pois já iniciara entendimentos com capitães de indústrias de outros

¹⁵³“Pessedistas aprovaram ontem irredutível união e dinâmica para que agremiação progrida. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 20 jan. 1963”.

¹⁵⁴“Pessedistas aprovaram ontem irredutível união e dinâmica para que agremiação progrida. *A Gazeta*, Vitória, p.03, 20 jan. 1963”.

¹⁵⁵Discurso de Francisco Lacerda de Aguiar: “estejamos preparados para sacrifícios que nos exigirão as reformas de base” (“Novo governador do Estado tomou posse ontem e expôs as suas metas de trabalho. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 1 fev.1963”).

¹⁵⁶C.f. SILVA, M.Z. Op. cit., p. 415, nota 35. Mensagem de posse na Assembleia Legislativa: [...] Estou perfeitamente capacitado [sic] de que não são otimistas as perspectivas que envolvem o período governamental que hoje se inicia. Sofre o Espírito Santo, com mais acentuada incidência, pelas peculiaridades de suas bases econômicas as dificuldades que, dia-a-dia, agravam a situação nacional. Ingressaremos agora, após a reformulação institucional do País, numa fase de profundas reformas de base que, por certo, exigirão novos e pesados sacrifícios do povo, (...). Devemos estar preparados para dar nossa cota de contribuição e sacrifício cívico em favor da sagrada causa da Pátria que desejamos ver forte, progressista, respeitada e economicamente independente. Venho animado dos mais sadios propósitos de dar ao Espírito Santo um governo de paz e prosperidade (...). Pretendo dar destaque ao programa que objetiva o incremento da produção agrícola, através de providências recomendadas pela técnica moderna, bem como, pela adoção de uma política agrária de alto alcance social e cristão, possibilitando, aos que desejam realmente produzir, o acesso à terra e aos meios de produção. O aumento do nosso potencial hidroelétrico, bem assim, a vinda de energia de outras fontes, pertencentes ao esquema energético do País é assunto que já merece a minha atenção e se acha praticamente esquematizado [...].

estados e com o presidente João Goulart; 2- Aumentar a produção agrícola, inclusive com reforma agrária (acesso de todos a terra); 3- Aumentar o potencial hidrelétrico do Estado. Para tanto, já entrara em entendimentos com o Ministro Eliezer Batista¹⁵⁷.

No primeiro ano do governo Lacerda de Aguiar, houve intensas lutas interpartidárias entre os partidos que compunham a Coligação Democrática, em virtude dos partidos políticos apresentarem uma heterogeneidade social e ideológica. Não havia, entre eles, um projeto político comum, logo cada secretaria seguiu seu próprio projeto. Entre os partidos menos beneficiados estavam o PRP e PSP que “[...] sobraram na composição do secretariado de Lacerda de Aguiar [...]”¹⁵⁸. A fragmentação partidária era tão evidente que o jornal *A Gazeta*, de 4 de julho de 1963, relatava: “[...] A coligação impõe: terá o governador que fazer tudo quanto os partidos pretenderem e ordenarem [...]”¹⁵⁹. A Coligação Democrática exigia que cada partido tivesse o direito de indicar um secretário de Estado e os cargos de suas secretarias, portanto cada partido poderia desenvolver um poder centralizado em uma secretaria. Sem dúvida, essa fragmentação implicou lutas internas pela indicação aos cargos públicos, tanto entre os próprios partidos, como entre o governador e os partidos, como se vê no ofício que segue, enviado em 20 de abril de 1965 pelo governador Francisco Lacerda de Aguiar:

[...] Prezado amigo,

Visitando-o atenciosa e cordialmente, desejo informa-lhe que li com a máxima atenção a sua carta em que faz algumas ponderações como o eminente amigo sabe a secretaria à qual estão afetos os assuntos de que trata sua minuta-partidária, ao PTB a cuja providência cabe deliberar sobre nomeações e toda a atividade que compete à pasta, razão pela qual todos os atos são dirigidas ao PTB e emanados dele. Entretanto, solicitaria [sic] ao ilustre amigo ter um entendimento direito com o presidente do partido encaminhando o assunto e procurando solucioná-lo de comum acordo, satisfazendo a ambas as partes.

Creio que ficaria satisfeito também se fosse encontrado um denominador comum para o problema que me expõe, para a solução do qual só encontro viabilidade através de um contato com a direção do PTB.

Sei que o amigo com facilidade de apreensão de que é dotado, compreenderá a importância da não transgressão de acordos e compromissos do governo com os partidos integrantes da Coligação Democrática [...]”¹⁶⁰.

As lutas começariam desde o início, pois o PSP pressionaria a saída de Nilo Cunha, indicado pelo governador, para a entrada de Emir Macedo por indicação do PSP; caso a aceitação da indicação não ocorresse, o PSP deixaria o governo.

¹⁵⁷“Novo governador do Estado tomou posse ontem e expôs as suas metas de trabalho. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 1 fev. 1963”.

¹⁵⁸“PSP e PRP sobraram na composição do secretariado Aguiar. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 8 jan. 1963”.

¹⁵⁹“Coligação impõe: terá o governador que fazer tudo quanto os partidos pretenderem e ordenarem. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 4 jun. 1963”.

¹⁶⁰ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos e recebidos governado do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 678.

A União Democrática Nacional (UDN), por sua vez, fez uma pressão por mais espaço na composição do quadro administrativo. Hélsio Cordeiro, em notícia veiculada pelo jornal *A Gazeta*, de 10 de julho de 1963, afirma: “[...] três estão demissionários, os outros, o governador vai exonerar [...]”¹⁶¹. A principal reclamação de Hélsio Cordeiro em relação ao governo seria a falta de articulação entre as secretarias, já que algumas seriam beneficiadas e outras não. Assim, havia dois lados interessados em aumentar o espaço no governo estadual. Primeiro, a UDN, que tentava de todas as formas aumentar seu prestígio político, e espaço no quadro de dirigentes pela pressão pública. De outro lado, Lacerda de Aguiar, que também buscava ampliar sua influência nas decisões públicas, sobretudo na indicação dos cargos públicos. Tal luta levaria ao afastamento da UDN da direção administrativa do Estado, e à ampliação do poder do governador. A fragmentação partidária ficou muito clara no episódio de um ofício enviado pelo governador ao prefeito José Scardini em 4 de março de 1964:

[...] Ilustre prefeito!

Tendo em mãos sua prezada carta de 16 do corrente, desejo esclarecer ao ilustre prefeito que, de acordo com o protocolo assinado pelos presidentes dos partidos que formam a Coligação Democrática, os cargos de delegado policial devem ficar com a UDN, assim como, as secretarias de Saúde, Viação e DER com o PTB.

Assim sendo, a nomeação do delegado de Nova Venécia atendeu simplesmente à designação udenista.

Esclareço, ainda que dito protocolo foi assinado e trazido ao governo pelos senhores Rubens Rangel, Eurico Rezende, Raul Gilbert, e Oswaldo Zanelo¹⁶².

O executivo estadual, sem dúvida, procurava aumentar seu espaço de controle político sobre a administração estadual, porque havia uma relação partidária extensa e complexa voltada para os interesses particulares. Essas lutas interpartidárias pelas secretarias, como também a luta contra as decisões do governador tinham como finalidade a fragmentação do poder – haja vista que cada partido levava as secretarias de acordo com seu próprio projeto político –, além do fortalecimento do clientelismo e patrimonialismo nos órgãos dirigentes.

As novas nomeações a cargos públicos, feitas pelo então governador, impactaram com os interesses políticos dos partidos coligados, que também almejavam nomear funcionários de seu próprio interesse. Nilo Cunha, que se incompatibilizou com as ações patrimonialistas, deixou a pasta da educação, tanto por pressões do PSP, como também por pressões do governador, que o havia indicado. Segundo a reportagem do jornal *A Gazeta*, de 8 de agosto de 1963, “[...] O ex-secretário se viu obrigado a lotar nas escolas públicas mais de 600 auxiliares de diretores, atendendo aos pedidos do Sr. Lacerda de Aguiar, ou que eram levados e exigidos ao governador pelos políticos [...]”. Em outro parágrafo do jornal, disse o

¹⁶¹“Hélsio: três estão demissionários os outros governador vai exonerar. *A Gazeta*. Vitória, p.01, 10 jul. 1963”.

¹⁶²ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 662.

governador a Setembrino Pelissari: “[...] - Esse seu secretário não atende os meus pedidos [...]”¹⁶³. De certo modo, o poder do governador também se inseria na disputa por nomeações a cargos públicos. Por isso, o episódio abaixo deixa claro que o executivo estadual disputava indicações com os partidos:

[...] Naquela ocasião o Governo Lacerda de Aguiar exigia do Secretário de Educação a exoneração de dois professores do ensino médio legalmente habilitados perante a inspetoria seccional do Ministério da Educação, e nomeação em lugar deles de duas moças sem condições legais e técnicas para o exercício da função [...] ¹⁶⁴.

Em conclusão, as lutas políticas evidenciam as defesas de interesses pessoais e partidários acima dos interesses públicos (**Ver no anexo 1: Quadro 12. Espírito Santo: Administração Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966) composição do quadro dirigentes do governo**).

Em termos gerais, o governo estadual procurou, a princípio, orientar sua política econômica para a área rural, precipuamente por causa da crise do café, iniciada em 1955. Segundo Marta Zorzal e Silva (1986), o programa de ação governamental priorizou: 1- Diversificação da produção agrícola via crédito rural orientado; 2- Estímulo à formação de agroindústrias, como atividade complementar para o setor agropecuário, através da formação de cooperativas de produção; 3- Erradicação do analfabetismo rural através da introdução de novos métodos para a educação rural, e ampliação da rede escolar básica (SILVA, 1986, p. 416).

Em 6 de fevereiro de 1963, o jornal A Gazeta noticiava que o programa Aliança para o Progresso teria destinado 2 milhões de dólares para a diversificação agrícola no Estado. E um ofício enviado ao presidente João Goulart pelo governador Lacerda de Aguiar confirma a compra de roçadeiras para lavoura pelo Programa Aliança para o Progresso:

[...] Excelentíssimo Senhor Presidente,
Pelo presente tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o governo do Estado do Espírito Santo apresentou, em data de hoje, à comissão coordenadora da Aliança para o Progresso, um projeto para aquisição de 500 roçadeiras rotativas de procedência norte-americana, dentro do sistema de Aliança para o Progresso, como a primeira parte indispensável da execução do seu plano de fomento da lavoura e pecuária [...] ¹⁶⁵.

A posição de Francisco Lacerda de Aguiar em relação ao desenvolvimento capitalista foi direcionar a indústria para o setor agrário. Para isso, foram formulados dois planos de ação: o Plano de Industrialização Rural e o Plano Educacional de Emergência. Do ponto de vista de Marta Zorzal e Silva (1986, p 416), na verdade, esses planos se constituíram no coroamento de toda uma política de desenvolvimento agrícola planejada para ser implementada no estado

¹⁶³“Agravou-se a crise permanente da administração estadual: Nilo Cunha deixa a pasta da Educação. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 8 ago. 1963”.

¹⁶⁴“Agravou-se a crise permanente da administração estadual: Nilo Cunha deixa a pasta da Educação. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 8 ago. 1963”.

¹⁶⁵ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Correspondências recebidas e expedidas pelo governador governado do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa: 657.

do Espírito Santo. Tais objetivos estavam em consonância com o desenvolvimento socioeconômico, conforme formulado pela Associação de Créditos e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES).

Em mensagem ao presidente João Goulart, Lacerda de Aguiar pede, mais uma vez, condições para implantação da modernização agrícola:

[...] Excelentíssimo Senhor,

O meu governo enfrenta no momento o tormentoso problema do fomento e amparo a agricultura, setor que está a exigir dos poderes públicos medidas capazes de criar condições para o aumento da produção dentro do princípio de humanização do trabalho e obedecendo ao princípio inarrável das modernas técnicas agrícolas, isto é, a mecanização da agricultura.

Tendo conhecimento de que várias unidades da federação foram já beneficiadas com aquisição de máquinas agrícolas sob o regime de troca de excedentes agrícolas do café com os países com os quais mantemos acordos comerciais, operações essas efetuadas por intermédio do Instituto Brasileiro do Café e devidamente autorizadas pelo governo brasileiro, solicito os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido de que seja o Estado do Espírito Santo igualmente beneficiado, pelo que solicito ainda seja o referido órgão autorizado a efetuar operações que nos possibilitem a aquisição de 250 tratores que se destinarão à mecanização da lavoura do meu Estado [...] ¹⁶⁶.

Lacerda de Aguiar seguiu o plano diretor da ACARES, que, em síntese, buscava a intervenção nas zonas agrícolas, por outras palavras, a diversificação da agricultura. Além disso, esse processo seria culminado com implantação de indústrias que utilizavam matérias-primas agrícolas, sob a forma de cooperativas de produção. Finalmente, vemos que foi o plano diretor da ACARES que constituiu a base de desenvolvimento do governo Lacerda de Aguiar, especialmente o Plano de Industrialização Rural e o Plano Educacional de Emergência.

O Plano de Industrialização Rural se caracterizou pela ampliação de recursos financeiros em créditos orientados e pela aquisição de plantas industriais para que houvesse repasse financiado às cooperativas agrárias. O plano destinou maquinários completos para beneficiamento de cereais, mandioca e seus subprodutos, da ordem de vinte milhões de cruzeiros. Também fomentou a implantação de fábricas de beneficiamentos de óleos vegetais, de doce e de pasta mecânica para a indústria de papel. Ademais, promoveu a exportação de amido, banana semidesidratada, doces, etc, atendendo à demanda do mercado externo e outras unidades da federação, além do maior consumo de nossas populações. De acordo com o boletim informativo do Estado:

[...] O Plano de Industrialização Rural está sendo realizado sob orientação segura e empenho pessoal do governador Francisco Lacerda de Aguiar, contribuindo deste modo com o estímulo mais importante que poderiam receber as cooperativas organizadas em nosso Estado [...] ¹⁶⁷.

¹⁶⁶ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 662.

¹⁶⁷ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n° 1, outubro, 1963, p.2.

Nos anos de 1963 e 1964, foram concluídas a Usina de Laticínios (Itacibá), 10 fábricas de industrialização de mandioca (fabricavam farinha torrada, polvilho, raspa e fécula panificável), e de industrialização do milho. Além disso, foram feitos serviços de reserva, patrulhas mecanizadas (38 máquinas pesadas), serviços de defesa sanitária animal, fábricas de rações, setor de crédito, serviço de assistência ao cooperativismo.

Consoante um ofício enviado, em 1965, ao presidente Castelo Branco, do Plano de Industrialização Rural constaria: 1 fábrica de ração; 1 fábrica de embalagem; 1 abatedouro avícola; 1 conjunto para padronização de cereais e subprodutos de mandioca; 1 conjunto para padronização de café; 1 instalações de rádio-comunicação; 1 escritório para contabilização automática. No ofício Lacerda de Aguiar enfatizaria que:

[...] O Plano de Industrialização Rural, é um instrumento de ação governamental inteiramente aberta à indispensável, ajuda financeira do Governo da União, e solidário, dentro de sua programação, na política de investimentos públicos, ao fortalecimento da infraestrutura [sic] econômica e social do país [...] ¹⁶⁸.

A energia elétrica tornou-se um dos grandes problemas para o êxito da industrialização rural, por isso insistentes ofícios foram direcionados para o Ministério das Minas e Energia, como também para o próprio presidente da República, com o propósito de terminar o que restava das construções das hidrelétricas. Também esses pedidos buscavam indicar a construção de outras possíveis hidrelétricas ou termoelétricas para abastecer as indústrias locais. Finalmente, houve vários ofícios solicitando a modernização do porto de Vitória, tanto para escoar o café, como para dinamizar a produção industrial (**Ver no anexo 1: Quadro 13. Espírito Santo: Plano de Industrialização Rural programação dos investimentos e das Fontes de Recursos financeiros em valores correntes**).

No planejamento do desenvolvimento econômico, o governador Lacerda de Aguiar criou o suporte tecnocrático para o CODEC, reorganizou a estrutura institucional da Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, instituiu a Secretaria de Planejamento (Secretaria sem Pasta), estruturou a Secretaria de Indústria e Comércio e, por fim, a Secretaria da Saúde e Assistência. Esse re-aparelhamento objetivava, especialmente, atender a demanda social por serviços públicos: saúde, saneamento e habitação (SILVA, 1986, p. 426-427).

O CODEC, por sua vez, foi um órgão da maior importância para o estudo da economia regional, uma vez que visava a apresentar sugestões ao governo do Estado, e também atuar na contratação de estudos e projetos de interesse para o desenvolvimento econômico estadual. Esse conselho tinha como organizador o industrial José Alexandre Buaziz e, posteriormente,

¹⁶⁸ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios recebidos e expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 675.

passou a Humberto Pinheiro de Vasconcelos.

Faziam parte da composição do CODEC, que era presidido pelo governador do Estado: os senhores secretários de Estado, os diretores e presidentes do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo e do Espírito Santo Centrais Elétricas S.A, representantes das Federações das Indústrias e Comércio e Associações Rurais, e um representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Desse modo, o CODEC, vinculado à Secretaria sem Pasta, objetivava dar orientação científica à política econômica do governo do Estado, no sentido técnico de assessoria da Secretaria sem Pasta, e era incumbido de realizar estudos e planejamentos relacionados com o desenvolvimento econômico do Estado. Além do mais, o CODEC contava com a colaboração da Faculdade de Ciências Econômicas e dos centros de pesquisas econômicas das Federações das Indústrias e Comércio.

No governo Lacerda de Aguiar, era função do CODEC: 1- Plano Educacional de Emergência – Objetivando a erradicação do analfabetismo. Foi executado por uma equipe de economistas contratados pelo CODEC; 2- Plano de Industrialização Rural; 3- Plano de Valorização do Vale do Benevente; 4-Plano de Valorização do Itabapoana; 5-Plano Agrícola Integrado¹⁶⁹.

Foram trabalhos adotados pelo CODEC: 1- Plano de aproveitamento do Vale do Orobó; 2- Desenvolvimento municipal e níveis de vida; 3-Perspectivas de desenvolvimento Industrial da região do rio Doce; 4-Plano diretor de desenvolvimento agrícola do Espírito Santo; 5-Plano de desenvolvimento dos serviços de águas e esgotos; 6-Plano rodoviário estadual; 7-Plano de expansão da Escelsa; 8-Plano de Hidrelétricas de Aimorés-Guandú; 9-Plano global dos recursos hidráulicos das bacias dos rios Itapemirim, Novo Benevente, Jucú e São Mateus¹⁷⁰.

Além disso, houve o planejamento de uma moderna mecanização rural, e o re-aparelhamento do porto de Vitória¹⁷¹; planejamento e estudos: mecanização rural, modernização e expansão dos serviços de água e esgotos da capital do Estado; reforma e modernização da contabilidade do porto de Vitória¹⁷². A função principal do CODEC era a contração de estudos e projetos de interesse para o desenvolvimento da economia do Espírito Santo e estudo da economia

¹⁶⁹ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1965 [por] Francisco Lacerda de Aguiar, governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória, [s.n] 1965.

¹⁷⁰ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1965 [por] Francisco Lacerda de Aguiar, governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória, [s.n] 1965, p. 15.

¹⁷¹ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 1, outubro, 1963.

¹⁷²ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 3, Abril, 1964.

regional¹⁷³.

Do Planejamento do CODEC/ Plano de ação para o ano de 1964, constam:

I-Programa básico, adotadas para as medidas estrangeiras, no plano de um desenvolvimento mais acelerado: a) Programa de expansão da Escelsa; b) Vinculações rodo-ferroviárias entre Vitória e Belo Horizonte; c) Pavimentação de estradas estaduais pertencentes ao grande sistema de escoamento da produção agrícola e subsistência.

II- No plano de desenvolvimento da agricultura de subsistência, medidas de infra-estrutura estão sendo programadas em contato com a SUNAB, e se estabelecem em linhas gerais, a saber: a) Colocação da Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo (CASES) à disposição da estrutura operacional do governo da união; b) Construção de centros de abastecimento (mercados do produtor); c) Estímulos do governo estadual ao movimento cooperativista, em todas as áreas tecnicamente zoneadas pela Associação de Crédito e Assistência Rural (ACARES); d) Plano de Industrialização Rural;

III- No plano de desenvolvimento das pequenas e médias indústrias, está em estudo a organização de órgãos creditícios e financiadores que possam carrear recursos necessários aos planos de expansão: a possibilidade de organização de uma Companhia de Progresso do Espírito Santo está em estudo no Conselho de Desenvolvimento em coordenação com as Federações de Indústria e Comércio do Estado.

IV- O CODEC do Espírito Santo está dotado dos seguintes planos globais: a) Plano de SUPAN – Desenvolvimento municipal e níveis de vida; (1962); b) Plano diretor do desenvolvimento agrícola (ACARES) – 1963/1965; c) Perspectiva de desenvolvimento industrial da grande região do rio Doce – mandado estudar pela CVRD (1964); d) Plano Educacional de Emergência, objetivando a erradicação do analfabetismo, mandado executar pelo CODEC, 1964; e) Plano de Industrialização Rural; f) Plano de desenvolvimento dos serviços de águas e esgotos sanitários; g) Plano rodoviário estadual; h) Plano de expansão da Escelsa¹⁷⁴.

Outros programas foram de extrema importância para o desenvolvimento econômico do estado. Dentre eles, foram programados em 1963: **Convênios com a CVRD**: a) Construção de uma linha de transmissão entre Venda Nova e Piracema, cuja energia será fornecida pela

¹⁷³ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 4, janeiro, 1965.

¹⁷⁴ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar) **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 4, janeiro, 1965.

CVRD; b) Aumento da taxa de exportação de minério, passando de 12 a 24 cruzeiros, devendo ser canalizada para a administração do porto de Vitória¹⁷⁵.

Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização: [...] Divisão de fomento: serviços de reserva, patrulhas mecanizadas (38 máquinas pesadas), serviços de defesa sanitária animal, fábricas de rações, setor de crédito, serviço de assistência ao cooperativismo [...] ¹⁷⁶.

Trabalho no porto de Vitória (1964): a) Recuperação do porto semaforico; b) Novo piso para o Armazém n° 2; c) Divisão interna do prédio de APV (administração do porto de Vitória), em diversos pavimentos; d) Gabinetes novos para a tesouraria e divisão do tráfego; e) Pintura de todos os prédios da APV; f) Levantamento do patrimônio físico da APV; g) Criação da comissão de fiscalização das obras da ponta do Tubarão e da chefia de gabinete da superintendência; h) Criação da central de transportes, da comissão permanente de concorrências públicas e da comissão de inquérito e sindicância; i) Realização de festas juninas e natalinas, com distribuição de prendas aos portuários e suas famílias¹⁷⁷.

Enquanto no governo Carlos Lindenberg as relações entre os empresários industriais e o executivo estadual eram próximas, no governo Lacerda de Aguiar, elas se distanciaram, especialmente porque o governador não colocou a industrialização de base como prioridade em suas atividades administrativas. Para Lacerda de Aguiar, a industrialização era um complemento da agricultura, portanto ele não confeccionou nenhum grande projeto direcionado à aceleração do desenvolvimento industrial. Pela razão de o governo não ter nenhum grande projeto industrial de base, e ainda por cima ter uma industrialização voltada para o campo, a elite empresarial percebeu um descompasso entre as ações governamentais e o desenvolvimento capitalista. Dessa maneira, ela propôs à administração estadual um projeto de criação do Distrito Industrial de Vitória. Esse trabalho foi organizado sob orientação da Federação das Indústrias do Estado e tinha como finalidade mostrar a necessidade de se reservar duas áreas para Distritos Industriais. A primeira área seria próxima ao porto de Tubarão, onde surgiriam indústrias siderúrgicas. A segunda área seria localizada nas intermediações de Campo Grande, abrigo indústrias que não tinham vinculações com as siderúrgicas, mas voltadas para os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, interligadas por

¹⁷⁵ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n° 3, Abril, 1964.

¹⁷⁶ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 4, janeiro, 1965.

¹⁷⁷ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 4, janeiro, 1965.

rodovias ou ferrovias. Era exigência dos industriais que o Distrito Industrial se localizasse próximo à Estrada de Ferro Vitória-Minas. Os terrenos próximos a zona industrial se destinariam a lotes residenciais para operários, fins comerciais, e industriais, estabelecimentos de ensino, hotéis, hospitais, templos, cinemas e sociedade de classe, abertura de vias, ou logradouros públicos¹⁷⁸.

A partir de 1965, o discurso do governador em torno do desenvolvimento se acentuou e foi enviado a Assembleia Legislativa, em 4 de agosto de 1965, pelo CODEC, um Plano de Desenvolvimento Estadual que previa: recursos naturais; reflorestamento; difusão cultural, esportes e recreação popular. Lacerda de Aguiar, enviando um ofício para a Câmara dos Deputados Federais, solicitou a implantação de uma indústria naval no porto de Vitória, algo que não saiu do papel.

O governador procurou, ao mesmo tempo, viabilizar junto ao governo federal as construções de estradas e pontes para a zona rural, beneficiando as elites cafeeiras e os pequenos produtores de café, conforme o ofício abaixo:

[...] Senhor ministro,
Segundo comunicações contidas nos ofícios números 1801 e 1810, todos de setembro último, do senhor Engenheiro Chefe do 17º distrito rodoviário federal ao senhor diretor geral do DER deste Estado, várias verbas federais para construção de rodovias e pontes no Espírito Santo forma incluídas, integralmente, no plano de economia, razão pela qual não pode o D.N.E.R conceder a delegação de encargos solicitada.
Tratando-se de assunto de relevância para o plano de ação do meu governo, por isso que objetiva o desenvolvimento da produção agrícola de várias zonas do território do Estado com reflexo na economia do país, encareço os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido da liberação das referidas verbas, com o que terá prestado apreciável serviço a laboriosa classe agrícola deste Estado [...] ¹⁷⁹.

Na área agrícola, o governador tanto priorizou a mecanização do campo (patrulhas mecanizadas), quanto a compra de sementes, e redução de imposto para agricultura. Outra importante medida foi diminuir os efeitos da crise cafeeira, por meio de diversificação da agricultura. Em um ofício enviado ao Ministro da Indústria e Comércio, Egydio Michaelsen, o governador estadual relata a difícil situação agrícola do Espírito Santo, e pede ao ministro fornecimento de recursos para que possa adquirir sementes que seriam revendidas aos lavradores a baixos custos¹⁸⁰. Já em outros ofícios, a administração estadual procura financiamento do governo federal para a constituição das patrulhas mecanizadas. Não

¹⁷⁸ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios recebidos e expedidos pelo governador do Estado do Espírito**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 679.

¹⁷⁹ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 659.

¹⁸⁰ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Correspondências recebidas e expedidas pelo governador do Estado do Espírito**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa: 657.

obstante, o governador do estado buscou de todas as formas incentivar a formação de cooperativas de beneficiamento de indústrias rurais, sobretudo com o Plano de Industrialização Rural. Foi instalada, por exemplo, a indústria de óleo de mamona.

No setor viário, Lacerda de Aguiar procurou incentivar o escoamento dos produtos na direção centro-sul, por isso insistentes pedidos ao governo federal para a construção da BR-31, ligando Belo Horizonte a Vitória.

1.5. A BASE SOCIAL; A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA; INCORPORAÇÃO-EXCLUSÃO

Como já relatado, Carlos Lindenberg criou bases para a participação popular, por meio dos subdiretórios partidários instituídos nos bairros e municípios da Grande Vitória, como também nos municípios interior. Esses subdiretórios criaram um canal de ligação entre o líder e a massas populares. Dessa forma, foi possível para aquela liderança criar uma base de sustentação bastante heterogênea. Com a crise do café aliada às migrações campo-cidade, foi possível ampliar a participação de novos atores sociais no campo político do Espírito Santo. Além disso, o projeto de industrialização revitalizado por Carlos Lindenberg permitiu a inserção de novos atores sociopolíticos identificados com as reivindicações capitalistas, porém Lindenberg continuava recebendo apoio das elites cafeeiras, por causa da crise que afetava extremante essa monocultura.

A fundação dos subdiretórios, nos bairros da Grande Vitória e no interior, sempre era veiculada pelo jornal A Gazeta. Geralmente havia a presença de uma grande massa popular, e o jornal sempre dizia que o povo tinha uma intensa confiança no trabalho que Carlos Lindenberg desempenhava. Com certeza, Lindenberg era uma liderança cuja imagem se sobrepunha ao próprio partido. Embora Jones dos Santos Neves também fosse uma importante liderança política, Carlos Lindenberg passava ao povo um sentimento carismático e uma proximidade aos anseios populares. Na visão popular, a presença de Carlos Lindenberg na fundação desses subdiretórios representava uma confiança maior no partido, bem como no seu planejamento governamental.

Em seu discurso político, Lindenberg sempre enfatizava o problema do café. Dessa maneira, se colocava como defensor do cafeicultor, na mesma proporção em que também defendia os interesses do operariado e das massas populares. Na formação do subdiretório nos bairros, o PSD geralmente oferecia condução gratuita para os habitantes dos bairros vizinhos, ou longínquos. Assim, os integrantes do PSD conseguiam agregar um contingente de massa

popular em suas festividades políticas. Como Lacerda de Aguiar, Carlos Lindenberg também pronunciava, para as massas populares do campo e da cidade, que seu governo era a favor de “[...] trabalharem por uma política de entendimento, de paz e de união [...]”¹⁸¹. Também defendia uma proposta de desenvolvimento econômico, era a favor da cafeicultura e da moralização da máquina pública.

Em virtude da liderança de Lindenberg no PSD, foi possível unir os interesses das populações do campo e da cidade. Isso implicou um êxito do partido, e levou-o a formar subdiretórios e uma base social nessas duas áreas.

Como já foi observado, Lindenberg, como uma liderança política, viveu oito anos no cargo de senador da República. Ele entendia as mudanças que ocorriam no eleitorado brasileiro e capixaba. Aliás, compreendeu que a vitória de Chiquinho estava relacionada a mudanças macroestruturais, por isso modificou suas práticas políticas, buscou ampliar sua base social de sustentação de poder com a população rural e urbana, mas não deixou o apoio das elites cafeeiras de lado.

Se, por um lado, Lindenberg promoveu um projeto de desenvolvimento capitalista, por outro lado a modernização do campo implicou efeitos desastrosos para o pequeno produtor rural; muitos deles saíram da área rural para a área urbana, o que levou essa população aos morros.

Carlos Lindenberg, quando esteve à frente da direção do Estado, continuou a ampliação de sua base social. Por várias vezes, ele se reuniu com os líderes sindicais e, em uma ocasião, alguns desses líderes solicitaram ao governador do Estado um terreno para a construção do Palácio dos Sindicatos¹⁸². Em outra ocasião, foi comemorado o dia do trabalhador com sessões cinematográficas gratuitas ao operariado, como se evidencia em ofício enviado, em 8 de maio de 1959, pelo governador Lindenberg a José Carêta, do Cine Hollywood – Jardim América:

[...] Senhor,
Tenho a satisfação de vir à presença de Vossa Senhoria para agradecer-lhe a valiosa cooperação para as comemorações do dia do trabalho, fazendo realizar, em seu cinema, gratuitamente, sessões cinematográficas dedicadas aos trabalhadores e suas digníssimas famílias [...] ¹⁸³.

Perseguindo seu objetivo, Lindenberg ampliava sua base social de apoio, por meio de convites aos grupos sociais mais humildes para que pudessem verificar as ações do governo estadual. Em um ofício enviado a Nicamor Alves dos Santos (presidente do Clube Caxias de Futebol),

¹⁸¹“PSD reafirma-se em Linhares com entusiasmo e disposição num clima de civismo e harmonia. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 24 dez. 1957”.

¹⁸²“Líderes sindicais reúnem-se com o governador Lindenberg. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 30 set. 1959”.

¹⁸³ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa: 622.

há a seguinte mensagem:

[...] Senhor Presidente,
 Estando minha administração empenhada na promoção de obras que refletiam o verdadeiro sentido de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo, venho recomendando que se proporcionem visitas a todas as classes sociais do Estado, para que se ramifique na opinião pública o verdadeiro rumo ordenado aos propósitos do atual governo, cuja a [sic] principal determinação é somar os fatores positivos do nosso cobiçado progresso.
 Seguindo esse pensamento, apraz-me formular convite a essa agremiação esportiva para visitar, a despeito deste gabinete, a usina hidrelétrica de Suíça, deixando a V.S.a marcar a data que melhor lhe convier, pedindo-lhe, apenas, que a mesma recaia invariavelmente num domingo, comunicando-me com antecedência, o dia escolhido [...]¹⁸⁴.

A cidadania tornou-se um parâmetro diferenciador nas experiências populistas, pois o apoio das bases sociais só se concretiza mediante a expansão do acesso à cidadania. Getúlio Vargas ampliava a cidadania dos sindicatos por meio de assistência social aos participantes dessas instituições. De certo, esse não é o caso de um estado como o Espírito Santo. A ampliação da cidadania nos governos estaduais veio junto às políticas públicas, não só para a população urbana, como também para a população rural.

Na área rural, Carlos Lindenberg ampliou o acesso à educação pública¹⁸⁵, colocando mais 507 docentes de emergência. Também construiu mais 94 prédios de escolas rurais, com 106 salas de aulas¹⁸⁶, possibilitou curso para professores primários no interior do estado¹⁸⁷, realizou concursos de professores de ensino secundário¹⁸⁸, criou novos cursos supletivos, e fez

¹⁸⁴ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Carlos Lindenberg). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos e recebidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa: 637.

¹⁸⁵Cf. ALMEIDA, A. Op.cit., p.416, nota 70: Segundo o depoimento de Carlos Lindenberg: [...] — Bolívar de Abreu reorganizou todo o ensino. Havia uma grande demanda de escolas e ele preparou um grande programa de escolas feitas pela comunidade com auxílio do estado, para que as pessoas do povo sentissem que as escolas eram propriedade sua e as conservassem melhor. Fizemos 450 escolas assim, numa espécie de mutirão, onde todos tomavam parte na construção. Na inauguração, nós íamos lá e fazíamos uma festa muito grande. Conscientizávamos a população de que a escola era dela e devia conservá-la. Assim conseguimos um número muito grande de escolas isoladas para atender à gente do interior. Teve uma professora numa fazenda de Guaçuí que assumiu ela mesma a construção da escola. Era uma beleza de escola, sempre muito bem tratada, florida. Não me recordo o nome da professora, só sei que ela não quis auxílio algum do estado. O pai dela é que construiu a escola para ela na fazenda. Inauguramos também o Colégio Estadual no Forte de São João. Bolívar teve de legalizar também a situação de professores assistentes e contratados, isso levou tempo, foi um trabalho enorme que ele fez.

¹⁸⁶ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962. Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1961 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1961, p. 114.

¹⁸⁷Realização do curso de atualização de conhecimentos para professores primários, em Vitória, com 119 cursistas. Realização do curso para professores de 1º série, em Mimoso do Sul, com 117 cursistas, realização do curso de desenho pedagógico em Vitória, com 105 cursistas. Realização de nove cursos para docentes de emergência, funcionando em diversas localidades: Afonso Cláudio, Barra de São Francisco, Colatina, Conceição da Barra, Iúna, Linhares, Nova Venécia, São Mateus e Vitória, 375 cursistas (ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1960 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1960, p. 221-222).

¹⁸⁸Cientificado pelo secretário Bolívar de Abreu quanto aos resultados obtidos pelo governo, no que tange às

funcionar 200 cursos da campanha nacional de educação de adultos e adolescentes. Igualmente, o governador procurou construir prédios escolares na área urbana.

Esse acesso à educação, em especial nas áreas rurais, significou um processo de ampliação da cidadania daqueles que estavam longe do processo de informação e formação. Os municípios que receberam tais serviços educacionais foram: Anchieta, Ibiracú, Vila Velha, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Cachoeiro de Itapemirim, São José do Calçado e Itapemirim, Guarapari, Cariacica, Jerônimo Monteiro, Aracruz, Colatina, etc. Em 1961, o jornal *A Gazeta*, de 18 de janeiro, veiculava a informação de haver 125 escolas inauguradas¹⁸⁹. De acordo com a mensagem enviada a Assembleia Legislativa, de 1961, foram criadas 1600 novas escolas e classes a partir daquele ano, à razão de duzentas anualmente, elevado o número de cargos de professores de ensino primário a 150 por ano durante 8 anos e também 400 funções dos docentes de emergência normalistas, a razão de 50 por ano¹⁹⁰. Os municípios beneficiados foram: Aracruz, Afonso Cláudio, Domingos Martins, Guaçuí, Alfredo Chaves, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Conceição da Barra, Guarapari, Linhares, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina, Aracruz, Barra de São Francisco, Castelo, Colatina, Ecoporanga, Ibiracú, Jerônimo Monteiro, Santa Tereza, São Mateus, Barra de São Francisco, Itaguaçu e Linhares¹⁹¹.

Outras formas de ampliação da cidadania foram: as instalações de serviço de água encanada e de sistema de esgoto, tanto na área rural quanto na área urbana¹⁹², bem como a construção do

construções escolares, de cujo programa o instituto que dirige participa destacadamente, o professor Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, mostrou-se profundamente entusiasmado com o que o Governo capixaba vem realizando nesse campo. O diretor do INEP teve palavras de calorosos elogios ao trabalho do secretário Bolívar de Abreu, chegando mesmo a dizer que é um dos mais importantes dos já realizados no Brasil. Disse ainda de seu desejo de que o Secretário fosse levar pessoalmente, ao Ministro da Educação, os resultados do notável programa de cuja aplicação, já tivera conhecimento aquela autoridade (“Entusiasmado o diretor do INEP com o programa de construções escolares do governo Lindenberg. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 6 nov. 1960”).

¹⁸⁹“Erradicando o analfabetismo: governo inaugurou 125 escolas. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 18 jan. 1961”.

¹⁹⁰Em 1961, foram criados: Classes – 31; Escolas singulares – 125; Grupos escolares- 1; Escolas reunidas – 8; Cursos supletivos – 13; Delegacia de ensino – 2. ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1961 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1961, p. 110.

¹⁹¹ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1961 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1961, p. 110-119.

¹⁹²Fazendo uso da tribuna do legislativo municipal numa de suas últimas sessões, o vereador Arly Sebastião Baracho anunciou que o Sr. Carlito Von Schilgen, Diretor do Departamento Estadual de Saúde, está tomando decisivas providências para dotar vários bairros da Cidade de serviços d’ água, citando especialmente o Morro do Moscoso (complementação), Morro da Piedade e Ilha de Santa Maria. Segundo o representante trabalhista na Câmara Municipal, o Diretor do DES, em reivindicação dirigida ao governador Carlos Lindenberg, a inclusão no orçamento de 62 (do Estado) da verba de 30 milhões de cruzeiros, a que foi prontamente atendido pelo Sr. Carlos Lindenberg que demonstrou estar vivamente interessado na solução do problema (“Para dar água aos bairros Carlito toma providências. *A Gazeta*, Vitória, p.06, 14 nov. 1961”). Foram instalados sistema de água e esgoto

hospital, em Domingos Martins, as construções de postos de saúde, a reforma do hospital "Dr. Pedro Fontes" e a construção do Hospital Infantil "Nossa Senhora da Glória". Essas iniciativas foram realizadas pelo Departamento Estadual de Saúde, lideradas por Carlos Lindenberg Von Schilgen¹⁹³. Esse departamento ainda criou lavanderia para a população dos bairros pobres e implementou campanhas médicas para imunização das massas, por exemplo, a campanha contra a paralisia infantil e a poliomielite. Algumas dessas realizações foram feitas no ano de 1960:

[...] 1-Instalação de sete lactários, sendo 4 na área da capital e 3 respectivamente nas cidades de Colatina, Baixo Gandú e Guaçuí como armamento e combate à mortalidade infantil de causa alimentar;

2-Instalação e funcionamento das unidades sanitárias de Vila Velha e Gurigica, na área da capital do Estado, e Imbuí, no município de Guaçuí;

3-Instalação e funcionamento da farmácia e do ambulatório do Porto de Vitória;

4-Instalação e funcionamento de um conjunto para fabricar anestésicos dentários;

No setor hospitalar: início e andamento das obras do hospital de tuberculose na cidade de Colatina, com capacidade para 50 leitos; construção de dois ambulatórios para atendimentos de crianças no "hospital infantil Nossa Senhora da Glória" em Vitória; ampliação de serviços d' água em Iconha, Alfredo Chaves, Arari, Cedrolândia, Muquiçaba, Guarapari, São Rafael, Guarani, Barracão de Petrópolis, Santo Antônio, Morro do Bonfim, Vitória e Vila Velha; estudo e projeto de Serviços de Esgotos de Vitória, capital do Estado; intensificação da penetração do programa de merenda escolar em todos os quadrantes diários em 1959 a 44.800, contra 31.900 realizados em 1958 [...] ¹⁹⁴.

No ano de 1960, o departamento priorizou a assistência em profundidade ao homem do campo, visando a ampliar as duas funções básicas da saúde pública: doenças transmissíveis e saneamento. Os municípios a que foram destinados os recursos: Barra de São Francisco, Ecoporanga, Nova Venécia, São Mateus, Conceição da Barra, Mucurici, Linhares, Aracruz, Serra, Fundão, Viana, Cariacica, Guarapari, Anchieta e Santa Leopoldina. Os serviços oferecidos foram: laboratório central; laboratório industrial; serviço de assistência médico-social; serviços de maternidade, infância e adolescência; serviço de assistência a psicopatas; serviço de Lepra; sanatório Pedro Fontes; serviço de biodemografia e estatística da saúde; serviço de tuberculose; serviço de câncer; campanha nacional de merenda escolar¹⁹⁵.

nos municípios de Vitória, Cariacica, e Vila Velha (ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1960** [por] **Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1960, p. 449-503).

¹⁹³C.f. ALMEIDA, A. Op.cit., p. 417, nota 70: No setor da Saúde, lembra Carlos, [...] "Carlito Von Schilgen fez um excelente trabalho, construindo diversos postos de Saúde" [...].

¹⁹⁴ESPÍRITO SANTO. (Estado) Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1960** [por] **Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1960, p. 237-238.

¹⁹⁵ESPÍRITO SANTO. (Estado) Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia**

A eletrificação foi outro passo para a concretização da ampliação da cidadania. Ela foi levada ao campo para a modernização e, conseqüentemente, a oferta também se ampliou no mundo urbano, com as construções das usinas Rio Bonito e Suíça.

A habitação constituiu outro problema fundamental do governo estadual, já que as migrações campo-cidade resultaram em efeitos desastrosos para a questão social da habitação. Apesar de não haver um projeto para habitação, havia uma preocupação com esse problema, como segue no relato do ofício enviado em 10 de abril de 1962 a Américo Marques:

[...] Senhor Superintendente,
Tenho a máxima satisfação de acusar o expediente de Vossa Senhoria em que me encaminha a Dr. Adina Mera, com a qual vimos mantendo proveitoso contato visando a dar início à planificação do problema habitacional deste Estado, cuja iniciativa consulta realmente às pretensões das classes carentes de habitação, cada vez mais ascendentes em face do lamentável êxodo rural que vem desafiando os altos propósitos das autoridades interessadas em sua solução. Posso afirmar a Vossa Senhoria que o nosso espírito de colaboração há de atuar com todo empenho em favor do êxito do trabalho de que está incumbida a ilustre representante dessa superintendência, porquanto a constante preocupação deste governo é oferecer ao capixabas os verdadeiros elementos de progresso e bem estar [...] ¹⁹⁶.

O IBES, implementado por Jones dos Santos Neves, de certo modo, cumpria esse papel de ampliar a cidadania por meio de construções para moradia de operários. Conforme um ofício enviado por Carlos Lindenberg ao Ministro do Trabalho e Assistência Social do governo de João Goulart, o IBES já tinha construído 1.000 casas populares, que eram revendidas aos operários para pagamento em 240 meses¹⁹⁷. O IBES não só construía casas, mas também era responsável pela educação gratuita de moças pobres de bairros vizinhos, proporcionando-lhes ensino de artes domésticas, corte e costura, bordado e outros ensinamentos do lar. Mantinha também um clube agrícola para meninos. Sob uma orientação técnica, manteve ainda artesanato, no qual meninos de famílias de poucos recursos recebiam ensinamentos.

Outro benefício trazido pelo núcleo foi a distribuição de farta sopa de carne, verduras e legumes, acompanhada de pães, durante três dias alternados por semana. Mantinha ainda, gratuitamente, um serviço social¹⁹⁸.

Outra unidade conceitual que queremos analisar, nesta dissertação, é a incorporação-exclusão dos indivíduos. Como vimos, os elementos inseridos no governo Carlos Lindenberg eram as

Legislativa do Estado em 15 de março de 1961 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1961, p. 131-132.

¹⁹⁶ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1962, caixa: 645.

¹⁹⁷ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos e recebidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa: 640.

¹⁹⁸ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos e recebidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa: 640.

elites cafeeiras, porém, aos poucos, ele introduziu os segmentos populares urbanos e rurais. Essa inclusão era feita, principalmente, pelos canais de participação, que eram os subdiretórios, mas também pelas políticas públicas, ou seja, com a ampliação da cidadania.

A inclusão desses setores mais empobrecidos não significou controle absoluto do líder sobre a massa. Ao contrário, em uma análise conceitual, podemos afirmar que a inclusão desses atores políticos pode significar mais exigências em relação aos benefícios sociais. Com certeza, o líder detém certo controle das massas na mesma proporção em que ele mesmo atende a exigências sociais. O governo de Carlos Lindenberg não estava somente voltado aos interesses das massas populares urbanas, mas também das massas populares rurais empobrecidas, por isso as realizações sociais seguiram para o campo e a cidade (**Ver no anexo1: Quadro 14. Demonstrativo das obras autorizadas, em andamento e concluídas pela Secretaria de Viação e Obras Públicas [1959-1962]**).

Como Carlos Lindenberg, Francisco Lacerda de Aguiar fundamentou sua base social na heterogeneidade dos diversos grupos sociais existentes no Espírito Santo, tanto da área rural, quanto na urbana. Embora as elites cafeeiras fossem uma base social imprescindível para as lideranças políticas que desejavam a direção do Estado, Lacerda de Aguiar também buscou formas de ampliar o apoio político por meio outros grupos sociais, como as massas populares urbanas e rurais.

Dessa maneira, Lacerda de Aguiar não projetou a criação de subdiretórios, mas buscou, durante sua campanha eleitoral, uma relação de pessoalidade. Era muito natural que Lacerda de Aguiar percorresse os principais bairros populares da Grande Vitória, em especial os morros, e também as regiões onde se encontravam as populações rurais. Sua campanha era convidativa e Lacerda de Aguiar baseava sua ampliação da base social no carisma pessoal que tinha e no discurso de um governo de prosperidade, paz e amor.

Ainda que Francisco Lacerda de Aguiar não tenha desenvolvido grandes canais de participação popular, ele ampliou essa participação por intermédio da relação carismática do líder com as massas. Por isso, as audiências populares que ocorriam no Palácio Anchieta eram uma forma de o povo encontrar com seu líder, com o objetivo de pedir benefícios materiais. Geralmente a raia miúda era atendida durante um dia na semana, segundo o próprio governador: “[...] Era quinta-feira. Ficava de noite e atendia cerca de 400 pessoas [...]”¹⁹⁹. A visita aos morros da Grande Vitória também ampliava a relação líder-massa, contudo não abria caminho aos canais de participação popular.

¹⁹⁹Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

Essa relação próxima entre o líder e a massa, implicou que os benefícios materiais fossem obtidos também por meio de reivindicações de pequenos canais de participação, como as associações de moradores, e os abaixo-assinados. Entretanto essas formas de canais de participação não foram criadas pela liderança governamental. Em geral, aqueles pequenos canais eram as únicas formas de participação comunitária, nas quais a massa popular conseguia reivindicar os benefícios materiais, como segue no ofício:

[...] Em atenção do ofício de Vossa Excelência nº 3005, datado de 14 de outubro último, através do qual encaminha a este gabinete cópia do abaixo-assinado que lhe foi dirigido pelos moradores de Mulembá, referente a ampliação do grupo escolar Mulembá, transmito-lhe em anexo a cópia da informação prestada pela Secretaria de Viação e Obras Públicas [...] ²⁰⁰.

De acordo com os documentos encontrados na Secretaria de Governo do Estado do Espírito Santo, parecem ser os abaixo-assinados dos moradores o canal de participação mais eficiente para obtenção de benefícios materiais, salvo a existência dos sindicatos e das associações de moradores, que também parecem exercer um papel de pressão para a participação popular, como segue em outro ofício enviado em 24 de março de 1965, pelo governador, a Joaquim Fernando Filho:

[...] Em nome do senhor governador acuso o recebimento do abaixo-assinado, enviado por V.S e subscrito por vários outros ilustres moradores desse progressista distrito, solicitando providências para efetivação de diversos reparos nas estradas locais. Demonstrando o máximo interesse pela justa reivindicação, o chefe do poder executivo encaminhou-a ao diretor geral do DER, para tomar as devidas providências, com a máxima urgência [...] ²⁰¹.

Em outros ofícios, são encontradas reivindicações semelhantes, o que nos demonstra que, enquanto Carlos Lindenberg pautou sua ampliação da base social pela constituição dos subdiretórios regionais, Lacerda de Aguiar não teve essa visão e as formas de reivindicação estavam especialmente nas associações de moradores, ou nos abaixo-assinados que exigiam os benefícios materiais ou ainda na relação líder-massa que ocorria nas audiências populares no Palácio Anchieta. Essas reivindicações são originárias até mesmo da área rural, como segue no ofício enviado, em 4 de agosto de 1964, a João de Castro, pelo governador Lacerda de Aguiar:

[...] Senhor,
Reportando-me ao abaixo-assinado de vossa senhoria e outros moradores dessa localidade, em que solicitam o melhoramento das estradas São José do Calçado – Muqui – Mimoso do Sul, cumpre-me transmitir-lhe a seguir, de ordem do senhor governador, a informação prestada pelo departamento de Estradas [...] ²⁰².

²⁰⁰ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 673.

²⁰¹ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos e recebidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 676.

²⁰²ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 660.

Chiquinho, além de aumentar sua base social por causa do seu magnetismo pessoal, também conseguia incluir e atrair os setores populares urbanos e rurais para a participação política. Além de a inclusão ser feita por ligações pessoais entre o líder e as massas populares, essa também poderia ser realizada por favores concedidos aos sindicatos, que geralmente representavam as massas populares, conforme revela uma carta de agradecimento enviada ao governador Lacerda de Aguiar, em 14 de janeiro de 1963, na qual o sindicato agradece o empréstimo de um trator para preparação do terreno de construção do hospital do sindicato²⁰³. Em ofício, enviado em 16 de março de 1965 ao governador do Estado, a associação de moradores do bairro Senhor do Bonfim solicitava, por meio de abaixo-assinado, uma máquina de escrever e um aparelho de alto falante para a comunidade²⁰⁴. Já em outro ofício, enviado em 12 de agosto de 1965, os moradores do bairro Alvorada, por meio de abaixo-assinado, pedem iluminação pública:

[...] Os abaixo-assinados, moradores na Av. União, no Bairro Alvorada, município do Espírito Santo, vem mui respeitosamente solicitar de Vossa Excelência que se digne autorizar uma verba para extensão da rede de iluminação elétrica até suas residências, para que possam colocar luz nas mesmas [...] ²⁰⁵.

A inclusão de atores sociais ocorria, de certa forma, através da ampliação da cidadania. Em geral, Chiquinho procurou ampliar os benefícios materiais às populações mais empobrecidas. Por isso o governador tratou de implementar inúmeros serviços de utilidade pública. No âmbito da infra-estrutura, foram realizadas: iluminação da ponte sobre o rio Doce (Colatina); Avenida Lacerda de Aguiar (Cachoeiro de Itapemirim); Avenida Aristides Campos (Cachoeiro de Itapemirim). Saneamento básico: novas de esgoto: 1677; desobstruções: 392; Vazamentos: 2.843; mudanças de derivação: 234; Substituição: de tubos: 95; Redes desobstruídas: 13.855 metros. Redes construídas: 1.475 metros; rede de água (Santa Lúcia/ Vitória); serviços de luz e força (Pancas); re-asfaltamento da estrada de Vila Velha; obras do serviço de abastecimento de água em Santa Lúcia/ Vitória; serviços de abastecimento de água no município de Domingos Martins.

Na Educação, houve a preocupação com acesso à educação pública, precipuamente das classes mais humildes, seja no interior do estado, seja na área urbana. Tal preocupação abriu espaço para a conquista e ampliação da cidadania dos indivíduos pertencentes a essas classes. Conforme se pode ler no ofício enviado, em 7 de outubro de 1965, pelo governador Lacerda

²⁰³ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Correspondências recebidas e expedidas pelo governador do Estado do Espírito Santo a diversas repartições.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa: 654.

²⁰⁴ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 671.

²⁰⁵ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 671.

de Aguiar, à Secretaria de Educação, essa preocupação fica bem clara:

[...] A instrução de nível médio no interior do Estado é difícil de ser obtida, motivada pela falta de meios para a manutenção de estabelecimentos particulares de ensino. Devido ao alto custo de vida e aos baixos salários não podem, estes estabelecimentos de ensino cobrar de seus alunos-anuidade que proporcionem um rendimento suficiente para fazer face às grandes despesas e, como consequência [sic], os professores são pessimamente remunerados e o nível de ensino é baixíssimo. Além disto, a maior parte dos jovens não tem nenhuma possibilidade de estudar, pois seus pais não possuem condições de pagar qualquer anuidade. Faz-se necessária, portanto, a criação, por parte do governo de Estado, de ginásios e escolas normais em todos os núcleos populacionais de certa importância, a fim de que todas as classes sociais, até as mais humildes, possam ter, gratuitamente, a instrução desejada, formando futuros homens aptos para trabalhar e produzir para o bem estar social, o progresso do nosso Estado, a grandeza desta Pátria, que embora em franco progresso, precisa utilizar todas as suas reservas de energia a fim de libertar-se, para sempre, dos grilhões do subdesenvolvimento [...] ²⁰⁶.

No campo da educação pública, houve, naquele governo, ainda, a recuperação da escola de Guaçuí (Guaçuí); distribuição de calçados a escolares pobres do município de Guaçuí (800 pares); distribuição de calçados a escolares pobres do município de Cachoeiro de Itapemirim (mil e duzentos pares); construção da escola “Inanh Werneck” em Cachoeiro de Itapemirim; construção de escolas no interior do Estado (Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Domingos Martins e Guaçuí); reforma e construção de escolas rurais: 43 escolas (construídas ou em andamento no ano de 1964); construção ou reforma de escolas públicas e grupo escolar: 27 escolas (construídas ou em andamento). Ainda foram criadas 270 novas classes, 192 escolas singulares, 26 cursos supletivos noturnos, 9 escolas reunidas, 6 grupos escolares e 1 escola de aplicação; e também foram construídos e reformados prédios escolares, incentivando a alfabetização em todo o território do Espírito Santo. Foram adquiridos equipamentos escolares: 5.420 carteiras escolares para as escolas da rede oficial do Estado; sapatos para escolares foram adquiridos e em grande parte distribuídos, 7.300 (sete mil, e trezentos pares de sapatos, tanto nas escolas da Grande Vitória, quanto nas escolas do interior do estado, como no caso de Linhares). Foram ainda construídos 7 estabelecimentos de educação secundária e profissional. Também na educação pública, foi realizada, em 1965, a construção de escolas e ginásios; a distribuição de merendas, calçados, uniformes, cadernos e outros materiais escolares; além disso, foram feitos convênios, instalações de cursos diversos, etc. Foram criadas 270 novas classes escolares, 192 escolas singulares e 1 escola de aplicação, tendo sido contemplados todos os municípios do Espírito Santo, cabendo a Cachoeiro de Itapemirim 9 escolas singulares, 9 classes novas e 1 curso supletivo noturno²⁰⁷. Por fim, o

²⁰⁶ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 671.

²⁰⁷ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória:

executivo estadual aprovou um projeto de lei que autorizou o governo do estado a doar ao instituto Luiz Braille do Espírito Santo uma área de terras, em Bento Ferreira, destinada à construção da sede própria daquela instituição²⁰⁸.

Junto com a ampliação da educação pública, o governo estadual procurou estar em consonância com o governo federal, no que se refere à campanha nacional de alimentação escolar, conforme o ofício enviado, em 17 de novembro de 1965, pelo governador Francisco Lacerda de Aguiar, ao diretor presidente da CASES, Antenor Hermínio Bassini. O executivo estadual solicita armazéns para a estocagem desses alimentos destinados a escola pública:

[...] Em face do que preceitua o item “h” da cláusula segunda, do termo de ajuste que firmarmos com a campanha nacional da alimentação escolar, assinado em 10 de julho de 1963, solicito a V.S.a sejam cedidas ao referido órgão, por tempo indeterminado, instalações suficientes para o armazenamento dos gêneros alimentícios que empregamos em diferentes programas de assistência alimentar aos escolares capixabas, ou seja, almoço escolar, pequeno almoço e merenda escolar. Realizando um trabalho de profunda repercussão e de relevantes benefícios no Espírito Santo, pois é uma tarefa que visa a apagar os efeitos altamente negativos da subnutrição, no meio escolar, a observação dessa providência que estou determinando a V.S.a resolverá um sério problema da campanha nacional de alimentação escolar e contribuirá para um melhor andamento de serviços [...] ²⁰⁹.

Na segurança pública, houve investimentos na construção de delegacias de polícia, cadeias públicas e penitenciárias. Na saúde pública, o governador empreendeu modificações estruturais, ampliando o Departamento de água e esgotos, tendo sido criados os seguintes órgãos: a) Conselho Estadual de água e esgotos; b) Diretoria geral; c) Divisão de planejamento e obras; d) Divisão de águas e esgotos; e) Divisão de produção²¹⁰. Posteriormente, foi criada a Secretaria da Saúde, visando a uma racionalização prática das funções específicas de saúde pública²¹¹. Foram empreendidos pelo governo estadual: posto de

Ano I; nº 2, janeiro, 1964. ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 3, Abril, 1964. ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Administração: Francisco Lacerda de Aguiar, ano II, nº 6. Vitória, Julho, 1965.

²⁰⁸ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos e recebidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 662.

²⁰⁹ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 673.

²¹⁰ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 671.

²¹¹Consoante ao ofício enviado a Assembléia Legislativa: [...] Senhor presidente, Tenho a honra de enviar a essa egrégia Assembléia Legislativa, por intermédio de Vossa Exa, o anexo projeto de lei que estrutura a Secretaria de Saúde e Assistência, elaborado pelo corpo técnico daquela secretaria e revisado pelos demais órgãos competentes do executivo. Criada, ainda, no governo do meu ilustre-antecessor, Dr. Asdrúbal Soares e instalada no início da atual administração, a secretaria da saúde continua elaborando os seus trabalhos modelando-se no regulamento do antigo departamento estadual de saúde. O projeto que era encaminhado está colocado nos mais recentes estudos de desenvolvimento da ciência sanitária, permitindo dotar, o Estado de uma organização de saúde pública com uma estrutura moderna, ampla e dinâmica, com determinação dos objetivos, de designação de funções e perfeito estabelecimento de relações entre os escalões superiores e pessoal encarregado da execução de

saúde, sanitários e outros; obras no tratamento de água e esgoto (no interior e na capital), proteção à maternidade e infância, imunizações, serviço de lepra, serviços de assistência médico social, serviços de laboratórios. Também se ampliaram os serviços de utilidade pública no IBES.

Os Municípios beneficiados com as políticas públicas foram: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Alegre, Anchieta, Apiacá, Aracruz, Baixo Guandú, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Colatina, Conceição da Barra, Domingos Martins, Ecoporanga, Fundão, Guaçuí, Guarapari, Ibiracú, Iconha, Itaguaçu, Itapemirim, Iúna, Jerônimo Monteiro, Linhares, Mantenópolis, Mimoso do Sul, Mucurici, Muniz Freire, Muqui, Nova Venécia, Pancas, Rio Novo do Sul, Santa Tereza, Santa Leopoldina, São Gabriel, São José do Calçado, São Mateus, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória²¹².

A habitação também se constituiu em uma outra preocupação do governo estadual, sobretudo, por causa das migrações campo-cidade. Em consonância ao modelo federal, o governo estadual criou a Companhia de Habitação Popular do Espírito Santo (COHAB-ES), isto é, esclarecido por meio do ofício enviado pelo governador em 18 de agosto ao governo federal:

[...] O governo federal formulou a Política Nacional de Habitação e de planejamento territorial que coordenará a ação dos órgãos públicos, orientando a iniciativa privada e estimulando-a para aumentar o índice da construção de habitações de interesse social e a aquisição da casa própria, instrumento de ação básico na estabilidade do regime alcançável pela justiça social e bem estar de todos. Este poder executivo, atendendo à orientação do serviço federal de habitação e urbanismo, reformulará atual posição do IBES, que se coordenará com a Companhia de Habitação Popular do Espírito Santo (COHAB-ES), entidade associativa por ações, na qual o Estado subscreverá cinquenta [sic] e um por cento das ações da Companhia. Estudos sociais promovidos em outras áreas do país identificam, causas e efeitos das migrações populacionais dirigidas para os grandes centros demográficos, com o fenômeno das favelas que em prioridade está sendo enfocado com o interesse de solução pela administração federal. Uma adaptação à estrutura federal é um imperativo para que este Estado, com a criação da Companhia de Habitação Popular do Espírito Santo,

tarefas. O plano elaborado representa uma racionalização prática das funções específicas de saúde pública, no qual foram evitados a criação de órgãos e serviços estanques, evitando a tendência rotineira da burocratização, evitando-se os erros do passado, indo ao alcance dos reais objetivos que atualizem os órgãos que zela pela promoção, prevenção e reparação da saúde da coletividade [...] (ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 660).

²¹²ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 4, janeiro, 1965; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 6, julho, 1965; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n° 3, abril, 1964; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n° 2, janeiro, 1964; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n° 1, outubro, 1963.

se habilite a uma programação estimada em 1300 casas para este exercício de 1965, num valor aproximadamente de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros [...]. [...] a programação geral do Serviço federal de habitação e urbanismo visa igualmente, a um levantamento socioeconômico neste Estado de modo a fixar nas áreas rurais as famílias marginalizadas, que comumente se deslocam para os maiores centros demográficos onde se estabeleceu em aglomerados suburbanos, que o plano prioritariamente se propõe erradicar. Atualização do Instituto de Bem Estar Social se cingirá em trabalhos de pesquisa e de assistência aos órgãos locais, que se estabelecem nas áreas urbanizadas, com um equipamento comunitário fazendo a assistência técnica ao operário, encaminhando-o nos trabalhos e aprimoramento artesanal e num segundo estágio pesquisa industrial local.

Projeto de lei enviado a Assembléia legislativa:

Lei de criação da COHAB – ES.

Art. 1 – Fica o poder executivo a autoridade a construir a Companhia de Habitação Popular do Espírito Santo (COHAB), que terá a finalidade de estudar as questões relacionadas com a habitação de interesse social e de executar as suas soluções, de acordo com as diretrizes e normas da lei federal nº 4.380, de 1964 [...] ²¹³.

(Ver no anexo 1: Quadro 15. Relações de obras iniciadas, em andamento e concluídas durante o exercício de 1963; Quadro 16. Plano de Educação de Emergência (1964-66). programação dos investimentos e das fontes de recursos financeiros em valores correntes, em Cr\$1.000,000; Quadro 17. Quadro demonstrativo das obras autorizadas, em andamento e concluídas da Divisão de Obras Públicas em 1965).

1.6. A LIDERANÇA CARISMÁTICA

Quanto às lideranças carismáticas, um aspecto a ressaltar é que elas desempenham um papel essencial no momento de grandes crises, ou mudanças. Outro aspecto a ressaltar, além desse, é o de que a emergência de uma liderança carismática, em determinado território ou região, não resultará, automaticamente, no aparecimento da experiência populista. Pode haver movimentos com lideranças carismáticas, sem que necessariamente haja uma experiência populista. Todavia, entendemos que, nas experiências populistas, são necessárias as lideranças carismáticas. Para compreender melhor tais lideranças, voltaremos ao conceito de Max Weber sobre a dominação carismática, como também o debate de Richard Sennett sobre o carisma no século XX, já discutidos no capítulo 1.

Na historiografia oficial, Carlos Lindenberg é visto como uma liderança autoritária, sem vínculos com a massa popular. Ao contrário do que afirma essa historiografia, Carlos Lindenberg mostrava-se uma liderança, em certa medida, popular, re-significada pelo *dom da graça*. Tal excepcionalidade, em parte inventada pelo próprio dirigente e o PSD, caracteriza-se num processo simbólico entre o governante e os governados. Nessa relação, cada um vê, no outro, a encarnação transfigurada e os reflexos de sua própria imagem. Em circunstâncias diversas, em que as formas de governar e interagir estão codificadas nos limites sociais que a sociedade impõe e define, desfaz-se a ação imprevisível e espetacular do líder (CAMARGO,

²¹³ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 671.

1999, p. 16-17).

Max Weber, em sua análise sobre a dominação carismática, afirma que o líder deve possuir algo extraordinário, que o diferenciaria das pessoas comuns. A construção da imagem política torna-se importante na proporção em que se desenvolvem as qualidades sobrenaturais de uma liderança política, isto é, ela reflete qualidades incomuns aos outros indivíduos. Por esse motivo, Carlos Lindenberg foi criado com a imagem política de um homem honesto, um homem do interior que entende as necessidades populares. A moralidade sempre lhe serviu de base para criar uma imagem de *salvador do povo capixaba*, contra o caos administrativo deixado por Francisco Lacerda de Aguiar. Indubitavelmente, tal imagem inventada conseguiu criar uma credibilidade diante do povo, que reconhecia, na liderança, a esperança de melhor qualidade de vida para a população do interior e da Grande Vitória.

A imagem pública é tão importante para tais líderes, que Lindenberg sempre trabalhava de terno e gravata – sempre pretos – e só usava chapéu também preto, seguindo um costume da infância na roça, quando saía à rua²¹⁴. Essas qualidades supracitadas criam uma relação próxima entre o líder e seus seguidores; de uma forma ou de outra, é como se todos os indivíduos participassem da vida pessoal e pública do líder.

Sem dúvida, o líder carismático precisa apresentar, ao seu público, qualidades que o diferenciem dos outros. Então, a imagem de simplicidade interiorana e a honestidade foram essenciais para que Carlos Lindenberg pudesse seduzir as massas. Tal sedução não é um atributo que cegue as massas, ao ponto do controle absoluto do líder; ela é apenas uma forma convidativa, realizada pela própria liderança. Além disso, o líder, antes de seduzir as massas, precisa criar sobre si um signo de credibilidade em relação às próprias massas populares.

Não é somente da ligação pessoal ou da imagem pública que uma liderança carismática sobrevive. O líder deve, por obrigação, trazer bem-estar aos dominados. Lindenberg realizou esse bem-estar por intermédio dos benefícios materiais; por meio de políticas públicas, como já discutido. Como afirma Weber, esse bem-estar constitui o caráter genuíno da dominação *pela graça de Deus*. Os dominados sentem-se confortáveis ao ver seu líder defendendo os interesses da comunidade. Assim também se cria a relação de caráter emocional entre o líder e seus seguidores. Desse modo, a dimensão entre o público e o privado se confunde na relação carismática; de certa maneira, o líder passa a se confundir com o próprio Estado. Por fim, Carlos Lindenberg buscou criar uma imagem de harmonia geral entre as elites políticas do PSD, bem como tentou instituir a imagem de uma política sem demagogia, pois, segundo ele,

²¹⁴C.f. ALMEIDA, A. Op.cit., p. 346, nota 70.

a campanha da Coligação Democrática ludibriava o povo.

Não podemos deixar de ressaltar que, sendo político experiente, Lindenberg percebeu a emergência da experiência populista no Brasil, e procurou aproximar o PSD do povo, formando os subdiretórios partidários. Ele pessoalmente estava presente na maioria das implantações desses subdiretórios, feitos geralmente em bairros populares da Grande Vitória, e nos municípios do interior do estado. Decerto, a presença de Carlos Lindenberg refletia sua aproximação com o povo, formando uma relação líder-massa, pois sua função era exatamente seduzir a massa para a experiência de participação popular.

Devemos ressaltar que o jornal *A Gazeta* expunha a vida de Carlos Lindenberg, ligando-o às qualidades de honestidade, seriedade, e harmonia social. O periódico colocava Lindenberg como o único líder capaz de recuperar o estado do Espírito Santo e levá-lo ao progresso socioeconômico, com um regime de dignidade e trabalho, ou seja, *o governador da esperança*²¹⁵. A superexposição das características pessoais do líder político causava uma sedução das massas, que passavam a entender a vida pessoal e profissional do líder como parte integrante de seu cotidiano.

Portanto, a personalidade política dessas lideranças é tão importante quanto o desenvolvimento de seu projeto político ou os benefícios materiais trazidos por elas. Na realidade, a liderança carismática resolve os problemas das massas populares de maneira pessoal, quando isso deveria ser resolvido de modo impessoal, com políticas públicas. Por isso mesmo, o público vê no líder alguém em quem se possa confiar, já que ele mostra para o esse público aquilo que é, tanto na sua vida pública, como na sua vida privada.

Carlos Lindenberg também agia no sentido de que sua personalidade política criasse um sentimento de credibilidade nas massas. Por isso, sua forma de agir seguia o sentido de sempre atender a todos, mesmo os inimigos políticos. Ele fazia questão de cumprimentar a todos e, com sua *memória fantástica, nunca esquecia um rosto*²¹⁶, conforme Almeida (2010),

[...] segundo amigos, familiares e mesmo opositores. Viram-no várias vezes, quando apresentado a uma pessoa, identificar-lhe, pelos traços, toda a sua origem familiar. Ele manteria sempre o costume, comum na roça, de, ao chegar à casa das pessoas, perguntar nominalmente por todos, até mesmo pelos cachorros, presentes nas visitas anteriores. Muita gente atribui a isso, entre outras coisas, as suas vitórias nas eleições: ele sabia o nome de todos os seus eleitores. Mas isso se dava mais pelo estilo simples em que sempre viveu, dispensando pompas e circunstâncias: “O mais importante é saber guardar nomes e fisionomias”, ele admite em relação à atividade da campanha eleitoral: — Eu tratava tanto o pobre quanto o rico com a mesma consideração e sempre prestando atenção e mostrando interesse ao que eles falavam.

²¹⁵“Carlos Lindenberg assumirá o governo para um regime novo de dignidade e trabalho. *A Gazeta*, Vitória, p.01,31 jan.1959”.

²¹⁶C.f. ALMEIDA, A. Op.cit., p. 346, nota 70.

Eu sabia ouvir. Era apresentado a uma pessoa e não esquecia mais dela nem do nome. Mesmo quando comerciante, fiquei atendendo a essa gente toda. Durante toda a época da Revolução, os antigos políticos tinham se afastado e ninguém dava resposta nenhuma às cartas do pessoal do interior, mas eu respondia a todo mundo. Depois da Revolução, eu ajudava: era processo na Diretoria de Terras, era processo na Secretaria da Fazenda, eram pedidos particulares, todos me procuravam e eram atendidos, não deixava ninguém sem resposta. Quando fui Secretário da Agricultura, andei por todas as bibocas do estado: dormia em casa de muita gente por aí, passava na casa de um e na casa de outro. Fizemos bastante pelas prefeituras e eu acabei ficando conhecido no interior. Viajei por toda aquela zona brava de Barra de São Francisco que estava sendo povoada, viajei por todo o município de Colatina, por todos esses cantões aí eu viajava para saber das necessidades. Eu era a única pessoa que eles encontravam que correspondia à vontade deles, às suas necessidades, aos seus desejos. Meu sucesso eu atribuo a isso, porque, quando estava na Secretaria da Agricultura, não tinha intenção de entrar na política, para mim foi uma surpresa (ALMEIDA, 2010, p. 159-160).

Essa relação pessoal desenvolvida por Carlos Lindenberg realmente o aproximava das camadas populares rurais e urbanas, bem como das elites políticas e econômicas. Geralmente, a massa popular, como afirma Sennett (1998), concentra-se naquilo que a liderança é, em vez de se concentrar naquilo que a liderança poderia fazer para ajudá-la. A plateia que vê o líder demonstra total credibilidade em sua personalidade. Essas relações criam sentimentos favoráveis ao incremento do poder pessoal do líder.

Carlos Lindenberg nunca deixou de responder a uma carta, mesmo que fosse para dizer não a um pedido. Todo tipo de correspondência era respondido à mão. A exceção veio quando se tornou governador, e as secretárias batiam à máquina a correspondência oficial; as particulares ele continuou respondendo por escrito. As correspondências de origem pessoal enviadas ao governador geralmente pediam os benefícios materiais, ou o bem-estar. No campo conceitual, cabe dizer que a resposta negativa não significa a perda da crença, mas uma rotinização do carisma, como se pode ver, em um ofício enviado pelo governador, em 29 de maio de 1961, para uma dona de casa, que solicitava uma pensão por causa da morte de seu marido:

[...] Prezada amiga;

Acuso recebida sua carta, na qual solicita auxílio.

No caso do seu falecido marido não ser servidor do Estado, não tenho meios de atendê-la com pensão ou salário-família, porque nossas leis não dão margem para tal, o que, sem dúvida, é do conhecimento do ilustre Tabelião local e de quem escreveu a carta, que poderiam lhe explicar a respeito.

Lamento profundamente, mas devo dizer a verdade e só a verdade, para sua orientação.

Particularmente poderei dar uma ajuda, como tenho feito em outras ocasiões, para atender a uma emergência, porém não em caráter permanente, o que seria impossível

[...] ²¹⁷.

Como Secretário da Agricultura na gestão Bley, Carlos Lindenberg viajou por todo o interior do estado, levando benefícios nas mãos. Segundo, o mesmo: “[...] Fui ganhando amizades e conhecimento pelo interior. Nunca fiz demagogia e não mudei nunca. ‘Nunca levei bala nem caderno para ninguém’. ‘O que prometia eu cumpria’ [...]” ²¹⁸.

Esse modo de agir com as pessoas, por meio da ajuda pessoal, promoveu sua imagem política diante das populações rurais e urbanas. Carlos Lindenberg Filho explica como se dava essa relação entre o líder e a massa:

[...] – É o tal negócio: um sujeito do interior do estado escreve uma carta para ele (Carlos Lindenberg) ver um processo de aposentadoria de um irmão que está parado na Secretaria da Fazenda. Ele vai pessoalmente. Não manda funcionário dele. Vai conversar no protocolo, e à noite chega em [sic] casa e, na mesa dele, escreve uma carta do próprio punho. Isso quando a pessoa acha a pessoa de muita importância, de alguma importância, guarda aquela carta e cria esse carisma, assim como aquele chapéu que ele usa ²¹⁹.

E continua:

[...] Você não estão abordando a respeito de papai (Carlos Lindenberg) uma das coisas que considero mais fantásticas na personalidade dele. É um sujeito que sempre lutou por posições muito definidas. Papai nunca se omitiu. Sempre foi definido e que chega no [sic] final da vida política dele numa idade bastante avançada, praticamente sem adversário. Você pega esse pessoal da nova geração, um dois, três, mais dos Partidos que foram os maiores adversários políticos dele, não encontra um sujeito que tenha raiva, ódio. Sempre foi muito leal ²²⁰.

As identificações criadas com a massa rural e urbana implicaram uma relação sentimental entre o líder e o povo, pois o povo sempre espera a resposta daquele que possa ajudá-lo, como fazia Carlos Lindenberg. Dessa maneira, essa liderança se protegia, para não ser julgada por aqueles que ela estava representando.

No governo, Lindenberg era procurado pelos eleitores com o objetivo de que ele pudesse resolver seus problemas pessoais. Os pedidos eram diversos, como emprego, mudança de setor de trabalho no Estado, aposentadoria, etc. Não sabemos em que medida esses pedidos foram atendidos, no entanto isso demonstra como a massa popular confiava no líder carismático, como se evidencia no ofício enviado a Carlos Lindenberg, em 17 de abril de 1959, pelo General Wolmar da Cunha:

[...] Tenho a satisfação de apresentar-lhe o Sr. Rodrigo Francisco Alves que deseja lhe falar sobre o assunto de seu interesse.

²¹⁷ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962 Lindenberg). **Secretaria de governo. Correspondências recebidas e expedidas pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa: 644.

²¹⁸As confissões de Carlos Lindenberg. **Espírito Santo Agora**. Vitória, n° 5, p. 54-60, mar. 1973.

²¹⁹Um império ou uma empresa? **Espírito Santo Agora**. Vitória, n° 21, p.30-39, dez. 1977.

²²⁰Ibid.,

Tendo sido tornado sem efeito o decerto que criava novos cargos de guarda-civil, do Estado, e sendo então, um de seus ocupantes, foi ele atingido com a medida, daí resultando ficar desempregado, o que lhe acarreta sérias dificuldades, na qualidade de chefe de família, com quatro filhos menores.

Informamos, porém, pelo menos, da existência de várias vagas de zelador, ai [sic] na Vale do Rio Doce, solicitava do eminente amigo fineza de verificar a possibilidade de atendê-lo, solucionando, assim o seu problema [...] ²²¹.

Em uma correspondência enviada ao governador Carlos Lindenberg, cuja resposta já foi descrita, uma dona da casa solicita uma pensão por causa do falecimento de seu marido:

[...] Exmo. Dr. Carlos Lindenberg.

D.D. Governador deste Estado. Vitória.

Rosa Andrade Vieira, abaixo assinada, brasileira, natural deste estado, dona de casa, viúva do Ignácio Vieira Machado, falecido na Santa Casa de Misericórdia, no dia 3 de outubro de 1960, deixando-a viúva, residindo no lugar Lage Município de Santa Leopoldina com família numerosa constituída de (6) seis filhos menores: de nomes: Luzana, nascida a 16 de setembro de 1942; Constantino, nascido a 29 de abril de 1945; Mário nascido a 18 de abril de 1940; Flávio, nascido a 5 de outubro de 1953; Irene, nascida a 26 de abril de 1956; Eva Vieira Machado, nascida a 29 de novembro de 1958; vivendo todos sobre sua companhia, pobre sem ter um pequeno recurso para o sustento dos mesmos, lutando com as maiores necessidades possível, vem recorrer à V.excia [sic] que lhe consseada [sic] um auxílio, pois a situação [sic] a obriga a pedir-lhe, julga-se necessário um abono de família mensal para a manutenção dos seus ditos filhos.

Esperando no espírito humanitário de V.Excia [sic], uma reposta satisfatória aguarda para o endereço abaixo. Rosa Andrade Vieira, Corrego de Timbuí, E.E. Santo.

Lage, município de Santa Leopoldina 11 de abril de 1961.

Assina arôgo [sic] de Rosa Andrade Vieira, por não saber ler e nem escrever [...] ²²².

Em outro ofício, uma professora aposentada pede ao governador do Estado que interceda por ela quanto a sua moradia:

[...] Vitória, 20 de junho de 1961.

Exmo, Sr. Dr.

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg

Digníssimo Governador do Estado do Esp. Santo.

Eu, Altacília Souza Montes, professora aposentada, casada, com sete filhos menores, venho respeitosamente solicitar a generosidade de V. Ex^a para o seguinte: Em 1954, achando-me em sérias dificuldades sem casa para abrigar meus filhos, aluguei um terreno à Companhia “Estrada de Ferro Leopoldina” e construí um pequeno barraco; para isto tive que assinar um pesado contrato com a referida Companhia, pelo qual, teria que pagar por 357 m² Cr\$ 357,00, mensais e sujeita a desocupar sem nenhuma indenização, quando necessário. Como era grande a minha necessidade concordei. Entretanto, já são passados sete anos e com grande sacrifício construí uma casa melhor. Agora, vive preocupada, pois me acho bastante doente, esperando sucumbir a qualquer momento, deixando uma situação difícil e duvidosa para meus filhos, porquanto, o meu esposo é também um homem doente e inesperiente [sic].

Assim sendo, pensei em apelar para V. Ex^a; no sentido de ajudar-me, interferindo junto à citada Companhia, afim de que [sic] me seja vendida (a prazo), ou liberada a área que ocupo.

Devo adiantar a V. Ex^a; que há tempos, a companhia já cedeu uma grande parte à prefeitura local, que foi vendida a ocupantes [sic] de viaduto e os mesmos beneficiados continuam ocupando o mesmo local.

²²¹ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962 Lindenberg). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa: 622.

²²²ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962 Lindenberg). **Secretaria de governo. Correspondências recebidas e expedidas pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa: 644.

Também a área que ocupo, fica anexa àquela, que a referida Cia doou ao Estado para a construção de um Grupo Escolar.

Portanto, diante destas informações, espero que V. Ex^a possa, de acordo com o espírito de generosidade [sic], compadecer-se de minha situação, resolvendo para meus filhos este problema, que se [...] mento por V. Ex^a; creio que possa ser resolvido [...] ²²³.

Sendo dirigente do executivo estadual, Lindenberg pronunciava-se em favor de uma harmonia partidária, bem como também era adepto de uma união coletiva em razão do progresso do estado, como segue o relato: “[...] Carlos Lindenberg no seu primeiro contacto: homens de bem, amigos ou adversários, 'unamo-nos pela salvação do E. Santo'[...]” ²²⁴.

Como uma liderança carismática, Lindenberg buscou estabelecer três campos de ações para agradar os setores sociais que o apoiavam: defendeu a cafeicultura dos prejuízos advindos da crise iniciada em 1955, defendeu a industrialização no estado e procurou instaurar políticas públicas a fim de favorecer as populações pobres do campo e da cidade.

Como Carlos Lindenberg, Francisco Lacerda de Aguiar também se tornou uma liderança carismática. Com toda a certeza, o carisma foi uma qualidade inerente a sua própria personalidade política. Em geral, o povo também concebia Lacerda de Aguiar como uma personalidade extraordinária, capaz de resolver os problemas públicos e pessoais: em outras palavras, um líder enviado por Deus.

Como já foi discutido, a imagem do líder carismático é construída de modo simbólico para re-significar uma aproximação com o povo. Seguramente, a Coligação Democrática criou uma imagem capaz de identificar o líder com as massas populares da área rural e urbana. Portanto, a imagem de homem simples, bom e de linguagem direta levou Chiquinho a um diferencial em relação a outros políticos, já que ele abandonou o protocolo e conquistou o povo, através de uma ação estritamente carismática, usando o magnetismo pessoal que possuía, e isso, conseqüentemente, levou a raia miúda a apoiá-lo. Lacerda de Aguiar conquistava o povo por adotar hábitos simples, que o identificavam com as camadas populares:

[...] - Quanto ao protocolo eu sou de hábitos simples. Quando saía e o ajudante de ordens saía correndo atrás de mim, eu dizia: - fica aí meu filho, fica porque sei andar sozinho. Gostava de tomar o cafezinho do Almeida na Praça Oito. Pegava meu carro e dirigia eu mesmo, mas o pessoal estava acostumado com o PSD e ficava chocado. Tinha vezes que eu saía do Palácio e ninguém via. Sempre fui às festas do interior e participei delas, no meio do povo. Nunca mandava representante, ia eu mesmo [...] ²²⁵.

Como Lindenberg, Lacerda de Aguiar transmitia ao seu eleitorado a esperança de dias

²²³ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962 Lindenberg). **Secretaria de governo. Correspondências recebidas e expedidas pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa: 644.

²²⁴“Carlos Lindenberg no seu primeiro contacto: Homens de bem, amigos ou adversários, unamo-nos pela salvação do E. Santo. *A Gazeta*, Vitória, p.01. 30 jan. 1959”.

²²⁵Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

melhores. Ele pautou sua campanha política em cima da ideia de paz e união. Talvez fosse isso que a maioria da população deseja em suas vidas humildes. A forma simples de se dirigir ao público fazia com que Chiquinho desenvolvesse um magnetismo pessoal com o público. Chiquinho compreendia que a vida íntima e a pública estavam relacionadas. Por isso, ele passava ao povo a imagem de um homem cheio de emoções e desejos.

Durante os comícios, Chiquinho nunca atacava ninguém, mas sempre se dizia vítima de ataques e perseguições. Por consequência, isso sensibilizava o povo que tende a se colocar do lado das vítimas por solidariedade. Além disso, Chiquinho sempre afirmava que perdoava todos os seus inimigos. Assim, a personalidade diplomática foi uma qualidade essencial para seu êxito político, numa época de ambiguidades. Foi, seguramente, essa forma de agir diante do povo que levou Chiquinho a se aproximar das camadas populares. Por certo, Lacerda de Aguiar fazia um sistema de representação pessoal, apresentando, aos outros, aquilo que sentia, e isso, diz a teoria que estudamos, suscita crença por parte dos dominados. Dessa forma, ele tornou-se uma liderança política que era interpretada em termos de credibilidade sentimental, mais do que em termos de suas próprias proezas.

De maneira geral, sua personalidade política lhe valeu a vitória em duas eleições para governador do estado, em 1954 e em 1962. O próprio Chiquinho atribuía tais vitórias a sua habilidade carismática. Em entrevista a Revista Espírito Santo Agora, há o seguinte comentário: “[...] - Por que o Senhor ganhava? - Era um homem da roça, humilde, cumprimentava todo mundo, só tinha amigos [...]. [...] - A minha campanha era simples, não atacava ninguém. Conversava com a multidão [...]”²²⁶.

Esse método de campanha fazia com que as camadas populares concentrassem a atenção no líder, e não nos seus interesses públicos. Desse modo, os ouvintes passavam a ser emocionados por ele, e de forma nenhuma pretendiam julgá-lo.

O carisma e a habilidade diplomática de Chiquinho lhe valeram um certo controle governamental. Enquanto a Coligação Democrática brigava entre si para a indicação dos cargos públicos, o governador aumentava espaço de atuação política, por intermédio da credibilidade conquistada com o do povo.

Durante sua permanência na direção do Estado, Lacerda de Aguiar elaborou formas de aproximar-se dos anseios populares. Como já foi dito nessa dissertação, *as audiências públicas* constituíam-se em uma forma de aproximação entre o líder e as massas. Nesses encontros, as massas populares apresentavam ao líder anseios pessoais, que deveriam ser

²²⁶Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

resolvidos por meios públicos.

Tal qual Carlos Lindenberg, Lacerda de Aguiar utilizou a mídia como forma de exposição de suas realizações governamentais ao povo. Em geral, os meios de comunicações, como os jornais, expõem mais as qualidades da liderança do que suas ações públicas. Enquanto o PSD utilizava o jornal A Gazeta como forma de propaganda, Lacerda de Aguiar utilizava o jornal O Diário e os boletins informativos da atividade governamental para ampliar a divulgação de suas realizações. Em um desses boletins, havia informações que enobreciam a imagem política do líder:

[...] O governador do Estado, senhor Francisco Lacerda de Aguiar, indo ao encontro das justas aspirações do povo do Espírito Santo, em suas mais prementes necessidades, tem levado a efeito em todos os rincões do território espírito-santense, as mais diversas obras e os mais variados serviços de utilidade pública notadamente no que diz respeito às populações menos favorecidas [...]. [...] Serviços de água e luz, estradas e pontes, postos de saúde, escolas, nada tem sido negado ao povo que o elegeu [...] ²²⁷.

Por causa desse carisma, que Lacerda de Aguiar desenvolvia junto às massas populares, o PSD resolveu utilizar o jornal A Gazeta como forma de depreciar a sua imagem. Por exemplo, segue o texto abaixo:

[...] “Ódio de Vencido” - Sob o título acima, os vencidos pelo voto popular na memorável eleição de 1958, mais uma vez investem contra mim, com as mesmas mentiras, calúnias e distorções, tão do seu agrado e tantas vezes repetidas, com o mesmo ódio e mesmos recalques [...]. [...] Como origem disso é o Sr. Francisco Lacerda de Aguiar, o convite é dirigido a ele, especialmente. Entretanto, tem o reverso: provando eu, documentalente, que esse senhor dilapidou os cofres e bens públicos e se locupletou, sonogando impostos e praticando outros atos ilícitos e imorais, quando governador, beneficiando-se pessoalmente de tais atos, ele se reconhecerá definitivamente, como eu faria, se contra mim fizessem alguma prova [...] ²²⁸.

O efeito dessas denúncias contra o primeiro governo de Lacerda de Aguiar teve o sentido inverso do que se esperava, pois os ataques feitos pelo jornal A Gazeta, em vez de prejudicarem a imagem da liderança, mantinham o “*mito Chiquinho*” entre o povo: como ele não atacava ninguém, e sempre se colocava como vítima de perseguição política, as camadas populares tendiam a apoiá-lo. Quando Chiquinho voltou à direção do executivo estadual, as denúncias ao seu governo continuaram. Houve denúncias de possíveis irregularidades sobre o acordo do Contestado com o Estado de Minas Gerais, ocasionando em perda de parte do território capixaba para os mineiros; também denúncias sobre o caos administrativo em que se encontrava o governo.

Sem dúvida, a questão do Contestado desgastou a imagem política do governador, justamente

²²⁷ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 1, outubro, 1963.

²²⁸“Sensacional repto do Gov. Lindenberg a Chiquinho. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 23 mar.1962”.

pela entrega dos territórios e não exatamente as irregularidades. Todavia a imagem do líder político sofreu maior desgaste em 1965, com as denúncias de corrupção feitas por jornais cariocas, o que levou a sua queda.

Mesmo à frente do executivo estadual, Chiquinho jamais atacava seus desafetos políticos. Pelo contrário, os premiava. Por exemplo, em entrevista ele afirma:

[...] Na realidade um único sujeito que me xingava na Assembléia era o deputado Alfredo Antônio do PSD de Iúna. Fazia questão de ser meu inimigo. Como ele era deputado já há muito tempo, como homenagem especial, eu o nomeei Ministro do Tribunal de Contas. Ele ficou muito contente. Logo depois o aposentei. Apesar dos ataques eu tinha 31 deputados contra 13, de modo que não havia problemas [...] ²²⁹.

Portanto, Chiquinho apresentava-se diante do público com atributos extracotidianos, como a simplicidade, a bondade, a misericórdia e etc. Atributos esses semelhantes aos das pessoas com qualidades celestes, isto é, com um dom divino. Se bem que, de acordo com os conceitos que ora utilizamos, de nada vale esse carisma, se o líder não oferece ao público os benefícios materiais, logo o líder deve proporcionar bem-estar aos seus seguidores. Por esse motivo, frequentemente, o governador procurava resolver os problemas de ordem pessoal das camadas populares. Em documentos pesquisados no Arquivo Público Estadual, encontramos o seguinte ofício, enviado por Francisco Lacerda de Aguiar a uma de suas eleitoras:

[...] Cibele,
Recebi sua cartinha. Ela me comoveu bastante. Você me pede para colocar sua irmã Ana e ajudar sua mãezinha, promovendo-a a diretora do grupo escolar em que leciona há vinte anos. Quanto à sua irmã diga-lhe para inscrever-se no concurso aberto pelo departamento do serviço público, pois, agora, só através de concursos se ingressa nos quadros do Estado. Ela se inscreve e venha, depois, falar comigo. Quanto à sua mãe, na época oportuna, vou encaminhar o assunto a Secretaria de Educação para estudá-lo. Está bem assim? Aceite um abraço sendo a filha obediente e carinhosa que é. [...] ²³⁰.

O mesmo sentido encontra-se em uma carta enviada em 4 de dezembro de 1965 pelo governador Francisco Lacerda de Aguiar a Maria Célia Nolasco Carvalho:

[...] Senhorita,
Acusando o recebimento de sua carta datada de 19 de agosto do corrente ano, através da qual a jovem estudante, em nome das diplomadas de 1965 da escola normal “Maria Mattos”, dessa cidade, solicita um auxílio financeiro para as despesas de formatura, tenho o prazer de comunicar-lhe que poderá procurar no serviço de administrativa da secretaria do governo uma importância que se encontra a sua disposição [...] ²³¹.

Essa ligação próxima entre massa e líder implica que o favorecimento pessoal torne-se mais importantes que as políticas públicas. Desse modo, o interesse privado é resolvido antes do

²²⁹Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

²³⁰ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios recebidos e expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 676.

²³¹ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios recebidos e expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 676.

interesse público. Certamente, quando Lacerda de Aguiar concedia os benefícios materiais, seu poder pessoal ampliava.

São vários pedidos encontrados, e os mais diversos interesses. Não sabemos se essas demandas foram respondidas ou não, mas vale a pena observá-los. Em certa situação, Lacerda de Aguiar recebeu uma carta de uma pessoa que solicitava moradia:

[...] 24 de outubro de 1963. Guaçuí.

Estado do Espírito Santo.

Dr. Francisco Lacerda de Aguiar.

Peço o favor, se estiver no alcance do Sr, me arranjar uma posse com materiais aqui dentro de Guaçuí de três ou quatro cômodos para mim [sic] morar, que o serviço eu faço por minha conta, que eu sou uma mulher pobre e vivo com muitas dificuldades e além disso sou mulher doente e sou de idade e tenho 46 anos sou catadeira de café e engergo [sic] sou e além disso por sorte meu marido também não tem saúde e ele é de bastante idade de 66 anos e temos 5 filhos para criar, e peço o Sr. uma ajuda de auxílio do Sr. e somus eleitor do Sr; e a dificuldade é tanta que nós não estamos ganhando nem para comer que dirá do aluguel de casa. (...) ir para roça não adianta que nós não temos saúde para trabalhar na roça e os filhos estão todos pequenos não têm força para trabalharem, os 3 mais velhos estão estudando no grupo escolar, o que eles pode fazer para ajudar é catar café de meio dia para tarde, mas pouco porque café muito ruim e apurado a Cr\$ 25,00 a lata tirando 2 latas, o que o pobre faz, passa fome e as maiores dificuldades, não se faz nem para comer, que dirá para vestir. Toda a mercadoria suspende, o pobre trabalha a semana inteira para comer em um dia a pobre e as crianças que vão para a escola já não podem nem tomar o café mais para ir para aula, de tão caro que está o açúcar, o açúcar só não, toda mercadoria. Coitadinho do pobre, não tem mais jeito para comer que nem o mantimento necessário não estamos podendo comprar o ordenado os pobres não têm que ganhar uma bocatela [sic] além disso fica sem serviço semana inteira porque não acha às vezes serviço para trabalhar. Dr. Chiquinho, eu queria se o Sr. pudesse (...) para mim registrar meus 4 filhos menor, está sem registrar eles. Eles estão estudando, mas não tem o registro deles e as professoras (...) o registro deles os que estão no jardim e eu queria que Sr. fizesse o favor de me auxiliar para minha garota mais velha estudar no ginásio ela está fazendo o 5º ano no grupo escolar e nunca tempo e ela tem muita vontade de continuar estudar e a minha força é pouca e não dá para fazer despesa dela para estudar o senhor me pode auxiliar no que estou pedindo meu endereço é esse (...) quem lhe faz estes pedidos, porque minha é essa de fazer estes todos pedidos, porque moro numa casinha pequena de um cômodo só (...) somos 7 pessoas dentro de um cômodo só que ruim de mover temos. Pagar casa cara minhas forças (...) muito agradeço o Sr. se me atender estes pequenos pedidos eu é de pedir a Deus para o Sr. enquanto vida tiver que muitos benefícios do Sr. tenho, pelos os presentes que o Sr. presenteou meus filhos com dos bons pares de sapatos que ganhou na aula, muito lhe agradeço lhe de tudo. Obrigada [...] ²³².

Em outra carta apresentada ao governador, uma pessoa solicita emprego:

[...] Guaçuy, 18 de dezembro de 1963.

Cordiais saudações.

Feliz natal e Próspero ano novo.

Exmo Dgmo Dr. Chiquinho.

Em primeiro lugar rogo a Deus e nossa Sra. da Penha que cubra seu lar de bênçãos celestiais, juntamente com sua família inclusive sua bela e digna esposa dona Zélia, que para mim, além de ser a primeira dama do Espírito Santo, é também a mãe da pobreza.

Dr. Chiquinho, queria eu que o Sr: me auxiliasse em um serviço, pois eu sou uma

²³²ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Correspondências recebidas e expedidas pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa: 656.

mulher pobre, e preciso [sic] ajudar meu marido, como o Sr. sabe o custo de vida não esta muito (...) graça a Deus, mas o Sr. sabe uma andorinha, não faz verão, é preciso [sic] de algém [sic] para guiar e arranjar alguma coisa [sic] pra gente, sendo o Sr. honradamente o governador de nosso vasto Espírito Santo, eu conto com auxílio para me arranjar qualquer cerviço [sic], nós somos pobre, meu marido é bem mais velho do que eu;

Eu tenho que ajudá-lo não é? Dr. Chiquinho por (...) exemplo um serviço de um “Estabelecimento Escolar” em um “Posto de Saúde”. Enfim o que o Sr. arranjar serei desde já muito grata, em minha família somos eleitores e trabalhamos desesperadamente para o Sr.(...) que o Sr. perdoa-me a audácia de lhe escrever com os próprios punhos, e desculpe-me as faltas por sou quase (...) só tenho o 4º ano primário. (...) espero ser atendida, dê um forte abraço em Dª Zélia. Feliz natal para o Sr. e toda a sua família. Aqui me subscrevo [sic] [...] ²³³.

Como podemos perceber, problemas de ordem pessoal estavam no cotidiano dessas lideranças, entretanto não é função pública do Estado resolver problemas pessoais, salvo que a demanda seja de responsabilidade da administração pública. Na verdade, o carisma desempenhado por essas lideranças políticas conseguiu transformar as demandas privadas em demandas públicas, ou seja, aquilo que deveria ser tratado de modo impessoal é resolvido de modo estritamente pessoal.

1.7. A QUEDA DA EXPERIÊNCIA POPULISTA NO ESPÍRITO SANTO

Inicialmente, não era objetivo desta dissertação o entendimento dos motivos relacionados à queda da experiência populista no estado do Espírito Santo. No entanto, a partir das pesquisas realizadas no Arquivo Público Estadual e Biblioteca Pública Estadual, foi possível organizar fontes primárias e secundárias que explicassem o fim dessa experiência. Dessa forma, pretendemos apenas pontuar os aspectos relacionados ao Espírito Santo, e as mudanças políticas ocorridas durante e depois do movimento de 1964.

Antes de tudo, é preciso deixar claro que, em nossa visão, a experiência populista é um processo que envolve diversas variáveis. No Espírito Santo, a experiência manifesta-se com o governo de Francisco Lacerda de Aguiar, entre os anos de 1955-1958, porém só se consolida nos anos 1959 a 1966, no segundo governo de Carlos Lindenberg e na segunda gestão de Lacerda de Aguiar. De modo geral, essa experiência foi interceptada pelo movimento militar de 1964, mesmo assim sobreviveu com o governo Lacerda de Aguiar. Mas as situações adversas colocaram este governante no ostracismo político, solidificando a revolução militar no estado do Espírito Santo.

1.7.1- O GOLPE DE 1964 E OS REFLEXOS PARA O ESPÍRITO SANTO

²³³ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Correspondências recebidas e expedidas pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa: 656.

O golpe de 1964 representou, para o estado do Espírito Santo, novos rumos políticos. Até esse momento, a experiência populista estava em seu auge, contudo as ambiguidades políticas surgidas a partir dessa experiência levaram o governador do Estado a uma situação complexa. Como foi observado, havia uma heterogeneidade social no campo sociopolítico local, o que justifica a predominância das ambiguidades naquele momento. Conviviam, no mesmo espaço político, grupos de interesses identificados com a indústria ou com o café e também emergiu uma massa popular urbana, além da existência das massas populares rurais.

O golpe de 1964 criou uma ruptura nesse espaço político. Lacerda de Aguiar estabeleceu uma situação de controle, apoiando seu poder, principalmente nos setores populares urbanos e rurais, não deixando de lado os setores agrários. Como sabemos os militares repeliam as formas de governo que apresentaram uma forte ligação com as massas populares, como no caso de João Goulart.

A movimentação em torno da derrubada de João Goulart levou os militares a observar estrategicamente o Espírito Santo como uma porta de saída para o mar, caso a revolução delongasse em demasiado. Francisco Lacerda de Aguiar, percebendo a movimentação em torno do golpe, preferiu manter-se a favor do movimento. Esta postura do governante se deve, especialmente, à intervenção direta do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que era um dos líderes da revolução. Ademais, o governador do Espírito Santo nunca foi favorável ao governo Goulart. Na verdade, ele não se identificava com aquela linha trabalhista, apesar de conviver com ela habilmente. Sobre os rumos do golpe de 1964, no estado do Espírito Santo, e a postura em relação ao governo Goulart, em entrevista à Revista Espírito Santo Agora, Lacerda de Aguiar explica:

[...] - E o movimento de 1964? - Fui dos primeiros a aderir. O Magalhães Pinto apareceu por aqui a pretexto de inaugurar uma agência bancária e combinou comigo o movimento no estado. Aí nos encontramos num acordo às vésperas da revolução. O Jango também apareceu muito por aqui. Sempre lhe dizia que ele estava errado. Essa questão de tomar terras (reforma agrária) nunca houve. Não pode, está errado né? Eu não era a favor de uma reforma daquele jeito: tomar as coisas dos outros. Era a favor de uma reforma cristã. Uma vez o Jango foi inaugurar uma obra em Bom Jesus e me convidou. Eu fui. Lá o secretário dele me pediu prá fazer um discurso apoiando o que eles estavam fazendo. Eu não queria, mas acabei concordando. Mas fiz um discurso sobre o que eu estava pensando e não sobre o que eles queriam. O secretário de imprensa me disse: “o Sr. Não agradou, governador”, respondi: “é por isso que não queria falar”. No dia seguinte, A Gazeta deu em letras garrafais. Governador do Espírito Santo desentou. Eles tentaram me enfiar nesse negócio de comunismo porque o Jango vinha muito aqui. Mas eu falei muitas vezes pro Jango – O Brasil precisa de tranquilidade, não de agitação- falei com ele isso uma porção de vezes, lá na Praia da Costa. Ele me parecia um homem bom, mas a impressão que tinha é que não estava preparado para o governo [...] ²³⁴.

E continua:

²³⁴Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

[...] - Eu tinha feito aquele pacto com o Magalhães. Ele achava que a revolução ia durar 90 dias. Ele não achava que ia ser como foi, achava que o porto de Vitória era estrategicamente importante. Por aqui deviam entrar armas, abastecimento. Eu fiquei receoso quanto ao ponto de vista tático. Aqui não tinha gente pra [sic] tratar do movimento e a polícia era mal aparelhada em termos de combate. Eu sempre pedi munição, mas o governo federal não dava nunca. Ora eu sabia que com cinco minutos de tiroteio acabava a munição do Estado. Falei pro [sic] Magalhães: “a polícia é boa, mas não tem condições”. Ele disse: “Eu deixo em Governador Valadares 5 mil homens, a sua disposição”. Na véspera do movimento chegaram a Vitória, Sílvio Sette, assessor de Magalhães e dois coronéis da polícia militar. Os dois coronéis estavam à paisana. Me disseram baixo: “o negócio é amanhã. Eu ficaria com a missão de ir ao 3º B.C saber da posição do comandante, que era meu amigo, o coronel Nilton Fontana dos Reis. Então eu fui lá de tarde. Conversar, puxar conversa, de vez em quando eu insinuava uma coisa e outra, e quando ele sentiu que o estava sondando me disse: “Fique tranqüilo governador, mesmo que estejamos em lados opostos. O batalhão vai se deslocar para Campos porque o Espírito Santo para nós é sagrado”. Depois de muita conversa ele disse pra [sic] mim que a posição dele dependia do general Krueel. Como já sabia que o General Krueel estava no movimento disse a ele: “Tenho a impressão que vamos ficar do mesmo lado”. As duas horas da manhã me acordaram pra dizer: “O governador Magalhães Pinto acaba de lançar o manifesto” [...] ²³⁵.

O golpe de 1964 no Espírito Santo ocorreu sem conflitos armados. De fato, foi uma tomada rápida, sem qualquer resistência bélica e, além disso, com intenso apoio do executivo estadual. As contradições entre o movimento e o governador do Espírito Santo se acirrariam depois. Em 7 de abril de 1964, Francisco Lacerda de Aguiar enviou ao comandante Newton de Oliveira Reis um ofício congratulando as forças armadas:

[...] Ilustre Sr. Cel. Comandante, é do meu desejo, passados os primeiros momentos de inquietação, resultantes do sadio movimento patriótico liderado pelas brilhantes forças armadas do país e por homens de estripe de nossa pátria, todos empenhados na restauração dos seus postulados constitucionais, com o pleno reinado da democracia- agradecer a vossa excelência ilustre senhor coronel comandante pelos patrióticos serviços que o 3º batalhão de caçadores e pessoalmente seu digno e ilustre chefe, prestavam à causa da restauração da ordem, sobretudo em nosso Estado.

Na verdade, senhor comandante, foi aos momentos ainda incertos, graças ao completo entrosamento entre o poder executivo do Estado e o ilustre comandante das forças federais aqui sediadas, que se verificou a unidade de providências eficazes visando o completo êxito do movimento e quando então, constatamos, com imensa alegria a eficiência de sua ação patriótica, energética e serena, sem vacilações e sem tibiezas, numa demonstração insofismável do seu desejo, do seu imenso desejo de bem servir à pátria estremecida.

Das providências então tomadas por nós ambos, resultou o que aí está, a restauração absoluta da ordem no Estado, sem que o direito de quem quer que seja tenha sido ferido nos seus fundamentos legais.

Como ainda perdura essa consonância de sentimentos patrióticos, que só terá o seu término quando no país tudo se normalizar, notadamente com a eleição do candidato das forças armadas à suprema magistratura do País – espero então, com maior ênfase e para exteriorizar os sentimentos de justiça do nosso povo, externar-lhe a imensa gratidão do Espírito Santo [...] ²³⁶.

Em geral, não houve grandes grupos políticos opositores ao golpe. Pelo contrário, quase todos ficaram a favor, tanto que o jornal A Gazeta, de 15 de abril de 1964, veiculava a

²³⁵Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

²³⁶ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 662.

seguinte manchete: “[...] Nenhum membro da Assembléia Legislativa do Espírito Santo teve mandato cassado [...]”²³⁷. Por outro lado, também não se percebia a resistência por parte da sociedade civil, embora houvesse casos de manifestações contra o movimento, mas nenhuma delas com grandes proporções bélicas.

Em 16 de abril de 1964, foi noticiada pelo jornal *A Gazeta* a seguinte manchete: “[...] A população capixaba saudou festivamente a posse do novo presidente da República [...]”²³⁸. Vários segmentos sociais colocaram-se a favor do movimento militar, como a FINDES. Segundo Américo Buaiz: “[...] a revolução de 1964 não prejudicou o Espírito Santo, tendo inclusive escolhido governadores ligados a FINDES [...]” (FINDES, 1998, p. 47). Dessa forma, é fácil entender que havia, por parte dos segmentos sociais mais influentes da sociedade capixaba, uma relação de apoio ao movimento de 1964. Precipualemente do governador do Estado, que declarou:

[...] Nesta hora grave para os destinos da nacionalidade, cumpre-me o dever de, na qualidade de vosso governador e amigo, dirigir-me a todos vós [...]. [...] Após consultar todos os membros do governo e as facções político-partidárias que o compõem e pensando na tranqüilidade e na garantia da coletividade espírito-santense, conclamo o povo do meu estado a que nos mantenhamos unidos, em perfeita paz e harmonia e no mais cordial e franco respeito que sempre existiu na família capixaba [...]. [...] O governo está no firme propósito de assegurar todas as garantias para o estabelecimento das normas constitucionais e preservar, a qualquer custo, a segurança das instituições democráticas, para o que conta com a colaboração das forças militares aqui sediadas, na forma de entendimentos mantidos [...]. [...] Dentro desse propósito, o governo sempre se manteve e se manterá, confiando, para tanto, na solidariedade do povo capixaba, na proteção de Deus e da virgem da Penha (Palácio Anchieta, 1º de abril de 1964. governador do Estado. Francisco Lacerda da Aguiar) [...] ²³⁹.

O golpe foi amplamente legitimado pelas autoridades civis, militares, políticas, religiosas etc. Isso é evidenciado na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada no Espírito Santo, em 25 de abril de 1964. Essa marcha contou com a presença das seguintes autoridades: Comandante do 3º Batalhão de Caçadores (Newton Reis), governador do Estado, presidente da Assembleia Legislativa, presidente do Tribunal, Américo Buaiz, Darcy Brasileiro da Silva²⁴⁰, além do amplo contingente da sociedade em geral, como noticiado pelo jornal *A Gazeta*, de 27 de abril de 1964: “[...] Milhares de pessoas na Marcha da Família [...]”²⁴¹. Em

²³⁷“Nenhum membro da Assembléia Legislativa do Espírito Santo teve mandato cassado. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 15 abr. 1964”.

²³⁸“População capixaba saudou festivamente a posse do novo Presidente da República. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 16 abr. 1964”.

²³⁹ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n° 3, abril, 1964.

²⁴⁰“Marcha da Família com Deus será hoje e terá como ponto culminante a Praça Roosevelt. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 25 abr. 1964”.

²⁴¹“Milhares de pessoas na Marcha da Família. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 27 abr. 1964”.

síntese, a marcha teve como objetivo consolidar os anseios do movimento militar no Espírito Santo.

Por causa dessa manifestação em favor do movimento de 1964, o estado do Espírito Santo recebeu, no mesmo ano, a visita do presidente Castelo Branco, a convite do governador Francisco Lacerda de Aguiar. Na ocasião, houve uma comoção da sociedade civil em favor do presidente, recebendo ele o título *honoris causa* na Universidade Federal do Espírito Santo, e o título de cidadão espírito-santense pela Assembléia Legislativa. Ressaltou o próprio presidente que o Espírito Santo era “*um exemplo de ordem e justiça*”²⁴². Já em maio de 1964, o estado recebeu a visita do embaixador americano Lincoln Gordon, que vinha ao Brasil estabelecer as relações de interesse mútuo Brasil-EUA. De acordo com o Jornal A Gazeta, de 23 de maio de 1964, “[...] Gordon viria tratar dos 2 milhões de dólares para o nosso estado [...]”²⁴³. Esse dinheiro veio do Programa Aliança para o Progresso do governo Kennedy.

Em termos gerais, não havia no estado qualquer grupo ou movimento militar organizado, na realidade a sociedade civil e militar se solidarizou com as forças militares mineiras, lideradas por Magalhães Pinto. Portanto, a decisão de aderir ao golpe por parte do grupo da polícia militar se deu apenas pela pressão que vinha de instâncias superiores das forças armadas.

Por outro lado, as visitas de Gordon e de Castelo Branco evidenciam que a ação política favorável ao golpe colocou o estado do Espírito Santo numa posição de destaque na visão dos golpistas, o que lhe deveria garantir alguma prioridade.

Num ofício enviado em 25 de maio de 1964, pelo governador Francisco Lacerda de Aguiar, ao embaixador Lincoln Gordon, ficou evidenciada a posição do governador estadual:

[...] Preclaro Senhor Embaixador,
Para que o Estado do Espírito Santo possa ver concretizado o seu desejo de aplicação do que expõe o “Instituto Nacional de Pesquisas e Planejamento” no bem elaborado plano anexo, torna-se necessária a ajuda preciosa do governo que V. Ex^a tão brilhantemente representa. Ao passar o problema para as suas mãos, conto que, com o acurado estudo que será feito, seja o assunto, que é realmente de nosso grande interesse, resolvido com habitual clarividência [...]”²⁴⁴.

Não temos informações, ao certo, sobre a posição do PSD, nem sobre as posições de Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves em relação ao golpe de Estado. Há somente um relato na biografia de Lindenberg que diz:

[...] Carlos não teve participação na Revolução de 64: “Eu estava sem mandato em 1964. Apoiei a revolução, mas como livre atirador. A gente sentia que tinha de ser

²⁴²ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 4, janeiro, 1965.

²⁴³“Lincoln Gordon vem tratar (também) dos US\$ 2 milhões para nosso Estado. *A Gazeta*, p.02, 23 mai. 1964”.

²⁴⁴ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 662.

tomada alguma providência por parte das Forças Armadas. Meu irmão sempre foi muito discreto, o marechal Lindenberg. Eu dizia a ele: Eu acho que o Exército devia pedir emprestadas as calças daquelas mulheres de Minas para poder tomar uma atitude. Ele ficava meio zangado comigo e nunca abriu o bico, nunca me contou nada do que estavam tramando. E ele era um dos cabeças, porque nessa época trabalhava com Castelo Branco no Ministério da Guerra e era ele quem fazia as ligações com os grupos; mas nunca abriu a boca para falar nada. Quando estourou a Revolução, ele passou sumido uma porção de tempo, só depois é que reapareceu [...] (ALMEIDA, 2010, p. 442).

1.7.2. A QUEDA DE FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR

Em geral, a queda de Chiquinho iniciou com as denúncias feitas pelo jornal Guanabara, e noticiadas pelo jornal A Gazeta, de 11 de setembro de 1965, nas quais o jornal carioca revelava que o governador do Espírito Santo fizera *negociatas*²⁴⁵, ou seja, comprara máquinas velhas para o uso do governo estadual. Segundo o jornal a tal compra fora de um bilhão de cruzeiros e beneficiara a firma D' Andréia de São Paulo. Na negociata, estavam envolvidos o governador e o filho do governador (Renato Aguiar), que receberam uma comissão de 42%. As notícias, veiculadas pelo jornal A Gazeta de 14 de setembro de 1965, reforçavam as informações acerca da negociata do governador do Espírito Santo. Além da acusação de compra das máquinas velhas, também, na mesma edição do jornal, o jornalista Hélio Fernando afirmava:

[...] O governador do Espírito Santo, Francisco Lacerda de Aguiar, está procedendo à colocação de postes para a iluminação pública entre Vitória e Vila Velha. Mas acontece que inicialmente iriam ser de concreto, passaram a ser de madeira. Até aí nada de mais. “Mas a coisa começa a estarrecer quando se toma conhecimento de dois “detalhes”: 1º - A madeira para esses postes está sendo retirada das matas de propriedade do próprio governador Lacerda de Aguiar. 2º- Os postes de madeira estão custando ao Estado exatamente o que custaria os de concreto, sendo que a superioridade desses é incontestável, qualquer que seja o ângulo do exame [...]”²⁴⁶.

Apesar dessas acusações divulgadas pelo Jornal A Gazeta, o Tribunal de Contas, presidido por Renato Aguiar, comprovou que não houve superfaturamento da obra. Todavia, o problema maior das denúncias seria o *caso Ferrinho*. No mês de outubro, Ferrinho (Fernando Ferreira do Amaral) e Antônio Berardinelli seriam presos e confessariam uma série de benefícios adquiridos do governo Lacerda de Aguiar. Por causa disso, foi realizado um Inquérito Policial Militar (IPM) pelo 3º Batalhão de Caçadores, que era representante da *revolução no Espírito Santo*. Em 8 de outubro de 1965, seria encerrado o IPM, que foi enviado ao Rio de Janeiro para ser examinado pelas autoridades do Ministério da Guerra, cujo ministro era o General Costa e Silva. Dessa maneira, o Serviço Nacional de Informação faria o levantamento das

²⁴⁵“Governo compra máquinas velhas: comissões gordas. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 11 set. 1965”.

²⁴⁶“Jornal da Guanabara acusa Lacerda de Aguiar: recebeu 325 milhões (gorda comissão). *A Gazeta*, Vitória, p.01, 14 set. 1965”.

peças do inquérito, a fim de chegar a uma conclusão²⁴⁷.

No dia 8 de outubro, foi publicada, no jornal *A Gazeta*, a seguinte manchete: “[...] O governo federal adota providências de remeter para a Assembléia Legislativa do Espírito Santo, o IPM sobre a administração de Francisco Lacerda de Aguiar [...]”²⁴⁸. Nesse ínterim, o próprio governador rumou ao estado da Guanabara, a fim de impedir a vinda do Inquérito. No entanto, os fatos foram mais fortes.

Em 9 de novembro de 1965, o jornal *A Gazeta* noticiou que, por decisão do governo federal, seria adotada a providência de remeter para a Assembleia do Espírito Santo o IPM completo sobre a administração Lacerda de Aguiar. Tal notícia foi publicada, em primeiro lugar, no jornal *O Globo*. Na edição desse jornal, o Ministro da Justiça Juracy Magalhães ressaltava que “[...] a posição do governo é acelerar o processo de redemocratização do país, sem prejuízo dos objetivos revolucionários [...]”²⁴⁹.

O governador, por meio do jornal *O Diário*, dizia que não renunciaria a seu direito de defesa diante das pressões. No dia 31 de novembro de 1965, chegou a Assembleia o IPM sobre a administração Lacerda de Aguiar, com graves acusações. Nesse dia, foram reunidos os deputados e lidos os principais pontos das acusações. Alguns deputados ficaram favoráveis, enquanto outros ficaram contra o governador²⁵⁰.

Em 12 de novembro de 1965, a reportagem do jornal *A Gazeta* dizia que Ferrinho declarara ao IPM, que tinha dado dinheiro e bens ao governador, no valor de quarenta e dois milhões. No depoimento, Ferrinho incriminou Chiquinho e seu filho, a quem dera Cr\$ 4.225.000, além de presentes, como automóveis e outros bens materiais. No mesmo jornal, Élio Viana afirmava que Chiquinho, mandava obras para Ferrinho²⁵¹. Ainda foi relatado, na edição de 15 de setembro de 1965, que Chiquinho pediu a Assembleia crédito de 73 milhões para pagar pelas obras públicas feitas por Ferrinho²⁵².

Por causa das denúncias ao executivo estadual, veio para Vitória o enviado especial do presidente Castelo Branco e delegado do Ministro da Justiça: o Coronel Dilermando. Com a chegada do coronel, o presidente da República transferiu para a Assembleia Legislativa a

²⁴⁷“A sombra da Revolução Chiquinho vê aprovadas sinecuras do T.C. *A Gazeta*, Vitória, p.01. 8 out. 1965”.

²⁴⁸“Inquérito Policial Militar no Estado do Espírito Santo foi encerrado ontem. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 8 set.1965”.

²⁴⁹“A qualquer hora na Assembléia o IPM sobre a administração de Chiquinho. *A Gazeta*, Vitória. p.01, 9 nov. 1965”.

²⁵⁰Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. *Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

²⁵¹“Ferrinho declarou ao IPM que deu dinheiro e bens ao governador no valor de quarenta e dois milhões. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 12 nov. 1965”.

²⁵²“Chiquinho pediu à Assembléia crédito de 73 milhões para fazer pagamento a Ferrinho. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 15 set. 1965”.

prerrogativa para julgar o governador.

No dia 14 de novembro, a reportagem do jornal A Gazeta afirmava que Ferrinho dera 2 milhões a um ex-funcionário da Secretaria de Viação Obras Públicas. Consoante Ferrinho, o secretário pedira o dinheiro. Também houve a denúncia de que outros secretários recebiam dinheiro, por ordem de Francisco Lacerda de Aguiar²⁵³. Já em 18 de novembro de 1965, o jornal A Gazeta exibiu um telegrama do Ministro da Justiça, enviado à Assembleia Legislativa, no qual havia o seguinte relato:

[...] Governo enviou a Assembléia, que deve agir de acordo com a sua consciência cívica e no resguardo dos interesses do povo espírito-santense. Governo jamais influirá para a subversão das instituições livres que deseja manter resguardadas, todavia o país de qualquer ação comunizante [sic], corrupta e subversiva [sic], elementos foram varridos da administração pública [...] ²⁵⁴.

Em 22 de novembro, o jornal A Gazeta publicou o depoimento de Ferrinho. Em seu relato, ele esclareceu que obtivera bens por intermédio de obras públicas concedidas pelo governador, e ainda dera bens ao governador e ao filho Renato Aguiar. De acordo com a edição do jornal A Gazeta, de 24 de novembro de 1965, Ferrinho afirmava: “[...] Recebi mais dinheiro do que em obras realizadas, além de entregar dinheiro ao governador Francisco Lacerda de Aguiar, e outros bens [...]” ²⁵⁵.

Já o depoimento de Berardinelli, ex-funcionário da Secretaria de Viação e Obras Públicas, ressaltou a existência de uma suposta *caixinha*, a qual era destinada ao pagamento de funcionários da secretaria. Entretanto, a tal *caixinha* não tinha amparo em lei. Além disso, ele falou sobre a existência de uma suposta folha fictícia de operários, pela qual eram beneficiados os engenheiros e outros funcionários da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Conforme Berardinelli, o Secretário Élio Viana recebia pela folha fantasma. Posteriormente, o próprio Élio Viana declararia, no jornal A Gazeta de 27 de novembro de 1965, as seguintes palavras: “[...] Governador autorizava pagamentos a Ferrinho [...]”. Ainda afirmaria que: “[...] Governador determinava ao Secretário da Fazenda os créditos para Ferrinho [...]” ²⁵⁶.

De acordo com o ex-secretário, o próprio governador convidou Ferrinho, e foi apresentado por ele, para que desse a obra ao moço²⁵⁷. Além do mais, Élio declararia ainda que tentou afastar Ferrinho, porém o governador não deixara. Também afirmou que a *caixinha* destinada aos engenheiros na Secretaria de Viação e Obras Públicas, realmente existia, mas era para

²⁵³“Ferrinho no IPM: Dei 7 milhões ao Secretário Hélio. A *Gazeta*, Vitória, p.01, 14 nov. 1965”.

²⁵⁴“Mais denúncias na Assembléia envolvendo Lacerda e Aguiar. A *Gazeta*, Vitória, p.01, 18 nov. 1965”.

²⁵⁵“Novas e surpreendentes revelações de Ferrinho: ‘Recebi mais dinheiro do que em obras realmente realizadas’. A *Gazeta*, Vitória, p.01, 24 nov. 1965”.

²⁵⁶“Élio Viana declara: ‘Governador autorizava pagamentos a Ferrinho’. A *Gazeta*, Vitória, p.01, 27 nov. 1965”.

²⁵⁷“Governador determinava ao Secretário da Fazenda os crédito para Ferrinho. A *Gazeta*, Vitória, p.07. 29 nov.1965”.

compensá-los pelos baixos salários. Consoante Élio Viana, Ferrinho também teria pagado o projeto da casa do governador.

No dia 2 de dezembro de 1965, Oswaldo Zanello afirmaria, em plena Câmara dos Deputados Federais, que Chiquinho era corrupto e desonesto. Com certeza, essa avaliação foi direcionada ao governo federal revolucionário. Posteriormente, Ferrinho declarava que não houve qualquer coação por parte do exército em relação ao depoimento dado por ele no IPM. Nessa ida e vinda do IPM, o Coronel Dilermando sempre esteve como representante do presidente, em Vitória, acompanhando o processo na Assembleia Legislativa. Nesse mesmo tempo, o Secretário do Interior, Humberto Vasconcelos, declarou-se favorável à permanência de Lacerda de Aguiar à frente do governo. Por causa disso, houve a abertura do IPM, feita pelo general Guedes Pereira, representante do Ministério da Guerra, para apurar as denúncias contra o então secretário.

Aquelas denúncias contra Lacerda de Aguiar resultaram em crime de responsabilidade. O governador, por sua vez, tentou defender-se, porém não obteve êxito, porque, segundo os documentos do 3º Batalhão, havia provas concretas acerca da corrupção. No dia 8 de janeiro de 1966, houve entendimentos entre o Coronel Dilermando e a Comissão Especial da Assembleia. Após isso, o Coronel faria um relato a Castelo Branco sobre o governo do Espírito Santo. Segundo o Coronel, o presidente estava inteiramente informado sobre os fatos, e adotaria, em princípio, a sugestão dada pelo Coronel Dilermando a fim de solucionar a crise no Espírito Santo, a saber, deixar por completa integridade da Assembleia as decisões.

No dia 18 de janeiro de 1966, o jornal *A Gazeta* relatava que o boletim interno do 3º Batalhão dos Caçadores foi despachado à auditoria militar do 1º exército brasileiro, a qual funcionava no Rio de Janeiro. Assim, o relatório indicava crime previsto em lei de segurança nacional, e no código penal comum da competência respectivamente da justiça militar e da justiça civil. Além disso, o inquérito também foi enviado ao ex-general, ministro da guerra, para fins de direito, e também se encontrava em tramitação na Assembleia Legislativa do Espírito Santo²⁵⁸.

Em 29 de janeiro de 1966, o jornal *A Gazeta* publicava a seguinte manchete: “[...] Rubens Rangel assumirá o governo do Estado: Segunda [...]”²⁵⁹. Também, na mesma reportagem foi noticiado que o Coronel Dilermando ficaria em Vitória até o final dos acontecimentos. Por fim, Francisco Lacerda de Aguiar foi licenciado, assumindo o vice-governador Rubens Rangel, ao qual o jornal *A Gazeta* chamaria de homem *honroso e honesto*. Ao assumir, Rangel

²⁵⁸“I.P.M. contra Lacerda de Aguiar tem cópia na Auditoria Militar. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 18 jan. 1966”.

²⁵⁹“Rubens Rangel assumirá governo do Estado: Segunda. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 29 jan. 1966”.

montou um secretariado inteiramente técnico, com os seguintes nomes:

[...] O secretariado do novo governador está constituído, carecendo naturalmente de algumas confirmações: Agricultura – Baiardo Cisne; Fazenda: Áureo Antunes, Obras Públicas: Jorge Minas, Educação – Telmo Mota da Costa, Saúde- Luiz Buaziz; Planejamento – Arthur Carlos Gerhardt Santos; Governo – Heráclito Rodrigues de Moraes; Interior e Justiça – Sebastião da Rosa Machado, DER – José Carlos Neto; Porto de Vitória – Jacob Aryub e Comércio – (Será extinta a Pasta). De um modo geral o secretariado de Rubens Rangel é considerado como altamente técnico e fora de qualquer conjunção política [...] ²⁶⁰.

Neste ínterim, seria informado pelo jornal *A Gazeta* da mesma edição que o: “[...] Coronel Dilermando regressou ontem após cumprir sua missão[...]”²⁶¹. Nessa mesma edição do jornal, seria editado que o ex-governador Lacerda de Aguiar retiraria seus pertences do palácio Anchieta. Já em 2 de janeiro de 1966, o jornal *A Gazeta* publicaria que Rubens Rangel recebera apoio das forças armadas, justiça, legislativo e do povo. Desse modo, relatava a reportagem do jornal:

[...] As mais destacadas autoridades civis e militares, entre estas se destacando o comandante Alberto Bandeira de Queiroz e demais oficiais do 3º BC, Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros, Capitão de Fragata Luiz Lima Lage e oficialidade da 3ª CR Coronel Armando Menezes e oficialidade, desembargadores, juízes, presidente da Assembléia, deputado Adalberto Simão Nader, deputados, presidentes de câmaras municipais, Dr. Carlito Von Schilgen e várias representações políticas do interior do Estado e grande número de populares prestigiaram ontem o governo do Estado do Espírito Santo. Em improviso que não durou dez minutos, o Sr. Rangel, ressaltou a importância de todas as correntes políticas no desenvolvimento do Espírito Santo, fazendo um apelo no sentido de que todos se unissem em torno do governo constituído para maior prosperidade da nossa comunidade [...] ²⁶².

Já no dia 3 de fevereiro, a reportagem do jornal *A Gazeta* falava sobre o apoio da bancada da minoria, o ex-PSD, ao novo governador. Segue a passagem:

[...] O bloco da minoria na Assembléia Legislativa esteve em visita na tarde de ontem ao Governador Rubens Rangel, oportunidade em que foi hipotecado irrestrito apoio ao novo governador, no que da vida administrativa do Espírito Santo. Presentes ao encontro importante os deputados Christiano Dias Lopes, Francisco Schwarz, Hilário Toniato, Tuffi Nader, Dílio Penedo, Celso Francisco Borges, Micheil Chequer, Pedro Leal, Oscar Almeida Gama, Darcy de Paula Gaigher, Pedro Saleme e mais os deputados Alcino Santos e José Parente Frota, que devido a compromisso anterior foram representados pelo deputado Tuffi Nader. Não compareceu Verdeval Ferreira, que por ter prometido votar contra o voto do deputado Christiano Dias Lopes na comissão especial desligou-se da bancada da minoria. Presentes ainda ao encontro do bloco do ex-PSD com o governador, os jornalistas políticos de *A Gazeta* Victor Costa e Gutman Uchôa de Mendonça [...] ²⁶³.

O próprio presidente Castelo Branco, em despacho telegráfico, felicitou o novo governador e exigiu a implantação definitiva da revolução no Espírito Santo, conforme a passagem a

²⁶⁰“Rubens Rangel assume governo hoje (10 h) com secretariado inteiramente técnico. *A Gazeta*, p.01, 1 fev. 1966”.

²⁶¹“Coronel Dilermando regressou ontem após cumprir sua missão. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 1 fev. 1966”.

²⁶²“Forças Armadas, Justiça, Legislativo e povo prestigiaram a posse de Rangel. *A Gazeta*, p.01, 2 fev. 1966”.

²⁶³“Governador Rubens Rangel recebeu bancada da minoria: apoio integral. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 3 fev. 1966”.

seguir:

[...] Ao formular ao novo governador espírito-santense agradecimentos pela comunicação de sua posse bem como o desejo da Presidência da República de que apliquem novos métodos à política administrativa do Espírito Santo, o Marechal Castelo Branco dirigiu-se ao Governador Rubens Rangel por despacho telegráfico, expressando sua vontade de que seja, afinal, aplicada a implantação definitiva da Revolução neste Estado. Em sua íntegra, eis o texto do telegrama do presidente Castelo Branco: “Agradeço comunicação tomada posse cargo governador em virtude licenciamento Dr. Lacerda de Aguiar pt desejo toda sua ação benefício Espírito Santo, pelo rigor processo político e administrativos necessários implantação definitiva revolução pt sois Humberto Castelo Branco e Presidente da República [...]”²⁶⁴.

Em 31 de março de 1966, o Coronel Dilermando afirmava, segundo o jornal *A Gazeta* que: “[...] Chiquinho renuncia de novo, mas (desta vez) vai cumprir [...]”. No relato, Dilermando descreveu que tratou pessoalmente com o ex-governador sobre o assunto da renúncia, dessa forma tinha fim a crise política no estado do Espírito Santo e, consoante o mesmo coronel, haveria a volta da tranquilidade. O relato do jornal *A Gazeta* resume a fala de Dilermando:

[...] O Coronel Dilermando não revelou para os jornalistas quais os termos da conversa que manteve com o Sr. Lacerda de Aguiar, mas aduziu que “não foi difícil” obter do próprio ex-governador a solução para a crise, tendo o Sr. Lacerda de Aguiar se prontificado a re-renunciar. **Destá vez vai cumprir:** Quando o Coronel Dilermando revelou que o Sr. Lacerda de Aguiar iria redigir nova carta-renúncia, foi indagado sobre a possibilidade do ex-governador não redigir tal carta ou de, posteriormente, voltar a reconsiderar o seu gesto anterior. O emissário do Sr. Presidente da República redargüiu prontamente, afirmando que “dessa vez ele vai cumprir mesmo, porque tratou comigo pessoalmente”, frase que reitera, por si só, a declaração do coronel à imprensa de que não havia participado das conversações em torno da fórmula da renúncia aos 60 dias anteriormente declarada. **Não fez acordo:** Respondendo à indagação da imprensa voltou o coronel Dilermando a afirmar que não participou do entendimento inicial que culminou com a absolvição do Sr. Lacerda de Aguiar, limitou-se a afirmar que era uma fórmula satisfatória porque realmente punha término à crise política que trazia sérios prejuízos para o Estado. Referiu-se também o Coronel Dilermando ao movimento dos parlamentares estaduais no sentido de impedir o Sr. Lacerda de Aguiar, dizendo que era também uma fórmula para devolver a tranquilidade aos capixabas [...]”²⁶⁵.

Dessa maneira, Lacerda de Aguiar renunciou ao cargo de governador estadual. A passagem abaixo é elucidativa sobre este aspecto:

[...] Renunciei... Entrei em licença, depois renunciei... Mas eu pretendia entrar em licença e voltar às atividades, quando chegou um coronel e me disse: - 'Eu vim aqui lhe aconselhar a deixar o Governo. 'O senhor está atrapalhando a Revolução'. E eu: - 'Mas estou atrapalhando a Revolução por quê'? E ele: - 'O senhor está atrapalhando a revolução por uma razão muito simples, o senhor é muito ligado ao povo. E homens como senhor, Carlos Lacerda, Ademar de Barros, Arraes e Juscelino, não podem continuar atrapalhando a Revolução'. De fato, logo depois que saí eles saíram [...] (SILVA, 1986, p. 435).

Por outro lado, as forças políticas que assumiram a direção administrativa do Estado, após a renúncia, destacaram que o estado viveria um novo momento. Como segue o registro:

[...] Na memória de todos os presentes, os dias conturbados que, no alvorecer de 1966, se apresentavam como uma dramática aurora, confirmada pelos

²⁶⁴“Castelo a Rangel: Que se implante definitivamente a Revolução no ES. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 5 fev. 1966”.

²⁶⁵“Chiquinho renuncia de novo mas (desta vez) vai cumprir. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 31 mar. 1966”.

acontecimentos políticos e militares que se desenvolveram na renúncia do governador Francisco Lacerda de Aguiar e conseqüentemente a investidura no cargo do honrado governador Rubens Rangel, a quem coube iniciar um profundo e amplo trabalho de saneamento da administração combatida pelas crises políticas, pela ausência de comando, engorgitada [sic] aqui e ali por supurações malcheirosas que terminaram pondo em perigo a vida do Estado [...]. [...] Não havia paz política. O Estado estava na eminência de retornar ao império da irresponsabilidade, quando esta casa, consciente dos seus elevados compromissos para os gloriosos destinos da terra capixaba, entendeu iniciar o processo de impedimento do governador Francisco Lacerda de Aguiar que ousara intentar o retorno à chefia do poder executivo, faltando à composição a que assentira no final do ano anterior, como solução do “impeachment” que lhe era irrecusável [...]. [...] Ao fixamos a racionalização administrativa como meta do governo, o fizemos na certeza de que um programa desenvolvimentista somente seria exequível com a máquina governamental funcionando dentro de padrões técnicos e de capacitação possíveis de atender às exigências naturais do progresso. Evidente que jamais chegamos a um estágio mínimo, ideal, na administração pública, se ciframos toda a programação no funcionamento de um sistema estruturado ainda na velha república, carcomido pela desvalorização do mérito e conseqüentemente por estímulos aos funcionários incapazes, aos viciados pelas concessões, pelos arranjos e tantos outros comportamentos que não podemos subscrever [...] ²⁶⁶.

A decadência da experiência populista no estado do Espírito Santo foi arquitetada pelo movimento militar de 1964, por várias razões as quais não cabe a esta dissertação avaliar. No caso acima, apenas fizemos uma descrição dos fatos que levaram à queda da experiência populista em torno de uma liderança.

Em geral, o governo de Lacerda de Aguiar foi caracterizado por uma imagem de governo de bem estar, harmonia, paz e união, no Espírito Santo, entre todas as autoridades. Sua imagem de líder confiável é manchada pelas denúncias de corrupção feitas pelo jornal Guanabara. O resultado das denúncias foi o IPM realizado pelo 3º Batalhão de Caçadores. Com ele, a liderança política passa a ser vista como alguém não confiável, o homem simples passa a ser visto com um homem desonesto. Além disso, a péssima imagem deixada pela liderança carismática levou os deputados estaduais a afirmarem que a revolução não havia chegado ao Espírito Santo. Assim, Chiquinho perdeu a credibilidade daqueles que o apoiavam.

Além do mais, vale destacar, as lideranças populares como Lacerda de Aguiar passaram a atrapalhar a revolução, uma vez que, do ponto de vista dos militares, o carisma do governador, bem como suas políticas públicas o aproximavam do comunismo. Talvez essa seja a resposta para o que motivou o governo federal a dar ao estado atenção especial. Sob o ponto de vista dos militares, o afastamento do governador significava uma luta contra a corrupção, a subversão e o comunismo, a fim de restaurar a integridade dos poderes públicos. Por outro lado, o projeto de desenvolvimento capitalista preconizado por Francisco Lacerda

²⁶⁶ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1966-1967: Rangel). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1966 [por] Rubens Rangel, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: [s.n], 1966, p. 1-5.

de Aguiar não se identificava com o modelo ideal dos militares, que eram a favor de um complexo industrial. Dessa forma, formou-se, entre o executivo estadual e federal, uma situação de ambiguidade e contradição, portanto o projeto de desenvolvimento de Chiquinho tornou-se o oposto daquilo que fundamentalmente a revolução militar recomendava.

De outro lado, o golpe de 1964 inaugurou um novo estilo de liderança, ou seja, mais tecnocrática e racional, sem apelos populares, voltada para o grande desenvolvimento capitalista. Isso se iniciou com a entrada de Rubens Rangel na direção do executivo estadual. Ainda mais: as forças divergentes uniram-se em torno do novo governador, com o propósito de se concretizar a revolução no Espírito Santo. Tais mudanças implicaram a ampliação da racionalização administrativa do Estado e, conseqüentemente, a ampliação do programa desenvolvimentista. Desse modo, chegava ao Espírito Santo, definitivamente, *a revolução*.

CONCLUSÃO

Entender o termo populismo tornou-se algo complexo nos últimos anos. Na visão do senso comum, o líder populista é sempre aquele dotado de carisma e que procura ludibriar as massas em favor de seus interesses pessoais. O primeiro indício do termo aparece nos movimentos rurais russo e americano. Ambos os movimentos enfrentaram os problemas da industrialização e da urbanização.

A primeira informação sobre o termo populismo, no Brasil, apareceu no jornal Folha da Manhã, de 1929, quando o periódico publicou uma nota acerca de um novo movimento literário francês, que era denominado de populismo. Em 1940, o termo retornou às páginas do jornal, mas ganhou uma qualificação política. Na visão dos políticos da época, como também do jornal, o político populista era o indivíduo que prometia, mas não cumpria. Essa imagem permanecerá até os dias atuais no senso comum da coletividade.

A generalização do uso do conceito levou vários autores a qualificarem diversos movimentos políticos como populismo, sem qualquer critério de avaliação. Dessa forma, o conceito tornou-se evasivo e recorrente, ou seja, pouco contribui para uma análise científica.

Não foram poucos os estudiosos que tentaram explicar as experiências populistas. Na América Latina, o precursor é Gino Germani. Em geral, esse autor concebe o populismo como uma etapa de transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial. Numa concepção funcionalista, Germani entende que o populismo é resultado da mobilização de massas, que saem da área rural em destino às áreas urbanas, sendo elas despolitizadas e suscetíveis ao controle da liderança carismática.

Na mesma linha teórica, Torcuato Di Tella compreende o populismo como um movimento político que obtém o apoio dos trabalhadores rurais e urbanos, mas a organização desses trabalhadores nunca é autônoma. Ainda mais: para o êxito daquele fenômeno político, é necessário o apoio das classes não-operárias, partidárias de uma ideologia anti-*status quo*. Também numa visão generalizada, Di Tella entende que há populismo em vários países do mundo, como China, Índia, etc.

Por outro lado, Ernesto Laclau propõe um diagnóstico diferenciado, uma vez que ele parte da análise marxista do populismo. Para o estudioso, o populismo caracteriza-se por ser um movimento de apelo ao povo, passando por cima das divisões de classe. Portanto, para o autor, o populismo é a apresentação de interpelações popular-democráticas, como um conjunto sintético antagônico à ideologia dominante. Isso quer dizer que o populismo começaria quando o discurso do bloco dominante não convencesse as massas, e seria

superado por novas formas de convencimento, por intermédio do discurso popular. Apesar de Laclau fazer várias críticas ao modelo funcionalista, essa teoria ainda permaneceu muito influente no âmbito acadêmico.

Nos anos de 1960, o estudo de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, também foi fundamental para a compreensão do populismo na América. Utilizando a análise histórico-sociológica, os estudiosos entenderam que o populismo é resultado de um processo de desenvolvimento capitalista dependente. De forma semelhante, Octávio Ianni, ao estudar o populismo na América Latina, concluiu que o governo populista é o reflexo de uma combinação entre as tendências do sistema social e as imposições da dependência econômica. Posteriormente, estudos revisionistas buscaram formas diferenciadas de compreender o populismo. Assim, os objetos de estudo desses intelectuais passaram a ser a classe trabalhadora, os meios de comunicação, políticas públicas, etc.

Essas maneiras de conceituar o populismo levaram os estudiosos brasileiros a tentarem entender como ocorre tal fenômeno. O primeiro estudo sobre o populismo no Brasil foi o artigo intitulado: *O que é o adhemarismo?* Nesse artigo, não existe autor identificado, porém é uma primeira análise das problemáticas trazidas pelo populismo na política brasileira. Nesse momento, os intelectuais brasileiros permaneciam influenciados pela teoria de Germani. Na década de 70, outros intelectuais brasileiros incrementaram a discussão com a teoria gramsciana. Mesmo assim, ainda continuaram com grande influência dos estudos anteriores. Entre esses estudiosos, se destacam Octávio Ianni (1978) e Francisco Weffort (2003). O primeiro enxerga o populismo como uma estratégia de desenvolvimento do Brasil, enquanto o segundo procura explicar o populismo como uma crise de hegemonia das oligarquias no Brasil. Por certo, ambos os estudos estavam influenciados pela teoria da modernização, teoria da dependência, e a teoria funcionalista de Germani.

Nos anos de 1980, a insatisfação com o conceito populismo foi tanta, que muitos intelectuais abandonaram a sua utilização. Com novas tendências historiográficas, sobretudo a história cultural, os historiadores brasileiros produziram estudos revisionistas sobre o populismo, se preocupando com questões relacionadas com a classe trabalhadora, a higiene, a pedagogia, os meios de comunicação de massas, a educação física, os sindicatos, etc.

Dessa maneira, o estudo de Angela de Castro Gomes (1994) tornou-se fundamental para se reavaliar a relação entre Estado e classe trabalhadora na Era Vargas. O trabalhador, na visão de Gomes (1994), é um ator social que constrói sua própria história. Já o estudo de Maria Capelato (2009) demonstra, com propriedade, como o Estado varguista e o peronista

utilizaram os meios de comunicação para seduzir as massas populares. Finalmente, o estudo de Jorge Ferreira (2001) contribui com análise do conceito populismo utilizado por cientistas sociais nos últimos anos.

Nesta dissertação, concebemos a experiência populista como uma conjuntura complexa que envolve a estrutura econômica, social, política. Para isso, foram necessárias algumas unidades mínimas de análise, como fazem Mario Alberto Petrone e María Moria Mackinnon (1998). Seguindo o conselho desses estudiosos, para qualificarmos uma experiência política de populismo são necessárias algumas unidades mínimas, a saber: a crise como condição de emergência; a experiência da participação como sustento da mobilização popular; o caráter ambíguo dos movimentos populistas; a base social; a incorporação-exclusão. Todavia, concluímos que essas unidades ainda não satisfaziam o nosso objeto de estudo, portanto foi fundamental acrescentar outras unidades de análise. Assim, incluímos: a transição social, ou seja, a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, isso enquanto experiência real e histórica; a formação social e histórica das realidades estudadas; o desenvolvimento do capitalismo dessas realidades; a ampliação da cidadania e, por último, a liderança carismática. A partir das unidades descritas, concluímos que é possível compreender o objeto de estudo proposto por esta dissertação.

Ao estudamos o estado do Espírito Santo, entendemos que a sua formação social e histórica foi caracterizada pela hegemonia das elites ligadas à produção e exportação do café, desde a Primeira República até a década de 1960. Desse modo, compreendemos que a Revolução de 1930 não modificou o *status quo* das oligarquias hegemônicas. O interventor federal no estado do Espírito Santo, João Punaro Bley, revitalizou a agricultura cafeeira, enquanto a administração federal ampliou as transformações capitalistas por intermédio da industrialização.

Os primeiros anos da redemocratização também não trouxeram modificações substanciais à estrutura do estado. Os três primeiros governos estaduais foram praticamente uma aliança entre as elites cafeeiras e a direção estatal, portanto o desenvolvimento econômico estadual ficou sob a orientação daquelas elites. Além disso, o estado dependia da monocultura cafeeira, porque era sua principal fonte de renda.

Por isso, o governo de Carlos Lindenberg (1947-1950) privilegiou os investimentos na zona rural. Diferentemente se deu com o governo de Jones dos Santos Neves (1951-1954), que, apesar de ser apoiado pelas elites cafeeiras, privilegiou, em seus investimentos, as bases para a industrialização. No entanto, seu projeto de industrialização foi impedido por tais elites.

Ademais, na sua direção administrativa, houve também poucos investimentos nas políticas públicas para massas rurais e urbanas. Finalmente, Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958), embora também estivesse ligado às elites cafeeiras, buscou inaugurar as práticas populistas no Espírito Santo. Mesmo assim, a infra-estrutura social esteve direcionada para a reprodução da economia cafeeira e houve poucos investimentos no melhoramento da qualidade de vida das massas populares rurais e urbanas. Assim, podemos concluir a inexistência da experiência populista no Espírito Santo, entre os anos de 1930 e 1958. Na verdade, o que havia era uma hegemonia das elites cafeeiras, que dificultou a concretização daquela experiência.

Entretanto, a crise do café, iniciada em 1955, provocou desdobramentos socioeconômicos, que atingiram o estado e, precipuamente, as camadas populares rurais. Essas camadas migraram para a região da Grande Vitória, possibilitando a ampliação de uma heterogeneidade social. De certo modo, os migrantes serviram de mão-de-obra para as indústrias, mas estas ainda eram de pequeno porte, se comparadas com as das regiões mais capitalistas do Brasil. Por outro lado, a crise cafeeira também atingiu a hegemonia das elites cafeeiras, possibilitando a manifestação da experiência populista no Espírito Santo.

A concretização de tal experiência se daria nos governos de Carlos Lindenberg (1959-1962) e Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966). O pleito de 1959 levou o PSD a criar condições para inserir as massas populares urbanas e rurais no campo político, com a instituição dos subdiretórios partidários nos bairros populares da Grande Vitória, bem como nos municípios do interior do Espírito Santo. Essa medida permitiu a Carlos Lindenberg, como liderança política, se aproximar dos segmentos populares e, conseqüentemente, possibilitou a participação destes segmentos na arena política.

O pleito de 1962 levou Lacerda de Aguiar, junto com a Coligação Democrática, a fazer uma estratégia diferenciada. Eles não criaram canais de participação política como o PSD. Lacerda de Aguiar convidava as massas populares urbanas e rurais, usando de seu carisma, e magnetismo pessoal. Quando esteve à frente da direção do Estado, Lacerda de Aguiar criou condições de ampliação dos canais de participação popular, realizando as audiências populares. Dessa maneira, o povo se aproximava do governador, exigindo os benefícios materiais, mas numa abordagem pessoal e não por meio de políticas públicas.

Carlos Lindenberg promoveu certo desenvolvimento econômico capitalista, mas de forma lenta e gradual, ao mesmo tempo em que procurava sanar os efeitos danosos da crise da cafeicultura. Inegavelmente, ele viveu uma ambigüidade em seu governo, pois o executivo estadual atendia as demandas dos empresários industriais, e das elites cafeeiras. Já Francisco

Lacerda de Aguiar procurou subordinar a indústria à agricultura. Fundamentou seu projeto governamental em dois pilares: o Plano Educacional de Emergência e o Plano de Industrialização Rural. Ambos os planos visavam dar suporte ao desenvolvimento do setor agrário. Ao contrário de Lindenberg, que se aproximou do empresariado, Lacerda de Aguiar se distanciou dele, de certo modo dando muito mais suporte ao homem do campo.

Certamente, Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar ampliaram sua base social de sustentação de poder. A predominância eleitoral não era mais das elites cafeeiras, pois as migrações campo-cidade trouxeram, para a área urbana, novos atores sociais, que passaram a desempenhar um papel fundamental na política local. Por isso, os dois governadores investiram na ampliação das políticas públicas para as áreas rurais e urbanas.

Como já foi observado, o PSD inovou sua política por meio da criação de subdiretórios, tanto nos bairros populares da Grande Vitória, quanto nos municípios do interior. Nesses locais, o povo era convidado à participação política. Quando esteve na direção do Estado, Lindenberg ampliou a cidadania, por intermédio de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, habitação, segurança. Essas políticas, além de ampliar a cidadania, também incorporaram as camadas populares na arena política.

Por outro lado, a Coligação Democrática de Lacerda de Aguiar não criou canais de participação como o PSD, mas o povo era convocado a participar por meio do magnetismo pessoal de Chiquinho. Esse político subia os morros, conversava com as pessoas, doava balas, cadernos, etc. Dessa forma, as populações pobres aproximavam-se do líder carismático. Na área rural, Chiquinho utilizava o mesmo carisma de aproximação, quando ia a festas do interior.

Na direção do Estado, Lacerda de Aguiar procurou ampliar suas bases de apoio, também por intermédio das políticas públicas, que eram direcionadas, especialmente, às populações desfavorecidas. Tais políticas ampliaram a participação popular, bem como a cidadania. Dessa maneira, ele incluiu, na arena política, os setores populares mais desprivilegiados do Espírito Santo.

Tanto Lacerda de Aguiar quanto Carlos Lindenberg tornaram-se personagens carismáticos, ou seja, elaboraram sobre si uma imagem política capaz de criar credibilidade do povo. Assim, ambos tiveram êxito político, cada qual ganhando duas eleições para governador do estado. Além do mais, a credibilidade criada pelos dois políticos fazia com que o povo imaginasse que tais lideranças poderiam resolver seus problemas pessoais, quando esses problemas deveriam ser resolvidos de modo impessoal. Possivelmente, foi também o carisma que os

ajudou a ganhar os pleitos eleitorais.

De forma geral, a experiência populista no Espírito Santo desapareceu com a queda do governo de Francisco Lacerda de Aguiar, em 1966, porque seu governo foi interceptado pelo movimento militar de 1964. Em geral, o executivo estadual apoiou o golpe de 1964. Isso lhe valeu mais um tempo na administração estadual, contudo, em 1965, as denúncias de corrupção divulgadas por jornais cariocas, implicaram a instauração de um Inquérito Policial Militar e, depois, a renúncia do governador.

Indubitavelmente, Lacerda de Aguiar não se adequava à ideologia do movimento militar, pois foi uma liderança sempre ligada ao povo e que, de modo geral, preconizou uma industrialização voltada para a zona rural, o que não se alinhava com a industrialização proposta pelos militares. Além do mais, o governador Chiquinho feria os preceitos de segurança nacional, isto é, na visão dos militares, tratava-se de uma liderança corrupta e comunista, portanto deveria ser desligada da direção estadual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): Elites políticas e reformismo autoritário.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: o Espírito Santo 1850-1888.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg: Um Estadista de seu tempo.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

ANJOS, Erly Euzébio dos et al. (1987). **Indicadores indiretos de negatividades sociais: produção e reprodução da miséria no Espírito Santo.** Vitória: UFES/Rede Gazeta de Comunicação. Mimeo. (NV 03 Espírito Santo - Século 21).

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **As instituições brasileiras da Era Vargas.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CAMPOS Jr., Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde.** Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo.** Campinas: Papyrus, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** 4. Ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CONNIFF, Michael. L. **A política urbana no Brasil.** A ascensão do populismo 1925-1945. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

DI TELLA, Torcuato S. Populismo e reforma na América Latina. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (org.). **Política & Sociedade**. São Paulo: Companhia editorial nacional, vol.1, 1979.

DINIZ, Eli. **Empresários, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (coleção estudos brasileiros; v. 27).

DOMINGUES, J.M; MANEIRO, M. Revisando Germani: Interpretação da modernidade e a teoria da ação. **Dados Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, ano/ vol. 47, nº004, p 643-668, 2004.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 12 Ed. - São Paulo: Editora Globo, 1997. 2 v.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 15º Ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1995.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

GERMANI, Gino. Fascismo e processo de mobilização. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (org.). **Política & Sociedade**. São Paulo: Companhia editorial nacional, vol. 1, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1989.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GURGEL, Antônio de Paula. **Dr. Carlos: Um homem do campo e sua relação com o poder**. Vitória: Contexto e Jornalismo & Assessoria, 2000.

HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. **A República no Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

IANNI, Octávio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 70, 4ª edição, 1978.

_____. **A formação do estado populista na América Latina**. 2. Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; GURGEL, Antônio de Pádua. **Francisco Lacerda de Aguiar**. Vitória: Contexto, 2007.

LINDENBERG, Carlos. **De viva voz: depoimento de Carlos Lindenberg**. Vitória: Cultural-es,

1989.

MACKINNON, María Moria; PETRONE, Mario Alberto. **Populismo y neopopulismo en América Latina**: El problema de la cenicienta. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: FEES, SD.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. Ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. (Coleção Canaã: 8).

ROCHA, Haroldo Corrêa. A formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial. In: VASCONCELLOS, João G. Moreira; DAVEL, Eduardo P. Barreto (Org.). **Inovações organizacionais e relações de trabalho**: ensaios sobre o Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1998.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. **Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850/1930**. Vitória: UFES/ CCJE/ Dep. Economia/ NEP, 1983.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura & Grande Indústria**: A transição no Espírito Santo 1955-1985. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

SALETTI, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888 - 1930)**. Vitória: EDUFES, 1996.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesse e poder. 2 v. Rio de Janeiro :Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso

da Grande Vitória 1950-1980. Vitória: EDUFES, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4º Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 1 v.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FONTES PRIMÁRIAS:

Fontes da Assembleia Legislativa:

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1959 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, [s.n], 1959.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1960 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, [s.n], 1960.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1961 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, [s.n], 1961.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1965 [por] Francisco Lacerda de Aguiar, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, [s.n], 1965.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1966-1967: Rangel). **Mensagem enviada a Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1966 [por] Rubens Rangel, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, [s.n], 1966.

Fontes do Arquivo Público Estadual:

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas: Assuntos diversos. Ofícios da divisão de obras e executados pela**

SAVOP. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa 155.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas: Ofícios recebidos SAVOP.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1962, caixa 121.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas: Dossiês de projetos de Construções.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960-1961, caixa 07.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas: Ofícios expedidos.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1953-1960, caixa 119.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas: Relatórios.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1947-1959, caixa [s.n].

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas: Ofícios recebidos.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1940-1973, caixa 121.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1958-1959, caixa 618.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa 619.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa 620.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa 621.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa 622.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa 624.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa 625.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa 626.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960, caixa 627.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960, caixa 628.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960, caixa 629.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo:**

Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960, caixa 630.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960, caixa 631.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960, caixa 632.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960, caixa 633.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Telegramas recebidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960, caixa 634.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Telegramas recebidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960, caixa 635.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa 636.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos e recebidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa 637.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público

Estadual, 1961, caixa 638.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa 639.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa 640.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa 642.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa 643.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa 644.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1962, caixa 645.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos e recebidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1962, caixa 647.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos e recebidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1962, caixa 648.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1962, caixa 649.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1962, caixa 650.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa 652.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa 653.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa 654.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa 655.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa 656.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa 657.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa 659.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa 660.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa 662.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa 663.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa 671.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Ofícios expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa 673.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa 674.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa 675.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de**

Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.

Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa 676.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo e a Secretaria da Fazenda.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa 677.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Ofícios recebidos e expedidos pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa 678.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Governo: Correspondências recebidas e expedidas pelo governo do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa 679.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n° 1, outubro, 1963.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n° 2, janeiro, 1964.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n° 3, abril, 1964.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 4, janeiro, 1965.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado.

Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 6, julho, 1965.

Fontes da Biblioteca Pública Estadual:

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria da Fazenda:** Primeiro ano de governo (Palestra pronunciada na Rádio Espírito Santo em 27 de janeiro de 1960, pelo Secretário da Fazenda Armando D' Rabello. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1960.

FONTES SECUNDÁRIAS: JORNAIS E PERIÓDICOS

As confissões de Carlos Lindenberg. **Espírito Santo Agora**. Vitória, n° 5, p. 54-60, mar. 1973.

Carlos Lindenberg: um Cacique em repouso. **Espírito Santo Agora**. Vitória s.n, p. 8-13, dez. 1978

Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, n° 3, p. 22-37, dez.1972.

Um império ou uma empresa? **Espírito Santo Agora**. Vitória, n° 21, p.30-39, dez. 1977.

A reabilitação literária das “classes baixas”. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 02, 4 jan.1930.

Góis Monteiro prevê a derrota do “populismo”. Afirma o senador alagoano que não teve o caráter político o seu encontro com o gen. Dutra. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 02, 3 jun. 1949, 1° caderno.

Apesar do governo Aguiar e com este governo estas cousas aconteceram no ano de 1957. **A Gazeta**, Vitória, p.01, 1 jan. 1957.

Reestruturação do PSD capixaba: Estarão presentes o Senador Lindenberg. **A Gazeta**, Vitória, p.01, 3 jan. 1957.

O Partido Social Democrático do Espírito Santo: Promove a reestruturação de seus sub-

diretórios, com a presença do Senador Carlos Lindenberg e Dr. Eurico Salles. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 9 jan. 1957.

O líder pessedista Carlos Lindenberg: Aglutinação imediata dos bons capixabas para conduzir o Estado ao seu verdadeiro destino: Adoção e fórmula administrativa que enfrente, de peito aberto, graves e sérios problemas que nos desafiam- Modificação total dos falsos determinismos estatísticos. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 10 jan. 1957.

PSD amanhã em Maruípe: Reestruturação de sub-diretório - presença do senador Lindenberg e outros ilustres pessedistas - Entusiasmo no populoso bairro operário. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 11 jan. 1957.

Ilha do Príncipe entra para o PSD: Instala-se amanhã seu primeiro sub-diretório pessedista - reivindicação de numeroso grupo de moradores locais. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 11 jan. 1957.

PSD (hoje à noite) em Maruípe: Reestruturação do sub-diretório local- Presença do Senador Carlos Lindenberg - Presente a bancada estadual sob o comando de Dirceu Cardoso - Condução especial partindo da sede do PSD. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 11 jan. 1957.

Maruípe acolheu o PSD entusiástica e vibrantemente: Carinhosa recepção aos líderes pessedistas pelo senador Lindenberg - Reestruturado o subdiretório local - Aplausos e confiança para a linha partidária de trabalho e realização. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 12 jan. 1957.

O PSD instala hoje na Ilha do Príncipe seu primeiro sub-diretório: Sob a chefia do senador . *A Gazeta*, Vitória, p.01, 12 jan. 1957.

Carlos Lindenberg estarão presentes destacados lideres da agremiação - Organizada verdadeira manifestação de entusiasmo e confiança na agremiação pessedista. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 12 jan. 1957.

Porque o PSD é acolhido pelo povo: descumprimento de excessivas promessas da situação; linha de conduta serena, objetiva e franca; propósitos elevados, patrióticos e permanentes. *A*

Gazeta, Vitória, p.01, 16 jan. 1957.

PSD leva (hoje ao IBES seu programa de trabalho: Importante reunião com a presença do Senador Lindenberg e destacados líderes pessedistas - Entusiasmo fora do comum em torno da visita do PSD ao populoso bairro. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 19 jan. 1957.

Sangue, suor e trabalho-eis o PSD. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 22 jan. 1957.

PSP- Um partido de amigos. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 6 fev. 1957.

Movimento partidário: Instala-se amanhã sub-diretório PSD Caratoíra: Inauguração da sede própria a Ilha do Príncipe - Instalação amanhã do sub-diretório de Mulembá - Estará presente às solenidades: o senador Lindenberg. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 15mar. 1957.

Movimento partidário: PSD reúne-se hoje: o programa para instalação sub-diretório Santo Antônio. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 20 mar. 1957.

PSD (organizado e dinâmico) em Paul. Reorganizado o sub-diretório local em colaboração com os eminentes e valorosos moradores. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 26 mar. 1957.

"Semana de pessedista" e convenção estadual. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 14 mai. 1957.

PSD hoje à noite no Forte reestrutura seu sub-diretório: inicia-se a "semana pessedista" com festividades que culminarão no próximo dia 26 - presentes o senador Lindenberg e outros líderes - Entusiasmo e vibração nos bairros. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 18 mai. 1957.

Defende o senador Carlos Lindenberg, na câmara Alta, os interesses do cafeicultor. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 13 jul. 1957.

PSD: dias 31 e 7 de agosto - reunião na sede. Assunto: reestruturação dos sub-diretórios de Jucutuquara, Bairro de Lourdes, Santa Lúcia e Goiabeiras. Dia 12 (segunda-feira): reunião na sede com a presença do Senador Carlos Lindenberg. Dias 16 - 17 - 18: reestruturação dos diretórios de Jucutuquara, Bairro de Lourdes, Santa Lúcia e Goiabeiras. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 31 jul. 1957.

Santa Lúcia recebeu com entusiasmo a caravana do Partido Social Democrático: Constituído festivamente o sub-diretório local com a participação de nomes expressivos - Senador Lindenberg prestigiou a reestruturação partidária. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 20 ago. 1957.

PSD instala-se com entusiasmo no distrito de Marilândia (Colatina): reestruturado o diretório distrital com expressivos nomes da coletividade - presença de próceres do PSD. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 6 nov. 1957.

Carlos (PSD) e Raul (PSP) unidos para salvar o Espírito Santo. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 14 abr. 1958.

“Não prometemos o impossível, não fazemos milagres, nem oferecemos aquilo que uma boa administração não possa ou não deva realizar”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 25 mai. 1958.

“É o único capaz de consertar isto”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 15 jul. 1958.

Avança a CARAVANA DA VITÓRIA: Os candidatos se salvação do Espírito Santo estarão hoje à noite na Ilha de Santa Maria: grande comício naquele bairro, com a presença de Carlos, Raul, Pereira Franco e outros líderes pessedistas. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 5 jul. 1958.

Carlos Lindenberg visitará (hoje) o IBES: pessedistas e populistas do continente prepararam grande manifestação ao candidato da vitória - será mais uma afirmativa de certeza na vitória da coligação PSD-PSP - Os oradores da campanha de redenção falarão ao povo. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 19 jul. 1958.

Consagração a Carlos e Raul em Colatina e Cachoeiro. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 5 out. 1958.

Carlos (sozinho) supera Eurico e Floriano (juntos): Com o conhecimento de novos resultados aumenta a vantagem do candidato do PSD-PTB - Admitida a impossibilidade de qualquer modificação no panorama das apurações - O candidato vitorioso acompanhou os primeiros resultados no interior, regressando ontem a esta capital - Os novos destinos do PTB e a posição do PSP estadual - A UDN está satisfeita (com exceção do Estado) com os resultados obtidos. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 8 out. 1958.

“Sensacional repto do Governador Lindenberg a Chiquinho”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 23 mar. 1959.

Carlos Lindenberg: "Promoverei, dentro das possibilidades, a felicidade e a grandeza da terra capixaba". *A Gazeta*, Vitória, p.01, 1 fev. 1959.

E o déficit do Estado: Cr\$ 2.424.24300,00 verdadeira herança do governo findo em números reais e indesmentíveis. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 3 fev. 1959.

Governo propõe medida de alto interesse da lavoura: Estabelecimento de normas para mais adequada aplicação da taxa de defesa do café - entrosamento das características técnico-administrativas da ACARES e da secretaria de agricultura, para uma assistência técnica efetiva do cafeicultor. *A Gazeta*, Vitória, p.01,4 set. 1959.

Horizontes novos para o Esp. Santo com seu levantamento geo-econômico: A federação das Indústrias do E.Santo (sob presidência de Américo Buaiz) já realizou um trabalho que só o futuro poderá qualificar- Valiosa colaboração do presidente da CNI. Lídio Lunardi, cujo nome passa a integrar o quadro dos grandes beneméritos do Estado - Resulta por proveitosos da visita do Dr. Jacy Magalhães - dentro de breve tempo o nosso Estado disporá de um verdadeiro mapa definido todas as nossas possibilidades industriais e econômicas. *A Gazeta*, Vitória, p.01,10 set. 1959.

A palavra do governador no centro de comércio de café: Discurso proferido por S. Excia. Dr. Carlos Lindenberg no ato inaugural do Palácio do café. *A Gazeta*, Vitória, p.01,11 set. 1959.

Importantes medidas para a agricultura. *A Gazeta*, Vitória, p.01,16 set. 1959.

Governo recebe aplausos: medida em favor do café: Entusiásticas mensagens de congratulações, pela proposta governamental que prevê alterações na aplicação da taxa de café - iniciativa que demonstra ampla visão de um homem público dotado do mais alto espírito ruralista. *A Gazeta*, Vitória, p.01,3 out. 1959.

Minuciosas observações de ensino fez Bolívar durante sua visitas ao interior: Inspeção

delineia dias, nas delegacia de ensino Italumbé, Afonso Cláudio, Itaguaçu, Itarana, Baixo Guandú, São Francisco, Mantenópolis, e Ecoporanga - Confiança do pronunciamento, nas medidas adotadas pelos Governo. *A Gazeta*, Vitória, p.01,7 out. 1959.

Economistas chegam (hoje) a Vitória para estudar levantamento. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 8 out. 1959.

Plano de amparo à lavoura cafeeira: Interamos hoje a divulgação do plano governamental de assistência à lavoura do café - Execução do programa de aplicação da taxa de defesa do café - A importância do café para economia do Espírito Santo. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 9 out. 1959.

Plano de Amparo a lavoura cafeeira: coordenação de vários órgãos para a recuperação da lavoura. Todas as entidades ligadas ao meio rural, terão participação na campanha de melhoria das condições da lavoura do café-a ACARES e sua responsabilidade na execução do plano. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 13 out. 1959.

Governo revendeu para os lavradores no mês de setembro: Cr\$ 4.541.690,30. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 15 out. 1959.

Técnicos da CNI e a Federação das Indústrias ultimaram entendimentos para levantamento econômico: com a visita de ontem do Sr. Jacy Magalhães e sua equipe deu-se início ao importante trabalho - presidente da Federação das Indústrias, Américo Buaid, será supervisor do grupo local - Assunto da mais alta importância para o progresso do Espírito Santo. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 22 out. 1959.

Governo terá seção de economia rural. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 18 nov. 1959.

BC financiará os cafeicultores para renovação de suas lavouras. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 8 dez. 1959.

Financiáveis as operações das patrulhas mecanizadas. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 27 dez. 1959.

Hoje no parque de exposições de Itacibá a inauguração das patrulhas mecanizadas: 10 horas.

A Gazeta, Vitória, p.01, 30 dez. 1959.

Entenderam-se líderes sindicais com governador: preço de energia. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 8 jan. 1960.

Governo do Estado iniciou ampliação: Hospital infantil. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 31 jan. 1960.

Tem capacidade a ACARES para efetuar a expansão de nossa lavoura de café. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 01 fev. 1960.

507 docentes de emergência normalistas (no interior do Estado). *A Gazeta*, Vitória, p.01, 9 fev. 1960.

Com Bolívar na secretaria: Torna-se encorajadora realidade a construção de Escolas rurais. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 20 fev. 1960.

Governador sancionou ontem: "Amparo à Lavoura cafeeira". *A Gazeta*, Vitória, p.01, 28 fev. 1960.

Governador propõe doação de terreno aos sindicatos. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 3 mai. 1960.

Eletrificação e desenvolvimento: novas perspectivas para o Estado. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 11 mai. 1960.

Governador promove movimento para obra da BR-5 prosseguirem. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 10 jun. 1960.

Governador inaugurou estrada postos de saúde e de revenda. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 15 jun. 1960.

Governador pede cota de tratores do IBC para lavradores capixabas. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 23 jun. 1960.

Apoio das comunidades rurais foi decisivo para construções dos novos prédios escolares. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 06 out. 1960.

"Todas as sedes municipais terão água encanada até final de 61": fala Carlito. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 11 nov. 1960.

JK no Espírito Santo (dia 29) para inaugurar várias obras. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 25 nov. 1960.

Pavimentação e energia: metas que serão desenvolvidas em 61. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 1 jan. 1961.

Sociólogos realizam estudos do nosso meio rural com a colaboração do governo. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 11 jan. 1961.

Governo de Carlos Lindenberg abre novos horizontes para o Estado do Espírito Santo. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 31 jan. 1961.

Governador sancionará solenemente (amanhã) a lei que cria o Conselho de Desenvolvimento. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 9 fev. 1961.

Autorizada a mudança da CRVD para Vitória. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 4 fev. 1961.

Eliezer Batista chega hoje a Vitória. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 5 abr. 1961.

Lindenberg agradece a Jânio mudança da CVRD. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 7 abr. 1961.

Dr. Carlito empenhado em resolver problemas da água para os morros da capital. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 7 abr. 1961.

Instrução 205 leva ao Rio o Governador e secretários da Fazenda e Agricultura. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 17 mai. 1961.

DES promove curso no centro Saúde-escola de Vila Velha e entrega nova unidade ao povo. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 5 dez. 1961.

Campanha do DES alcança completo êxito: vacinação. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 2 jan. 1962.

Lindenberg e Jones realizam encontro de grandes líderes. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 8 jan. 1962.

Movimenta-se o Partido Social Democrático em função das eleições de outubro próximo. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 10 jan. 1962.

Programa de construções escolares para este ano: mais 215 escolas. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 24 jan. 1962.

Atendida a solicitação do governador Lindenberg: BID proporcionará mais de 600 milhões de cruzeiros para toda a agricultura capixaba. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 26 jan. 1962.

Programa "Aliança para o Progresso" estabelece prioridade para projeto de auxílio ao esquema educacional. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 9 fev. 1962.

Repercute bem no Estado o lançamento do nome de Jones dos Santos Neves. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 9 fev. 1962.

Governo Federal promoverá erradicação de um bilhão de pés de café em 1962. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 9 fev. 1962.

Lindenberg volta à lutar: café. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 27 mai. 1962.

Toniato: É hora de o PSD crescer e manter sua posição majoritária. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 29 dez. 1962.

“PSP e PRP sobraram na composição do secretariado Lacerda de Aguiar”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 8 jan. 1963.

“Liderança pessedista na cidade: reunião”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 19 jan.1963.

“Pessedistas a aprovaram ontem irredutível união dinâmica para que agremiação progrida”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 20 jan.1963.

“Aliança destinou 2 milhões de dólares para diversificação agrícola no Estado”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 6 fev.1963.

“PSP pressionando Chiquinho: ou Nilo fora do secretariado ou partido deixa o governo”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 2 jul.1963.

“Agravou-se a crise permanente da administração estadual: Nilo Cunha deixa a pasta da Educação”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 8 ago.1963.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade será sábado em Vitória. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 23 abr.1964.

“Milhares de pessoas na Marcha da Família”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 27 abr.1964.

“Pedida intervenção federal no ES às vésperas da chegada do presidente Castelo Branco”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 27 abr.1964.

“Governo compra máquinas velhas: comissões gordas”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 11 set.1965.

“Jornal da Guanabara acusa Lacerda de Aguiar: recebeu 325 milhões (gorda comissão)”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 14 set.1965.

“Preocupações envolvem governo: caso Ferrinho”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 2 out.1965.

“Inquérito policial militar no Estado do Espírito Santo foi encerrado ontem”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 8 out.1965.

“Federação das Indústrias apresentou documento sobre criação da zona industrial”. *A Gazeta*,

Vitória, p.01, 20 out.1965.

“Oswaldo Zanello: Chiquinho é marcada e remarcadamente um governador corrupto”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 24 out.1965.

“Classes produtoras do E.S oferecem apoio ao ato n° 2”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 29 out.1965.

“A qualquer hora na Assembléia o IPM sobre a administração de Chiquinho”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 9 nov.1965.

“IPM contra Chiquinho chega à Assembléia: graves acusações”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 31 nov.1965.

“Ferrinho declarou ao IPM que deu dinheiro e bens ao governador no voltar de quarenta e dois milhões”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 12 nov.1965.

“Chiquinho pediu à assembléia crédito de 73 milhões para fazer pagamento a Ferrinho”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 15 nov.1965.

“Enviado especial do Presidente da República em nossa capital”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 15 set.1965.

“Ferrinho no IPM dei 7 milhões ao secretário Hélio”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 14 nov.1965.

“Assembléia inicia apurações das responsabilidades de Chiquinho”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 17 nov.1965.

“Governador pediu à Assembléia mais 500 milhões para Ferrinho”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 17 nov.1965.

“Telegrama de Juraci à Assembléia: Resguardo contra qualquer ação comunizante, corrupta e subversiva”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 18 nov.1965.

“Comissão Especial deve receber ainda hoje os autos do IPM e as denúncias contra Chiquinho”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 19 nov.1965.

“Ferrinho demonstrou no IPM como são fáceis as coisas no governo de Francisco Lacerda de Aguiar”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 22 nov.1965.

“Ferrinho alinhavou para IPM bens que conseguiu em 2 anos”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 23 nov.1965.

“Novas e surpreendentes revelações de Ferrinho: Recebi mais dinheiro do que em obras realmente realizadas”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 24 nov.1965.

“Berardinelli relaciona para autoridades do IPM empreiteiros preferidos”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 25 nov.1965.

“Berardinelli incrimina Élio Viana no IPM: Secretário recebia Cr\$ 100.000 pela folha operária fantasma”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 26 nov.1965.

“Élio Viana declara: governador autorizava pagamentos a Ferrinho”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 27 nov.1965.

“Élio Viana ao IPM: Governador determinava ao secretário da fazenda os créditos para Ferrinho”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 29 nov.1965.

“Élio declarou que quis afastar Ferrinho mas o governador não deixava”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 30 nov.1965.

“Élio Viana: Ferrinho pagou projeto que fia para residência do governador”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 1 dez.1965.

“Ferrinho disse ao IPM que deu dinheiro a Antônio Berardinelli”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 6 dez.1965.

“Ferrinho diz que para encarregados do IPM que Eurico vendeu-lhe um terreno (e outras facilidades)”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 7 dez.1965.

“Coronel Dilermando fez importantes declarações à imprensa ontem à noite”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 11 dez.1965.

“Ferrinho ao Cel. Queiroz: não sofri qualquer coação”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 11 dez.1965.

“Graves irregularidades em novas revelações: Onze novas firmas fantasmas para negociar terras”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 16 dez.1965.

“Cel. Dilermando em Vitória desde ontem e manteve entendimentos com a Comissão”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 8 jan. 1966.

“Coronel Dilermando à Imprensa: No Espírito Santo estão em exame condições que podem indicar menosprezo à revolução”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 10 jan. 1966.

“Ferrinho enterrou peças do trator na Reta da Penha: Contrabando”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 10 jan. 1966.

“Lacerda de Aguiar prometeu enquadrar seu governo com Revolução: só promessa”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 15 jan. 1966.

Coronel Dilermando em Vitória até o final dos acontecimentos. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 29 jan. 1966.

“Rubens Rangel assume governo hoje com secretariado inteiramente técnico”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 1 fev. 1966.

“Ex-governador Lacerda de Aguiar retira seus pertences do Anchieta”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 1 fev. 1966.

“Forças Armadas, Justiça, Legislativo e o povo prestigiaram a posse de Rangel”. *A Gazeta*,

Vitória, p.01, 2 fev. 1966.

“Governador Rubens Rangel recebeu bancada da minoria: apoio integral”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 3 fev. 1966.

“Coligados absolvem Chiquinho votando contra a revolução”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 5 fev. 1966.

“Lacerda de Aguiar solicitou devolução da carta-renúncia”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 26 mar. 1966.

“Deputado propuseram ontem impedimento de F. L. Aguiar”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 30 mar. 1966.

“Dilermando afirma que encontrou ponto final para crise: Chiquinho renúncia de novo mas (desta vez) vai cumprir”. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 31 mar. 1966.

Pesquisa em meios eletrônicos

IBGE, Estatísticas do Século XX. Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Vários acessos.

Tribunal Regional Eleitoral- Eleições. Disponível em: <www.tre-es.gov.br>. Vários acessos.

ANEXO 1
TABELAS E QUADROS

TABELA I. NÚMEROS DE ESTABELECIMENTOS RURAIS E PRODUÇÃO DE CAFÉ POR MUNICÍPIO E REGIÕES DO ESPÍRITO SANTO 1920-1927

REGIÕES E MUNICÍPIOS	1920					1927		PRODUÇÃO 1927/ PRODUÇÃO 1920	
	Nº DE TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS PROD. CAFÉ	(2/1) %	PRODUÇÃO (SACAS)		PRODUÇÃO (SACAS)		V. ABSOLUTA	V. RELATIVA
				QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%		
REGIÃO DA CAPITAL	13.012	10.565	81,2	501.922,30	48,7	984.468	51,8	482.545,70	95,1
Afonso Cláudio	502	500	99,6	29.376,70	2,8	93.206	4,9	63.829,30	217,3
Alfredo Chaves	665	609	91,6	38.148,30	3,7	57.719	3	19.570,70	51,3
Benevente	378	323	85,4	12.391,70	1,2	9.829	0,5	-2.562,70	-20,7
Boa Família	589	577	98	59.886,70	5,8	111.217	5,9	51.330,30	85,7
C. de S.									
Leopoldina	1.476	629	42,6	23.965,00	2,3	70.787	3,7	46.822,00	195,4
Cariacica	386	376	97,4	14.488,30	1,4	12.548	0,7	-1.940,30	-13,4
Espírito Santo	37					1.083	0,1	1.083,00	
Guarapary	713	672	94,2	27.876,70	2,7	32.747	1,7	4.870,30	17,5
Nova Almeida	582	540	92,8	22.516,70	2,2	32.517	1,7	10.000,30	44,4
Pau Gigante	940	639	68	24.303,30	2,4	75.459	4	51.155,70	210,5
Piúma	466	438	94	35.533,30	3,4	50.084	2,6	14.550,70	40,9
Riacho	699	583	83,4	18.426,70	1,8	19.317	1	890,3	4,8
Santa Cruz	372	269	72,3	9.626,70	0,9	30.478	1,6	20.851,30	216,6
Santa Isabel	1.448	1.165	80,5	27.250,00	2,6	47.731	2,5	20.841,00	75,2
Santa Tereza	1412	1.373	97,2	97.096,70	9,4	127.218	6,7	30.121,30	31
Serra	339	315	92,9	9.441,70	0,9	34.195	1,8	24.753,30	262,2
Viana	236	198	83,9	5.416,70	0,5	20.524	1,1	15.107,30	278,9
Vitória	40	25	62,5	1.025,00	0,1	10.009	0,5	8.984,00	876,5
REGIÃO SUL	6.344	4.619	72,8	491.843,30	47,7	880.781	46,4	388.937,70	79,1
Alegre	1.285	1.065	82,9	104.805,00	10,2	244.400	12,9	139.595,0	133,2
C. de Itapemirim	1.920	1.220	63,5	58.783,30	5,7	186.500	9,8	127.736,70	217,4
E.S. do Rio Pardo	654	540	82,6	31.051,70	3	63.016	3,3	31.964,30	102,9
Itapemirim	358	90	25,1	4.105,00	0,4	157	0	-3.948,00	-96,2
P. do Itabapoana	108	73	67,6	5.730,00	0,5	8.997	0,5	3.267,00	57
Rio Novo	407	371	91,2	28.175,00	2,7	52.976	1,4	-2.199,00	-7,8
Rio Pardo	314	205	65,3	32.850,00	3,2	14.585	0,8	-18.265,00	-55,6
S.J. do Muqui	191	169	88,5	54.413,30	5,3	61.429	3,2	7.015,70	12,9
S.J. do Calçado	381	330	86,6	54.745,00	5,3	64.413	3,4	9.668,00	17,7
S.P. do Itabapoana	726	556	76,6	117.205,00	11,4	211.308	11,1	94.103,00	80,3
REGIÃO NORTE	33.317	2.525	76,1	37.878,40	3,7	35.250	1,9	-2.528,40	-6,9
Conceição da Barra	437	211	48,3	3.471,70	0,3	4.000	0,2	528,30	15,2
Linhares	1.732	1.334	77	45.151,70	4,4	148.000	7,8	102.846,30	227,8
São Mateus	1.148	980	85,4	34.406,70	3,3	-31.250	1,6	-3.156,70	-9,2
TOTAL	20.941	16.375	78,2	1.031.644,00	100	1.900,70	100	869,10	84,2

FONTE: ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 100

TABELA II. QUANTIDADES EXPORTADAS DE CAFÉ (MÉDIAS QUINQUENAIS). ESPÍRITO SANTO 1895-99/1925-29 (SACAS DE 60 Kg)

QUINQUÊNIO	MÉDIAS	CRESCIMENTO %
1895-99	563.515	-
1900-04	534.723	-5,1
1905-09	599.854	12,2
1910-14	537.375	10,42
1915-19	772.677	43,8
1920-24	1.063.538	37,6
1925-29	1.255.929	18

FONTE: ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 103

TABELA III. RECEITA TOTAL E RECEITA GERADA PELO CAFÉ. ESPÍRITO SANTO 1895-99/1929

ANOS	RECEITA TOTAL	RECEITA DO CAFÉ	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
1895-99	3.901,20	3.084,70	79,1
1900-04	2.500,50	1.984,20	79,4
1905-09	2.485,30	1.757,30	70,7
1910-14	3.931,30	2.630,10	66,9
1915-19	5.703,30	3.906,60	68,9
1920-23	13.441,80	9.767,30	72,7
1929	39.241,80	27.767,90	70,8

FONTE: ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 106

TABELA IV. NÚMERO DE CAFEEIROS PLANTADOS. ESPÍRITO SANTO 1940-1987

Anos	Número de cafeeiros plantados		
	Total	Em produção	Novos
1940	257272755	212997130	44275625
1950	359238801	247146325	85092476
1960	447645103	360431122	87213981
1970	234845114	202613200	32231914
1975	247165671	193756765	53408906
1980	447114159	298598296	148515863
1985	645214793	485175737	160039056
1987	672147000	534004000	138143000

FONTE: ROCHA; MORANDI, 1991, p.49

TABELA V. POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL NOS RECENSEAMENTOS DE 1940, 1950 E 1960, SEGUNDO AS REGIÕES FISIográfICAS E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	a) Números absolutos								
	POPULAÇÃO (habitantes)								
	Total			Urbana			Rural		
	1940	1950	1960(1)	1940	1950	1960(1)	1940	1950	1960(1)
Norte									
Rondônia	—	36 935	70 783	—	13 816	30 842	—	23 119	39 941
Acre	79 768	114 755	160 208	14 138	21 272	33 998	65 630	93 483	126 210
Amazonas	438 008	514 099	721 215	104 789	137 736	239 659	333 219	376 363	481 556
Rio Branco	—	18 116	29 489	—	5 132	12 717	—	12 984	16 772
Pará	944 644	1 123 273	1 550 935	286 865	389 011	630 672	657 779	734 262	920 263
Amapá	—	37 477	68 889	—	13 900	35 390	—	23 577	33 499
Nordeste									
Maranhão	1 235 169	1 583 248	2 492 139	185 552	274 288	448 509	1 049 617	1 308 960	2 043 630
Piauí	817 601	1 045 696	1 263 368	124 197	170 584	298 152	693 404	875 112	965 216
Ceará	2 091 032	2 695 450	3 337 856	475 028	679 604	1 124 829	1 616 004	2 015 846	2 213 027
Rio Grande do Norte	768 018	967 921	1 157 258	164 248	253 765	435 189	603 770	714 156	722 069
Paraíba	1 422 282	1 713 259	2 018 023	311 402	456 716	708 051	1 110 880	1 256 543	1 309 972
Pernambuco	2 688 240	3 395 185	4 136 900	787 808	1 167 400	1 856 689	1 900 432	2 227 785	2 280 211
Alagoas	951 300	1 093 137	1 271 062	229 126	286 379	428 228	722 174	806 758	842 834
Fernando de Noronha	—	581	1 389	—	581	1 389	—	—	—
Leste									
Sergipe	542 326	644 361	760 273	166 241	204 984	295 929	376 085	439 377	464 344
Bahia	3 918 112	4 834 575	5 990 605	937 571	1 250 507	2 083 716	2 980 541	3 584 068	3 906 889
Minas Gerais	6 736 416	7 717 792	9 798 880	1 693 040	2 320 054	3 940 557	5 043 376	5 397 738	5 858 323
Serra dos Aimorés	66 994	160 072	384 297	1 535	7 112	33 916	65 459	152 960	350 381
Espírito Santo	750 107	861 562	1 188 665	157 008	194 935	379 689	593 099	666 627	808 976
Rio de Janeiro	1 847 857	2 297 194	3 402 728	693 201	1 091 359	2 077 221	1 154 656	1 205 835	1 325 507
Guanabara	1 764 141	2 377 451	3 307 163	1 519 010	2 303 063	3 223 408	245 131	74 388	83 755
Sul									
São Paulo	7 180 316	9 134 423	12 974 699	3 168 111	4 804 211	8 149 979	4 012 205	4 330 212	4 824 720
Paraná	1 236 276	2 115 547	4 277 763	302 272	528 288	1 327 982	934 004	1 587 259	2 949 781
Santa Catarina	1 178 340	1 560 502	2 146 909	253 717	362 717	695 347	924 623	1 197 785	1 451 562
Rio Grande do Sul	3 320 689	4 164 821	5 448 823	1 034 486	1 421 980	2 445 774	2 286 203	2 742 841	3 003 049
Centro-Oeste									
Mato Grosso	432 265	522 044	910 262	128 727	177 830	364 004	303 538	344 214	546 258
Goiás	826 414	1 214 921	1 954 862	142 110	245 667	599 404	684 304	969 254	1 355 458
Distrito Federal, Brasília	—	—	141 742	—	—	89 698	—	—	52 044

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento. Tabela Extraída de: Tabela extraída de Anuário estatístico do Brasil 1962. Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, 1962.

(1) Resultados Preliminares.

QUADRO 1. PARTIDOS POLÍTICOS DO ESPÍRITO SANTO PÓS-45.					
PARTIDO POLÍTICO	SIGLA	ANO DE FORMAÇÃO	PRINCIPAIS INTEGRANTES	FORÇAS SOCIAIS REPRESENTADAS	OBSERVAÇÕES
Partido Social Democrático	PSD	1945	Jones dos Santos Neves, Fernando Abreu, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Oswaldo Guimarães, Otto de Oliveira Neves, Manoel Silvino Monjardim, Abner Mourão, Atílio Vivácqua, Aristeu Borges de Aguiar, Asdrúbal Soares, Carlos Marciano de Medeiros, Paulo Resende, Eurico Salles de Aguiar.	Tal partido agregou maior número possível de lideranças políticas e suas respectivas correntes e facções. Não se importou com a natureza ideológica, ou com as suas posições situacionistas ou oposicionistas. Teve também como integrante as forças políticas do antigo Partido republicano do Espírito Santo, e do antigo Partido Social Democrático do Espírito Santo, fundado em 1933 e extinto com o Estado Novo.	Tinha vinculações getulistas, atuavam numa ideologia nacionalista
União Democrática Nacional	UDN	1945	Dr. Miletto Rizo, Nilton Barros, Carlos de Figueiredo Cortes Luiz, Tinoco da Fonseca, Eurico Resende, Rosendo Serapião de Souza Filho, José Cupertino de Almeida, Argeo Lorenzoni, Fernando Monteiro Lindenberg, Major Paulo Magalhães, Constância Neves Espíndula, Orlando Carielo, Graciano Neves Espíndula, Alvino Gatti, Wlafredo Zamprogno.	Era formada pela elite intelectual do Espírito Santo: Médicos, advogados e jornalistas.	Reunia maioria não getulista do Espírito Santo, rivais ao PSD. Agregavam médicos e advogados do interior, assim como coronéis que não se solidarizavam com o PSD. Tentavam constituir diretórios na maioria dos municípios do Estado e também na capital.
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB	1945	Manoel Viana Neto, Antônio Jacob da Paixão, Alcyr de Souza Poubel, Adelpho Poli Monjardim, Guilherme dos Santos Neves, Luiz Batista, Mozart Medina de Mendonça, Nilo Guimarães, Saturnino Rangel Mauro, Racine Leão Castelo, Floriano Lopes Rubim (entrou depois dos anos 50).	Empresários industriais, proprietários urbanos, exportadores, comerciantes e lideranças sindicais.	Tinha na sua origem integrantes do movimento queremista, apesar de não ter número significativos de trabalhadores urbanos. Estava ligado a ideologia getulista. Nos anos 50 ampliou suas bases políticas para o interior do Espírito Santo, conquistando a adesão de diversos coronéis, principalmente da região norte.
Partido Republicano Democrático	PRD	S/D	Alberto Stange Júnior, Manoel Deusdedit Silva, Manoel dos Passos Barros, Atila Correa da Silva, Floriano Lopes Rubim, Manoel de Oliveira Lima, Fenelon Gomes, Henrique Viera Ribeiro.	Fundado pelo presidente da Convenção Batista Capixaba. No plano nacional era formado por grupos cristãos não católicos. Eles tiraram suas bases eleitorais dos cristãos não católicos.	
Partido Comunista Brasileiro	PCB	Renasceu em 1945	-	Atuou mais nos centros urbanos com Vitória e Cachoeiro de Itapemirim.	Mesmo com o domínio dos coronéis, tal partido obteve boa expressão política nas eleições de 1947.
Partido Republicano	PR	1947	Manoel Silvino Monjardim, Edgar Castro, Ailton Tovar e Atílio Vivácqua.	Surge como dissidência do PSD em nível estadual.	
Partido Democrata Cristão	PDC	1945, reorganização em 1946	Fernando Duarte Rabelo, Mário Aristides Freire, Oswald Cruz Guimarães, Cristiano Fraga, Jofre Virgílio Lobo, Oscar Almeida Gama, Arnulpho Mattos, Licínio Loureiro, João Punaro Bley, Dório Silva, Sebastião Gama, João Soares, Manoel A. Siqueira, Adriano de Brito Pereira, Álvaro Mattos, Francisco Feu Rosa, Caio Martins, Adherbal Galvão, José Mattos França, Felício Benardinelli, Olindo Couto de Aguirre, Astolpho Lobo, Suctônio Peixoto, A. Marinho Barbosa, Jairo Pereira, Evandro Figueiredo, José Vieira Coelho, Fernando Alves Duarte, Alfredo Nunes Ferreira.	Lideranças políticas que se solidarizavam com o interventor Bley, mas foram desalojados do Estado no período da redemocratização. Eles não se afinavam com os partidos existentes. Além disso, Bley tinha pretensões de candidatar-se a cargos majoritários nas eleições de 1947, dessa forma, ele e outras lideranças reuniram esforço no sentido de fortalecer o partido citado.	Vinculado a igreja católica. Algumas lideranças estavam vinculadas ao movimento integralista.
Partido de Representação Popular	PRP	1947, Reorganização nos anos 50	Antenor Hermínio Bassini, Lino Ceotto, Angelo Perim (município de Castelo). Sebastião Silva Marreco, Henrique Ruschi, Angelo Frechiani, Luiz Gasparini (Município de Santa Tereza). José Fávoro, Silvino Possato, Lastênio Calmon, Silvério Del Caro; Antônio Barroso Gomes (Município de Ibirajó). Pergentino Vasconcelos; Henrique Santana; Josaphá dos Santos, Alberto Ceolim, Guerino Camata, Pedro Ceolim; Moacir Soeiro (municípios de Colatina, Bananal, Marilândia). Padre Ponciano dos Santos Stenzel. Anos 50, surge como líder o carioca Oswaldo Zanello.	Remanescentes do Integralismo no Espírito Santo, portanto atingiu, sobretudo regiões de colonização italiana e alemã.	
Esquerda Democrática (Partido Socialista Brasileiro)	ED/PSB	1947	Eugênio Lindenberg Sette, Geraldo Costa Alves, Nilo Martins Cunha, Miguel Leão Borges, Evandro Miranda, José Leão Nunes, Luiz Silva, Olegário Ramalhete, Wilson Borges Miguel, Nelson Abel de Almeida.	Intelectuais, advogados, jornalistas e professores.	Foi fundado em áreas urbanas, em Vitória, mas tinha maior representação em Cachoeiro de Itapemirim.
Partido Social Progressista	PSP	1950	Carlos Marciano de Medeiros, Asdrúbal Soares, Lourival de Almeida, José Cupertino de Almeida, Joaquim Leite de Almeida, Harry de Freitas Barcelos.	Dissidentes do PSD e da UDN.	Vertente Adhemarista.
Partido Orientador Trabalhista	POT	1950			Disputou as eleições de 1951, sendo cassado pelo STE em 12/10/51.
Movimento Trabalhista Renovador	MTR	1960	Rubens Gomes, Mário Gurgel, Berredo de Menezes.	Dissidentes de PTB.	Eleitorado na região metropolitana
Partido Trabalhista Nacional	PTN	1960	Floriano Lopes Rubim (dissidente do PTB) Moacyr Brotas.	Dissidentes de PTB.	Disputou somente as eleições de 1962 com candidatos

FONTE: ADAPTAÇÃO DO LIVRO ESPÍRITO SANTO: ESTADO, INTERESSE E PODER DE MARTA ZORZAL E SILVA.

QUADRO 2. COMPOSIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO GOVERNO CARLOS LINDENBERG (1947-1950)			
INSTITUIÇÃO	TITULAR	PARTIDO	OBSERVAÇÕES
Secretaria do Interior e Justiça	José Rodrigues Sette	PSD	
Comando da Polícia Militar	Messias Lins de Oliveira Chaves	PSD	
Secretaria da Agricultura	Napoleão Fontenelle	PSD	
Secretaria de Educação e Cultura	Fernando de Abreu	PSD	
Secretaria de Governo	Erildo Martins	PSD	
Prefeitura de Vitória	Ceciliano Abel de Almeida	PSD	
Secretaria da Fazenda	Olímpio José de Abreu	UDN	
Procuradoria Geral do Estado	Antônio Pereira Lima	UDN	Rompimento com o PSD levou ao preenchimento dos cargos públicos: Secretária da Fazenda = Nelson Goulart Monteiro; Procuradoria Geral= Vicente Caetano.
Secretaria de Saúde e Assistência Social	Antônio Barroso Gomes	PRP	Posteriormente Extinta
Obs: Houve algumas modificações: secretaria de Governo: Alfredo Cabral, Secretária de Interior e Justiça: Messias Lins de Oliveira Chaves; Secretaria de Educação e Cultura: José Celso Cláudio.			

FONTE: SILVA, 1986, p. 216 a 219.

QUADRO 3. COMPOSIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO GOVERNO JONES DOS SANTOS NEVES (1951-1954)			
INSTITUIÇÃO	TITULAR	PARTIDO	OBSERVAÇÕES
Secretaria do Interior e Justiça	Nuno dos Santos Neves	PSD	
Secretaria da Fazenda	Ary Viana	PSD	
Secretaria de Educação e Cultura	Sebastião Rosa Machado	PTB	
Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas	Hermes Curry Carneiro	PSD	
Procuradoria Geral do Estado	José Rodrigues Sette	PSD	
Departamento Estadual de Saúde	Jaime dos Santos Neves	PTB	
Departamento Estadual de Estatística	Antônio Lugon	PSD	
Prefeitura de Vitória	Álvaro de Castro Matos	PTB	
Comando da Polícia Militar	Maurício Leal Silva		
Chefe de Polícia	José Parente Frota		

FONTE: SILVA, 1986, p. 251.

QUADRO 4. ESPÍRITO SANTO: DESPESAS POR PODERES E ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS – 1951/1954. EM VALORES CORRENTES E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA DESPESA TOTAL DO ESTADO – CR\$ 1.000,00									
ESPECIFICAÇÃO	1951		1952		1953		1954		PARTICIPAÇÃO MÉDIA
	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	
1. Poder Legislativo	6438	1,89	8427	1,87	9179	1,39	9780	1,39	1,68
2. Poder Judiciário	5467	1,61	7533	1,67	7644	1,33	10893	1,55	1,54
3. Poder Executivo									
A- Governo do Estado	4500	1,32	6114	1,35	6094	1,06	7806	1,11	1,21
B-Secretaria do Governo	29623	8,71	36750	8,14	46279	8,06	63636	9,04	8,49
C-Secretaria do Interior e Justiça	30373	8,93	37133	8,22	44814	7,81	57499	8,17	8,28
D- Secretaria da Fazenda	79667	23,42	77885	17,25	102448	17,85	141248	20,06	19,64
E- Secretaria da Educação e Cultura	34387	10,11	54482	12,07	59635	10,39	83, 757	11,9	11,12
F-Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização	11023	3,24	28,4	6,29	34338	5,98	40, 784	5,79	5,32
G-Secretaria de Viação e Obras Públicas	138672	40,77	194754	43,14	263653	45,93	288663	40,99	42,72
TOTAL GERAL	340150	100	451480	100	574084	100	704066	100	100

FONTE: SILVA, 1986, p 272

QUADRO 5. ESPÍRITO SANTO: PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO EM CR\$ 1.000,000			
ESPECIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	SUBTOTAL	TOTAL	% PARTIC S/TOTAL
OBRAS NO PORTO DE VITÓRIA			
1. Carreira e oficina em Bento Ferreira	7000		
2. Reparação e reforma do material flutuante	12950		
3. Cais de saneamento	20000		
4. Instalação de Capuaba, para movimentação e guarda de carvão e produtos petrolíferos e minérios	81000		
5. Drenagem e derrocamento do canal de acesso, enrocamento entre as ilhas Sucuru e do Bode, elevação do enrocamento do Forte São João	26600		
6. Aterro e urbanização entre o Forte São João e Bento Ferreira	82000		
7. Frigorífico e armazém n° 4	12000		
8. Reaparelhamento do cais comercial	10000		
9. Obras de ampliação do porto	70000		
10. Obras e serviços complementares	8000	2249000	35,43
AMPLIAÇÃO DO SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA			
1. Construção de três centrais elétricas no total de 29000 C.V a Cr\$ 5000,00 por C.V.	145000		
2. Estudos preliminares relativos a mais duas quedas d' água, além das selecionadas para as obras contempladas no plano.	1800	146800	23,13
SETOR RODOVIÁRIO			
1. Construção da ligação Vitória-Colatina, cerca de 1/3 em comum com a estrada federal BR-5 (Rio-Vitória-Salvador), e construção da estrada Cachoeiro de Itapemirim-Alegre-Guaçuí	70000		
2. Pavimentação asfáltica da estrada Vitória-safra (180 km), e do trecho Safra-Cachoeiro de Itapemirim (9 km), bem como da estrada Vitória-Colatina no total de 340 km	120000	190000	29,94
FOMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA			
1. Criação de Colônias agrícolas próximas aos centros de consumo nos moldes estabelecidos pela legislação federal (3% do total desses recursos serão aplicados em estudos preliminares de projetos definitivos).		73000	11,5
TOTAL		634700	100

FONTE: SILVA, 1986, p. 257.

QUADRO 6. ESPÍRITO SANTO: DESPESAS POR SERVIÇO – 1951/1954. EM VALORES CORRENTES E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA DESPESA TOTAL DO ESTADO – CR\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	1951		1952		1953		1954		PARTICIPAÇÃO MÉDIA
	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	
1. Administração Geral	27018	7,94	39525	8,75	47950	8,35	56759	8,06	8,27
2. Exação e fiscalização Financeira	19359	5,69	21215	4,7	29342	5,11	36270	5,15	5,16
3. Segurança Pública e Assistência Social	29924	8,8	36605	8,11	47633	8,3	56516	8,03	8,31
4. Educação Pública	50532	14,86	71746	15,89	79259	13,81	98779	14,03	14,64
5. Saúde Pública	26104	7,68	32290	7,15	42821	7,46	60020	8,53	7,7
6. Fomento	14334	4,21	33640	7,45	40414	7,04	47058	6,68	6,38
7. Serviços Industriais	73451	21,59	90250	19,99	97438	16,97	127776	18,15	19,17
8. Serviços da Dívida Pública	7527	2,21	7439	1,65	9885	1,72	26280	3,73	2,32
9. Serviços da Utilidade Pública	44877	13,19	81482	18,05	129010	22,48	128515	18,25	17,99
10. Encargos Diversos	47025	13,83	37288	8,26	50302	8,76	66093	9,39	10,06
TOTAL	340150	100	451480	100	574084	100	704066	100	100

FONTE: SILVA, 1986, p. 274

TABELA VI. PRODUTOS DAS PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES DOS ESTABELECIMENTOS, NO ANO DE 1949 SEGUNDO AS ZONAS FISIográficas E OS MUNICÍPIOS [CAFÉ]

ZONAS FISIográficas E MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO								
	Total (t)	Própria do Estabelecimento						Particular do pessoal residente	
		Estabelecimentos com declaração	Colheita no ano de 1949			Efetivo das plantações em 1950		Estabelecimentos com declaração	Quantidade (t)
			Quantidade (t)	Área (ha)	Pés que produziram	Pés novos	Pés em produção		
Estado	230.210	34.780	230.210	242.926	268.804.590	85092476	274.146.325	-	-
Zona Norte	5.100	2.921	5.100	7.211	10.642.588	6.864.072	10.952.624	-	-
Conceição da Barra	52	322	52	101	153.500	375.994	169.936	-	-
São Mateus	5.048	2.599	5.048	7.050	10.489.078	6.488.078	10.782.688	-	-
Zona de Vitória	23.806	5.775	23.806	28.278	31.784.677	14.784.677	32.302.355	-	-
Aracruz	3.955	1.177	3.955	5.597	7.241.814	2.528.790	7.317.768	-	-
Cariacica	371	213	371	1.198	1.020.550	33.740	1.018.450	-	-
Espírito Santo	121	34	121	134	96.070	2.115	95.970	-	-
Fundão	2.691	584	2.691	3.330	3.350.000	439.750	3.353.800	-	-
Guarapari	2.795	457	2.795	2.142	2.300.808	648.000	2.316.908	-	-
Ibiraçu	5.115	856	5.115	5783	6.426.628	1.663.650	6.511.058	-	-
Jabaeté	391	218	391	514	741.541	207.610	839.446	-	-
Linhares	7.295	1.643	7295	6.844	7.182.910	8.904.620	7.337.010	-	-
Serra	1.064	584	1064	2.721	3.482.915	365.802	3.494.225	-	-
Vitória	8	9	8	15	16.200	600	17.700	-	-
Zona de Itapemirim	9.116	1.738	9116	9.275	9.114.013	2.321.154	9.187.268	-	-
Anchieta	2.310	462	2.310	1.997	2.410.118	687.891	2.414.373	-	-
Iconha	3.362	487	3.362	3.063	2.482.925	329.900	2.524.125	-	-
Itapemirim	1.443	420	1.443	2.361	2.569.350	1.045.355	2.595.150	-	-
Itabapoana	2.001	369	2.001	1.854	1.651.620	258.008	1.653.620	-	-
Zona Serrana do Centro	85.897	14.024	85897	75.742	93.442.980	37527135	96.373.291	-	-
Afonso Cláudio	13.073	2.343	13073	11.472	14.340.221	4.532.174	14.526.971	-	-
Baixo Guandu	6.611	914	6611	5.174	6.467.525	2.439.161	6.690.983	-	-
Colatina	42.357	4.854	42357	31.639	39.547.977	21.414.126	41.359.178	-	-
Domingos Martins	2.655	1.478	2655	3.274	3.308.560	1.422.638	3.419.530	-	-
Itaguaçu	7.652	1.168	7652	7.992	9.356.266	2.935.636	9.640.136	-	-
Santa Leopoldina	3.474	1.778	3474	5.741	4.368.029	1.698.200	4.451.592	-	-
Santa Tereza	10.075	1.489	10.075	19.450	16.054.402	3.085.150	16.284.901	-	-
Zona Serrana do Sul	106.291	10.322	106.291	122.420	123.745.543	3.085.150	16.284.901	-	-
Alegre	20.738	2.125	20.738	22.592	22.671.530	4.402.638	22.708.360	-	-
Alfredo Chaves	4.175	652	4.175	2.877	3.058.230	1.022.290	3.128.130	-	-
Cachoeiro de Itapemirim	14.904	1.784	14.904	17.827	18.595.500	3.266.750	18.621.100	-	-
Castelo	11.438	1.377	11.438	14.404	15.162.322	2.288.360	15.877.322	-	-
Guaçuí	11.009	869	11.009	12.269	12.294.271	3.991.120	12.476.911	-	-
Iúna	6.423	956	6.423	7.372	6.775.263	3.053.020	6.881.385	-	-
Mimoso do Sul	13.555	982	13.555	21.804	21.241.902	2.106.920	21.565.402	-	-
Muniz Freire	9.503	808	9.503	7.781	8.127.001	1.905.880	8.199.051	-	-
Muqui	7.628	297	7.628	8.357	8.384.400	564.730	8.392.112	-	-
São José do Calçado	6.918	472	6.918	7.137	7.435.124	993.800	7.481.014	-	-

FONTE: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Estado do Espírito Santo: Censo econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1959

TABELA VII. MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO A MODALIDADE DE EXPLORAÇÃO EM 1950

MODALIDADE DE EXPLORAÇÃO	Estabelecimentos	MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS																	
		Tratores				Arados				Grades		Rolos		Semeadeiras		Pulverizadores e polvilhadeiras		Ceifadeiras	
		De menos de 10 c.v		De 10 c.v e mais		De disco		De aiveca		Grades	Rolos	Semeadeiras	Pulverizadores e polvilhadeiras	Ceifadeiras					
		Estabelecimentos com declaração	Número	Estabelecimentos com declaração	Número	Estabelecimentos com declaração	Número	Estabelecimentos com declaração	Número	Estabelecimentos com declaração	Número	Estabelecimentos com declaração	Número	Estabelecimentos com declaração	Número	Estabelecimentos com declaração	Número	Estabelecimentos com declaração	Número
TOTAIS	44.170	10	10	39	48	236	268	1.168	1.398	219	272	63	77	75	186	131	573	10	11
Modalidade de exploração																			
Agricultura	31.052	8	8	19	21	116	124	602	732	105	135	26	35	33	136	64	223	6	7
Em grande escala	4.480	6	6	13	15	83	91	411	499	77	99	10	18	24	49	44	181	5	6
Em pequena escala	26.572	2	2	6	6	33	33	191	233	28	36	16	17	9	87	20	42	1	1
Agropecuária	10.574	1	1	18	25	109	133	515	610	101	121	31	34	36	43	62	338	3	3
Em grande escala	512	1	1	17	24	48	68	146	218	67	86	8	9	22	26	36	301	2	2
Em pequena escala	10.062	-	-	17	1	61	65	369	392	34	35	23	25	14	17	26	37	1	1
Pecuária	1.048	-	-	2	2	9	9	43	46	13	16	6	8	6	7	5	12	1	1
Em grande escala	332	-	-	2	2	7	7	33	38	11	13	5	5	5	3	10	-	-	
Em pequena escala	716	-	-	-	-	2	2	10	10	2	3	1	3	1	2	2	2	1	1
Invernadas e campos de engorda	692	-	-	-	-	1	1	6	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra modalidade de exploração	75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem indicação de modalidade	729	1	1	-	-	1	1	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Estado do Espírito Santo: Censo econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1959

QUADRO 7 . ESPÍRITO SANTO: DESPESAS POR PODERES E ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS – 1955/ 58 EM VALORES CORRENTES E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA DESPESA TOTAL DO ESTADO – CR\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	1955		1956		1957		1958		PARTICIPAÇÃO MÉDIA
	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	
1. Poder Legislativo	15883	2,02	16632	2,18	22799	1,84	23991	1,6	1,91
2. Poder Judiciário	16291	2,07	18190	2,39	28290	2,28	35470	2,37	2,28
3. Poder Executivo									
A- Governo do Estado	10773	1,36	11977	1,57	19179	1,54	21182	1,42	1,47
B-Secretaria do Governo	67588	8,59	73053	9,58	120171	9,57	139009	9,3	9,28
C-Secretaria do Interior e Justiça	78619	10,01	86659	11,38	150893	12,15	160124	10,97	11,06
D- Secretaria da Fazenda	215545	27,42	185818	24,37	330042	26,57	482438	32,27	27,66
E- Secretaria da Educação e Cultura	119923	15,26	135355	17,75	248080	19,97	315734	21,12	18,55
F-Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização	40108	5,11	46013	6,04	60977	4,91	71817	4,8	5,21
G-Secretaria de Viação e Obras Públicas	221214	28,16	188586	24,74	128127	10,32	130936	8,76	17,99
H- Dept. de Estradas de Rodagem					132925	10,7	111620	7,47	4,54
I-Instituto de Tecnologia					600	0,05	1000	0,06	0,02
J-Tribunal de Contas do ES							1877	0,12	0,03
TOTAL GERAL	785954	100	762283	100	1242083	100	1495198	100	100

FONTE: SILVA, 1986, p. 321

QUADRO 8. ESPÍRITO SANTO: DESPESAS POR SERVIÇO – 1955/1958. EM VALORES CORRENTES E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA DESPESA TOTAL DO ESTADO – CR\$ 1.000,00									
ESPECIFICAÇÃO	1955		1956		1957		1958		PARTICIPAÇÃO MÉDIA
	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	
1. Administração Geral	67285	8,56	71407	9,37	108532	8,74	121431	8,12	8,69
2. Exação e fiscalização Financeira	42119	5,36	50607	6,64	75745	6,1	79144	5,29	5,85
3. Segurança Pública e Assistência Social	78740	10,02	85677	11,24	144418	11,63	155392	10,39	10,82
4. Educação Pública	137742	17,53	144324	18,93	261193	21,03	330811	22,12	19,9
5. Saúde Pública	57197	7,28	60373	7,92	102238	8,23	116628	7,8	7,8
6. Fomento	44654	5,68	51394	6,74	64798	5,21	84911	5,68	5,83
7. Serviços Industriais	72235	9,19	55918	7,34	124365	10,01	130944	8,76	8,82
8. Serviços da Dívida Pública	60585	7,71	17714	2,32	60732	4,89	93778	6,27	5,3
9. Serviços da Utilidade Pública	126419	16,08	121924	16	147173	11,85	129248	8,65	13,14
10. Encargos Diversos	98937	12,59	102945	13,5	152889	12,31	252911	16,92	13,85
TOTAL GERAL	785994	100	762283	100	1242083	100	1495198	100	100

FONTE: SILVA, 1986, p. 322

QUADRO 9. ESPÍRITO SANTO: ADMINISTRAÇÃO FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR (1955-1958). COMPOSIÇÃO DOS QUADROS DIRIGENTES DO GOVERNO						
ÓRGÃOS DO APARELHO DO ESTADO	NOME DO TITULAR	PERÍODO DE PERMANÊNCIA		Nº APROX. DE MESES	PARTIDO E/OU FORÇA POLÍTICA QUE APOIOU OU INDICAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		ENTRADA	SAÍDA			
Governadoria	Hélsio Pinheiro Cordeiro	Fev/55	Fev/59	48	Governador	Advogado, jornalista (jornal o Arauto – Cachoeiro Itapemirim) membro de UDN.
Secretário do Governo	Setembrino Pelissari	Fev/55	Fev/59	48	Governador	Advogado, jornalista: membro de UDN, suplente de Vereador da Câmara Municipal de Vitória
Secretaria do governo	Capitão Joaquim L. de Almeida	Fev/55	Mar/56	15	PSP	Militar, membro do PSP, um dos articuladores da candidatura de Lacerda de Aguiar.
	José Fortunato Ribeiro	Mar/56	Fev/57	9	PR	Advogado, não era filiado a nenhum partido.
	Oswaldo Zanello	Mar/57	Fev/59	22	PRP	Político, presidente do PRP no ES.
Secretaria do Interior e Justiça	José Fortunato Ribeiro	Fev/55	Fev/56	12	PR	Advogado, não era filiado a nenhum partido.
	Cel. Carlos Marciano de Medeiros	Fev/56	Nov/56	9	PSP+ apoio da UDN e PTB	Militar, ex-pessedista pertencente à corrente de Atilio Vivácqua, membro fundador do PSP no ES.
	Clóvis Stenzel	Nov/56	Mar/57	6	PSP	Político, ex-pessedista: Deputado Estadual: PSP (1955-59).
	Desembargador Rômulo Finamore	Jun/57	Fev/59	20	Governador	Advogado, o Jornal A Gazeta (PSD), apoiou indicação.
Secretaria da Fazenda	José Fortunato Ribeiro	Fev/55	Mar/55	2	Governador	Nomeado interinamente para responder pela secretaria.
	João Batista Pinheiro	Abr/55	Abr/56	12	PR	Diplomata, filho de Genaro Pinheiro (Genaro Pinheiro, político da região sul que participou da revolução de 1930. No pós-45 alinhou-se ao lado da ala Atilista, ingressando no PR e posteriormente no PSP).
	Oswald Guimarães	Abr/56	Nov/56	7	Governador, UDN + apoio do PTB	Empresário (comércio exportador), exerceu a função no governo do interventor João Punaro Bley. José Américo Buaiz (dep. Estadual-PTB) fez discurso na Assembléia Legislativa apoiando a indicação. Jornal A gazeta também elogiou a indicação, renunciou sofreu desgaste em função da reestruturação do Código tributário.
	Kleber José Cunha Guimarães	Mar/57	Fev/59	21	Governador	Tecnocrata, gerente do B. do Brasil em Alegre. Banco colocou a disposição do Estado. Jornal A gazeta comentou a indicação como boa coisa tratar de um técnico.
Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização	Oswaldo Zanello	Fev/55	Mar/57	27	PRP	Político, presidente do PRP no ES
	Alberto Vivácqua	Mar/57	Out/57	6	PR	Fazendeiro, membro do PR, presidente da cooperação de laticínios de Cachoeiro de Itapemirim
	José Antônio do Amaral	Nov/57	Jan/58	7	UDN	Pecuarista, ex-petecista, membro da UDN. Presidente da cooperativa de laticínios de Cacheiro de Itapemirim, exonerou-se em julho de 58 para candidatar-se senador.
	Sebastião Barbosa	Jul/58	Fev/59	8	Governador	Burocrata, contador geral da Secretaria de Agricultura, antigo funcionário do órgão.
Secretaria de Educação e Cultura	Manoel Moreira Camargo	Fev/55	Fev/56	12	PR/PRP	Político: deputado Estadual eleito pela coligação PR/PRP (1955/59), transferiu-se para bancada do PSP em 02/10/56 líder do governo na Assembléia (1956/57).
	Emílio Zanotti	Fev/56	Fev/59	36	UDN	Político, médico; membro da UDN, líder da ala udenista que apoiou candidatura de Francisco Lacerda de Aguiar.
Secretaria de Viação e Obras públicas	Major Floriano Lopes Rubim	Fev/55	Abr/55	3	PTB	Militar, presidente do PTB no ES: Deputado federal eleito pela Coligação Democrática para período 56/59, foi um dos articuladores da candidatura Lacerda de Aguiar.
	Rubens Rangel	Abr/55	Fev/59	45	PTB	Fazendeiro de Mimoso do Sul; liderava uma ala dentro do PTB rival à ala solidária a Floriano Rubim. Por volta de 1960, em função das eleições presidenciais, as duas alas acabaram configurando partidos distintos- PTB e PTN.
CESMAG – Cia. Espírito Santo e Minas Gerais de Armazéns Gerais (autarquia Estadual armazenadora de café para a exportação)	Edgar Castro e Wilson Cunha (diretores)	Abr/56	Fev/59	34	PR/PSP	E. Castro- político; secretário geral do PR. Wilson Cunha – político, ex- deputado estadual pelo PR 1949/50 (ambos foram fundadores do PR no ES; Wilson Cunha, posteriormente filiou-se ao PSP).
						PSP através do jornal A gazeta repudiou veemente a indicação. A CESMAG é tido pelo grupo Lindenberg como um dos órgãos mais importantes do Estado. O PSP fez todo possível para desarticular a indicação.
Prefeitura Municipal de Vitória	Serines Pereira Franco	Fev/55	*56		Governador/ PTB	Médico, professor universitário, membro do PTB
	Adelpho Poli Monjardim	*56	*57		UDN	Político, membro da UDN, PSD através jornal A gazeta apoiou a indicação e atuação de A.P Monjardim
	Mário Gurgel	*57	Jul/58		PTB	Político, membro do PTB exonerou-se para candidatar-se a deputado estadual no pleito de 58.
	Oswald Guimarães	Ago/58	Fev/59	7	Governador	Empresário (comércio exportador), secretário da fazenda do governo Francisco Lacerda de Aguiar (abr/56 – Nov/56).

* Não foi localizado o mês da permuta nas fontes pesquisadas

FONTE: SILVA, 1986, p. 303

TABELA VIII. PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS, COM EXCLUSÃO DOS PARCEIROS, DISTRIBUÍDO POR SEXO E CATEGORIA, SEGUNDO AS ZONAS FISIAGRÁFICAS E OS MUNICÍPIOS					
ZONAS FISIAGRÁFICAS E MUNICÍPIOS	Pessoal ocupado, com exclusão dos parceiros				
	TOTAIS				
	Total	Homens		Mulheres	
		Total	De 15 anos e mais	Total	De 15 anos e mais
Estado	175.123	121.144	100.878	53.979	40.412
Zona Norte	19.286	12.519	10.031	6.767	5.087
Conceição da Barra	2.840	2.004	1.696	836	733
São Mateus	16.446	10.515	8.335	5.931	4.354
Zona de Vitória	27.046	19.495	16.772	7.551	5.820
Aracruz	3.836	3.008	2.606	828	656
Cariacica	1.332	1.000	908	332	300
Espírito Santo	613	450	347	163	116
Fundão	1.662	1.115	1.008	547	501
Guarapari	2.567	1.742	1.669	825	777
Ibiraçu	3.081	2.280	2.073	801	648
Jabaeté	951	680	635	271	241
Linhares	10.602	7.463	5.844	3.139	1.973
Serra	2.241	1.616	1.546	625	595
Vitória	161	141	136	20	13
Zona de Itapemirim	12.975	9.821	8.773	3.154	2.730
Anchieta	1.894	1.321	1.207	573	510
Iconha	2.124	1.461	1.287	663	547
Itapemirim	7.613	5.953	5.306	1.660	1.445
Itabapoana	1.344	1.086	973	258	228
Zona Serrana do Centro	62.321	40.405	33.029	21.916	16.381
Afonso Cláudio	11.368	7.600	6.305	3.768	2.844
Baixo Guandu	4.411	3.071	2.588	1.340	995
Colatina	19.031	12.520	10.101	6.511	4.828
Domingos Martins	7.399	4.327	3.712	3.072	2.533
Itaguaçu	4.738	3.400	2.950	1.338	1.118
Santa Leopoldina	10.164	5.516	3.759	4.648	3.054
Santa Teresa	5.210	3.971	3.614	1.239	1.009
Zona Serrana do Sul	53.495	38.904	32.273	14.591	10.394
Alegre	11.266	8.474	7.129	2.792	2.035
Alfredo Chaves	2.340	1.796	1.636	544	467
Cachoeiro de Itapemirim	11.033	7.673	6.171	3.360	2.216
Castelo	6.811	4.631	3.704	2.180	1.569
Guaçu	4.378	3.174	2.862	1.204	1.031
Iúna	3.295	2.756	2.212	539	428
Mimoso do Sul	4.771	3.726	3.326	1.045	804
Muniz Freire	4.179	2.846	2.198	1.333	896
Muqui	1.590	1.446	1.371	144	823
São José do Calçado	3.832	2.382	1.664	1.450	823

FONTE: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Estado do Espírito Santo: Censo econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1959

TABELA IX. PARTICIPAÇÃO RELATIVA POR ESTADO NO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DOS CAFEZAIS

Estados	Cafeeiros erradicados (%)			Área Liberada (%)			Valor pago aos cafeicultores AGO/1966 (%)		
	1º fase	2º fase	Total	1º fase	2º fase	Total	1º fase	2º fase	Total
São Paulo	33,8	8,4	21,7	37,2	9,1	24,5	41,6	10,3	15,6
Minas Gerais	31,9	20,3	26,4	29,5	16,6	23,7	27,2	17,1	18,9
Paraná	17,4	18,9	18,1	19,7	21,7	20,6	17,4	25,8	23,9
Espírito Santo	9,4	35,9	22	7,4	35,5	20,1	8,7	32	28
Outros	7,5	16,5	11,8	6,2	17,1	11,1	5,1	15,4	13,6
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: ROCHA; MORANDI, 1991, p. 54

TABELA X. CENSO INDUSTRIAL - ESPÍRITO SANTO

CENSOS	Estabelecimentos	Capital empregado (Cr\$ 1 000)	Salários pagos a operários Cr\$ 1.000	Operários ocupados	Valor da produção
1 920	77	15 678	—	1 109	23 549
1 940	984	76 820	6 200	4 066	66 597
1 950	1 870	—	42 144	7 232	800 377
1 960	1 608	—	385 944	9 714	3 158 942
1 970	3 438	—	54 085	22 930	703 786

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

TABELA XI. CENSO INDUSTRIAL - UNIDADES DA FEDERAÇÃO

CENSOS	UNIDADES DA FEDERAÇÃO											
	Minas Gerais			Espírito Santo			Rio de Janeiro			São Paulo		
	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	Valor da produção	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	Valor da produção	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	Valor da produção	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	Valor da produção
1 920	1 248	18 848	178 807	77	1 109	23 549	496	20 714	236 946	4 157	85 466	1 009 073
1 940	6 224	74 267	1 177 545	984	4 066	66 597	2 405	45 483	860 725	14 225	272 865	7 601 721
1 960	12 327	140 268	71 445 397	1 608	9 714	3 158 942	4 543	109 815	39 650 266	36 254	831 339	658 067 422
1 970	17 256	203 736	3 864 796	3 438	22 930	703 786	6 125	135 705	7 609 240	50 556	1 295 810	65 516 560

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

QUADRO 10. RESULTADOS DO CENSO INDUSTRIAL—ESPÍRITO SANTO

ESPECIFICAÇÃO	CENSO DE 1950						CENSO DE 1960					
	Estabelecimentos em 1º-I-1950	Ano de 1949					Ano de 1959					
		Média mensal dos operários ocupados	Salários pagos a operários	Despesas de consumo	Valor da produção	Valor da transformação industrial	Estabelecimentos em 1º-I-1960	Média mensal dos operários ocupados	Salários pagos a operários	Despesas de consumo	Valor da produção	Valor da transformação industrial
ESPÍRITO SANTO												
TOTAL	1 752	6 883	35 351	513 181	751 863	238 521	1 608	8 439	310 240	1 676 437	3 158 942	1 481 926
Indústrias extrativas de produtos minerais	10	230	972	414	4 394	3 980	8	296	14 653	1 956	59 564	57 608
Indústrias de transformação	1 742	6 653	34 379	512 767	747 469	234 541	1 600	8 143	295 587	1 674 481	3 099 378	1 424 318
Minerais não metálicos	220	875	4 737	7 215	25 082	17 855	243	1 639	44 888	61 181	230 630	169 423
Metalúrgica	8	180	1 164	7 211	10 890	3 679	27	244	9 624	45 145	97 401	52 256
Mecânica	2	27	278	367	952	585	9	26	640	2 119	5 051	2 932
Material elétrico e de comunicações	—	—	—	—	—	—	1	1	—	152	216	64
Material de transporte	3	7	30	70	281	211	8	23	1 305	2 448	5 852	3 404
Madeira	79	1 312	8 486	27 490	64 981	37 465	349	2 068	80 754	267 587	644 396	376 749
Mobiliário	45	212	927	2 077	5 953	3 876	172	566	19 531	42 932	113 817	70 850
Papel e papelão	1	13	85	768	1 067	299	4	19	1 265	19 312	30 030	10 718
Borracha	—	—	—	—	—	—	7	63	3 212	18 196	42 067	23 871
Couros e peles e produtos similares	41	75	444	1 516	3 625	2 109	29	92	3 456	13 404	30 403	16 999
Química	6	12	67	253	592	339	3	19	356	2 177	3 453	1 276
Produtos farmacêuticos e medicinais	—	—	—	—	—	—	1	11	950	1 150	2 500	1 350
Produtos de perfumaria, sabões e velas	6	33	203	6 812	8 465	1 653	7	37	1 500	49 445	71 630	22 185
Têxtil	4	754	3 934	9 886	26 475	16 589	3	565	35 438	106 347	246 016	139 669
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	52	142	667	2 076	4 850	2 773	56	232	7 896	37 032	72 574	35 084
Produtos alimentares	1 138	2 421	10 229	438 594	571 688	132 982	584	1 958	61 018	942 672	1 360 957	418 285
Bebidas	96	378	1 196	5 764	15 177	9 413	43	182	5 039	19 818	51 092	31 274
Fumo	4	19	14	26	62	36	—	—	—	—	—	—
Editorial e gráfica	31	179	1 813	2 438	6 726	4 278	40	358	17 660	38 527	81 967	43 440
Diversas	6	14	105	204	603	399	14	40	1 025	4 837	9 326	4 489

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1963. Rio de Janeiro: IBGE, v.24, 1963.

TABELA XII. CONFRONTO DOS RESULTADOS DOS CENSOS DE 1950 E 1960, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	Censo de 1950				Censo de 1960			
	Estabelecimentos em 1º-I-1950				Estabelecimentos em 1º-I-1960			
	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Minas Gerais	São Paulo	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Minas Gerais	São Paulo
TOTAL	1 752	3 539	10 620	23 303	1 608	4 534	12 259	36 129
Indústrias extrativas de produtos minerais	10	159	219	202	8	162	299	665
Indústrias de transformação	1 742	3 380	10 401	23 101	1 600	4 372	11 960	35 464
Minerais não metálicos	220	567	1 623	3 489	243	742	2 029	5 515
Metalúrgica	8	70	186	1 118	27	202	389	2 542
Mecânica	2	15	47	444	9	34	68	1 132
Material elétrico e de comunicações	—	7	18	234	1	19	41	709
Material de transporte	3	30	29	213	8	45	96	1 098
Madeira	79	232	468	1 376	349	427	950	1 931
Mobiliário	45	70	315	1 084	172	209	982	2 844
Papel e papelão	1	20	26	190	4	27	53	376
Borracha	—	1	1	57	7	10	7	168
Couros e peles e produtos similares	41	34	317	459	29	28	423	548
Química	6	50	76	396	3	82	113	670
Produtos farmacêuticos e medicinais	—	21	60	152	1	29	58	157
Produtos de perfumaria, sabões e velas	6	22	80	221	7	38	77	283
Produtos de matérias plásticas	—	—	—	67	—	8	3	222
Têxtil	4	81	138	1 543	3	102	179	2 147
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	52	155	477	1 588	56	180	669	3 274
Produtos alimentares	1 138	1 621	5 680	7 939	584	1 817	5 053	8 581
Bebidas	96	202	426	982	43	153	259	690
Fumo	4	1	29	17	—	2	10	19
Editorial e gráfica	31	135	321	945	40	158	353	1 429
Diversas	6	46	84	587	14	60	148	1 129

FONTE - Serviço Nacional de Recenseamento. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1963. Rio de Janeiro: IBGE, v.24, 1963.

TABELA XIII. POPULAÇÃO PRESENTE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1872-1970								
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE							
	1-8-1872	31-12-1890	31-12-1900	1.º-9-1920	1.º-9-1940	1.º-7-1950	1.º-9-1960 (1)	1.º-9-1970 (1)
NÚMEROS ABSOLUTOS (habitantes)								
NORTE								
Rondônia	36 935	70 783	116 620
Acre	92 379	79 768	114 755	160 208	218 006
Amazonas	57 610	147 915	249 756	363 166	438 008	514 099	721 215	960 934
Roraima	18 116	29 489	41 638
Pará	275 237	328 455	445 356	983 507	944 644	1 123 273	1 550 935	2 197 072
Amapá	37 477	68 889	116 480
NORDESTE								
Maranhão	359 040	430 854	499 308	874 337	1 235 169	1 583 248	2 492 139	3 037 135
Piauí	202 222	267 609	334 328	609 003	817 601	1 045 696	1 263 368	1 734 865
Ceará	721 686	805 687	849 127	1 319 228	2 091 032	2 695 450	3 337 856	4 491 590
Rio Grande do Norte	233 979	268 273	274 317	537 135	768 018	967 921	1 157 258	1 611 606
Paraíba	376 226	457 232	490 784	961 106	1 422 282	1 713 259	2 018 023	2 445 419
Pernambuco	841 539	1 030 224	1 178 150	2 154 835	2 688 240	3 395 185	4 136 900	5 252 590
Alagoas	348 009	511 440	649 273	978 748	951 300	1 093 137	1 271 062	1 606 174
Fernando de Noronha	581	1 389	1 311
Sergipe	176 243	310 926	356 264	477 064	542 326	644 361	760 273	911 251
Bahia	1 379 616	1 919 802	2 117 956	3 334 465	3 918 112	4 834 575	5 990 605	7 583 140
SUDESTE								
Minas Gerais	2 039 735	3 184 099	3 594 471	5 888 174	6 763 368	7 782 188	9 960 040	11 645 095
Espírito Santo	82 137	135 997	209 783	457 328	790 149	957 238	1 418 348	1 617 857
Rio de Janeiro	782 724	876 884	926 035	1 559 371	1 847 857	2 297 194	3 402 728	4 794 578
Guanabara	274 972	522 651	811 443	1 157 873	1 764 141	2 377 451	3 307 163	4 315 746
São Paulo	837 354	1 384 753	2 282 279	4 592 188	7 180 316	9 134 423	12 974 699	17 958 693
SUL								
Paraná	126 722	249 491	327 136	685 711	1 236 276	2 115 547	4 296 375	6 997 682
Santa Catarina	159 802	283 769	320 289	668 743	1 178 340	1 560 502	2 146 909	2 930 411
Rio Grande do Sul	434 813	897 455	1 149 070	2 182 713	3 320 689	4 164 821	5 448 823	6 755 458
CENTRO-OESTE								
Mato Grosso	60 417	92 827	118 025	246 612	432 265	522 044	910 262	1 623 618
Goiás	160 395	227 572	255 284	511 919	826 414	1 214 921	1 954 862	2 997 570
Distrito Federal	141 742	546 015
RESUMO								
NORTE	332 847	476 370	695 112	1 439 052	1 462 420	1 844 655	2 601 519	3 650 750
NORDESTE	4 638 560	6 002 047	6 749 507	11 245 921	14 434 080	17 973 413	22 428 873	28 675 081
SUDESTE	4 016 922	6 104 384	7 824 011	13 654 934	18 345 831	22 548 494	31 062 978	40 331 969
SUL	721 337	1 430 715	1 796 495	3 537 167	5 735 305	7 840 870	11 892 107	16 683 551
CENTRO-OESTE	220 812	320 399	373 309	758 531	1 258 679	1 736 965	3 006 866	5 167 203
BRASIL	9 930 478	14 333 915	17 438 434	30 635 605	41 236 315	51 944 397	70 992 343	94 508 554

FONTE — Instituto Brasileiro de Estatística, Departamentos de Censos. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1971. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 1971.

TABELA XIV. POPULAÇÃO PRESENTE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1872-1970; % SOBRE O TOTAL								
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE							
	1-8-1872	31-12-1890	31-12-1900	1.º-9-1920	1.º-9-1940	1.º-7-1950	1.º-9-1960 (1)	1.º-9-1970 (1)
NORTE								
Rondônia	0,07	0,10	0,12
Acre	0,30	0,19	0,22	0,23	0,23
Amazonas	0,58	1,03	1,43	1,19	1,06	0,99	1,02	1,02
Roraima	0,03	0,04	0,04
Pará	2,77	2,29	2,56	3,21	2,30	2,17	2,18	2,33
Amapá	0,07	0,10	0,12
NORDESTE								
Maranhão	3,62	3,00	2,86	2,85	3,00	3,05	3,51	3,21
Piauí	2,04	1,87	1,92	1,99	1,98	2,01	1,78	1,84
Ceará	7,27	5,62	4,87	4,31	5,07	5,19	4,70	4,75
Rio Grande do Norte	2,36	1,87	1,57	1,75	1,86	1,86	1,63	1,71
Paraíba	3,79	3,19	2,81	3,14	3,45	3,30	2,84	2,59
Pernambuco	8,47	7,19	6,76	7,03	6,52	6,54	5,83	5,56
Alagoas	3,50	3,57	3,72	3,19	2,31	2,10	1,79	1,70
Fernando de Noronha	0,00	0,00	0,00
Sergipe	1,77	2,17	2,04	1,56	1,31	1,24	1,07	0,96
Bahia	13,89	13,39	12,15	10,88	9,50	9,31	8,44	8,02
SUDESTE								
Minas Gerais	20,54	22,21	20,61	19,22	16,40	14,98	14,03	12,32
Espírito Santo	0,83	0,95	1,20	1,49	1,92	1,84	2,00	1,71
Rio de Janeiro	7,88	6,12	5,31	5,09	4,48	4,42	4,79	5,08
Guanabara	2,77	3,65	4,66	3,78	4,28	4,58	4,66	4,57
São Paulo	8,43	9,66	13,09	15,00	17,41	17,59	18,28	19,00
SUL								
Paraná	1,28	1,74	1,87	2,24	3,00	4,07	6,05	7,40
Santa Catarina	1,61	1,98	1,84	2,18	2,86	3,00	3,02	3,10
Rio Grande do Sul	4,38	6,26	6,59	7,12	8,05	8,02	7,68	7,15
CENTRO-OESTE								
Mato Grosso	0,61	0,65	0,68	0,81	1,05	1,01	1,28	1,72
Goiás	1,61	1,59	1,46	1,67	2,00	2,34	2,75	3,17
Distrito Federal	0,20	0,58
RESUMO								
NORTE	3,35	3,32	3,99	4,70	3,55	3,55	3,67	3,86
NORDESTE	46,71	41,87	38,70	36,70	35,00	34,60	31,59	30,34
SUDESTE	40,45	42,59	44,87	44,58	44,49	43,41	43,76	42,68
SUL	7,27	9,98	10,30	11,54	13,91	15,09	16,75	17,65
CENTRO-OESTE	2,22	2,24	2,14	2,48	3,05	3,35	4,23	5,47
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Instituto Brasileiro de Estatística, Departamentos de Censos. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1971. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 1971.

(1) Resultados preliminares e referentes à população recenseada.

TABELA XV. POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL NOS RECENSEAMENTOS DE 1940, 1950 E 1960, SEGUNDO AS REGIÕES FISIográfICAS E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

a) Números absolutos									
REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO (habitantes)								
	Total			Urbana			Rural		
	1940	1950	1960(1)	1940	1950	1960(1)	1940	1950	1960(1)
Norte									
Rondônia	—	36 935	70 783	—	13 816	30 842	—	23 119	39 941
Acre	79 768	114 755	160 208	14 138	21 272	33 998	65 630	93 483	126 210
Amazonas	438 008	514 099	721 215	104 789	137 736	239 659	333 219	376 363	481 556
Rio Branco	—	18 116	29 489	—	5 132	12 717	—	12 984	16 772
Pará	944 644	1 123 273	1 550 935	286 865	389 011	630 672	657 779	734 262	920 263
Amapá	—	37 477	68 889	—	13 900	35 390	—	23 577	33 499
Nordeste									
Maranhão	1 235 169	1 583 248	2 492 139	185 552	274 288	448 509	1 049 617	1 308 960	2 043 630
Piauí	817 601	1 045 696	1 263 368	124 197	170 584	298 152	693 404	875 112	965 216
Ceará	2 091 032	2 695 450	3 337 856	475 028	679 604	1 124 829	1 616 004	2 015 846	2 213 027
Rio Grande do Norte	768 018	967 921	1 157 258	164 248	253 765	435 189	603 770	714 156	722 069
Paraíba	1 422 282	1 713 259	2 018 023	311 402	456 716	708 051	1 110 880	1 256 543	1 309 972
Pernambuco	2 688 240	3 395 185	4 136 900	787 808	1 167 400	1 856 689	1 900 432	2 227 785	2 280 211
Alagoas	951 300	1 093 137	1 271 062	229 126	286 379	428 228	722 174	806 758	842 834
Fernando de Noronha	—	581	1 389	—	581	1 389	—	—	—
Leste									
Sergipe	542 326	644 361	760 273	166 241	204 984	295 929	376 085	439 377	464 344
Bahia	3 918 112	4 834 575	5 990 605	937 571	1 250 507	2 083 716	2 980 541	3 584 068	3 906 889
Minas Gerais	6 736 416	7 717 792	9 798 880	1 693 040	2 320 054	3 940 557	5 043 376	5 397 738	5 858 323
Serra dos Aimorés	66 994	160 072	384 297	1 535	7 112	33 916	65 459	152 960	350 381
Espírito Santo	750 107	861 562	1 188 665	157 008	194 935	379 689	593 099	666 627	808 976
Rio de Janeiro	1 847 857	2 297 194	3 402 728	693 201	1 091 359	2 077 221	1 154 656	1 205 835	1 325 507
Guanabara	1 764 141	2 377 451	3 307 163	1 519 010	2 303 063	3 223 408	245 131	74 388	83 755
Sul									
São Paulo	7 180 316	9 134 423	12 974 699	3 168 111	4 804 211	8 149 979	4 012 205	4 330 212	4 824 720
Paraná	1 236 276	2 115 547	4 277 763	302 272	528 288	1 327 982	1 327 934	1 587 259	2 949 781
Santa Catarina	1 178 340	1 560 502	2 146 909	253 717	362 717	695 347	924 623	1 197 785	1 451 562
Rio Grande do Sul	3 320 689	4 164 821	5 448 823	1 034 486	1 421 980	2 445 774	2 286 203	2 742 841	3 003 049
Centro-Oeste									
Mato Grosso	432 265	522 044	910 262	128 727	177 830	364 004	303 538	344 214	546 258
Goiás	826 414	1 214 921	1 954 862	142 110	245 667	599 404	684 304	969 254	1 355 458
Distrito Federal, Brasília	—	—	141 742	—	—	89 698	—	—	52 044

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento. Tabela Extraída de: Tabela extraída de Anuário estatístico do Brasil 1962. Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, 1962.

(1) Resultados Preliminares.

TABELA XVI. POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL NOS RECENSEAMENTOS DE 1940, 1950 E 1960, SEGUNDO AS REGIÕES FISIográfICAS E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, EM PORCENTAGEM.

a) Números relativos						
REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO (% sobre o total)					
	Urbana			Rural		
	1940	1950	1960(1)	1940	1950	1960(1)
Norte						
Rondônia	—	37,41	43,57	—	62,59	56,43
Acre	17,72	18,54	21,22	82,28	81,46	78,78
Amazonas	23,92	26,79	33,27	76,08	73,21	66,73
Rio Branco	—	28,33	43,12	—	71,67	56,88
Pará	30,37	34,63	40,66	69,63	65,37	59,34
Amapá	—	37,09	51,37	—	62,91	48,63
Nordeste						
Maranhão	15,02	17,32	18,00	84,98	82,68	82,00
Piauí	15,19	16,31	23,60	84,81	83,69	76,40
Ceará	22,72	25,21	33,70	77,28	74,79	66,30
Rio Grande do Norte	21,39	26,22	37,81	78,61	73,78	62,19
Paraíba	21,89	26,66	35,09	78,11	73,34	64,91
Santa Catarina	29,31	34,38	44,88	70,69	65,62	55,12
Alagoas	24,09	26,20	33,68	75,91	73,80	66,32
Fernando de Noronha	—	100,00	100,00	—	—	—
Leste						
Sergipe	30,65	31,81	38,92	69,35	68,19	61,08
Bahia	23,93	25,87	34,78	76,07	74,13	65,22
Minas Gerais	25,13	30,06	40,21	74,87	69,94	59,79
Serra dos Aimorés	2,29	4,44	8,83	97,71	95,56	91,17
Espírito Santo	20,93	22,63	30,25	79,07	77,37	69,75
Rio de Janeiro	37,51	47,51	61,05	62,49	52,49	38,95
Guanabara	86,10	96,87	97,47	13,90	3,13	2,53
Sul						
São Paulo	44,12	52,59	62,81	55,88	47,41	37,19
Paraná	24,45	24,97	31,04	75,55	75,03	68,96
Santa Catarina	21,53	23,24	32,39	78,47	76,76	67,61
Rio Grande do Sul	31,15	34,14	44,89	68,85	65,86	55,11
Centro-Oeste						
Mato Grosso	29,78	34,06	39,99	70,22	65,94	60,01
Goiás	17,20	20,22	30,66	82,80	79,78	69,34
Distrito Federal, Brasília	—	—	63,28	—	—	36,72

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento. Tabela Extraída de: Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1962. Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, 1962.

(1) Resultados Preliminares.

UNIDADES URBANAS	1940	1950	1960	1970	1980
Cariacica	15228	21741	40002	101422	189099
Serra	9 381	9 245	9 729	17286	82568
Viana	7611	5896	6847	10529	23448
Vila Velha	17079	23127	56445	123742	203401
Vitória	42271	50415	81361	133019	207747
TOTAL	91570	110424	194384	385998	706263

FONTE: FIBGE apud SIQUEIRA, 2001, p. 138

TABELA XVIII. DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES NAS UNIDADES URBANAS DA GRANDE VITÓRIA - 1970

UNIDADES URBANAS	POPULAÇÃO TOTAL	MIGRANTES	% DOS MIGRANTES SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL
Cariacica	101422	40632	40,1
Serra	17286	5420	31,4
Viana	10529	4133	39,3
Vila Velha	123742	66062	53,4
Vitória	133019	59385	44,6
TOTAL	385998	175632	45,5

FONTE: FIBGE apud SIQUEIRA, 2001, p. 139

TABELA XIX. MIGRAÇÃO DECENAL - 1960-1970- E TOTAL DE MIGRANTES ATÉ 1960 POR UNIDADES URBANAS DA GRANDE VITÓRIA

UNIDADES URBANAS	POPULAÇÃO 1970	MIGRANTES 1960-1970	TOTAL DOS MIGRANTES ATÉ 1960
Cariacica	101422	33061	7571
Serra	17268	4740	680
Viana	10529	3482	651
Vila Velha	123742	53016	13046
Vitória	133019	37131	22254
TOTAL	385980	131430	44202

FONTE: FIBGE apud SIQUEIRA, 2001, p. 142

TABELA XX. RESULTADOS DO CENSO INDUSTRIAL - 1º-IX-1960

1. CONFRONTO DOS RESULTADOS DOS CENSOS DE 1950 E 1960,

b) Resumo, por Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação

REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CENSO DE 1950						CENSO DE 1960					
	Estabelecimentos em 1º-I-1950	Ano de 1949					Estabelecimentos em 1º-I-1960	Ano de 1959				
		Média mensal dos operários ocupados	Salários pagos a operários	Despesas de consumo	Valor da produção	Valor da transformação industrial		Média mensal dos operários ocupados	Salários pagos a operários	Despesas de consumo	Valor da produção	Valor da transformação industrial
Minas Gerais	10 620	105 524	708 331	4 476 128	7 832 347	3 350 689	12 259	123 487	6 815 068	37 558 507	71 201 932	33 574 867
Espírito Santo	1 752	6 883	35 351	513 181	751 863	238 521	1 608	8 439	310 240	1 676 437	3 158 942	1 481 926
Rio de Janeiro	3 539	70 237	684 446	3 262 419	6 471 329	3 092 952	4 534	94 775	8 261 933	37 849 501	77 707 737	39 291 066
São Paulo	23 303	458 535	5 484 137	27 708 443	51 527 075	23 417 675	36 129	687 982	53 175 178	350 279 850	650 751 737	297 048 325

FONTE - Serviço Nacional de Recenseamento. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1963. Rio de Janeiro: IBGE, v.24, 1963.

TABELA XXI. PRINCIPAIS RESULTADOS DOS CENSOS DE 1940 E 1950, SEGUNDO A CLASSE E O GÊNERO DE INDÚSTRIA NO ESPÍRITO SANTO												
Classe e gênero de indústria	Censo de 1940						Censo de 1950					
	Em 1º IX-1940		Ano de 1939				Em 1º IX-1950		Ano de 1949			
	Estabelecimentos	Operários	Valor (Cr\$ 1.000)				Estabelecimentos	Operários	Valor (Cr\$ 1.000)			
			Matérias-primas e material de embalagem	Combustíveis e lubrificantes	Salários pagos a operários	Produção			Matérias-primas e material de embalagem	Combustíveis e lubrificantes	Salários pagos a operários	Produção
TOTAIS	984	4.066	35.570	2.225	6.200	66.597	1.951	7.214	506.767	11.437	43.498	799.015
Indústrias extrativas	77	503	539	326	510	2.753	14	387	1.238	166	1.830	11.412
Produtos minerais	24	69	204	39	67	475	11	247	298	122	977	4.444
Produtos vegetais	53	434	335	287	443	2.278	3	140	940	44	853	6.968
Indústria de transformação	778	2.944	32.702	1.340	4.154	54.889	1.741	5.785	499.089	10.218	34.374	747.419
Transformação de minerais não metálicos	81	369	150	853	429	4.280	221	749	2.545	4.568	4.741	25.144
Metalúrgica	8	45	242	15	119	494	8	185	5.790	1.344	1.154	10.890
Mecânica	2	9	68	2	15	98	(X)	27	247	102	278	952
Material elétrico e material de comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material de transporte (construção e montagem)	1	1	3	-	2	6	3	7	64	-	30	281
Madeira	47	671	3.287	180	1.074	6.219	79	1.324	25.679	1.006	8.486	64.981
Mobiliário	28	99	156	-	175	557	45	209	1.984	2	927	5.953
Papel e papelão	1	1	21	-	-	36	(X)	16	761	1	85	1.067
Borracha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Couros e peles e produtos similares	31	62	480	7	70	780	41	76	1.473	24	444	3.625
Química e farmacêutica	7	17	866	3	17	1.142	12	43	7.006	49	270	9.057
Têxtil	3	372	1.345	4	455	3.212	4	681	9.227	142	3.934	26.475
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	35	91	251	0	100	444	52	142	2.026	5	667	4.850
Produtos alimentares	497	1.094	25.165	270	1.402	35.940	1.134	1.805	434.258	2.655	10.098	570.900
Bebidas	10	19	200	3	26	595	95	301	5.428	304	1.191	15.127
Fumo	-	-	-	-	-	-	4	2	26	-	14	62
Editorial e gráfica	21	72	460	3	266	1.057	31	179	2.352	11	1.813	6.726
Diversas	6	22	8	-	4	29	9	39	223	5	232	1.329
Construção civil	16	471	2.329	282	1.237	6.516	34	698	6.304	203	4.230	22.915
Serviços industriais de utilidade pública	113	148	-	277	299	2.439	162	344	136	850	3.064	17.269

FONTE: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Estado do Espírito Santo: Censo econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1959

TABELA XXII. RESULTADOS ELEITORAIS PARA GOVERNO DO ESTADO EM 1959

CANDIDATO	VOTOS
Floriano Lopes Rubim (PTB)	26,20%
Eurico Rezende (UDN/PRP)	26,50%
Carlos Lindenberg (PSD/PSP)	47,30%

FONTE: SILVA, 1986, p. 346.

TABELA XXIII. RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 1962

Candidato	Votos
Francisco Lacerda de Aguiar	114.586
Jones dos Santos Neves	105.673
Branco	21.763
Nulos	6.564
Total	248.586

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

TABELA XXIV. PRINCIPAIS CIDADES VOTANTES

Francisco Lacerda de Aguiar	Votos	Jones dos Santos Neves	Votos	Votos em Bancos	Votos Nulos	Total
Vitória	15.100	Vitória	12.569	1.024	372	29.065
Cachoeiro de Itapemirim	7.365	Cachoeiro de Itapemirim	8.678	1.131	278	17.632
Colatina	10.807	Colatina	9.265	2.316	481	22.869
Espírito Santo	9.179	Espírito Santo	6.778	1.189	79	17.225
Cariacica	5.165	Cariacica	3.060	542	284	9.051
Viana	585	Viana	496	138	35	1.254
Serra	1.730	Serra	1.187	294	84	3.295

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

QUADRO 11. COMPOSIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO GOVERNO CARLOS LINDENBERG (1959-1962)			
Instituição	Titular	Partido	Observações
Secretaria de governo	Alfredo Cabral	PSD	Advogado, membro do PSD. Na primeira gestão esteve a frente desse órgão.
Secretaria do Interior e Justiça	Darcy Pacheco de Queiroz	PSD	Militar, ligado ao PSD, fora comandante da Polícia Militar em administrações passadas.
Secretaria da Fazenda	Armando Rabello	PSD	Administrador, técnico em estatística, fora diretor geral do Departamento Estadual de Estatística, prefeito municipal de Vitória, e exercia a função de diretor geral do Serviço Social Rural.
Secretaria da Educação e Cultural	Bolívar de Abreu	PSD	Médico sanitarista, filho de Fernando de Abreu, o qual fora um dos fundadores do PSD no Espírito Santo e secretário de educação no primeiro governo Lindenberg. Bolívar exercia a função de representante do Espírito Santo no convênio SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), vinculado ao Ministério da Saúde (60). Departamento de Saúde, vinculado a Secretaria de Governo - Carlos Lindenberg Von Schilgen, médico e sobrinho do governador eleito, ligado ao PSD.
Secretaria de Agricultura	Pedro Merçon	PSD	Agrônomo, exercia a função de diretor da ACARES.
Secretaria de Viação e Obras Públicas	Asdrúbal Soares	PSP	Engenheiro, ex-presidente do PSP no Espírito Santo, exercia a função de presidente da ESCELSA. Acumulou dois cargos (presidente da Escelsa e Secretário de Governo, até julho de 1960, quando a presidência da Escelsa foi entregue ao Cel. José Lindenberg, irmão do Governador.
Prefeitura de Vitória	Adelpho Poli Monjardim	UDN	A administração havia adquirido autonomia, sua eleição resultou da divisão da aliança PSD/PSP.
Obs: Durante o período político-administrativo não se registram grandes atritos. Com exceção do Secretário de Governo, que seria substituído por Milton Caldeira - o grupo constituído, inicialmente será mantido até o final da gestão.			

FONTE: SILVA, 1986, p. 350 e 351.

QUADRO 12. ESPÍRITO SANTO: ADMINISTRAÇÃO FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR (1963-1966) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DIRIGENTES DO GOVERNO.						
Órgão do Aparelho do Estado	Nome do Titular	Período de permanência		Nº Aprox. de meses	Partido e/ou força política que indicou ou apoiou a indicação	Observações
		Entrada	Saída			
Secretaria do Governo	José Alexandre Buaiz	fev/63	set/63	8	PTB	Industrial, político, deputado estadual: PTB (1955/58), com a criação da secretaria sem Pasta, foi indicado para dirigi-la.
	José Benjamim Costa	out/63	fev/66	29	PTB	Advogado, membro do Serviço Jurídico do ES.
Secretaria do Interior e Justiça	Dr. Eliseu Lofego	fev/63	jun/64	17	UDN	Advogado, professor do Liceu de Cachoeiro de Itapemirim, foi nomeado para o Tribunal de Contas do Estado.
	Dr. Aylton Rocha Bermudes	jul/64	fev/66	20	Governador	Advogado, professor. Representante do Cachoeiro de Itapemirim ligado às hostes udenistas. Posteriormente, em virtude das pressões políticas culminaram com a renúncia de Lacerda de Aguiar ao governo. Aylton Bermudes atuou em defesa de Lacerda de Aguiar perante o IPM, então instaurado.
Secretaria da Fazenda	Lycurgo Vieira Resende	fev/63	jan/65	23	UDN	Advogado, Tabelião de 2º ofício, ligado as hostes udenistas.
	Áureo Vieira Rezende	fev/65	jul/65	6	Governador	Burocrata, antigo funcionário do órgão.
	Hugo Novaes	ago/65	fev/66	7	UDN	Advogado, funcionário do Ministério da Fazenda: indicado pela UDN, PSD através do jornal A gazeta apoiou a indicação.
Secretaria de Educação e Cultura	Pedro Estelita Herkenhoff	fev/63	fev/63		Governador com apoio do clero	Engenheiro, faleceu por acidente automobilístico ocorrido nas vésperas da posse; indicado pelo bispo de Cachoeiro de Itapemirim.
	Dr. Nilo Martins Cunha	fev/63	ago/63	8	Governador	Advogado, professor universitário (UFES), renunciou ao cargo, incompatibilizou-se com a Coligação Democrática e com a forma de gestão de Lacerda de Aguiar.
	Dr. Emir Macedo Gomes	ago/63	fev/66	30	PSP	Médico, deputado estadual - PSP (1959-1962) - (1963-1966), representante da região norte (Linhares).
Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização	Virgílio Miranda de Sá Antunes	fev/63	fev/65	36	Governador	Agrônomo

FONTE: SILVA, 1986, p. 413e 414

CONTINUAÇÃO DO QUADRO 12. ESPÍRITO SANTO: ADMINISTRAÇÃO FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR (1963-1966) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DIRIGENTES DO GOVERNO.						
Secretaria de Viação e Obras Públicas	Antônio Alves Duarte	fev/63	set/63	8	PTB	Político, deputado estadual-PTB, indicado pelo vice-governador Rubens Rangel.
	Élio de Almeida Viana	out/63	fev/66	28	PTB	Engenheiro, tecnoburocrata do órgão.
Secretaria de Saúde e Assistência Social	Dr. Luiz Buaiz	fev/63	mar/63	2	PTB	Médico, renunciou, incompatibilizou-se com a Coligação Democrática e com a forma de gestão Lacerda de Aguiar.
	Dr. Renato Araújo Maia	abr/63	jul/63	4	PTB	Médico (Nova Venécia), deputado estadual pelo PTB, indicado pela ala liderada pelo deputado federal - PTB/ES - Ramon de Oliveira Neto, identificada com as correntes de esquerda do partido, suicidou-se em 24/07/63
	Benedito Avelino dos Santos	ago/63	fev/66	31	Governador	
Secretaria de Indústria e Comércio	Dr. Emir Macedo Gomes	fev/63	ago/63	6	PSP	Médico, ex-udenista, deputado estadual pelo PSP (1959/62 e 1963/66), indicado para substituir o Secretário de Educação - Nilo Cunha - que renunciou ao cargo.
	Ulisses Martins Júnior	set/63	fev/66	30	PSP	Advogado, ligado às hostes pessepistas.
Secretaria Sem Pasta (criada pela lei n.º 1867 de 19/09/63)	José Alexandre Buaiz	set/63	set/64	12	PTB	Industrial, político, deputado estadual: PTB (1955/58), Movimento militar de 1964 pediu sua exoneração.
	General Humberto Pinheiro de Vasconcelos	set/64	fev/66	17	Militares	Militar
ACARES	Diretor executivo da Acares: Dr. Osmar F. de Magalhães	1963	1966			Engenheiro Agrônomo

FONTE: SILVA, 1986, p. 413.

QUADRO 13. ESPÍRITO SANTO: PLANO DE INDUSTRIALIZAÇÃO RURAL PROGRAMAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DAS FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS EM VALORES CORRENTES.

ESPECIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	PROGRAMAÇÃO				TOTAL DO PROGRAMA	FONTES DOS RECURSOS			
	1964		1965			ORÇAMENTO ESTADUAL	ORÇAMENTO FEDERAL	IBC-GERCA, IAA, CVRD	OUTROS
	Nº	CUSTO	Nº	CUSTO					
Usina de Laticínios	5	4700			4700				
Postos de resfriamento de leite			3	15.000	15.000				
Fábrica de farinha de mandioca e derivados	15	300.000	3	90.000	390.000	320.000			
Usinas de beneficiamento de arroz			5	125.000	125.000	100.000			
Usina de beneficiamento de milho			5	125.000	125.000	125.000			
Fábrica de doces			3	60.000	60.000				
Usinas de óleo vegetal			1	60.000	60.000	60.000			
Usina de pasta mecânica			1	1.200.000	1.200.000				
Usina de açúcar			1	5.000.000	5.000.000		4.000.000		
Armazéns de Benel, e padronização de sementes			2	20.000	20.000	20.000			
Parques de exposição			2	30.000	30.000	30.000			
Contribuição e participações							1000000		
Totais	20	77.000	26	7.265.000	803.500	1.740.000	1000000	4.000.000	1295
Participação relativa					100	21,7	12,4	49,8	16,1

FONTE: SILVA, 1986, p. 421

QUADRO 14. DEMONSTRATIVO DAS OBRAS AUTORIZADAS, EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS PELA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS (1959-1962)					
OBRAS	MUNÍCIPIO	NATUREZA DO SERVIÇO	OBRAS	MUNÍCIPIO	NATUREZA DO SERVIÇO
Grupo escolar "Cel. Xavier"	Jerônimo Monteiro	Reconstrução	Preventório Gustavo Capanema	Não informado	Não informado
Escola singular de Princesa	Rio Novo do Sul	Reforma	Grupo escolar Irmã Maria Horta	Não informado	Não informado
Escola rural do "Campinho"	Iconha	Reparos	Posto de Saúde Gurigica	Vitória	Não informado
Cadeia pública	Barra de São Francisco	Reforma	Parque Infantil Ernestina Pessoa	Não informado	Não informado
Divisão de obras	Não informado	Não informado	Rádio Espírito Santo	Não informado	Não informado
Obras Social Santa Luiza	Não informado	Não informado	Assembléia Legislativa	Não informado	Não informado
Grupo escolar de Mulembá	Não informado	Não informado	Igrejinha de S. Francisco	Não informado	Não informado
Patronato das Roças Velhas	Não informado	Não informado	Secretaria de Governo	Não informado	Não informado
Secretaria de Viação e Obras Públicas	Não informado	Não informado	Divisão do Patrimônio	Não informado	Não informado
Grupo escolar de Maruípe	Não informado	Não informado	Faculdade de Odontologia	Não informado	Não informado
Grupo escolar de S. Francisco	Não informado	Não informado	Grupo escolar de S. Torquato	Não informado	Não informado
Entrepasto Frigorífico	Não informado	Não informado	Secretaria do Interior	Não informado	Não informado
Garage do Estado	Não informado	Não informado	Parque Infantil de Santo Antônio	Não informado	Não informado
Tribunal de Justiça	Não informado	Não informado	P. Infantil da Praia Comprida	Não informado	Não informado
Delegacia de Argolas	Não informado	Não informado	Chefatura de Polícia	Não informado	Não informado
Grupo escolar Jardim América	Não informado	Não informado	Tribunal de Contas	Não informado	Não informado
Grupo escolar Alipia Fraga	Não informado	Não informado	G.E Adolfinia Zamprognio	Não informado	Não informado
G.E. Professor Nunes - Baixo Gandú	Não informado	Não informado	Institutos dos cegos	Não informado	Não informado
Divisão do material;	Não informado	Não informado	Residência do governador - P. da Costa;	Não informado	Não informado

FONTE: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Dossiês de projetos de construção.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959-60, caixa: 6; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Assuntos diversos: escritórios divisão de obras, reparos e executados pela SAVOP (1959).** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1957-61, caixa: 155; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Escritórios recebidos pela SVOP EM 1962.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1940 a 1973, caixa: 121; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Dossiês de projetos de construções.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960-61, caixa: 07.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO 14. DEMONSTRATIVO DAS OBRAS AUTORIZADAS, EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS PELA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS (1959-1962).					
OBRAS	MUNICÍPIO	NATUREZA DO SERVIÇO	OBRAS	MUNICÍPIO	NATUREZA DO SERVIÇO
Creche Menino de Jesus;	Não informado	Não informado	Centro de Saúde;	Não informado	Não informado
Sanatório	Não informado	Não informado	Grupo escolar de Paul;	Não informado	Não informado
Escola Singular de Sobreiro	Afonso Cláudio	Em execução	G. Escolar- Sede	Afonso Cláudio	Em execução
G.E Bernardino Monteiro	Cachoeiro de Itapemirim	Em execução	Escola Singular de Mangueira	Cachoeiro de Itapemirim	Em execução
Posto de Saúde (sede)	Castelo	Em execução	Escola Singular de Mangueira	Castelo	Em execução
Posto de Saúde (sede)	Iconha	Em execução	Posto de Saúde	Iúna	Em execução
Cadeia pública (sede)	Iúna	Em execução	G.E Bartovino Costa	Linhares	Concluído
Cadeia pública (sede)	Linhares	Em execução	Escola rural de S. Sebastião do Bananal	Linhares	Não informado
Escola de Bebedouro	Linhares	Concluído	Cadeia pública	Rio Novo do Sul	Não informado
Cadeia pública (sede)	Nova Venécia	Prosseguimento	Delegacia de polícia (sede)	Afonso Cláudio	Prosseguimento/ ampliação
Grupo escolar de Campinho	Não informado	Construção	Ginásio "João Bley" de Castelo	Castelo	Construção
Grupo escolar da Praia do Suá	Não informado	Construção	Ginásio de Muqui	Não informado	Reforma e Ampliação
Grupo escolar	Baixo Guandú	Construção e reforma	Grupo escolar "Padre Afonso Braz"	Iúna	Reforma e Ampliação
Ginásio de São Mateus	São Mateus	Ampliação e reforma	Ginásio de Castelo	Castelo	Construção
Grupo escolar de Campinho	Não informado	Construção	Cadeia pública	Cachoeiro de Itapemirim	Reforma
Cadeia de Jerônimo Monteiro Abastecimento de Água e taqueamento de uma das oficinas do "Patronato agrícola de Roças Velhas"	Jerônimo Monteiro Cariacica	Construção	G.E "Bodard Júnior" Cadeia pública	Rio Novo do Sul Anchieta	Reforma e ampliação Reforma
Escola rural	Morro da Penha	Construção	Cadeia pública	Jerônimo Monteiro	Construção

FONTE: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Dossiês de projetos de construção.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959-60, caixa: 6; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Assuntos diversos: ofícios divisão de obras, reparos e executados pela SAVOP (1959).** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1957-61, caixa: 155; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Ofícios recebidos pela SVOP EM 1962.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1940 a 1973, caixa: 121; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Dossiês de projetos de construções.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960-61, caixa: 07.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO 14. QUADRO DEMONSTRATIVO DAS OBRAS AUTORIZADAS, EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS PELA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS (1959-1962).					
OBRAS	MUNICÍPIO	NATUREZA DO SERVIÇO	OBRAS	MUNICÍPIO	NATUREZA DO SERVIÇO
Cadeia pública	Linhares	Reforma e ampliação	G.E Inglês de Souza	Colatina	Reforma
Ginásio Ceciliano Abel de Almeida	São Mateus	Reforma e ampliação	G.E São Roque	Santa Tereza	Construção
Escola rural de Rio Calçado	Guarapari	Reforma	Escola rural de Meaípe	Guarapari	Reforma
G. E de Tijuca	Cachoeiro de Itapemirim	Reforma	Escola rural do Recreio	Alfredo Chaves	Reforma
Escola rural de Laginha	Itaguaçu	Reparos e reformas	Colégio Elias Tomassi	Mimoso do Sul	Reformas
Ginásio de Itaguaçu	Itaguaçu	Conclusão	Ginásio do IBES	Vila Velha	Conclusão
Cadeia de Vieira Machado Obras do centro de Saúde	Muniz Freire Linhares	Não informado Conclusão	Grupo escolar "Suzete Guendet" Grupo escolar de Mangará	Vitória Santa Leopoldina	Pintura Reforma
Grupo escolar de Santa Maria de Jetibá	Santa Leopoldina	Construção	Grupo escolar Alberto de Almeida	Não informado	Não informado
Palácio Anchieta	Vitória	Não informado	Secretaria da Fazenda	Não informado	Não informado
Secretaria de Educação	Não informado	Não informado	Colégio Estadual	Não informado	Não informado
Divisão da Receita	Não informado	Não informado	Edifício das repartições	Não informado	Não informado
Conservação de Imóveis	Não informado	Não informado	Grupo escolar de Garrido	Não informado	Não informado
Arquivo Público;	Não informado	Não informado	Estádio Governador Bley	Não informado	Não informado
Grupo escolar Glória	Não informado	Não informado	Departamento das Municipalidades	Não informado	Não informado
P. Infantil da Praia do Canto	Não informado	Não informado	Imprensa Oficial	Não informado	Não informado
Oficina mecânica	Não informado	Não informado	Escola Normal D. Pedro II	Não informado	Não informado
Procuradoria geral do Estado	Não informado	Não informado	Instituto de Maruípe;	Não informado	Não informado
Centro Social da Ilha do Príncipe	Não informado	Não informado	G.E. "Luis Jouffroy"	Afonso Cláudio	Em execução
G. E. "Professor Lelis"	Alegre	Em execução	Grupo Escolar Professor Loureiro	Cachoeiro de St° Leopoldina	Em execução

FONTE: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Dossiês de projetos de construção.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959-60, caixa: 6; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Assuntos diversos: ofícios divisão de obras, reparos e executados pela SAVOP (1959).** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1957-61, caixa: 155; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Ofícios recebidos pela SVOP EM 1962.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1940 a 1973, caixa: 121; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Dossiês de projetos de construções.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960-61, caixa: 07.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO 14. QUADRO DEMONSTRATIVO DAS OBRAS AUTORIZADAS, EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS PELA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS (1959-1962).					
OBRAS	MUNÍCIPIO	NATUREZA DO SERVIÇO	OBRAS	MUNÍCIPIO	NATUREZA DO SERVIÇO
G.E "Diocleciano de Oliveira"	Guaçuí	Executada	Posto de Saúde	Iúna	Em execução
Posto de Saúde (sede)	Linhares	Prosseguimento	Escola rural de Vila Rafael	Linhares	Concluído
G.E.São Domingos	Colatina	Concluído	G.E Alipia Fraga	Vitória	Em execução
Escola rural da Fonte Grande	Não informado	Construção	Escola rural da Fonte Grande	Não informado	Construção
Escola rural da Fonte Grande	Não informado	Construção	Grupo escolar 25 de julho	Santa Tereza	Reforma
Grupo escolar de Córrego do Moacir	Colatina	Construção	Escola rural de Parajú	Domingos Martins	Reforma
Escola de Boa Vista do Norte	Itapemirim	Construção	Grupo escolar de Tijuca	Cachoeiro de Itapemirim	Reforma
Cadeia pública	Ecoporanga	Reforma e ampliação	Grupo escolar de Matilde	Alfredo Chaves	Reforma
Escola rural de São João de Jaboti	Guarapari	Reforma	Grupo escolar "Manoel Sebastiano de Souza" de São Rafael	Linhares	Reforma e ampliação
Escola singular de Joeba	Anchieta	Reforma	Hospital Geral	Colatina	Construção
Grupo escolar do povoado de São Luís de Miranda	Distrito de Laranja da Terra	Reparo	Escola rural	Venda Nova município de Castelo	Reforma
Cadeia pública na Vila Imbuí	Guaçuí	Não informado	Grupo escolar no local denominado Córrego de Farias	Linhares	Construção

FONTE: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Dossiês de projetos de construção.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959-60, caixa: 6; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Assuntos diversos: ofícios divisão de obras, reparos e executados pela SAVOP (1959).** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1957-61, caixa: 155; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Ofícios recebidos pela SVOP EM 1962.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1940 a 1973, caixa: 121; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Dossiês de projetos de construções.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960-61, caixa: 07.

QUADRO 15. RELAÇÕES DE OBRAS INICIADAS, EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 1963						
OBRAS	MUNÍCIPIO	NATUREZA DO SERVIÇO	OBRAS	MUNÍCIPIO	NATUREZA DO SERVIÇO	
Ginásio Estadual e Escola normal da sede	Afonso Cláudio	Reforma do prédio (em andamento); Construção de um galpão (em andamento)	Esc. Rural de uma sala em Serrinha	Apiacá	Constr. (em andamento)	
			Esc. Rural de uma sala em Bom Jesus		Constr. (em andamento)	
Esc. Rural de S. Luiz de Miranda		Ref. Geral (concluída)	Esc. Rural de 1 sala em Saí	Aracruz	Constr. (em andamento)	
			Esc. Rural de 1 sala em Bom Jesus		Constr. (em andamento)	
G.E. José Cupertino		Ref. da instalação sanitária (construída)	G.E. da sede	Baixo Gandú	Construção de um galpão-paralisação	
Escola rural de uma sala em Ribeirão		Construção em andamento	Esc. Rural de uma sala em Córrego da Tomba Revira		Constr. (em andamento)	
Escola rural de uma sala em Córrego da Liberdade		Construção em andamento	Esc. Rural de uma sala em Córrego do Mangue		Constr. (em andamento)	
G.E. de Celina		Alegre	Ref. Geral (concluída)	Esc. Rural de uma sala em Barra do Itapemirim	Barra de São Francisco	Constr. (em andamento)
G.E Professor Lellis						Construção do galpão para prática de Educação física (em andamento)
			Escolas Reunidas de Vila do café	Ref. Geral (concluída)	Fórum da sede	
Escola Rural de uma sala na Fazenda Arataca						Constr. (em andamento)
			Escola rural de uma sala na fazenda Boa Esperança	Constr. (em andamento)	Esc. Rural de uma sala em Rochimento	
Constr. (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Independência					Cariacica
				G.E de Cariacica	Constr. Muro (em andamento)	
				G.E. Itaquari	Reforma do prédio (em andamento)	
				Esc. de 1 sala em Porto Novo	Construção (em andamento)	
G.E. de Anutiba	Constr. (em andamento)			Esc. Rural de 1 sala em Rio Bonito		Construção (em andamento)
			Patronato de Roças Velhas	Recuperação		

FONTE: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Relatório das obras iniciadas, concluídas, paralisada e em andamento.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963-65, caixa: 145.

CONT. DO QUADRO 15. RELAÇÕES DE OBRAS INICIADAS, EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 1963						
OBRAS	MUNÍCIPIO	NATUREZA DO SERVIÇO	OBRAS	MUNÍCIPIO	NATUREZA DO SERVIÇO	
Ginásio João Bley	Castelo	Estruturas de 2 blocos concluídas	Esc. Rural de Matilde	Alfredo Chaves	Reforma geral (concluída)	
Esc. Rural de 1 sala em Boa Esperança		Construção (em andamento)				
Esc. Rural de 1 sala em Areião		Construção (em andamento)	Esc. Rural de uma sala em Nove Estrelas		Constr. (em andamento)	
Esc. Rural de Maria Ortiz	Colatina	Reforma (concluída)	Esc. Rural de uma sala em Aparecida		Anchieta	Constr. (em andamento)
Esc. de S. Silvane		Conclusão				
Esc. Rural de 1 sala em Córrego Paul		Construção (em andamento)				
Esc. Rural de 1 sala em Barra Rio Moacyr		Construção (em andamento)	Cadeia de Anchieta	Paralisada		
Esc. Rural de 1 sala em Rio Bonito	Conceição da Barra	Construção (em andamento)	Ginásio de Anchieta	Reforma geral (concluída)		
Casa do Juiz		Em conclusão	Esc. Sing. de Jabaquara			
Esc. Rural de 1 sala em povoado José de Caribs		Construção (em andamento)	Esc. Rural de uma sala em Mãe Bá		Constr. (em andamento)	
Esc. Rural de 1 sala em Vila de Itaúnas	Ecoporanga	Construção (em andamento)	Esc. Rural de uma sala em Duas Barras	Constr. (em andamento)		
Esc. Rural de 1 sala em Água Boa		Construção (em andamento)				
Esc. Rural de 1 sala em S. Geraldo	Fundão	Construção (em andamento)	G.E. de Domingos Martins	Domingos Martins	Concluído	
Cadeia da sede		Construção (concluída)	Esc. Estação de Domingos Martins		Const. de muro (concluído)	
Esc. Rural de 1 sala em Janguetá					Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Pena
Esc. Rural de 1 sala em Praia Grande		Construção (em andamento)	Esc. Rural de uma sala em Faz. Mancel Lube		Construção (em andamento)	
Esc. Rural em Praia Grande		Construção (em andamento)	Serv. De água da escola Aracê		Concluído	

FONTE: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Relatório das obras iniciadas, concluídas, paralisadas e em andamento.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963-65, caixa: 145.

CONT. DO QUADRO 15. RELAÇÕES DE OBRAS INICIADAS, EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 1963					
OBRAS	MUNÍCIPIO	NATUREZA DO SERVIÇO	OBRAS	MUNÍCIPIO	NATUREZA DO SERVIÇO
Passeio de Bolkrets em frente do grupo	Guarapari	Concluído	Sub-posto de saúde de Imbuí	Guaçuí	Reforma (concluído)
Esc. de Guarapari		Concluído	Ginásio Anísio Teixeira		Recuperação geral e cobertura
Esc. Rural de 1 sala em Santa Rita		Construção (em andamento)	Esc. Rural e 1 sala na Fazenda da Barra		Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Bom Jesus		Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Pedra Menina		Construção (em andamento)
			G.E. Guilherme Baptista		Reforma e instalação sanitária
Delegacia de polícia e Cadeia na sede	Iconha	Reforma (concluído)	G.E. Francisco Santos	Ibiraçu	Reforma geral (concluído)
Posto de Saúde de Iconha		Reforma. Geral (concluída)	Esc. Rural de 1 sala em Faz. Soeiro Banhos		Construção (em andamento)
			Esc. Rural de Pasto Novo		Construção (em andamento)
G.E. Cel. Antônio Duarte		Reforma (em fase de conclusão)	Ginásio de Itaguaçu	Itaguaçu	Recuperação da cobertura (concluída)
Esc. Rural de 1 sala em Palmital		Construção (em andamento)	G.E. Thieres Veloso		Conclusão e ampliação de 2 salas sanitárias e galpão
Esc. Rural de 1 sala em Morro da Palha	Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Faz. Panorama	Construção (em andamento)		
Esc. Garrafão	Itapemirim	Constr. Concluído	Esc. Rural de 1 sala em Santa Rosa	Iúna	Construção (em andamento)
G.E. Narciso Araújo		reforma (concluído)			
Esc. Sing. da Safra		reforma (concluído)	Esc. Rural de 1 sala em Prosperidade		Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Boa Vista do Sul		Construção (em andamento)			
Esc. Rural de 1 sala em Lagoa Danta		Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Santa Clara de Cresciuma		Construção (em andamento)

FONTE: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Relatório das obras iniciadas, concluídas, paralisadas e em andamento.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963-65, caixa: 145.

CONT. DO QUADRO 15. RELAÇÕES DE OBRAS INICIADAS, EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 1963					
OBRAS	MUNÍCIPIO	NATUREZA DO SERVIÇO	OBRAS	MUNÍCIPIO	NATUREZA DO SERVIÇO
Ginásio Afrânio Peixoto	Linhares	Construção (em andamento)	Esc. Rural (anexa à Obra Social de Jer. Monteiro)	Jerônimo Monteiro	Construção (em andamento)
Escola Rural de Barro Novo		Construção (em andamento)			G.E. Parada Cristal
Esc. Rural de 1 sala em Panorama		Construção (em andamento)	Cadeia de Jerônimo Monteiro		Recuperação geral (concluída)
Esc. Rural de 1 sala em Córrego Terra Alta		Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Santa Maria do Norte		Construção (em andamento)
Residência do Juiz (constr.)		Mantenópolis	Em conclusão		Esc. Rural em Balsamo
G.E. de Mucurici	Mucuricí	Ampliação (paralisada)	Sub-Delegacia de Bonsucesso	Mimoso do Sul	Construção (concluída)
Cadeia de Mucurici		Ref. e ampliação (paralisada)			
Esc. Rural de 1 sala em Canela D' Ema		Construção (em andamento)			
Esc. Rural de 1 sala em Pageu		Construção (em andamento)			
Esc. Rural de 1 sala em Colange	Muqui	Em andamento	Esc. Rural de 1 sala em Barra Forquilha		Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Serra		Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Bela Aurora		Construção (em andamento)
			G.E. de Mucuricí		Ampliação (paralisada)
Esc. Rural de 1 sala em Tombos	Muniz Freire	Construção (em andamento)	Cadeia de Mucuricí	Mucurici	Ref. e ampliação (paralisada)
Esc. Rural de 1 sala em Santo Antônio do Amorim		Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Canela D' Ema		Construção (em andamento)
			Esc. Rural de 1 sala em Pageu		Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Panquinhas	Pancas	Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Córrego da Serra	Nova Venécia	Construção (em andamento)
Esc. Rural de Santa Helena - 1 sala		Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Bairro Filomena		Construção (em andamento)

FONTE: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Relatório das obras iniciadas, concluídas, paralisadas e em andamento.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963-65, caixa: 145.

CONT. DO QUADRO 15. RELAÇÕES DE OBRAS INICIADAS, EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 1963					
OBRAS	MUNICÍPIO	NATUREZA DO SERVIÇO	OBRAS	MUNICÍPIO	NATUREZA DO SERVIÇO
G.E. Bodart Junior	Rio Novo do Sul	Reforma geral (concluído)	Esc. Rural de Patrimônio de Santo Antônio	Santa Tereza	Reforma geral (concluída)
Esc. Rural de S. Vicente		Construção (em andamento)			Reforma geral (concluída)
Esc. Rural de 1 sala em Ribeirão		Construção (em andamento)	Esc. de São João de Petrópolis		Reforma geral (concluída)
Esc. de 1 sala em Monte Alegre		Construção (em andamento)	G.E. Peçanha Póvoa		Reforma geral (concluída)
Esc. Rural de 1 sala em Rio Farinhas	Santa Leopoldina	Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em S. Sebastião		Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Ribeirão dos Pardos		Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Nova Lombardia		Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Faz. Braswoschi	São Gabriel	Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Barra Sêca	São Mateus	Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Faz. do Morro		Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Terra Fresca		Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Itaiobaia	Serra	Em andamento	Esc. Rural de 1 sala em Palmeiras	São José do Calçado	Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Carapebus		Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Ponte Branca		Construção (em andamento)
G.E. Ilha das Flores	Vila Velha	Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Formate	Viana	Construção (em andamento)
Lavanderia Zélia Viana de Aguiar em Cruz do Campo		Construção (concluída)	Esc. Rural de 1 sala em Pedra Mulata		Construção (em andamento)
Lavanderia do Alecrim		Projetada	Refeitório Infantil da Fonte Grande	Vitória	Construção (andamento)
Cadeia do IBES		Construção (concluída)	G.E. da Fonte Grande		Construção (concluída)
Presídio de Mulheres		Em andamento	Refeitório Infantil de Maruípe		Construção (andamento)
Delegacia de polícia de Cobilândia		Construção (concluída)	Chefatura de Polícia		Construção (concluído)
Esc. Rural de 1 sala em Alvorada		Construção (concluída)	G.E. Jeny Coutinho		Construção (andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Cobi		Construção (concluída)	G.E na Ilha do Príncipe		Barracão Concluído
Unidade Sanitária de Cobilândia		Construção (concluída)	Batalhão de Guardas e Corpo de Bombeiros	Construção (andamento)	
				Posto de Saúde da Ilha do Príncipe	Reforma (em andamento)

FONTE: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Relatório das obras iniciadas, concluídas, paralisadas e em andamento.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963-65, caixa: 145.

QUADRO 16. PLANO DE EDUCAÇÃO DE EMERGÊNCIA (1964-66). PROGRAMAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DAS FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS EM VALORES CORRENTES, EM CR\$1.000,000							
ESPECIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS		FONTES DE RECURSOS			TOTAL	METAS PARA 1966	DÉFICIT ESCOLAR
		ORÇAMENTO ESTADUAL	ORÇAMENTO FEDERAL	OUTROS			
1. Educação primária e pré-primária							
1.1. Obras novas	Quant				2862000	Ens. primário	Ens. Primá. (36.000 matr.
Jardim de Infância	10	59.500			(1.080	(271.000	
Grupos escolares	15	104.250			salas	matrículas	
Escolas rurais	17	111.600			equipadas)		
Prédios Escolares	22	99.000					
Prédios Escol-Plano da Sedu	105	105.000					
Equipamento e material permanente		6623					
1.2. Conclusões de obras e Ampliação							
Ampliações e conclusão de obras em grupos escolares							
Escolas rurais e jardim de infância		70.250					
Subtotal		556.223					
Verba do Plano Trienal - 30% - Fundo Nacional de Ensino primário			700.000				
Arrecadação do salário educação lei 4.440 de 24/10/64			396.624				
2. Educação média, e técnica							
2.1. Obras novas	Quant					Ens. Médio	Ens. Médio: 4.200 vagas no 1º ciclo; 600 vagas no 2º ciclo
Ginásios	5	17.500			300.000 (4	26.200	
Inst. Educacional	1	5.000			ginásios)	matric.	
Inst. Educação	1	60.000					
2.2- Conclusões de obras e ampliação							
Ampliação e conclusões de obras em ginásio		63.500					
Subtotal		146.000					
Verba do Plano Trienal - Fundo Nacional de Ensino Médio			700.000				
TOTAIS		702.223	1.796.624	663.153	3.262.000		
PARTICIPAÇÃO RELATIVA		22,21	58,82	20,97	100		

FONTE: SILVA, 1986, p. 423

QUADRO 17. QUADRO DEMONSTRATIVO DAS OBRAS AUTORIZADAS, EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS DA DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS EM 1965.			
OBRA	MUNICÍPIO	NATUREZA DO SERVIÇO	VALOR DO ORÇAMENTO
Escola de Santa Maria	Alegre	Construção	6.634.070,50
Escola de Iriri	Anchieta	Construção	2.530.017
Escola Singular de Jucutuquara	Anchieta	Construção da Cerra	171.074,80
Galpão anexo ao G. Estadual	Afonso Cláudio	Construção	2.441.856,90
Grupo escolar Km 4	Baixo Gandú	Reparos	1.037.419,10
Prédio do Fórum	Baixo Gandú	Pinturas e reparos	409.291,10
Fórum	Baixo Gandú	Pinturas e reparos	409.292,10
Fórum	B.S.Francisco	Construção	9.708.685,40
Sub-posto de Saúde de Água Doce	B.S.Francisco	Construção	2.649.224,40
G. Escolar Professor Cunha	Cariacica	Construção e ampliação	-
Escola de Pacotuba	C. Itapemirim	Construção	6.080.707,50
G.Esc.no Bairro Coronel Borges	C. Itapemirim	Construção	11.536.737,70
G. Esc.do Morro do Amaral	C. Itapemirim	Construção	11.536.738,70
Escola de Cachoeiro do Oito	Colatina	Reforma	187.385,20
Cantina anexa ao G. Otacílio Lomba	Colatina	Ampliação	3223874
Escola Rural de Santa Lúcia	Conc.do Castelo	Construção	-
Escola do Alto Cachichi	Conc.do Castelo	Construção	-
Lavanderia	Castelo	Construção	1.262.422,40
Lavanderia	Castelo	Reforma do telhado e pintura	1.262.423,40
Posto de Saúde	Guaçuí	Reforma do telhado e pintura	470.983,68
Jardim de Infância	Linhares	Construção	34.971.527,20
Grupo escolar	Montanha	Reforma	1.317.699,40
Posto de Saúde	Montanha	Reforma	1.298.533,40
Grupo escolar Km 4	Mutum (B. Gandú)	Reparos	-
Grupo escolar de Alto	N. Venécia	Reparos	1.014.421,96
Lavanderia de 10 taques	Piúma	Construção	-
Lavanderia	Piúma	Construção	1.262.422,40
Grupo de Alto Rio Novo	Pancas	Conclusão	256.236
Escola Sebastiana (Laginha)	Pancas	Reparos	462.582,20
Grupo Escola Peçanha Pôvoa	Santa Tereza	Rep: Na dep. Destinada a cozinha e distribuição de merenda	323.773,70
Grupo Escola Peçanha Pôvoa	Santa Tereza	Const.de uma Copa, const.de um reservatório de água, reparos	-
Grupo Escolar João Loyola	Serra	Ber. de reservatório de água	-
Grupo Escolar João Loyola	Serra	Reparos	2.064.414,20
Escola Rural de Tanque - Caçaroca	Viana	Reparos	2.110.361,10
Escola Normal	Vitória	Reparos	17.290.121

FONTE: ESPÍRITO SANTO. (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 4, janeiro, 1965.

ANEXO 2
OFÍCIOS ENVIADOS E RECEBIDOS PELOS GOVERNOS CARLOS
LINDENBERG (1959-1962) E FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR
(1963-1966).

**OFÍCIO ENVIADO AO PRESIDENTE DO GRUPO EXECUTIVO DE
RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA (GERCA) PELO
GOVERNADOR CARLOS LINDENBERG EM 12 DE FEVEREIRO DE
1962.**

Aliança do Estado com GERCA para erradicação e diversificação do café.

Senhor presidente,

Como é do conhecimento de V.excia, o governo do Estado do Espírito Santo vem acompanhando com o mais vivo interesse as providências do governo federal, através do GERCA, objetivando a erradicação da cafeicultura.

Nas diversas oportunidades temos frisado que o problema do café neste Estado, não é só de ordem econômica, mas essencialmente social, considerando, mormente, a sua participação na receita estadual e força de trabalho absorvido no seu cultivo.

Entendemos, senhor presidente, que o plano de erradicação e diversificação que o GERCA tem em mira realizar e ora em fase de delineamento, poderá concorrer decisivamente para reformulação- da estrutura sócio-econômica de nosso meio rural.

Entendemos, ainda, que a profunda mudança que se espera na nossa agricultura, a fim de que possa trazer benefícios duradouros ao homem do campo ser processada, entre outros, aos a aplicação de dois instrumentos essenciais assistenciais técnica e distribuição de materiais de natureza agro-pecuária.

A assistência técnica se justifica em decorrência de perspectivas de introdução de novos tipos de exploração no meio rural e considerando a empírica agricultura ainda hoje praticada no Estado.

Em relação a material de uso na lavoura acentuadamente adubos e sementes selecionadas, é imprescindível a presença do Poder Público , levando-se em conta a inexistência de iniciativas privadas neste ramo de atividade.

Adiantamos a V. Excia, que mediante – uma complementação de recursos financeiros, temos condições no Estado de atender, satisfatoriamente às necessidades de assistência técnica o de distribuição de material decorrentes do plano de erradicação e diversificação da cafeicultura.

As atividades de assistência técnica poderão ficar a cargo da Associação de Créditos e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES), entidades vinculada ao Governo do Estado por dispositivo legal, contando presentemente com 30 agrônomos e cobrindo uma grande

extensão de nosso território.

Devemos ressaltar que a ACARES é custeada e governada pelos poderes públicos, de conformidade com os seus estatutos em anexo.

Esta entidade tem condições de contratar 14 outros agrônomos, colocando-os em seu regime de dedicação exclusiva aos trabalhos do GERCA.

Quanto à distribuição do material a Secretaria de Agricultura desde Estado conta com uma rede de 58 postos de revenda no interior e está organizada para executar todos os serviços de distribuição exigidos pelo plano Diretor do GERCA.

Isto posto, vimos sugerir a V. Ex^a. E assinatura de um convênio entre o Governo do Estado, a ACARES e o GERCA, objetivando assegurar o êxito do programa de erradicação e diversificação da lavoura cafeeira neste Estado.

Em linhas gerais, as partes convenientes poderão ter as seguintes obrigações:

ACARES:

- a- colocar 20 agrônomos atuando exclusivamente no plano de erradicação e diversificação;
- b- auxiliar o GERCA em estudos, projetos de diversificação;
- c- fornecer todas as informações disponíveis ao GERCA;
- d- fazer a mais ampla divulgação do Plano Diretor do GERCA no meio rural;
- e) prestar contas de todas as atividades realizadas.

SECRETARIA DA AGRICULTURA:

- a- revenda de todo o material de consumo na lavoura nos participantes do plano de erradicação e diversificação;
- b- auxiliar na divulgação do Plano Diretor do GERCA;
- c- auxiliar o GERCA em estudos e projetos de diversificação;
- d- prestar contas de todas as atividades realizadas;

GERCA:

- a- fornecimento de recursos às demais partes contratantes forma de complementação de modo a facultar o cumprimento de suas obrigações;
- b- cooperar com as demais partes – contratantes na programação de suas atividades.

O convênio poderá ter vigência de três anos, cobrindo o período de forte transição da agricultura no Estado.

Quanto ao dimensionamento dos recursos necessários, sugeridos sejam mantidos entendimentos entre os técnicos do Estado e do GERCA de modo a fixar uma importância razoável.

Estou certo, Senhor presidente, de que as sugestões que ora formulo, concentrarão a necessária receptividade nesse órgão que V.Exa empresta a sabedoria dos seus conhecimentos e o entusiasmo do seu patriotismo.

Renovo a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração.

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg

Governador do Estado

**OFÍCIO ENVIADO AO PRESIDENTE DO IBC, SÉRGIO ARMANDO
FRAZÃO PELO GOVERNADOR CARLOS LINDENBERG EM 3 DE
JANEIRO DE 1962.**

Senhor Presidente,

Como temos levado ao conhecimento de V. Ex^a a nova política do café adotada pelo Governo Federal visando o interesse nacional, se por um lado atende plenamente o seu objetivo, trouxe para o Estado do Espírito Santo distorções de tal maneira chocantes, que empobrecemos a economia dos lavradores afeta as finanças públicas provocando crise sem precedentes nos anaes de nossa história.

Não podemos deixar de reconhecer que a política cafeeira, em termos nacionais, está certa e correta. Acontece, porém, que as medidas tomadas com relação aos cafés chamados baixos, produzidos pelo Espírito Santo como é sabido, constituíram, pela supreza [sic] e drasticamente com que foram tomadas, uma verdadeira débâcle, redundando nas distorções já citadas.

Ora, não nos parece justo que se sacrifiquem a economia e as finanças de um pequeno Estado como o Espírito Santo em benefício do país, quando é certo que esta unidade da Federação sempre contribuiu com um apreciável saldo em dollars para a União sem ter jamais recebidos os altos e elevados favores atribuídos a outros Estados.

Nesta emergência, além da extraordinária redução de arrecadação estadual e do empobrecimento da lavoura, faze a nova política do café, tivemos um aumento de despesas devido a resolução 204 da SUMOC, aumento que varia conforme os setores, entre 50% e

100%, também a elevação do salário mínimo e a inflação, determinam e elevação dos salários e vencimentos, que não modificamos ainda por carência de recursos, embora sejam considerados de sacrifícios e ocasionem mal estar geral.

Em todas as crises cafeeiras passadas quando neste Estado não ficava um saco de café sem colocação, fomos chamados a contribuir, em benefício da economia nacional.

Entendemos, por tais motivos justos e até necessário, que nesta oportunidade, tenha o Espírito Santo uma compensação pelo sacrifício que lhe é imposto, que permite prosseguir o governo nas medidas que vinha tomando para incrementar o desenvolvimento industrial e facilitar os transportes e fomentar a diversificação da produção, sem o que o subdesenvolvimento e o retrocesso serão fatais.

No Espírito Santo, como é do conhecimento de V.Excia 65% das atividades e das rendas públicas têm por base o café, pelo que bem se pode avaliar a extensão da crise.

Por tais motivos e tendo em vista, especialmente, que o que mais afetou a este Estado – foi a política cafeeira, é que recorro a V.Excia com essas ponderações, para pleitear uma compensação à altura dos prejuízos sofridos e ainda por vir compensação que nos permita sobreviver e preparar, como vínhamos procedendo, um futuro menos sombrio.

Posso asseverar a V. Ex^a que a despeito de havermos recebido uma administração em franca decomposição, não precisamos recorrer a tais apelos, aí não fosse a nova política do café, pois, até maio último, a recuperação se operava surpreendentemente sem que tivesse o governo necessidade de empreendimentos de vulto em andamento, depois de havermos normalizado vencimentos do funcionalismo, operariado, subvenções dos hospitais e orfanatos, contas e contratos, etc.

Os empreendimentos em marcha são de puro desenvolvimento – energia elétrica e pavimentação de estradas- sua paralisação corresponderia a um desastre e a uma hecatombe para o futuro.

Como sugestão para atendimento lembro que o IBC poderia financiar a retificação e pavimentação já iniciadas, de Estradas Colatina-Barra de São Francisco, que já tem o nome de Estrada do café, e, justamente, a zona mais afastada pela nova política. Tal medida, estou certo, seria recebida com especial agrado e simpatia em favor do Instituto Brasileiro do Café e dessa presidência, reafirmando seu interesse e boas disposições em bem servir aos lavradores e ao nosso Estado.

Espero que V. Excia meditando sobre a justiça e equidade desse nosso veemente apelo nos atenda substancialmente como sugerido ou por outro meio que entende mais apropriado, de

modo a que não sejamos levados à paralisação total das obras e empreendimentos citados cujo fato afetaria o próprio futuro do Estado.

Apresentando desde já a Vossa Excelência meus mais sinceros agradecimentos, ousou ainda solicitar solução tão breve quanto possível, tendo em vista a premência em que nos encontramos.

Com a minha especial estima e consideração apresento a Vossa Excelência.

Atenciosas saudações.

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg

Governador do Estado

**OFÍCIO ENVIADO A CLEANTO PAIVA LEITE, PRESIDENTE DO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO PELO
GOVERNADOR CARLOS LINDENBERG EM 18 DE DEZEMBRO DE
1961.**

Senhor Presidente,

Neste governo, em estudos recentemente precedidos pela Secretaria de Educação e Cultura, apurou ser de 3.145 a necessidade estadual de novas unidades escolares.

Apurou-se ainda, que da população escolarizável num total de 287.600 crianças, apenas 161.777 estão escolarizadas, ou seja, 56, 2% e que para 4.102 escolas primárias atuais, são necessárias, no mínimo, 1500 novas salas de aula e demais dependências, substituindo as existentes, que se acham em condições altamente constrangedoras.

Urge, portanto, agir rápida e concretamente para diminuir esse regime de improvisações em que se encontra a maioria de nossas escolas primárias, sobretudo as unidades rurais que funcionam em estado bastante carente.

Chegando ao nosso conhecimento que o governo americano, através do programa cognominado – “Aliança para o Progresso”, se propõe a auxiliar as Nações latino-americanas, no seu labor para erradicar ao pauperismo do sub-desenvolvimento, vimos solicitar a vossa excelência a concessão de uma empréstimo a longo prazo de 411.450. 000,00 (quatrocentos e onze milhões, quatrocentos e cinqüenta mil cruzeiros), a fim de que possamos construir imediatamente 1.500 prédios escolares, que serão concluídas no prazo de 24 meses, cujo financiamento será aplicado segundo o seguinte esquema:

1.200 prédios escolares com uma sala ao preço de Cr\$ 220.000,00; 150 prédios escolares com

duas salas ao preço de Cr\$ 334.000,00, 30% para suprir os aumentos verificados a partir de julho, época em que foram calculados os custos acima referidos e constantes do trabalho que faz parte integrante de presente solicitação.

Observe vossa excelência dos anexos 1 e 2, aqui inclusos, o plano de construção de prédios escolares, grandemente preocupado na solução desse grave problema social, a razão por que vimos encarecer essa colaboração do Banco Interamericano de Desenvolvimento, confiados em que a presente solicitação consiga alcançar a receptividade e a anuência dessa ilustre Presidência.

Na oportunidade manifesto a Vossa Excelência nosso protesto de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosas saudações.

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg

Governador do Estado

**OFÍCIO ENVIADO A JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART,
PRESIDENTE DA REPÚBLICA PELO GOVERNADOR CARLOS
LINDENBERG EM 5 DE FEVEREIRO DE 1962.**

Excelentíssimo senhor Presidente,

O Governo do Estado do Espírito Santo vem empenhando seus melhores esforços no sentido de fortalecer e desenvolver a economia do Estado, procurando, não só criar novas fontes de riqueza, como estimular e fortalecer as já existentes. O plano que vem sendo posto em execução consiste em:

- 1) Obras e empreendimentos relacionados com a construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão;
- 2) Ampliação de rede rodoviária do Estado e pavimentação de cerca de 220 quilômetros de estradas-troncos vitais;
- 3) Assistência direta a agro-pecuária,

Considerando:

- a) Melhoria dos rebanhos mediante a aquisição e a venda, em condições favoráveis, dos reprodutores de alta linhagem adquiridos;
- b) Suprimento, aos agricultores de sementes selecionadas, adubos, ferramentas, instrumentos agrícolas, fungicidas e inseticidas, a preço e custo, através de uma rede de “casas de lavradores” construídas e consentidas pelo Estado em todos os municípios;

- c) assistência técnica e trabalhos de oportunidade, com cooperação de técnicos da Secretaria da Agricultura e da Associação de Créditos e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES);
- d) Crédito agrícola, com recursos próprios do Estado e do Banco de Crédito Agrícola;
- e) Organização de patrulhas mecanizadas para o preparo de terras para cultivo e outros trabalhos vinculados às atividades das propriedades agrícolas, em cujo serviço o Estado mantém 40 máquinas pesadas e leves, importadas dos Estados Unidos;
- f) Organização d uma sociedade de economia mista sob denominação de “Companhia de Armazéns Gerais e Silos do Espírito Santo S.A”, com amplas atribuições.

Ao organizar a companhia de armazéns de silos teve o governo em vista não só o armazenamento e a ensilagem de produção agrícola, medida indispensável para evitar a perda de substancial parte de produção, mas, assegurar preços mínimos para os produtos agrícolas.

Pouco adiantaria as medidas de assistência à agricultura, atrás enumeradas, programadas pelo governo do Estado, só não foram assegurados os agricultores preços mínimos compensadores. Até a presente data, o produtor rural vive a mercê de especulação quando chega a ocasião de vender seus produtos.

Sendo muitos desses produtos perecíveis e havendo necessidade de sua venda imediata, os preços se aviltam após as colheitas, desencorajando e levando a desesperança ao agricultor.

O governo federal procurou resolver – esse problema conseguindo do Congresso Nacional a lei 1.506, de 19 de dezembro de 1951, a qual assegura preços mínimos para os produtos agrícolas que serão pagos mediante sua aquisição, por conta da União. Para tal fim foi criada a “Comissão de Financiamento da Produção”, órgão subordinado ao Ministério da Fazenda.

Embora decorridos 10 anos da vigência da Eli 1506, até hoje, infelizmente, o sistema não funcionou em relação ao Estado do Espírito Santo, isso acontecendo, não por que o Banco do Brasil não estivesse autorizado a fazer as aquisições, mas, sim, por falta de um órgão capaz de incumbir-se do expurgo, da classificação, da armazenagem e da ensilagem dos produtos. Nenhuma empresa privada, no Estado, se interessou por isso, as companhias de armazéns gerais existentes cuidam, único e exclusivamente, do café. Em consequência disso, sendo vedado ao Banco do Brasil adquirir os produtos que não satisfaçam aos padrões e de terminações oficiais, ao produtor capixaba jamais foi possível valer-se dos benefícios da lei 1506.

O governo do Estado está plenamente convencido de que se os produtos estiverem certos de que poderão vender seus produtos aos preços assegurados pelo governo federal, e contando, como efetivamente já contam, com a inteira assistência do Estado para produzir, isso

incrementará fortemente a produção, o que contribuirá não só para aumentar a renda dos que vivem da exploração da terra, como contribuirá para que existam disponibilidades cada vez maiores de gêneros e matérias-primas e que carece a Nação, cujo o ritmo de progresso reclama produção cada vez maior.

A iniciativa do governo estadual, criando a “Companhia de Armazéns Gerais e Silos do Espírito Santo S.A, teve em vista, por tanto, completar o sistema de amparo à lavoura, já em plena fase de execução no Estado. Para organizar essa Companhia, o governo do Estado adquiriu as ações da Companhia Espírito Santo e Minas de Armazéns Gerais, empresa que funcionam no Estado há cerca de 38 anos, adquirindo, com isso, não só a experiência do seu pessoal especializado, mas, igualmente, um valioso patrimônio constituído de uma rede de armazéns espalhados pelos municípios capixabas.

Poder-se-á concluir que, com a criação desse novo órgão de assistência a agricultura estaria resolvido o problema dos preços mínimos para o produtos agrícolas, de Vaz que tal órgão estaria aparelhado a receber, expurgar, classificar e armazenar os produtos, formando no agricultor a documentação indispensável à venda dos mesmos ao Governo Federal por intermédio da agência mais próxima do Banco do Brasil. Isso, entretanto, não ocorrerá pelos seguinte motivos:

1º-precariedade da rede bancária do instituto oficial. O Banco do Brasil mantém no Estado apenas 8 agências para servir 39 municípios com uma área territorial superior a 40.000 quilômetros quadrados;

2º- A maioria da produção é obtida – em pequenas propriedades. Segundo o último censo nacional, num total e 55.102 estabelecimentos existentes em 1960, 40.412, ou seja, 89,69% possuem área inferior a 100 hectares. Os trabalhos agrícolas nesses estabelecimentos estão a cargo e proprietários e membros da família, cujo o chefe, geralmente inexperiente – de prática comerciais e na maioria das vezes impossibilitado – de abranger seus afazeres, para viajar até onde exista agência – do Banco do Brasil, além de recear esses contatos, profere vender a produção ao primeiro intermediário que lhe aparece na propriedade.

O pensamento do governo é de que, valendo-se da ampla rede de armazéns da Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo, esta seja a intermediária entre o produtor e o Governo Federal, na compra dos produtores cujos preços mínimos estão garantidos através da “Comissão de Financiamento da Produção”.

O art. 6º de lei 1506 autoriza a referida comissão a entrar em entendimento com o governo com os governos dos Estados e Territórios, celebrando, se necessário, convênios e acordos

para que estes, através de seus órgãos especializados, assumam certas obrigações, dentre as quais a “execução” dos serviços de expurgo, classificação e armazenagem dos cereais e gêneros a serem financiados e adquiridos, podendo, para esse fim, utilizar os armazéns gerais já existentes, armazéns de propriedade do Estado, ou particulares sob a fiscalização dos respectivos Estados e Territórios.

Deseja o governo do Estado, que o governo federal, por intermédio da “comissão de Financiamento da Produção”, firme um convênio com a “Companhia de Armazéns Gerais e Silos do Espírito Santo S.A”, visando aos seguintes objetivos:

- a) Aquisição, pela CASES, diretamente ao produtor, por ordem e conta do Governo Federal, dos produtos mínimos estão garantidos pela lei nº 1506, de 19 de dezembro de 1951;
- b) Abertura de um crédito rotativo, junto ao Banco do Brasil, para cumprimento do disposto na alínea anterior;
- c) Autorização à CASES para executar os serviços de expurgo, classificação e armazenamento dos cereais e gêneros e serem financiados ou adquiridos na forma prevista na lei número 1506, citada.

Confiado em que o assunto, pela sua relevância, merecerá bom acolhimento e pronta solução – por parte de Vossa excelência, antecipo meus agradecimentos, valendo-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada consideração e distinto apreço.

Atenciosas saudações.

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg

Governador do Estado

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ENVIADO AO PRESIDENTE CASTELO BRANCO PELO GOVERADOR FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR EM 1964.

Excelentíssimo senhor presidente,

1. O governo do Estado do Espírito Santo, na presente exposição de motivos, apresenta a vossa Excelência, senhor presidente, dados sobre a sua atual situação financeira, a exigir medidas saneadoras e de equilíbrio impossíveis, ante a política e orientação então adotadas pelo governo federal, caracterizado por um processo inflacionário quase galopante, como advertiram renomados economistas patricios, preocupados com a ameaça da mesma sobre as instituições fundamentais do País.

2. O Estado do Espírito Santo não pode se sobrepor aos impactos violentos sobre seu item econômico mais característicos – o café- e, apesar das estimativas de escassez da safra

cafeeira 1964/65 possam propiciar a venda de cafés de propriedade da União, no corrente ano, numa valiosa contribuição às caixas do tesouro nacional, a situação para este Estado da Federação se defronta com sombria perspectiva.

3. Estima-se em 40% (quarenta por cento) o decréscimo da produção cafeeira estadual, na safra 1964/65, e, desse modo, apesar dos novos preços recém-estipulados pelo Instituto Brasileiro do Café, somente a incidência do imposto de vendas e consignações apresenta a probabilidade do fator concorrente, para o aumento da receita, no período do mês em curso até o fim do presente exercício.

4. Fatores e causas, sociais e econômicas, vê minando as finanças deste Estado, que, no exercício atual, se vincula fortemente a compromissos de exercício anteriores, comprometendo o conceito da administração pública e, incidentemente, sobre os altos propósitos e objetivos da nova ordem implantada com a revolução de abril.

5. Alinhando-se dados numéricos, eles se manifestam eloqüentemente no orçamento em vigor, com uma receita estimada em 9.300.000.000,00 uma despesa fixada em 13.800.000.000,00, admitindo um déficit potencial de 4.500.000.000,00, reduzido na execução orçamentária e com uma previsão final reduzida a 2.300.000.000,00.

6. É oportuno salientar que as recentes leis de aumento nos vencimentos do funcionalismo civil e militar da União, indicamos um justo e equânime reajustamento para os funcionários deste Estado, cujos padrões atuais se evidenciam irrisórios e exigem uma providência no mais curto prazo.

7. Admitindo-se a providência cabível, qual a do serem aumentados os atuais níveis salariais, sem se cogitar com a paridade de vencimentos para o funcionário de igual categoria, pertençam à União ou no Estado, a despesa deveria ser aumentada da ordem de 11.200.000.000,00 se fosse atribuído ao funcionamento estadual um aumento de 100%, que nem assim estaria compatível com as funções exercidas, alcançando os níveis de remuneração adotados pela União.

8. O acréscimo da despesa no item pessoal seria justo; e a serem adotadas as providências indicadas no inciso anterior, o déficit cresceria à ordem de 13.500.000.000,00, valor aproximado de um orçamento anual.

9. Evidenciam-se as grandes dificuldades que se oferecem à administração estadual, integrada por um funcionalismo cujos os padrões de vencimento são aviltados por uma inflação contínua, que concorre para desestímulo, e desespero e a ineficiência dos órgãos e serviços estaduais.

10. Uma decisiva ação governamental, planejada para estimular a agricultura de subsistência, visará a proporcionar uma diminuição do custo dos gêneros essenciais, desde que, numa cooperação mais íntima, os órgãos e setores federais sejam dotados de recursos indispensáveis ao incremento dessa produção e de outras matérias-primas essenciais à diversificação da produção de riqueza agrícola.

Esses aspectos sombrios na atual conjuntura da economia espírito-santense permitem sejam traçados os rumos definitivos para a sua recuperação econômica, exigindo execução a médio e longo prazo, sem qualquer implicação no atual estado financeiro, em evidente e claro desequilíbrio, carente de ajuda e auxílio do governo da União, por uma suplementação do Tesouro Federal.

12. As demonstrações anexas indicam que do equilíbrio orçamentário em perspectiva, agravado pelo “déficit” financeiro do ano de 1963, elevará a insuficiência de caixa do biênio ao Total de 4.400.000.000,00, do qual, aproximadamente 50% se situam, na despesa referente a pessoal.

13. Apesar das medidas saneadoras adotadas, a execução orçamentária no 1º semestre e o pagamento de resíduos de pronta exigibilidade vindos de 1963, o “déficit” de caixa nesse período atingiu a média mensal de 400.000.000,00.

14. As previsões para os meses de julho a setembro, fase de maior movimentação da safra cafeeira, estabelecem a queda da média mensal de recursos faltantes em torno de 3.270.000.000,00, devendo aumentar de volume de despesas inadiáveis.

15. Nossa conjuntura sócio-econômica, de desajustamento vários concorrentes para o desequilíbrio orçamentário, a expectativa para a equalização da retenção da taxa cambial entre o café da safra anterior e a atual, perturba a dinâmica comercial e as altas decorrentes com o fluxo maior de tributações devidas ao Estado, tornando-se impossível o restabelecimento do equilíbrio financeiro sem a ajuda substancial do Governo da União, credor potencial sobre a safra cafeeira deste Estado, da ordem de 30.000.000.000,00, aproximadamente de dois orçamentos deste Estado.

16. É francamente louvável a medida proposta ao Congresso Federal pelo Governo de vossa excelência, Senhor Presidente, permitindo aos Estados da Federação uma reintegração econômico-financeira através de percentual sobre o imposto de (...) tributação que concorrerá para maior, estabilidade e equilíbrio das Unidades Federadas.

17. Em conclusão, aguardando-se a efetiva revisão de tributos ainda concorrentes para fortalecer as finanças da União, em disparidade com o quadro geral da economia e das

necessidades do Estado, o Governo do Espírito Santo apela para o Governo da União, a fim de obter recursos suplementares ao pronto restabelecimento do equilíbrio financeiro, que orçamos no valor global de 5.000.000.000,00.

18. O Governo do Estado do Espírito Santo, em conclusão desta Exposição de motivos solicita a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os mais breves estudos no sentido de ser concedido, sob a forma de empréstimo, por um prazo mínimo de cinco anos, da quantia de cinco bilhões de cruzeiros... (5.000.000.000,00).

Nesta oportunidade reitera a Vossa Excelência as manifestações de grande admiração e apreço.

Francisco Lacerda de Aguiar

Governador do Estado.

**OFÍCIO ENVIADO A ADALBERTO SIMÃO NADER, PRESIDENTE DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PELO SECRETÁRIO SEM PASTA-
PRESIDENTE DO CODEC HUMBERTO DE VASCONCELOS EM 4 DE
AGOSTO DE 1965.**

Senhor Presidente,

Em atenção aos termos do ofício nº 1.986 de Vossa Excelência, datado de 19 de julho último, faço anexar ao presente cópia da informação prestada sobre o assunto pela Secretaria Sem Pasta – CODEC, bem como um exemplar de “o Espírito Santo e Planejamento Regional”.

Valho-me do ensejo para apresentar as minhas

Atenciosas Saudações.

Senhor secretário do Governo,

1. Faço anexar ao presente o “Plano de Desenvolvimento Estadual, com os seus objetivos e planos setoriais, destacando-se os itens XI- Recursos Naturais e Reflorestamento e XIV- Difusão Cultural, Esportes e Recreação Popular, referentes as indagações da Comissão de Economia, da Assembléia Estadual.

É oportuno salientar-se que o Governo ao Estado, na sua tese apresentada ao Seminário de Planejamento Estadual, por estar cômico do precário suporte oferecido pela economia do Espírito Santo, defendeu em princípio a organização de um organismo capaz de supervisionar o desenvolvimento da grande região do Rio Doce, que abrange parte territorial do E. Santo.

3. Esclarecemos, outrossim, que dos contatos estabelecidos com os elementos representativos

das administrações dos Estados vizinhos, ficou assentado o estatuto em comum do problema turístico, por interessar os Estados de Minas, do Rio e ao Espírito Santo. A possibilidade de financiamento de um grande hotel, de classe internacional na cidade balneária de Guarapari foi abordada nas discussões, em mesas redondas para a região Sudeste, daquele seminário de planejamento.

4. A implantação da infraestrutura (estradas, hotéis) que interesse não somente à preservação das áreas delimitadas, pelos Parques Nacionais, mas, igualmente às facilidades turísticas, com a pavimentação de estradas concorrentes sobre o eixo da BR 262, foi assunto de um memorial- ao Exmo. Sr. Ministro de Viação, em abril deste ano.

Como resultado, e em atendimento ao estudo realizado, foi deferido pelo Ministério de Viação a inclusão das ligações rodoviárias do oeste (rodovia BR-484), com – pontes de passagem em Guaçuí, S. José do Calçado e Bom Jesus do Norte, que em Guaçuí se vinculará à transversal Alegre-Cachoeiro-Safra-Marataízes.

5. Estão bastante adiantados os estudos pelo DER para obter recursos estimados em 300 milhões de cruzeiros, para a contratação de um projeto a ser apresentado a agente financiadores estrangeiros, no qual se incluirão trechos e ligações litorâneas de interesse turístico.

6. É o que nos cabe informar para atender à solicitação do Sr. Deputado Mário Gurgel, na Comissão de Economia, ilustre conselheiro, representante do Poder Legislativo, no Conselho de Desenvolvimento Econômico deste Estado.

Humberto de Vasconcelos

Secretário Sem Pasta – Presidente do Codec.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO

SECRETARIA SEM PASTA

Instalado em 31 de janeiro do corrente ano, de maneira alguma o Conselho de Desenvolvimento Econômico cuja presidência por força de lei é atribuída ao Secretário Sem Pasta, poderia apresentar de pronto grandemente autorizada pelo Plenário do Conselho, foram contratados com a Planex os planejamentos para:

- a) Estudos do aproveitamento do Vale do Orobó;
- b) Estudos das ligações rodoviárias com características de tráfego permanente nos municípios de Santa Leopoldina, Domingos Martins, Afonso Cláudio, Baixo Gandú e Alfredo Chaves.
- c) da aquisição e aplicação de conjuntos de irrigação para aproveitamento das águas baixas

próximas de Vitória;

d) Planejamento de uma moderna mecanização rural;

e) da modernização e expansão dos serviços de pesca no Estado do Espírito Santo;

f) da modernização e expansão dos serviços de água e esgoto; da capital do Estado;

g) da instalação de uma Fábrica de Celulose, proveniente da industrialização da bananeira;

h) do aproveitamento Econômico do Vale de Itabapoana;

Independente disso, foi criado um grupo de trabalho para o estudo de localização de uma usina de açúcar com capacidade de 250.000 sacas, usina essa já autorizada pelo Instituto de Açúcar e Alcool e que será financiada pelo Instituto Brasileiro do Café (GERCA).

Discutido em plenário juntamente com os diretores do DAE, DNOS e os prefeitos de Vitória, Cariacica e Vila Velha a situação de abastecimento de água e construção de redes de esgoto, deliberou-se ser ativado o estudo da Plane que é de um programa de construção a longo prazo, bem assim o próprio CODEC; fazer os planos para soluções mais imediatas aproveitando-se já os estudos existentes no DAE.

Quanto a Eletrificação teve a presidência do CODEC, por autorização o Exmo. Sr. Governador do Estado, entendimentos com a firma americana THE KULJAN CORPORATION, afim de que a mesma apresente uma planejamento de construção como financiamento dentro dos elementos fornecidos pela ESCELSA.

Em pauta encontra-se no CODEC, para estudos e discussão, um projeto do Instituto de Terras, bem como projetos de eletrificação rural, dentro do princípio de cooperativas rurais para eletrificação.

Estudos quanto ao turismo estão sendo feitos tomando-se por base a estrada litorânea ES-1, estrada essa que ligará todas as praias do Espírito Santo.

Compareceu o presidente do Conselho já a 2 (duas) reuniões, uma no município de Calçado para tratar do planejamento de valorização do Vale do Itabapoana e uma em Santa Tereza por solicitação do prefeito e demais autoridades do Município.

Vem o CODEC, prestando aos municípios a assistência possível naquilo para que tem sido solicitado. Com deficiência de verba orçamentária, torna-se quase impraticável – qualquer estudo que demande de Serviços Técnicos especializados, principalmente o Aero-fotogramétrico e o Geográfico.

Quanto ao Aero-Fotograma já está o CODEC em entendimentos com autoridades outras a fim de que o serviço seja efetuado quase que sem dispêndio para o Estado.

Como o CODEC está em iniciação funcional cremos que após a apresentação definitiva do

que acima citamos no que diz respeito a planejamento e quando da obtenção de recursos fora do Estado e execução das obras, venha não somente os poderes públicos têm como a população, sentir os efeitos benéficos de uma administração planejada e dirigida dando, por conseguinte o valor que deva ser dada ao Conselho de Desenvolvimento Econômico que tão somente foi criado para preencher uma lacuna ainda existente que é a falta de planejamento para qualquer obra.

José Alexandre Buaiz

Secretário Sem Pasta

Presidente do CODEC

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ENVIADO AO PRESIDENTE CASTELO BRANCO
PELO GOVERNADOR FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR EM 31 DE AGOSTO
DE 1965.**

Excelentíssimo senhor Presidente,

1. O Governo do Estado do Espírito Santo, pelos seus órgãos técnicos, pretende acompanhar com maior agressividade as diretrizes que possam colocar este Estado da Federação num ritmo de desenvolvimento adequado às suas possibilidades e atuais exigências.
2. Em termos de assistência setorial temos empenhado o esforço desenvolvimentista nos Planos Educacional e Industrialização Rural, sem subestimar o de Eletrificação, que consideramos ser na infraestrutura econômica, aquele que exige as maiores atenções do Poder Público.
3. Empenhamo-nos, assim, num esforço conjunto de promover as interligações dos principais sistemas deste Estado, com àqueles das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) e das Centrais Elétricas Fluminense (CELF).
4. O estabelecimento de uma linha tronco de transmissões, que promova uma distribuição racional de energia elétrica produzida neste Estado e recebida supletivamente das linhas da CEMIG e da CELF, é uma diretriz que se nos impõe e está em avançada estudo, pelas Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. (Escelsa), permitindo o início de execução de sua interligação com o sistema fluminense.
5. Os permanentes contatos, nas esferas administrativas e técnicas, com o Estado do Rio, dão-nos a certeza de que, em prazo curto, se possibilitarão os benefícios da interligação pretendida conduzido a energia originária de Furnas ao sul deste Estado, região altamente carente desse fator de desenvolvimento econômico.

6. A não realização dessa interligação irá aumentar o desnível, que se faz flagrante na área sudeste Estado em confronto com a área do norte-fluminense, na qual o surto de desenvolvimento se acentua com o plano de eletrificação executado pelas Centrais Elétricas Fluminense S/A.
7. Devemos transcrever trechos da análise promovida por técnicos da SERETE, no estudo “Perspectivas do Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce”- 1963, mandado realizar pela Companhia Vale do Rio Doce, no qual se citam no item 1,2,5- “A falta de energia elétrica no Espírito Santo é tal que, salvo raras execuções, o processo de industrialização está completamente paralisado”.
8. A posição economia do Espírito Santo, face à economia da região Centro-Sul é evidentemente de uma área subdesenvolvida, com baixos índices econômicos, na qual a descapitalização coloca tão importante superfície na contingência de necessidade, imperiosamente, de ingressos de capital para um desenvolvimento mais acelerado.
9. Este governo, em exposição de motivos anteriores, tem solicitado, com a autorização do poder legislativo estadual, empréstimos ao Tesouro Nacional – como ocorreu em julho de 1964 e mais recentemente em janeiro deste ano, para que pudesse alcançar uma condição mínima na execução de um plano de obras inadiáveis.
10. A região sul deste Estado, que sofre a transição de uma economia cafeeira para a pecuária, sofre no momento o impacto da terminal do sistema fluminense, atingido Bom Jesus de Itabapoana, sem se prolongar pelo território espírito-santense.
11. É importante essa interligação que irá beneficiar o pólo de desenvolvimento naquela área sul, que se faz em Cachoeiro de Itapemirim e Itabapoana.
12. Em programação quinquenal prevista pela – Escelsa a extensão da linha0tronco de transmissão, far-se-ia mais intensamente no triênio 1965-1967, com uma previsão orçamentária de, seis bilhões e trezentos e cinco milhões de cruzeiros.
13. Está avançado o projeto da linha de transmissão Vitória-Cachoeiro de Itapemirim, para o qual dispõe a Escelsa dos recursos necessários, entretanto é urgente atender os trechos Cachoeiro-Guaçuí e Guaçuí-Rosal, cujas obras são estimadas em dois bilhões e cinquenta milhões de cruzeiros.
14. O Governo do Espírito Santo empenhado em dinamizar o seu desenvolvimento econômico solicita a Vossa excelência Senhor presidente, nos termos de um empréstimo pela União Federal, vinculado à programação do plano diretor do Espírito Santo Centrais Elétricas S/A a importância de seis bilhões de cruzeiros a fim de atender às exigências atuais da

imediate integração com o sistema das Centrais Elétricas Fluminense S/A.

15. Essa alternativa de empréstimo colocará o Estado do Espírito Santo em condições de melhor atender, seus privilégios, as suas prementes necessidades de energia para o seu desenvolvimento.

16. É altamente honroso e grato a este governo expressar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, nosso elevado apreço e particular estima.

Francisco Lacerda de Aguiar

Governador do Estado.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ENVIADO AO PRESIDENTE CASTELO BRANCO PELO
GOVERNADOR FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR EM 1965.**

Senhor Presidente,

1. O Estado do Espírito Santo participa, com vivo interesse, da política desenvolvimentista e tem adotado algumas medidas básicas para colocar sua economia de perspectivas promissoras, em ritmo de um crescimento adequado às suas necessidades.

2. A recuperação de sua economia, após o decurso do período negativo 1961-1963 no quadro econômico nacional, que se agravou particularmente com a política cafeeira então adotada para este Estado, somente se realizará através de algumas medidas básicas dentre as quais destacamos aquelas resultantes dos ingressos de capitais.

3. No setor agrícola o governo do Estado adotou um “Plano de Industrialização Rural”, como instrumento de ação capaz de fortalecer uma nova estrutura agrícola, com profunda modificação no quadro socioeconômico de nossas populações rurais organizadas em comunidades e cooperativas.

4. Um instrumento legal, que é a Lei 2.069, de 23 de novembro de 1964, permite ao governo a alimentação de maquinário, para a industrialização de produtos agrícolas, que se faz às cooperativas organizadas, como política de estímulo e de investimento público.

5. Assegurando a Vossa Excelência que novas perspectivas se oferecem no desenvolvimento agrícola, que encontram nesse instrumento de ação governamental, um fator decisivo de recuperação de nossa economia agrária.

6. Os primeiros reflexos dessa implantação, que se iniciou no ano de 1964, se traduzem:

A) no aumento da produção agrícola com excelentes prováveis de 4.500 toneladas, de feijão e de 80.000 toneladas de milho.

Fontes: Departamento Econômico do Ministério da Agricultura – Previdência da safra 1964/1965.

B) Na organização e pleno funcionamento de uma Cooperativa Central que, administrando um “Mercado do Produtor” efetivará a comercialização das cooperativas de produção horti-grangeira, com inegável melhoria no abastecimento da capital e cidades mais importantes.

C) Na organização de um “Centro Cooperativo de Industrialização Rural; por iniciativa da Central de

Cooperativas Agrícolas do Espírito Santo, que constará de:

- 1-Fábrica de rações;
- 1-Fábrica de embalagens;
- 1-Abatedouro avícola;
- 1-Conjunto para padronização de cereais e sub-produtos de mandioca;
- 1-Conjunto para padronização de café;
- 1-Instalações de rádio-comunicações;
- 1-Escritório para contabilização automática;

Este projeto está estimado num custo aproximado de 450 milhões de cruzeiros.

D) na doação espontânea, pela USAID ao Centro Cooperativo de Industrialização Rural, de um equipamento avaliado em oitenta milhões de cruzeiros, que realizará as operações de limpeza e classificação de cereais, com capacidade para 20 toneladas horárias, dotando esta capital- porto de um sistema que a colocará em condições de exportar cereais e produtos agrícolas;

E) Mas constatações entre a Administração Porto de Vitória e a Companhia Vale do Rio Doce para o futuro aproveitamento do porto interior, adaptando-o à exportação da produção agrícola da grande região do rio Doce.

7. Esses reflexos imediatos traduzem a magnitude das obras, que devem ser realizadas a curto prazo, num pronto atendimento às diretrizes básicas do Programa de Ações Econômicas, que visam uma rápida recuperação da economia nacional, denotando a necessidade de uma imediata ajuda do governo de Vossa Excelência.

8. Ressaltamos que a situação deste Estado não suportou, sem cooperação técnica e financeira do Governo da União, os encargos que surgem e crescem com a economia de uma região como a bacia do rio Doce, acentuando os problemas para o seu embarcadouro natural, que é o porto de Vitória.

9.O governo do Espírito Santo, com esta exposição de motivos, faz a Vossa Excelência uma prestação de contas do “Plano de Industrialização Rural” e, em particular, da ajuda financeira de um bilhão de cruzeiros totalmente aplicados, como participação da União Federal naquele Plano.

10. As necessidades surgentes de novas – perspectivas, particulares daquelas que fruem das implicações de uma economia regional, extravagando a área administrativa estadual, impeliram-nos a uma reformulação de “Plano de Industrialização Rural” ajustando-o a um quadro novo (anexo D).

11. É oportuno citarmos que a estagnação da produção agrícola é fator predominante e negativo – principal no quadro de desenvolvimento econômico.

Fazendo a transcrição de um trecho da análise realizada pela CEPAL, (...) na América Latina, no ano de 1964, e atribuindo aquela estagnação com principal fator inflacionário.

“El estancamiento o crecimiento lento de la producción agropecuaria se traduce en una disponibilidad insuficiente de alimentos frente al aumento de la población o al incremento de la demanda, hecho tanto más grave cuanto- que a los bajos niveles actuales de ingreso, los alimentos representan una

proporción muy alta del presupuesto familiar, de manera que toda alza de precios derivada de su escasez tiene fuertes repercusiones sobre el costo de la vida” (Estudio Económico de América Latina, 1964 – CEPAL).

12. Conclusivamente, Excelentíssimo Senhor Presidente, salientamos:

12.1. O Plano de Industrialização Rural, é uma instrumento de ação governamental inteiramente aberto à indispensável ajuda financeira do governo da União, e solidário, dentro de sua programação, na política de investimento públicos, ao fortalecimento de uma infraestrutura econômico e social do país.

12.2. A amplitude geográfica de uma região econômica, como a bacia do rio Doce, exigem recursos financeiros maior agressividade para o atendimento de planos com o dimensionamento mais adequado às exigências de uma economia regional.

12.3 Oferecendo a Vossa Excelência as alternativas, de um empréstimo ao Governo do Estado ou de contribuição da União, como parte de sua política deflacionária, as necessidades financeiras do “Plano de Industrialização Rural”, de acordo com o Quadro I, anexo ascendem à cifra de hum bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros.

Nesta exposição de motivos o governo do Estado do Espírito Santo reafirma a sua irrestrita solidariedade à política econômica do Governo da União, da qual se faz colaborador confiante, testemunhando o entusiasmo renascido nos meios rurais deste Estado da Federação, onde se exaltam a personalidade e o Governo de Vossa Excelência.

Francisco Lacerda de Aguiar

Governador do Estado.

DISTRITO INDUSTRIAL DE VITÓRIA
ESTUDO DA NECESSIDADE DE SUA CRIAÇÃO

Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

Trabalho realizado para encaminhamento do Governo do Estado do Espírito Santo

Setembro de 1965

DISTRITO INDUSTRIAL DE VITÓRIA

I-INTRODUÇÃO

É perfeitamente conhecido das partes interessadas e atuantes no setor industrial, bem como de quantos estão interessados nos problemas econômicos do Estado do Espírito Santo, que o setor industrial do Estado é ainda incipiente, necessitando, portanto, de vultosos investimentos para alcançar uma participação expressiva na formação da renda do Estado. Contudo, tem-se observado ultimamente, uma modificação no comportamento dos investimentos industriais no Estado, e já presenciamos novos empreendimentos, alguns em funcionamento, outros em implantação, o que demonstra certa ativação do setor.

A Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo interessada no progresso e no desenvolvimento Industrial do Estado do Espírito Santo, sentindo este início de reação, e ainda as perspectivas do desenvolvimento e ativação econômica que surgirão na área da Ponta do Tubarão e na área de Carapina, tendo, como gerador, os empreendimentos da Cia. Vale do Rio Doce, com a construção do Porto da Ponta do Tubarão e a seguir da fábrica de Pelets, e da Cia. Ferro e Aço, com a construção de sua usina siderúrgica, dimensionada para 1.000.000 toneladas por ano (em sua fase inicial), julgou ser interesse da classe industrial e de todo o povo capixaba, elaborar o presente trabalho, cuja a finalidade é a de mostrar a necessidade de se reservar pelo menos duas áreas para Distritos Industriais. A primeira seria localizada próximas à Ponta de Tubarão, para atendimento dos futuros investimentos que por certo surgirão naquele local, quer de tipo industrial satélite de siderúrgicas, quer por atração das economias externas que por certo propiciará aquela concentração industrial.

Uma segunda área seria localizada nas imediações de Campo Grande, abrigando indústrias que por não terem muitas vinculações com a siderurgia, estiveram mais voltadas para o Rio de Janeiro, ou Minas Gerais, quer por Rodovia, quer por Ferrovias. A preocupação da Federação das Indústrias, ao ativar o problema da área industrial, prende-se ao fato de que, nos Estados em que tal medida foi adotada, apesar do planejamento, as áreas reservadas já são suficientes, causando estrangulamento à expansão industrial das mesmas. Se uma área tecnicamente planejada, está sujeita a tal restrição, o problema será muito mais sério onde não houver planejamento nem reserva de área para orientação do desenvolvimento industrial.

Para o presente trabalho, valeu-se a Federação, do trabalho da Cia Ferro e Aço de Vitória, que elaborou aprofundamento estudo de localização industrial, para a sua segunda etapa, a quem a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo agradece o acesso a tal trabalho e a real colaboração prestada.

Reconhecendo, ainda, a significação do problema, coloca-se a Federação das Indústrias ao dispor das autoridades e das partes interessadas, para a promoção da área industrial, quer entre os industriais da terra, quer nos centros industriais do país.

Visando dar continuidade à iniciativa, preconiza-se a constituição de uma Companhia do Desenvolvimento sob a forma de Sociedade Econômica Mista conjungando-se os esforços governamental e privado, para que seja possível a formação de uma equipe e uma mentalidade capazes de dar tudo o apoio e orientação àqueles que nos futuro se interessarem em investir no Estado do Espírito Santo, na região de Vitória.

II- MEDIDAS JÁ ADOTADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

O governo do Estado do Espírito Santo, espontaneamente ou com pedido das partes interessadas, (...) a Cia Ferro e Aço de Vitória e Cia Vale do Rio Doce, através de decretos sucessivos, vem declarando de utilidade pública, áreas de terra destinadas à criação da “zona industrial da Capital de Vitória”. Os decretos em referência são indicados a seguir com transcrição de suas partes principais. O primeiro decreto, de nº 3.189, de 25 de setembro de 1957, (publicado no Diário Oficial de 26 de setembro de 1957) foi iniciativa do Governo Estadual e declara de utilidade pública a área de terra necessária à criação da futura “zona industrial da Capital de Vitória”.

Considerando:

a) - Que é urgente e imperiosa necessidade manter e torno da cidade de Vitória, em local de fácil transporte, ampla área de terrenos para instalação de indústrias básicas para as quais este Estado se encontra altamente qualificado;

Considerando:

b) - Que o governo deste Estado vem cuidando de instalar nesta capital ampla indústria siderúrgica, que se encontra em fase de rápidas realizações de seu objetivo;

Considerando:

c) – Que é maior conveniência, evitar especulação prejudicial em torno de terrenos que possam ser considerados necessários à criação dessa e de outras indústrias.

DECRETA

Artigo 1º - É declarada de utilidade pública, para servir aos fins de criação de um centro de população capaz de se tornar o Centro Industrial da Capital do Estado a área de terras com uma largura média de (oito) Km ao longo de toda a extensão da Estrada de Ferro Vitória e Minas, entre os Km onze (11) e vinte oito (28), Estação Relógio, altura situada nos municípios de Cariacica, Serra e Santa Leopoldina.

Artigo 2º- A Secretaria de Terras e Colonização, demarcará o quadrilátero necessário ao estabelecimento do Centro Industrial da Capital do Estado, determinando o limite dessa área pelo eixo da estrada de Ferro, do lado direito numa profundidade de Cinco mil metros (5.000) e pelo esquerdo numa profundidade de três mil metros (3.000) na direção desta capital.

Artigo 3º- Os trabalhos de planificação e aproveitamento dessas terras, que deverão comportar lotes operários, os destinados para fins comerciais e industriais, lotes residenciais, os destinados e estabelecimentos de ensino, hotéis, hospitais, templos, cinemas e sociedades de classe, abertura de vias ou logradouros públicos, de modo a aproveitar a sua melhor utilização econômica, serão elaborados dentro do prazo de doze (12) meses.

4º- Serão localizados, preferencialmente na área desapropriada, as empresas que se destinarem a industrialização de minério, especialmente ferrosos e toda as atividades manufatureiras relacionadas com a siderúrgicas e que se comprometem a financiar as despesas com o processo expropriatório.

Notamos, pelo decreto apresentado, que o governo do Estado já fora esclarecido da necessidade da reserva de área para núcleo industrial, e a área circunscrita pelo decreto seria de grandes proporções, 136 km quadrados (cento e trinta e seis quilômetros quadrados).

Posteriormente foi assinado o decreto nº 19 de novembro de 1958 (publicado no Diário Oficial de 28 de novembro de 1958) através do qual o Governo ampliou a área atingida pelo decreto nº 3189.

Entre outros, temos o seguinte, considerando:

c) - Ser necessário atender e localizar nessas áreas não apenas a indústria siderúrgica, mas também outras atividades manufatureiras relacionadas com as siderúrgicas e ainda os planos de escoamento da produção industrial.

Artigo 1º- A faixa de terra declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo decreto nº 3189, de 25 de setembro de 1957, fica ampliada e passa a abranger a área de terreno, no município da Serra, compreendida entre os paralelos vinte graus e nove minutos (20º9') da latitude sul e vinte graus e quatorze minutos (20º14') de longitude oito (W.Gr). Com este decreto, foi atingida uma vasta faixa, próxima à área da Ponta do Tubarão, até as proximidades da sede do município da Serra o que mostrou ser uma área excessivamente em suas proporções, mas justificável para que se dimensionasse com a folga à área necessária aos empreendimentos da Ponta do Tubarão, em especial a siderurgia.

Através do Decreto nº 200, de 11 de junho de 1962 (publicado no Diário Oficial de 12 de junho de 1962), o governo declara na utilidade pública, em caráter de urgência, uns área de

950.000 metros quadrados, na região da Ponta do Tubarão, destinados à obras de expansão do Porto de Vitória e à construção de novas instalações portuárias e correlatas.

Esta área foi destinada à construção da Ponta do Tubarão, que virá a se constituir num pólo de atração e de desenvolvimento regional e estadual, pela posição privilegiada em que colocará o Estado, tendo em vista a sua posição geográfica em relação aos demais portos e às características próprias do referido porto, que terá capacidade acostável para navios de 100.000 toneladas.

Considerando o pedido encaminhado, pela Cia. Vale do Rio Doce e pela Cia. Ferro e Aço de Vitória, o Governo do Estado através do Decreto nº 266, de 6 de julho de 1962 (publicado no Diário Oficial de 6 de julho de 1962), declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor das duas companhias, “glebas de terras no total de 15 (quinze) quilômetros quadrados aproximadamente situadas nas localidades de Camburi, Piraen, Ponta do Tubarão e Praia Mole, no município de Vitória, neste Estado.

Esta área, que foi adquirida em condomínio pela Cia, Vale do Rio Doce e Cia. Ferro e Aço de Vitória, destina-se a atender a obras de expansão de Estrada de Ferro Vitória a Minas e à construção de terminais ferroviários e de instalações industriais da Cia Vale do Rio Doce e também para atender às obras de expansão da siderúrgica da Cia Ferro e Aço de Vitória, suas instalações e serviços correlatos.

Recentemente, tendo sido evidenciada a exigüidade da área referida no Decreto de nº 266, de 6 julho de 1962, especialmente para atender à implantação de usina siderúrgica da Cia. Ferro e Aço, que não mais recomendada para capacidade inferior a 1.000.000 (um milhão) de toneladas anuais, atendendo a pedido de referida Empresa, o Governo baixou o Decreto nº 1.036, de 19 de fevereiro de 1965 (publicado no Diário Oficial de 23 de fevereiro de 1965) pelo qual, declarou de utilidade pública para efeito de desapropriação em favor da Cia. Ferro e Aço de Vitória, “a faixa de terra situada no município da Serra, neste Estado, delimitada ao Norte pelo paralelo vinte graus, doze minutos e vinte e dois segundos (20° 12’ 22’’), ao sul, pelo paralelo vinte graus quatorze minutos e dezoito segundos (20° 14’ 18’’), a Leste pelo Oceano e a Oeste pela Rodovia BR-5”.

Destinam-se os terrenos acima referidos exclusivamente a atender às necessidades das obras de expansão da siderurgia da Cia Ferro e Aço de Vitória, compreendendo não só as suas instalações industriais e serviços correlatos, como a construção das variantes ferroviárias ou rodoviárias de acesso àquelas instalações.

Como foi apresentado, o governo, adotando as medidas legislativas necessárias ao

desenvolvimento industrial do Estado, tem demonstrado interesse em cooperar com os empreendimentos industriais já iniciados, e em fase de implantação.

Contudo, julgamos conveniente uma atuação mais decisiva, em especial no sentido de equipar pelos menos duas áreas para localização de indústrias que futuramente poderão instalar no Estado do Espírito Santo.

III- COMO TEM SIDO ENCARADO O PROBLEMA EM OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO.

Objetivamos alinhar nesta parte as medidas já tomadas por outros Estados, visando à implantação de Parques ou “Distritos Industriais”, e as facilidades e incentivos que as Administrações estaduais, quer diretamente, quer através de órgãos específicos, tem propiciado aos investidores, de modo a atraí-los para aquelas áreas.

A preocupação principal deste trabalho não apenas a de evidenciar a posição do Estado do Espírito Santo no tocante ao problema, mas sim ativá-lo e insistir na sua oportunidade, concitando as autoridades a atuarem no sentido de medidas legislativas e administrativas tais que resultem pelo menos, na separação da área estudada, para que, em futuro, disponha o Estado de condições para também oferecer vantagens e incentivos não fiscais para investimentos do Estado do Espírito Santo, aproveitando-se de fato da atração natural que exercerá o Porto da Ponta do Tubarão, e ainda, valendo-se de sua posição geográfica, poder ganhar investimentos que escapem nos centros industriais de São Paulo, Guanabara e Minas Gerais, por limitações que em futuro surgirão naquelas áreas devido à concentração industrial, que procura de baixos custos de instalação, procedimento muito comum nos casos de indústrias nascentes.

ESTADO DO GUANABARA:

Na Guanabara, a tarefa do desenvolvimento industrial está a cargo de COPEG (Companhia Progresso da Guanabara), que foi instituída pela lei nº 47, de 23 de outubro de 1961, tendo por finalidade o fomento da produção industrial, agro-pecuária e avícola, incentivando, atraindo e coordenado as iniciativas de capital público e privado que visem à instalação, ampliação ou reaparelhamento de empresas industriais.

A lei de criação da COPEG, estabelece que a mesma deverá propiciar às empresas que vierem a se instalar sob sua orientação, entre outras, as seguintes facilidades:

a) Venda ou arrendamento de imóveis destinados exclusivamente, à construção e instalação de estabelecimentos industriais, casas ou conjuntos residenciais para trabalhadores, prédios para serviços assistenciais ou educacionais;

- b) Financiamento para ampliação ou reaparelhamento de indústrias existentes no Estado;
- c) Financiamento para instalação de indústrias novas, preferentemente de base e de transformação, dando prioridade para aquelas que não tenham similares no Estado, salvo autorização legislativa;

No que diz respeito à criação de área industrial a COPEG tomou as seguintes providências:

- 1) Iniciou sua atividade imobiliária, vendendo terrenos para instalação de 11 fábricas na região de Barros Filho, na Av. Brasil cobrindo uma área total de 78 mil metros quadrados;
- 2) Desta experiência, iniciou o plano da Cidade Industrial de Santa Cruz, com uma área de 7.200.000 m² (Sete milhões e duzentos mil metros quadrados), servida de todas as condições técnicas, necessárias à instalação de um parque industrial.

A área foi dividida em 3 glebas; a gleba 2, da de 38.000 metros quadrados cada um.

Os lotes serão vendidos com financiamento de 80%, ao preço de 300 (trezentos cruzeiros) por metro quadrado, (preço de outubro de 1964).

Paralelamente à COPEG, e para fazer face às exigências do Ministério da Fazenda, foi criada a COPEG- CRÉDITO E FINANCIAMENTO S/A, subsidiária do organismo sindical, com a finalidade de custear as despesas da COPEG, levantar e gerir recursos e promover o lançamento de títulos público, concitando-o a participar do empreendimento.

A criação da COPEG e do Centro Industrial da Guanabara por si só, respondem por grande parte de sucesso que vem alcançado e desenvolvimento industrial do Estado da Guanabara nos últimos tempos, pela facilidade de informações pela organização e planejamento, bem como pela confiança e clima de camaradagem que inspire a sua equipe aos industriais que a ela recorrem.

NORDESTE:

A região nordeste, especialmente aquela atingida de pelo Plano Diretor da SUDENE, goza no presente de uma série de incentivos oficiais, para atrair investimentos, como seja a dedução de 50% do imposto de renda das pessoas jurídicas de acordo com os artigos 34 da lei n° 3995/61 e 18 da lei n° 55.334, de 31 de dezembro de 1964.

Além de incentivos fiscais desta ordem, a SUDENE procura planejar os investimentos, de acordo com uma sistemática de localização industrial coerente com as necessidades regionais e, para tanto, procurar estabelecer área apropriadas para este fim, dotando-as dos requisitos técnicos indispensáveis. Contudo, apesar da ação regional da SUDENE, alguns Estados têm tomado a iniciativa de estabelecer áreas para localização industrial, como por exemplo:

O ESTADO DA PARAÍBA:

Reservou uma área de 300 hectares na zona rural sul do município de João Pessoa, para implantação do “Distrito Industrial”, e outro “Distrito Industrial em Capina Grande, com áreas útil de 200 hectares, igualmente dotado de todos os elementos infraestruturais necessários. São concedidas isenções fiscais de 5 a 15 anos, dependendo do capital investido e da natureza do empreendimento. Os lotes industriais são vendidos aos interessados pelo custo histórico dos respectivos lotes. Criou o Fundo do Desenvolvimento Agrícola e Industrial (FAGRIN), autarquia de fomento encarregada de administrar o Distrito Industrial na sua fase de implantação. O governo da Paraíba já investiu cerca de 1 bilhão de cruzeiros na infraestrutura do Distrito Industrial, para dotá-lo e água, energia elétrica e acessos rodoviários e ferroviários. Os lotes industriais podem ser adquiridos com financiamento que vão até 20 anos, e o Estado adota uma legislação liberal com isenções fiscais.

MINAS GERAIS

O Estado de Minas Gerais criou o Distrito Industrial de Contagem em 1941, com a finalidade de organizar uma cidade industrial, e atingiu o objetivo colimado, uma vez que hoje o Distrito Industrial de Contagem já não dispõe de área livre. Está cuidando o Estado de localizar as indústrias na área de Santa Luiza, mais recentemente organizada. O distrito Industrial de Contagem abrange uma área de cerca de 7.000.000 (sete milhões) de metros quadrados. O Estado assegurou vantagens às indústrias que se implantassem no local, estabelecendo um sistema de aforamento na base de 6% sobre o valor do terreno, então avaliado ao preço de Cr \$ 2/ metro quadrados.

O sistema de aforamento ainda perdura, sendo o valor do terreno reajustado pelas autoridades encarregadas da administração do Distrito Industrial.

No Estado de Minas Gerais, na cidade de governador Valadares, também foram separadas algumas áreas para localização de Indústrias. Idêntica medida foi tomada na cidade de Juiz de Fora.

Em Uberlândia, também foi organizada a cidade industrial, e a prefeitura municipal de Uberlândia, concede isenção de impostos municipais pelo período de dez anos e ainda do terreno. O grupo pioneiro das 30 primeiras indústrias será presenteado com a instalação do sistema de água, esgoto e energia elétrica, e ainda com a terraplanagem de terreno. A cidade industrial de Uberlândia, dispõe de uma área de 5 milhões de metros quadrados, com possibilidade para abrigar cerca de 500 indústrias.

A cidade industrial será servida por ramal ferroviário de Mogiana e terá acesso rodoviário à BR-50.

No Estado de São Paulo, além do ABC paulista, muito outros municípios do interior do Estado estão cuidando da criação do Distrito Industrial, como é o caso da cidade de Sorocaba, que além de doação de terrenos destinados às novas Indústrias através de leis especiais, concebe ainda, isenção de todos os impostos municipais às novas indústrias, desde que não existe no município indústria similar. Os prazos de isenção estão condicionados ao valor do capital social de indústrias que variam de 2 a 15 anos.

No Estado dos Paraná, sob a égido da CODEPAR, vários núcleos industriais têm sido organizados.

Cremos ter atingido nosso objetivo com as citações feitas, que mostram medidas tomadas por outros Estados da Federação como pré-requisito para a entrada na composição do “Mercado dos Investimentos”.

IV- NECESSIDADE DA SEPARAÇÃO DE ÁREA PARA A FUTURA EXPANSÃO INDUSTRIAL DE VITÓRIA.

Os empreendimentos industriais no Estado do Espírito Santo e em especial da região de Vitória, têm sido implantado sem qualquer sistemática no que concerne à localização industrial.

As pequenas e médias Indústrias estão se localizando, preferencialmente, ao longo das Rodovias Carlos Lindenberg, que liga Vila Velha a Vitória, e ao longo da BR-5, próxima a Campo Grande.

Os investimentos são esparsos e exigem e cada investidor maiores desembolsos na fase de implantação da Indústria, como sejam terraplanagem, abastecimento de água e energia elétrica e em alguns casos, até mesmo abertura de acesso (ruas).

Alguns empreendimentos, por estarem situados em terrenos baixos exigem despesas adicionais com grande volume de aterro.

Na fase de estudos deste trabalho, ficou contado que ao longo da BR-5, desde o Bairro Jardim América, até as imediações da fábrica de tecidos Braspérola, têm sido localizadas várias indústrias espontaneamente, sem que qualquer apoio infraestrutural fosse propiciado às pessoas interessadas. As áreas são compradas ao preço de mercado, até mesmo supervalorizadas pela especulação imobiliária.

Torna-se, portanto, de necessidade urgente separação de uma área, com características e requisitos técnicos apropriados para implantar o “Distrito Industrial” de Vitória, onde se poderia oferecer atrativos e incentivos àqueles que se dispuserem a investir em empreendimentos industriais no Espírito Santo, garantindo-se, ainda, a facilidade na compra

de lote industrial por preço razoável e todas as “economias externas”, que um concentrado industrial como este naturalmente trará.

V- ÁREA ESCOLHIDA

Ao se iniciar o trabalho de seleção para escolher a ser destinado ao Distrito Industrial de Vitória, foi utilizado o trabalho elaborado pela Cia. Ferro e Aço de Vitória para a “Escolha de local da Etapa de Integração”, no qual foram estudadas com detalhes, diversas áreas nas imediações de Vitória.

Assim, foram estudadas as seguintes áreas:

1) ÁREA DE LARANJA, no município de Vila Velha, junto a Cobilândia.

A área de cerca de 5 km (5 milhões de metros quadrados) é constituída de um areal praticamente plano, com exceção de algumas colinas de 20 a 25 m, de altura.

Sondagem feitas pela Cia Ferro e Aço de Vitória mostram “que em geral o terreno apresentava uma camada superficial arenosa, quase sempre muito compacta, de espessura variável de no mínimo 3,5 m. As camadas inferiores são constituídas de argila arenosa média e rija, areias argilosas pouco compactas e às vezes argilas moles ou areias fofas, porém não muito espessas”.

As principais desvantagens da área são as seguintes:

Acesso ferroviário de cerca de 2 km de expansão ligando com a Rede Ferroviária Federal nas imediações de Jardim América, com ponte sobre o Rio Marinho.

Acesso rodoviário será realizado com ligação à Rodovia Carlos Lindenberg provocando maior congestionamento no trânsito daquela via de acessos no Município de Vila Velha, especialmente no entrosamento de São Torquato.

O terreno, apesar de oferecer boas condições, não suporta estruturas pesadas, causando a elevação no custo da Construção civil com o uso do estaqueamento.

A cota de terreno, apesar de oferecer boas condições, não suporta estruturas pesadas, causando a elevação no custo da construção civil com o uso de estaqueamento.

A cota de terreno por não ser elevada, exigiria terraplanagem utilizando-se material dos morros citados.

O lençol freático está muito a flor da terra, acarretando dificuldades de observações e fundações, principalmente pelo fato de ser frouxo o subsolo.

2- ÁREA DE PORTO DAS PEDRAS.

Área situada no município de Cariacica, ao Norte de Vitória e margem direita do Santa Maria, próxima da foz.

A área é da ordem de 2,5 km² (dois e meio milhões de metros quadrados), constituída de planícies interrompidas por alguns morros (20 a 25 m de altura). A maior parte do terreno está ao abrigo das cheias, e apenas a orla é constituída de alagadiços ou de mangue. As condições do solo para com superiores às condições apresentadas pela área de laranja.

O local é servido pela ferrovia da Estrada de Ferro Vitória a Minas. A energia elétrica seria obtida através de linha da transmissão da Escelsa. A água seria captada do Rio Santa Maria através de uma estrada de 10 km de extensão. Acesso rodoviário poderia ser obtido através de uma estrada com 2 km de expansão que a ligaria à BR-5 contorno, nas proximidades da Colônia de Itanhenga. As desvantagens da área em apreço são pelo (...) as seguintes:

Áreas de pequenas extensões para servir à finalidade do Distrito Industrial. Condições de terreno semelhantes à área de laranja, apresentando os mesmos problemas para as fundações

3) ÁREA DE CARAPINA.

Esta área encontra-se no município da Serra, e é constituída de uma vasta planície situada a uma costa em torno de 30 m. A área estudada em Carapina, compreende entre os paralelos 20° 10' 14" e 20° 11' 18" e os meridianos 40° 14' 30" e 40° 17' apresentando-se como um chapadão de terreno firme, praticamente plano servido pela estrada de rodagem BR-5, sendo que a BR-5 contorno, possivelmente sairá dentro do perímetro desta área.

O acesso ferroviário poderá ser feito construindo-se um ramal desde o feixe de desvios da EFVM que servirá ao Porto de Tubarão.

Quanto à dotação dos demais serviços, tais como energia elétrica, água e comunicação, deverão ser tomadas as medidas necessárias para que no dimensionamento de tais serviços de infraestrutura que atenderão ao Porto da Ponta do Tubarão e ao complexo Siderúrgico da Cia. Ferro e Aço de Vitória em estudo, também seja levada em conta a demanda esperada para o Distrito Industrial.

Assim, quanto ao fornecimento de energia elétrica, deverá chegar à Carapina a linha de transmissão (em execução pela Eletrobrás) que trará energia da CEMIG no 2º semestre de 1966 e futuramente da Hidroelétrica de Mascarenhas, no Rio Doce, em estudos e programado para 1970.

Atualmente já existe uma linha em 6.6kV da CCEFE, ao longo da BR-5, que abastece o município da Serra o que poderá atender as primeiras indústrias que pretendem localizar-se na área antes da chegada da energia da CEMIG. Estima-se que o Distrito Industrial venha consumir em 1975 cerca de 100 Gwh para uma carga de 15 NW. Nossa época, só a Cia. Ferro e Aço de Vitória (caso venha a ser executado sua segunda etapa) deverá consumir

aproximadamente 265 Gwh ao ano. Se adicionarmos a esse consumo os da CRVD no Porto e na fábrica de Pelets, avalia-se que o consumo total na Ponta do Tubarão será da ordem de 465 Gwh em 1975. O consumo de energia do Distrito Industrial seria, portanto de aproximadamente 20% de consumo do Complexo da Ponta do Tubarão, Siderurgia e fábrica de Pelets.

Empreendimentos industriais já estão sendo iniciados naquele local, como é o caso de uma fábrica de tubos e conexões plásticas em instalação e de uma fábrica de azulejo em fase de projeto de limpeza do terreno. Assim, fica constatado que a iniciativa privada, espontaneamente já tem procurado localizar seus estabelecimentos naquela região e ao longo da BR-5 desde Jardim América, o que se espera continuo a ocorrer até que se esgotem as áreas disponíveis ao longo da referida rodovia. Ao efetuar o trabalho de escolha, foram selecionadas as áreas de Carapina e área da BR-5 fronteira a METALPEN como as mais indicadas. Como a segunda já conta com uma escolha espontânea o já não oferece mais disponibilidade de espaço suficiente para o Distrito Industrial, ponderando-se os fatores favoráveis e desfavoráveis que envolvem o problema, foi escolhida a área de Carapina, para implantação do Distrito Industrial de Vitória.

VI-CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Do que foi exposto, esperamos tenha ficado patente a necessidade da criação do “Distrito Industrial” de Vitória permitindo que o Estado do Espírito Santo, também se coloque em condições de competir no mercado dos investimentos. Para que tal nota seja alcançada, torna-se necessário as seguintes medias:

- 1º) Decreto do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, considerando de utilidade pública para efeito de desapropriação a área compreendida entre os paralelos 20° 10’ 14” e 20° 11’ 18” e os meridianos 40° 14’ 30” e 40° 17’, com área de 10 km, aproximadamente.
- 2º) Aquisição da área, por parte do governo do Estado do Espírito Santo, cujo custo importará em cerca de cento e cinquenta milhões de cruzeiros, avaliando-se e ha, a Cr\$ 150.000 (cento e cinquenta mil cruzeiros).
- 3º) CONSTITUIÇÃO DA CODES, Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo, sociedade de Economia Mista, que cuidará do Desenvolvimento Industrial e Agro-industrial do Estado, administrará o Distrito Industrial de Vitória elaborará o plano diretor, estabelecerá as normas de ocupação e de alimentação dos lotes industriais, funcionando como órgão financeiro de programação econômica e de administração dos projetos.